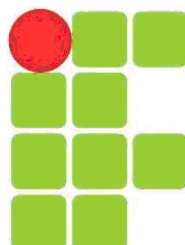


RELATÓRIO DE GESTÃO

2012



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
MATO GROSSO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO.**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e 117/2010, da DN TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012.

**CUIABÁ – MT
MARÇO/2013**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Antônio de Oliveira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.

Reitor "Pro Tempore": José Bispo Barbosa

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI – EXERCÍCIO 2012

Campus Barra do Garças

Josdyr Vilharga

Campus Bela Vista

Suzana Aparecida da Silva

Campus Cáceres

Olegário Baldo

Campus Campo Novo do Parecis

Darlon Alves de Almeida

Campus Confresa

Willian Silva de Paula

Campus Cuiabá

Ali Veggi Atala

Campus Juína

Márcio Gonçalves dos Santos

Campus Pontes e Lacerda

Gláucia Mara de Barros

Campus Rondonópolis

Pedro José de Barros

Campus São Vicente

Leone Covari

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Josias do Espírito Santo Coringa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - PROPES

Ademir José Conte

Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

Ghilson Ramalho Correa

Pró-Reitoria de Extensão - PROEX

João Vicente Neto

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Rupert Carlos Toledo Pereira

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Josias do Espírito Santo Coringa – PROAD/IFMT

Michelle E. Hayakawa – PROAD/IFMT

Marcos de Almeida Faria – PROEN/IFMT

Túlio Marcel R. de Figueiredo – PROAD/IFMT

Técnicos-administrativos e docentes dos Campi e da Reitoria do IFMT

Este relatório foi elaborado com base nas informações prestadas pelas Pró-Reitorias, Campi e demais unidades acadêmicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DN – Decisão Normativa
DSGH – Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
IF – Instituto Federal
IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
IN – Instrução Normativa
IP –Protocolo Internet
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PRONILLO – Programa Nilo Peçanha
PROPES – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PSI – Política de Segurança da Informação
QoS – Qualidade de Serviço
RG – Relatório de gestão
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEED – Secretaria de Educação a Distância
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UG's – Unidades Gestoras
VoIP – Voz sobre IP
VPN – Virtual Private Network

TABELAS

TABELA I. IDENTIFICAÇÃO DA UJ	15
TABELA II. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	31
TABELA III. MACROPROCESSOS DE APOIO	33
TABELA IV. MACROPROCESSO NA ÁREA DE TI.....	34
TABELA V: ESTRATÉGIAS E AÇÕES PREVISTAS NO PDTI E EXECUTADAS.....	38
TABELA VI. ESTRATÉGIAS E AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PDTI E EXECUTADAS	39
TABELA VII. ESTRATÉGIAS E AÇÕES PREVISTAS NO PDTI E NÃO EXECUTADAS	39
TABELA VIII. ESTRATÉGIAS E AÇÕES PREVISTAS NO PDTI E EXECUTADAS PARCIALMENTE.....	40
TABELA IX. ESTRATÉGIAS E AÇÕES PREVISTAS NO PDI	42
TABELA X. ESTRATÉGIAS E AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PDI E EXECUTADAS.....	43
TABELA XI. CURSOS OFERECIDOS POR MEIO DO PRONATEC	44
TABELA XII. CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS PARA O PRONATEC	46
TABELA XIII. CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS DEVOLVIDOS DO PRONATEC.	47
TABELA XIV. GASTOS CORRENTES POR ALUNO/ANO.	51
TABELA XV. DETALHAMENTO DO INDICADOR 01.	52
TABELA XVI. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL.....	53
TABELA XVII. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL POR ALUNO MATRICULADO.....	54
TABELA XVIII. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL POR ALUNO MATRICULADO	54
TABELA XIX. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL ATIVO POR ALUNO MATRICULADO	55
TABELA XX. PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS.	56
TABELA XXI. GASTOS COM OS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS.	57
TABELA XXII. ARRECAÇÃO PRÓPRIA.....	57
TABELA XXIII. VAGAS OFERTADAS E INSCRITOS NOS PROCESSOS SELETIVOS/VESTIBULARES DE 2012	57
TABELA XXIV. EDITAL DE CONCURSO N. 021/2012 E 022/2012 - IFMT	58
TABELA XXV. GASTOS COM OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS.	58
TABELA XXVI. DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS - 2012.....	59
TABELA XXVII. GASTOS COM INVESTIMENTOS/GASTOS TOTAIS.	59
TABELA XXVIII. INVESTIMENTOS COM OBRAS	60
TABELA XXIX. INVESTIMENTOS EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	60
TABELA XXX. RELAÇÃO CANDIDATO POR VAGA.....	62
TABELA XXXI. RELAÇÃO INGRESSOS POR ALUNOS.	68
TABELA XXXII. RELAÇÃO DE CONCLUINTE POR ALUNOS.....	74
TABELA XXXIII. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA.	81
TABELA XXXIV. ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR.....	87
TABELA XXXV. RELAÇÃO ALUNOS POR DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	93
TABELA XXXVI. RESUMO DOS INDICADORES ACADÊMICOS	96
TABELA XXXVII. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	97
TABELA XXXVIII. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	100
TABELA XXXIX. RELAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL.....	102
TABELA XL. ÍNDICE DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA	105
TABELA XLI. GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO CNPQ.....	110
TABELA XLII. EDITAIS DE APOIO A PROJETOS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	110
TABELA XLIII. CUSTO DOS PROGRAMAS DE CONCESSÃO DE BOLSAS PARA INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 31/12/2011	111
TABELA XLIV. CUSTO DOS PROGRAMAS DE CONCESSÃO DE BOLSAS PARA INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 31/12/2012.....	111
TABELA XLV. INDICADORES DO EDITAL N. 015/2012 – PIBIC EM	112
TABELA XLVI. INDICADORES DO EDITAL N. 042/2012 – PIBIC/CNPQ, PIBITI/CNPQ E IC FAPEMAT	112
TABELA XLVII. INDICADORES DO EDITAL N. 013/2012 – PROIC/IFMT	112
TABELA XLVIII. QUANTIDADE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR MODALIDADE E CAMPUS – 31.12.2012	113
TABELA XLIX. PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR ÁREA DO CONHECIMENTO	113
TABELA L. PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SUSTENTÁVEIS.....	114

TABELA LI. MESTRADO E DOUTORADOS	114
TABELA LII. PÓS-GRADUAÇÃO	115
TABELA LIII. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS	118
TABELA LIV. SINDICÂNCIAS E PAD'S DE 2012.	120
TABELA LV – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 0181).....	122
TABELA LVI – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 0005).....	123
TABELA LVII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 00G5)	124
TABELA LVIII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 09HB)	124
TABELA LIX – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 09ID)	125
TABELA LX – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 2004).....	125
TABELA LXI – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 20CW)	126
TABELA LXII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 2010)	127
TABELA LXIII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 2011).....	127
TABELA LXIV – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 2012).....	128
TABELA LXV – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 20TP)	129
TABELA LXVI – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 4572).....	130
TABELA LXVII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 20RL)	134
TABELA LXVIII – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 2994).....	137
TABELA LXIX – AÇÕES VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA (AÇÃO 20RG)	140
TABELA LXX- CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS.....	142
TABELA LXXI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012.....	143
TABELA LXXII. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS NÃO EXECUTADOS	144
TABELA LXXIII- IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	145
TABELA LXXIV. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	145
TABELA LXXV. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	146
TABELA LXXVI. REMANEJAMENTO DE CRÉDITOS 2012 (CRÉDITOS ADICIONAIS).....	147
TABELA LXXVII. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	147
TABELA LXXVIII. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	147
TABELA LXXIX. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (1, 2 E 3).....	149
TABELA LXXX. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (4, 5 E 6)	151
TABELA LXXXI. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO - 2012.....	152
TABELA LXXXII. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO – 2011 E 2012	154
TABELA LXXXIII. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ... 155	155
TABELA LXXXIV. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	156
TABELA LXXXV. DESPESA DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	157
TABELA LXXXVI. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	158
TABELA LXXXVII. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.	159
TABELA LXXXVIII. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.	160
TABELA LXXXIX. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – EM 2011	162
TABELA XC. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – EM 2012	162
TABELA XCI. SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES POR UNIDADE GESTORA	163
TABELA XCII. SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES POR UNIDADE GESTORA	164
TABELA XCIII. SALDO DE RESTOS A PAGAR PARA O EXERCÍCIO DE 2013	167
TABELA XCIV. SALDO DOS EMPENHOS A LIQUIDAR DE 2012 A SEREM INSCRITOS EM RAP EM 2013	167
TABELA XCV. DETALHAMENTO DOS EMPENHOS A LIQUIDAR DE 2012 A SEREM INSCRITOS EM RAP EM 2013	168
TABELA XCVI. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	168
TABELA XCVII. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	168

TABELA XCVIII. RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	169
TABELA XCIX. DEMONSTRATIVO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS ENCAMINHADAS	169
TABELA C. PRESTAÇÕES DE CONTAS REALIZADAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO	170
TABELA CI. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE 2012	172
TABELA CII. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	172
TABELA CIII. SÉRIE HISTÓRICA COM DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	173
TABELA CIV. FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	176
TABELA CV. FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	176
TABELA CVI. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	177
TABELA CVII. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	177
TABELA CVIII. QUADRO COMPARATIVO DOS AFASTAMENTOS (2001/2012)	178
TABELA CIX. DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO EM 31/12/2011	179
TABELA CX. DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA – SITUAÇÃO EM 31/12/2012	179
TABELA CXI. QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	179
TABELA CXII. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	180
TABELA CXIII. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	180
TABELA CXIV. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	181
TABELA CXV. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU – I	181
TABELA CXVI. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU - II	182
TABELA CXVII. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	182
TABELA CXVIII. ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU	183
TABELA CXIX. ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU	183
TABELA CXX. REGISTRO DE FALTAS NO SIAPE POR CAMPI – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	183
TABELA CXXI. REGISTRO DE FALTAS NO SIAPE POR CAMPI – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	184
TABELA CXXII. REGISTRO DE FALTAS NO SIAPE POR CAMPI – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012	184
TABELA CXXIII. OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SIASS NO EXERCÍCIO DE 2011	184
TABELA CXXIV. OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO SIASS NO EXERCÍCIO DE 2012	185
TABELA CXXV. QUADRO DE SERVIDORES DE CARREIRA 2011 E 2012	186
TABELA CXXVI. EDITAL DE CONCURSO N. 021/2012 E 022/2012 - IFMT	186
TABELA CXXVII. EGRESSOS 2012	186
TABELA CXXVIII. INGRESSOS EM 2012 EM VIRTUDE DOS EGRESSOS – EQUIVALENTES (DECRETO N. 7.311/2010 E 7.312/2010 – EXCLUÍDOS AS NOVAS LIBERAÇÕES DE VAGAS)	187
TABELA CXXIX. QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	188
TABELA CXXX. CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	189
TABELA CXXXI. RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS	189
TABELA CXXXII. QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL	189
TABELA CXXXIII. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO 1.520/2006 – TCU)	190
TABELA CXXXIV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS CUIABÁ	190
TABELA CXXXV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS CÁCERES	191

TABELA CXXXVI. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS JUÍNA	191
TABELA CXXXVII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS PONTES E LACERDA	192
TABELA CXXXVIII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS SÃO VICENTE	192
TABELA CXXXIX. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS CONFRESA	193
TABELA CXL. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS BARRA DO GARÇAS	193
TABELA CXLI. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS RONDONÓPOLIS	194
TABELA CXLII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS BELA VISTA	194
TABELA CXLIII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – CAMPUS SORRISO	195
TABELA CXLIV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – REITORIA	195
TABELA CXLV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS CUIABÁ	196
TABELA CXLVI. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	196
TABELA CXLVII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS SÃO VICENTE	197
TABELA CXLVIII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS BELA VISTA	197
TABELA CXLIX. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS CONFRESA	198
TABELA CL. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS JUÍNA	198
TABELA CLI. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS CÁCERES	199
TABELA CLII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS RONDONÓPOLIS	199
TABELA CLIII. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS BARRA DO GARÇAS	200
TABELA CLIV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS PONTES E LACERDA	200
TABELA CLV. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – CAMPUS SORRISO	201
TABELA CLVI. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – REITORIA	201
TABELA CLVII. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS EM 2011	202
TABELA CLVIII. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS EM 2012	202
TABELA CLIX. DEMONSTRATIVO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS CONTRATADOS NO EXERCÍCIO DE 2012.	203
TABELA CLIX. DEMONSTRATIVO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS CONTRATADOS NO EXERCÍCIO DE 2012.	204
TABELA CLX. FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIO DO IFMT	205
TABELA CLXI. MÉDIA DE QUILOMETROS RODADOS	208
TABELA CLXII. GASTOS COM COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	209
TABELA CLXIII. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	212
TABELA CLXIV. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	212
TABELA CLXV. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	213
TABELA CLXVI. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA UJ (LOCAÇÃO)	215
TABELA CLXVII. RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE TI	219

TABELA CLXVIII. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	221
TABELA CLXIX. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	227
TABELA CLXX. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	230
TABELA CLXXI. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.	231
TABELA CLXXII. SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	236
TABELA CLXXIII. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.	240
TABELA CLXXIV. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	243
TABELA CLXXV. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	246
TABELA CLXXVI. FALHAS E/OU IRREGULARIDADES (ESTRUTURA PADRÃO PARA DESCRIÇÃO DE IRREGULARIDADES VERIFICADAS, COM OU SEM DANO APURADO, E CONSEQUENTE CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS GESTORES ENVOLVIDOS).....	264

FIGURAS

FIGURA 1. ORGANOGRAMA DO IFMT.....	19
FIGURA 2. ORGANOGRAMA BÁSICO DOS CAMPI DO IFMT.....	20
FIGURA 3. MAPA ESTRATÉGICO DE TI, FONTE: PETI 2012-2014 IFMT	37

GRÁFICOS

GRÁFICO 1. GASTOS CORRENTES POR ALUNO.....	52
GRÁFICO 2. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL.....	53
GRÁFICO 3. PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS.....	56
GRÁFICO 4. GASTOS COM OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	58
GRÁFICO 5. RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES POR VAGA.....	67
GRÁFICO 6. VAGAS OFERTADAS	67
GRÁFICO 7. RELAÇÃO DE INGRESSANTES POR ALUNOS.....	73
GRÁFICO 8. NÚMERO DE INGRESSANTES	74
GRÁFICO 9. RELAÇÃO DE CONCLUINTES POR ALUNOS.....	80
GRÁFICO 10. NÚMERO DE CONCLUINTES	80
GRÁFICO 11. EFICIÊNCIA ACADÊMICA	86
GRÁFICO 12. RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR.....	92
GRÁFICO 13. NÚMERO DE MATRÍCULAS	93
GRÁFICO 14. RELAÇÃO ALUNOS POR DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	95
GRÁFICO 15. EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	99
GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO NO ÍNDICE DE TITULAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS ...	102
GRÁFICO 17. RELAÇÃO ENTRE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	104
GRÁFICO 18. ÍNDICE DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA.....	106

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
2	INTRODUÇÃO	16
3	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	17
3.1	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	17
3.2	ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	18
3.3	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
3.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	31
3.5	MACROPROCESSOS DE APOIO	32
3.6	PRINCIPAIS PARCEIROS	35
4	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA INSTITUIÇÃO.....	36
4.1	ESTRATÉGIAS ADOTADAS E ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO.....	36
4.2	ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO	37
5	INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	51
5.1	DOS INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	51
5.2	DOS INDICADORES DE GESTÃO ACADÊMICA.....	61
5.3	DOS INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS	97
5.4	DOS INDICADORES SÓCIOECONÔMICO DOS DISCENTES.....	105
5.5	DOS INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 2.267/2005 108	
5.6	OUTROS INDICADORES DE GESTÃO.....	110
6	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	116
6.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	116
6.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNO	118
6.3	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	119
6.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO	119
6.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N. 1.043/2007 DA CGU.....	120
7	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ...	122
7.1	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO.....	122
7.2	EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO.....	122
7.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	145
7.3.1	Programação de despesas.....	145
7.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	155
7.4.1	Execução da despesa com créditos originários.....	155
8	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	162
8.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 162	
8.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 162	
8.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	168
8.3.1	Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício.	168
8.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	172
8.4.1	Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos.....	172

8.4.2	Despesas com cartão de crédito corporativo por portador.....	172
8.4.3	Série histórica com despesas com suprimento de fundos	173
8.4.4	Prestação de contas de suprimento de fundos.....	174
8.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	175
8.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	175
9	GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	176
9.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	176
9.1.1	Demonstração força de trabalho à disposição da instituição	176
9.1.2	Demonstração das situações que reduzem a força de trabalho	177
9.1.3	Qualificação da força de trabalho	179
9.1.4	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	180
9.1.5	Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	181
9.1.6	Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	181
9.1.7	Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a comunicação	181
9.1.8	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos e a implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho.....	183
9.1.9	Quadro de custos de recursos humanos	188
9.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, DOCENTES SUBSTITUTOS E TEMPORÁRIOS	189
9.2.1	Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	189
9.2.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.....	190
9.2.3	Composição do quadro de estagiários.....	202
9.2.4	Contratação de Professores Temporários.....	203
9.2.5	Contratação de Professores Substitutos	204
10	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	205
10.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS 205	
10.1.1	Frota de veículos automotores de propriedade da Instituição.....	205
10.1.2	Frota de veículo automotores à serviço da Instituição, mas contratada de terceiros 211	
10.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	212
11	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	219
12	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	227
12.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	227
12.2	Consumo de papel, energia elétrica e água	229
13	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....	231
13.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	231
13.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO 236	
13.3	RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	240
13.4	RECOMENDAÇÕES DA CGU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO 243	
13.5	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 245	
13.6	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	246
14	DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV 247	
15	CONTRATOS DE GESTÃO.....	248
16	TERMOS DE PARCERIA	248
17	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	249

17.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	249
17.1.1	Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos	249
17.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	250
17.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	251
17.4	NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2012.	261
18	RELATÓRIO DE CORREIÇÃO (SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS) 264	
19	FUNDAÇÕES DE APOIO	265
20	CONCLUSÃO	266
21	ANEXOS.....	267

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela I. Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			
Denominação abreviada: Instituto Federal de Mato Grosso			
Código SIORG: 100916	Código LOA: 26414	Código SIAFI: 158144	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-0-00
Telefones/Fax de contato:	(065) 3616-4100	(065) 3616-4119	(065) 3616-4105
E-mail: gabinete@ifmt.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifmt.edu.br			
Endereço Postal: Rua Comandante Costa, 1.144, Centro Sul, Cuiabá – MT, CEP 78020-400			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009 – Lei de Criação			
Portaria n. 4, de 06/01/2009, do Ministério da Educação, publicada no DOU 07/01/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto – Resolução n. 01, de 01/09/2009, publicada no DOU 04/09/2009.			
Regimento Geral – Resolução n. 005, de 23 de abril de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2009/2014			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158144	Reitoria		
158333	Campus Cuiabá		
158334	Campus Cáceres		
158335	Campus São Vicente		
158492	Campus Campo Novo do Parecis		
158493	Campus Juína		
158494	Campus Bela Vista		
158495	Campus Pontes e Lacerda		
158496	Campus Confresa		
158497	Campus Barra do Garças		
158498	Campus Rondonópolis		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158144		26414	
158333			
158334			
158335			
158492			
158493			
158494			
158495			
158496			
158497			
158498			

Fonte: IFMT

2 INTRODUÇÃO

Nos moldes das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 117/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, apresentamos o relatório de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, relativo ao exercício de 2012.

Tal relatório, contempla as ações desenvolvidas pela Instituição na área do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, bem como a gestão orçamentária, patrimonial e financeira realizadas frente ao planejamento institucional e as ações governamentais inerentes à educação profissional e tecnológica.

A organização deste Relatório de Gestão 2012, segue estritamente as orientações e normativas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, com apresentação das informações obrigatórias e as de relevância institucional, de modo a apresentar as principais realizações e dificuldades enfrentadas pelo IFMT à sociedade.

As atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso aqui apresentadas, correspondem de forma sucinta as ações desenvolvidas não só pela alta gestão, mas também pelos seus 11 (onze) campi, núcleos avançados e pólos de educação a distância. Constituindo uma oportunidade para que a comunidade interna e externa, avaliem as estratégias de atuação, de modo a contribuir para o desenvolvimento de novas ações que possam aprimorar a gestão e o fortalecimento da Instituição.

Cuiabá, Março/2013.

Prof. José Bispo Barbosa
Reitor do IFMT

3 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

De acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas (Campo Novo do Parecis, Bela Vista e Pontes e Lacerda), transformados em *Campi* do instituto.

Além da integração dessas instituições, foram implementados, nos primeiros anos de vida do IFMT, mais quatro *Campi*, sendo eles nos municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis, e um Campus Avançado, no município de Sorriso (estando previsto, ainda, a criação dos *Campi* Várzea Grande, Primavera do Leste, Alta Floresta e Tangará da Serra). Todos os *Campi* visa atingir de forma abrangente os setores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades educacionais, culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o Estado, privilegiar os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável e promover a cultura do empreendedorismo e associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. E sua atuação junto a execução das políticas públicas está estabelecido pela correspondência entre às diretrizes firmadas pelo Ministério da Educação – MEC, especificamente por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, e por meio do seu planejamento estratégico, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT disciplina todas as ações realizadas no âmbito da instituição, representando um importante instrumento para a gestão. O primeiro PDI foi construído em 2009 por meio de audiências públicas, seminários e reuniões realizadas com a comunidade interna e externa. E durante a sua execução percebeu-se a necessidade de revisá-lo e atualiza-lo frente aos novos desafios e ao cenário socioeconômico do Estado de Mato Grosso. Assim, no exercício de 2012, o PDI 2009-2014 foi atualizado e revisado, por meio da realização de novas audiências e discussões com os alunos, professores, colaboradores e técnico-administrativos.

No que tange a missão institucional, o ponto principal está em proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

A organização e o funcionamento estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Resolução CONSUP nº 1, de 01 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2009 e pelo Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP n. 05, de 23 de abril de 2012. No Sistema de Administração Financeira – SIAFI, o Código da Instituição é a 26414, a Unidade Gestora da Reitoria é a 158144, divididas em mais 10 (dez) unidades gestoras, que representam os Campi do IFMT, que possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Para os próximos exercícios serão criados mais 04 unidades gestoras, relativos aos Campi em implantação: Sorriso, Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste.

3.2 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

De acordo com o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, aprovado Resolução CONSUP nº 1, de 01 de setembro de 2009 e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP n. 05, de 23 de abril de 2012, a estrutura organizacional do IFMT é constituída da seguinte forma:

- I. Deliberativo e Consultivo máximo:
 - a) Conselho Superior.
- II. Consultivo:
 - a) Colégio de Dirigentes.
- III. Consultivos Especializados:
 - a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura; e
 - b) Conselho de Planejamento e Administração;
- IV. Planejamento e Executivo:
 - a) Reitoria;
 - b) Diretorias-Gerais dos *Campi*
- V. Controle:
 - a) Auditoria Interna.
- VI. Assessoramento:
 - a) Assessoria Jurídica;
 - b) Procuradoria Federal;
 - c) Ouvidoria;
 - d) Comissão de Ética;
 - e) CPPD e NPPD; e
 - f) CIS.

Figura 1. Organograma do IFMT

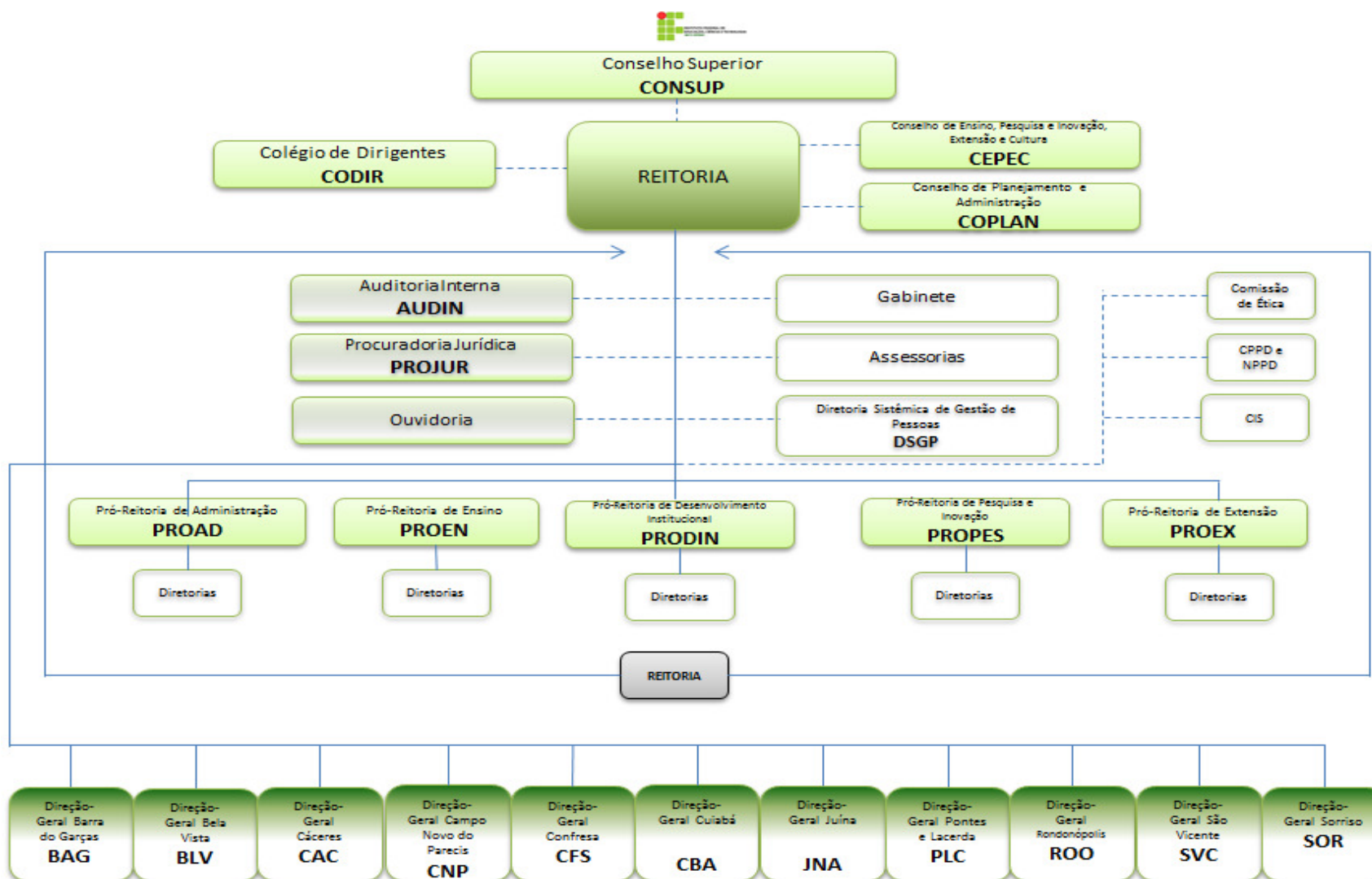
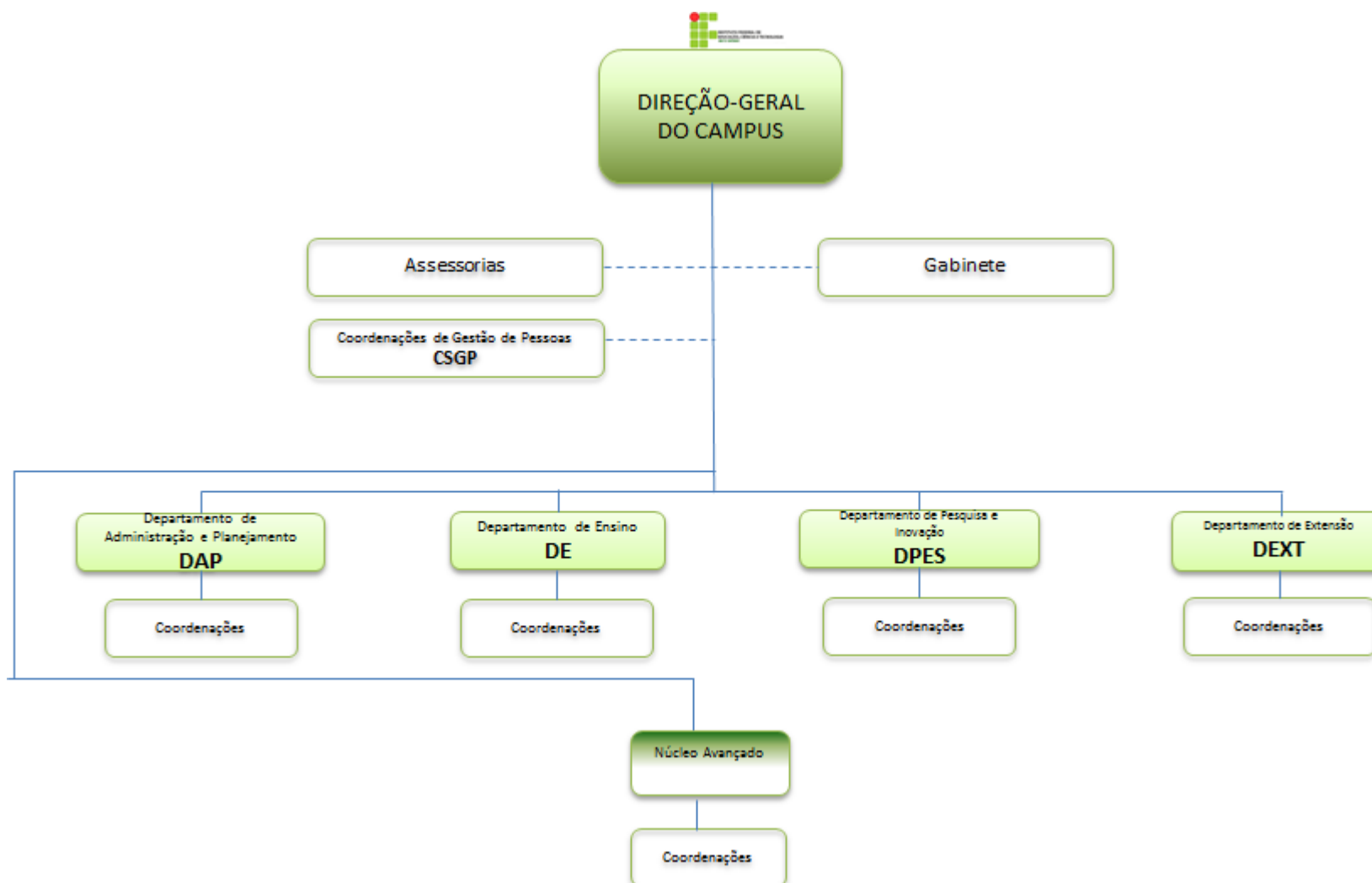


Figura 2. Organograma básico dos Campi do IFMT



3.2.1.1 Descrição sucinta das competências e atribuições

I. Deliberativo e Consultivo máximo:

a) Conselho Superior: é a instância máxima consultiva e deliberativa, cuja composição, representatividade, atribuições e competências estão definidas no Estatuto do IFMT (Art. 10 da Resolução n. 01/2009).

II. Consultivo:

a) Colégio de Dirigentes: é o órgão colegiado de função consultiva da administração superior, cuja composição, representatividade, atribuições e competências estão definidas no Estatuto do IFMT (Art. 10 da Resolução n. 01/2009).

III. Consultivos Especializados:

a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura: é o órgão de supervisão, com atribuições consultivas, sobre atividades didáticas, científicas, culturais e artísticas, de interação com a sociedade, estruturando-se em câmaras setoriais.

b) Conselho de Planejamento e Administração: é órgão consultivo e de supervisão em matéria de recursos humanos, orçamentários e financeiro, infraestrutura, patrimônio, planejamento e desenvolvimento institucional, tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados neste Regimento Geral e em Regimento Interno aprovados pelo Conselho Superior – CONSUP.

IV. Planejamento e Executivo:

a) Reitoria: dirigida pelo Reitor e em suas ausências e impedimentos, pelo seu substituto legal, é o órgão executivo superior que planeja, coordena, supervisiona, fiscaliza e controla todas as atividades do Instituto Federal de Mato Grosso.

A Reitoria é compreende:

- I. Reitor;
- II. Gabinete do Reitor;
- III. Pró-Reitorias:
 - Ensino;
 - Administração;
 - Desenvolvimento Institucional;
 - Extensão;
 - Pesquisa e Inovação
- IV. Diretorias Sistêmicas:
 - Gestão de Pessoas;
- V. Órgãos de Assessoramento;
- VI. Comissão de Ética;
- VII. Órgãos Suplementares;
- VIII. Assessorias, Consultorias e Comissões Especiais;
- IX. Órgãos de Apoio à Gestão;
- X. Auditoria Interna;
- XI. Comissão Própria de Avaliação Institucional;
- XII. Ouvidoria;
- XIII. Conselhos Consultivos Especializados; e
- XIV. Diretorias-Gerais dos *campi*.

- b) *Diretorias-Gerais dos Campi*: O Diretor-Geral é a autoridade superior do *campus*, competindo-lhe a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do Reitor.

V. Controle:

a) Auditoria Interna: é o órgão técnico de controle interno do Instituto Federal de Mato Grosso com o objetivo de fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente

VI. Assessoramento:

a) Assessoria Jurídica: é um órgão de apoio, responsável pela assessoramento na área jurídica.

b) Procuradoria Federal: é um órgão descentralizado da Procuradoria-Geral Federal – PGF, responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada a legislação pertinente, conforme orientação normativa da Advocacia-Geral da União;

c) Ouvidoria: é um órgão de assessoramento responsável pelo acolhimento de manifestações e reivindicações das comunidades interna e externa, encaminhando-as aos setores competentes.

d) Comissão de Ética: é parte do Sistema de Gestão de Ética, instituído no Poder Executivo Federal, sob a coordenação, avaliação e supervisão da Comissão de Ética Pública – CEP da Presidência da República é um órgão de caráter consultivo dos dirigentes e servidores do IFMT

e) CPPD e NPPD: A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do IFMT, prevista no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, vinculada à Administração Superior, é o órgão que subsidia a formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, observada a legislação pertinente no âmbito do IFMT, enquanto que os Núcleos Permanentes de Pessoal Docente – NPPD subsidiam no âmbito dos *Campi*.

f) CIS: a Comissão Interna de Supervisão – CIS do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, criada nos termos da Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso

3.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos do IFMT estão consubstanciados no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA. E tendo como base as metas e ações apontadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o IFMT tem por objetivos para serem aplicadas ao longo de cinco anos (2009-2014):

- ministrar educação profissional técnica de nível médio (mínimo de 50% de suas vagas), preferencialmente na forma de cursos integrados, mas também atendendo os cursos subsequentes ou concomitantes, incluindo-se PROEJA;
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica (mínimo de 20% de suas vagas);
- cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica;

- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas modalidades presencial e à distância, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

- fomentar a cultura do empreendedorismo e de apoio à inovação tecnológica, em consonância com as ações em curso no Estado de Mato Grosso;

- apoiar a oferta do ensino de ciências nas escolas públicas das redes municipal e estadual.

Tendo uma missão tão árdua e importante para a sociedade mato-grossense e brasileira, de uma forma geral, o PDI propôs estratégias e ações, sendo:

- **Ensino:**

Estratégia I - Consolidar a Política de Ensino no IFMT

- Ações:

1. Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino.
2. Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias.
3. Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.
4. Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.
5. Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.
6. Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.

IFMT **Estratégia II - Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do**

- Ações:

1. Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.
2. Estabelecer parceria com a Pró-Reitoria de Pós-graduação visando à capacitação de profissionais da educação.
3. Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.
4. Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.

Ensino **Estratégia III - Garantir a efetivação de Ações Institucionais com vistas a atender ao**

- Ações:

1. Fortalecer o sistema de avaliação institucional.
2. Implantar um programa único de sistema acadêmico.
3. Garantir a efetivação da gestão democrática.

Estratégia IV - Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas

- Ações:

1. Ofertar cursos de PROEJA.
2. Desenvolver programa de apoio aos discentes com deficiência (Bolsas de Estágio reserva de vagas ao Ensino Médio e Técnico e Núcleo de Apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais- NAPNEs).
3. Estabelecer programa de Concomitância Externa (Reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).
4. Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.
5. Valorizar o aluno-trabalhador com concessão de pontos a experiência profissional devidamente comprovada, no processo seletivo dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Estratégia V - Desenvolver Programas de Incentivo à Permanência.

- Ações:

1. Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.
2. Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; Isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos *campi* que assim permitir.
3. Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que estes possam completar ou iniciar seus estudos.
4. Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
5. Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas

técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.

6. Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.
7. Promover a cultura, o esporte e o lazer.

Estratégia VI - Incentivar a Inserção do Aluno Concluinte no Mercado de Trabalho

- Ações:

1. Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.
2. Estabelecer parcerias com a Pró-Reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.
3. Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.

Estratégia VII - Estruturar adequadamente as Bibliotecas

- Ações:

1. Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos *Campi* são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.
2. Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT.
3. Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo, salas de acesso à Internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.
4. Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.
5. Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente.
6. Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema unificado.
7. Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.
8. Implantar sistema de empréstimos *on-line*, assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.

Estratégia VIII - Implantar um sistema gerenciador de Bancos de Dados

- Ações:

1. Digitalizar a produção acadêmica do IFMT, propiciando a criação de um banco de dados constantemente atualizado.
2. Criar *links* para outras Bibliotecas Virtuais e Temáticas do Brasil e exterior.
3. Intensificar o intercâmbio do acervo com outras bibliotecas, quer através dos métodos tradicionais, quer através dos recursos digitais de transferência de dados.

• **Pós-Graduação**

Estratégia I – Consolidar a política de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Definição de parâmetros para a consolidação dos programas de pós-graduação.
2. Compor grupos de estudo para a implantação dos programas regulares de pós-graduação – *Stricto sensu*, em 2011.
3. Articular os cursos com os programas regulares de pós-graduação às linhas de pesquisa estabelecidas na IES.
4. Elaboração de programas regulares de pós-graduação compatíveis com as linhas de pesquisa existentes.
5. Consolidar a sistemática de avaliação das atividades de pós-graduação até 2010.

Estratégia II – Desenvolver programas de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Implantar programas de pós-graduação *Lato Sensu* em cada área de graduação do IFMT.
2. Implantar programas especiais e desenvolver novos cursos de pós-graduação.
3. Implantar novos programas de pós-graduação a partir de 2010.
4. Aperfeiçoar e dar continuidade as atividades de pós-graduação empreendidas.
5. Celebrar convênios com outras IES para a realização de programas de pós-graduação, ampliando o número de convênios para um total de 2 (dois) convênios a cada ano letivo, através de recursos próprios e por agências de fomento.

Estratégia III – Consolidar a política de divulgação das atividades de pós-graduação no IFMT

- Ações:

1. Ampliar os veículos institucionais regulares para a divulgação das atividades de pós-graduação.
2. Implantar, durante o período de 2009 a 2014, novos meios de divulgação permanentes para atividades de pós-graduação.

Estratégia IV – Consolidar a Política de Qualificação dos servidores do IFMT

- Ações:

1. Dar continuidade ao programa de capacitação docente/técnico-administrativo, mediante a oferta de cursos de especialização.
2. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação dos técnicos administrativos.
3. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação do corpo docente.

- **Educação a Distância**

Estratégia I - Fortalecer a qualidade do Ensino a Distância

- Ações:

1. Capacitar adequadamente os servidores docentes, técnico e cooperadores bolsistas para atender as necessidades dos cursos oferecidos.
2. Criar a Comissão de Avaliação Interna da EaD.
3. Desenvolver programas de reformulação e atualização curricular dos cursos de graduação em andamento.
4. Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para uso nos diversos níveis de ensino.
5. Difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto à comunidade acadêmica.
6. Implementar políticas e programas de educação à distância (EaD), visando à democratização do acesso à educação, a informação e ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas.
7. Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico, mediante ações de inclusão digital e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Estratégia II - Estabelecer a relação Ensino/Pesquisa e Extensão na EaD

- Ações:

1. Ofertar cursos de pós-graduação com cursos *Lato sensu* à comunidade da UAB/IFMT.
2. Criar cursos de extensão à distância.
3. Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.
4. Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Estratégia III - Difundir os conhecimentos de EaD

- Ações:

1. Estruturar a revista científica para a divulgação das produções relacionadas à EaD.
2. Organizar o seminário anual de EaD.

- **Pesquisa**

Estratégia I - Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados no IFMT com todas as informações referentes à pesquisa, tais como Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, dados de cada pesquisador, número de pesquisas, número de bolsistas e demais informações necessárias para acompanhamento, avaliação e bom andamento dos projetos de pesquisa.
2. Implantar o Programa de Qualificação Institucional (PQI) no IFMT.
3. Formar grupos de pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisas institucionais.
4. Criar mecanismos de proteção à propriedade intelectual, estimulando o registro de patentes, processos, softwares, entre outros.
5. Criar mecanismos para apoiar, nos *campi* agrícolas, a realização de pesquisas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs).

Estratégia II - Ampliar e modernizar a infraestrutura para a pesquisa e para os pesquisadores

- Ações:

1. Obter acesso irrestrito na consulta do portal de periódico da CAPES.
2. Criar espaço físico para o trabalho dos pesquisadores, com salas individuais ou para grupos de pesquisa.
3. Ampliar a destinação de recursos para aquisição de materiais para pesquisa.
4. Aumentar o número de servidores técnico administrativos de apoio à pesquisa.
5. Criar laboratórios de pesquisa, priorizando os necessários para abertura dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do IFMT.

Estratégia III - Ampliar e melhorar a participação do DISCENTE na pesquisa

- Ações:

1. Fomentar, no âmbito do IFMT, a importância da participação discente no desenvolvimento de projetos de pesquisa.
2. Buscar, nas entidades de fomento a pesquisa, recursos para concessão de bolsas de pesquisa para os discentes.

3. Criar um Programa Institucional de Iniciação Científica para concessão de bolsas de pesquisa aos discentes.
4. Gerir a política de distribuição de bolsas, considerando o número de grupos de pesquisa, o número de docentes e de discentes de cada *Campus*.
5. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos às bolsas de pesquisa.
6. Incentivar a criação de Núcleos ou Grupos de Estudo nas diferentes áreas, com servidor orientador e discentes, como forma de fomentar o interesse pela pesquisa;

Estratégia IV - Valorizar e Incentivar o servidor pesquisador

- Ações:

1. Viabilizar a distribuição de carga horária, como forma de contemplar o servidor que realiza pesquisa, incluindo a pesquisa como parte da avaliação docente ou para concessão de Dedicção Exclusiva (DE), incluindo também o tempo dedicado pelo servidor na orientação de discentes.
2. Institucionalizar o incentivo ao afastamento para realização de capacitação.
3. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos ao afastamento para capacitação e os auxílios financeiros aos projetos de pesquisa obtidos pelo pesquisador ou grupo de pesquisa.

Estratégia V - Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do

IFMT

- Ações:

1. Prever, no orçamento anual, recursos do IFMT para apoio à pesquisa;
2. Garantir a criação da Comissão de Ética na Pesquisa.
3. Viabilizar o apoio técnico à pesquisa, visando auxiliar o pesquisador ou grupo de pesquisa nas atividades inerentes à pesquisa.
4. Promover a capacitação de docentes na elaboração de projetos de pesquisa através de cursos e treinamentos específicos, visando à captação de recursos externos para pesquisa.
5. Fortalecer as linhas de pesquisa prioritárias de cada *campus*, incentivando e apoiando formação de novos Grupos de Pesquisa.
6. Dar condições efetivas aos pesquisadores para participar de eventos e congressos científicos mediante aprovação do Comitê da área.

Estratégia VI - Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, e instituições públicas e privadas

- Ações:

1. Buscar a ampliação de recursos externos destinados à pesquisa, tanto para apoio financeiro aos projetos, como para concessão de bolsas de pesquisa para docentes e discentes.
2. Firmar parcerias com empresas públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, bem como para testar novos produtos, equipamentos ou serviços.
3. Melhorar a participação em conselhos, comitês e demais fóruns regionais e estaduais relativos à pesquisa e inovação tecnológica.
4. Buscar a realização de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de pesquisa.
5. Garantir a propriedade da produção intelectual dos pesquisadores.

Estratégia VII - Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna quanto a externa

- Ações:

1. Realizar ações em conjunto com a extensão para a divulgação da pesquisa, através de dias de campo, palestras e cursos dentre outros, na comunidade interna e externa.
2. Melhorar a divulgação da pesquisa através da Publicação Periódica de Revista Científica (impressa e eletrônica).
3. Publicar, a cada dois anos, coletâneas de resumos das publicações do IFMT;
4. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
5. Divulgar todos os eventos relacionados à pesquisa, tais como a aprovação de projetos de pesquisa, a aprovação de trabalhos em congressos, premiações e demais ações relativas à pesquisa.
6. Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre o IFMT e a comunidade externa visando, principalmente, captar as demandas e as necessidades reais de cada região.

Estratégia VIII - Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Estratégia IX Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

• **Extensão**

Estratégia I - Institucionalizar e Sistematizar as atividades de Extensão no IFMT

- Ações:

1. Criar um banco de dados na Pró-Reitoria de Extensão do IFMT com todas as informações referentes às atividades de Extensão desenvolvidas nos *campi*, no âmbito da sua abrangência.
2. Fortalecer Diretorias, Coordenações, fóruns e grupos de Extensão, nos *campi*, principalmente por intermédio de treinamentos e compartilhamento de experiências.

Estratégia II - Promover a integração e a cooperação, na área de Extensão, entre os CAMPI do IFMT

- Ações:

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.

- Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

Estratégia III - Fomentar novas iniciativas de extensão no *campi*

Ações

- Criar programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, e outros produtos acadêmicos, que beneficiem o servidor e docente extensionista.
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Estratégia IV - Promover integração entre o IFMT e a sociedade

- Ações:

- Incentivar a participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.
- Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
- Articular políticas com municípios, estado e iniciativa privada que oportunizem o acesso à Formação Inicial e Continuada (FIC).
- Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto.
- Desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural, consolidando a participação do IFMT como agente cultural nas regiões onde atua.
- Aprofundar o relacionamento institucional com as comunidades já atingidas pelas ações de extensão.
- Promover em parceria com o setor público e privado ações de inclusão social nos campos da educação, saúde e cidadania.
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.
- Ampliar as parcerias com órgãos públicos para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.

Estratégia V – Intensificar o acompanhamento aos discentes na busca e desenvolvimento do Estágio e Emprego

Ações

- Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e empresas nacionais e internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios.
- Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas da sua inserção no mundo do trabalho bem como sua satisfação pessoal e profissional.

Estratégia VI - Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão com vistas a atingir a comunidade interna e a externa

- Ações:

- Realizar ações em conjunto com a pesquisa para a divulgação da extensão, através de dias de informativo periódico, palestras e cursos dentre outros;
- Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
- Realizar publicações em jornais de circulação e abrangência estadual.

4. Divulgar atividades de Extensão em programas televisivos de abrangência local, regional e estadual.

Estratégia VII - Avaliar as ações da Extensão no IFMT de forma sistematizada e periódica.

- Ações:

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *Campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

3.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

De acordo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso são os seguintes:

- MPF01 - Políticas pedagógicas;
- MPF02 - Políticas de ensino de pós graduação;
- MPF03- Políticas de educação a distância;
- MPF04- Políticas de pesquisa;
- MPF05- Políticas de extensão;
- MPF06- Políticas de gestão institucional;

Os macroprocessos finalísticos da Instituição são conduzidos por meio da Reitoria (Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Assessorias) e também por meio dos Campi (Direção-Geral, Departamentos, Coordenadores e outros) e por meio do Conselho Superior – CONSUP e pelos seus conselhos consultivos.

Os processos são realizados mediante metas e objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e por meio dos planejamento táticos e operacionais de cada unidade gerencial da Instituição. Sendo que na área da gestão orçamentária e financeira, observa-se ainda, as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. E na área da Tecnologia da Informação, tem-se o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI.

Todavia, há de se ressaltar que o mapeamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio ainda não foi finalizado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, porém apresentamos a seguir, os principais macroprocessos identificados por meio das informações constantes no PDI, PDTI e normativas internas.

Tabela II. Macroprocessos finalísticos

MPF01 - Políticas pedagógicas	MPF02 - Políticas de ensino de pós graduação
E1- Formação de profissionais da educação	E1- Desenvolvimento de programas de pós-graduação (Especialização)
E2- Acessibilidade e inclusão educacional	E2- Desenvolvimento de programas de pós-graduação (Mestrado)
E3- Programas de incentivo à permanência	E2- Desenvolvimento de programas de pós-graduação (Doutorado)
E4- Inserção do aluno ao mercado de trabalho	E3- Divulgação das atividades de pós-graduação no IFMT
E5- Estruturação das bibliotecas	E4- Qualificação dos servidores do IFMT
E6- Gerenciamento do banco de dados e indicadores educacionais	
MPF03- Políticas de educação a distância	MPF04- Políticas de pesquisa
E1- Ampliação e fortalecimento do Ensino a Distância	E1- Sistematização e institucionalização da pesquisa no IFMT

E2- Estabelecer a relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na EaD	E2- Parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, e instituições públicas e privadas
E3- Difundir os conhecimentos de EaD	E3- Participação do discente na pesquisa
	E4- Participação do servidor pesquisador
MPF05- Políticas de extensão	MPF06- Políticas de gestão institucional
E1- Sistematização e institucionalização as atividades de Extensão no IFMT	E1- Ampliação, manutenção e gerenciamento das instalações, estruturas e serviços
E2- Fomento as ações de extensão	E2- Sistema de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária
E3- Promoção da integração entre o IFMT e a sociedade	E3 - Sistema de planejamento e acompanhamento nas ações de gestão de pessoa.
E4- Acompanhamento dos discentes no desenvolvimento do estágio e emprego	E4- Sistema de controle interno
	E5- Tecnologia da Informação
	E6- Auditoria

Fonte: PDI 2009-2014

Para cada macroprocesso finalístico, tem-se as seguintes divisões e produtos:

- MPF01 - Políticas pedagógicas:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Ensino, Diretorias e Chefes de Departamento de Ensino, Coordenações de Cursos;
 - ✓ Produto: alunos matriculados e cursos ofertados;
- MPF02 - Políticas de ensino de pós graduação:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, Diretorias e Chefes de Departamento de Ensino, Diretorias e Chefes de Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenações de Cursos;
 - ✓ Produto: alunos matriculados e cursos ofertados;
- MPF03- Políticas de educação a distância:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Educação a Distância, Diretorias e Chefes de Departamento de Ensino, Coordenações de Cursos, Coordenadores de Pólos;
 - ✓ Produto: alunos matriculados e cursos ofertados;
- MPF04- Políticas de pesquisa;
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, Diretorias e Chefes de Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - ✓ Produto: pesquisas desenvolvidas;
- MPF05- Políticas de extensão:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Extensão, Diretorias e Chefes de Departamento de Extensão, Diretorias e Chefes de Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenações de Cursos;
 - ✓ Produto: alunos matriculados, cursos ofertados e projetos de extensão desenvolvidos.
- MPF06- Políticas de gestão institucional:
 - ✓ Responsáveis: Reitor; Pró-Reitorias; Diretorias; Diretores-Gerais dos Campi;
 - ✓ Produto: normativas, regulamentos, procedimentos, controles e outros.

3.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

De acordo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, os principais macroprocessos de apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso são os seguintes:

Tabela III. Macroprocessos de apoio

MPA01 – Apoio Administrativo	MPA02 – Apoio Educacional
E01- Aquisição e contratação de bens e serviços	E01- Emissão de certificados, diplomas e históricos
E02- Controle de estoque/almoxarifado	E02- Controle de frequência
E03- Controle de patrimônio	E03- Acervo bibliográfico
E04- Controle da frota de veículos	E04- Supervisão e acompanhamento dos cursos
E05 – Concessão de diárias e passagens	E05- Registro escolar
E06- Prestação de contas de convênios e termos de cooperação	E06- Apoio técnico a educação a distância
E07- Controle de documentos e processos (emissão, recebimento e arquivamento)	
E08 – Controle orçamentário	
E09 – Arrecadação própria	
E10- Controle contábil	
E11- Controle de contas a pagar e a receber	
E12- Controle de restos a pagar	
MPA03 – Gestão de Pessoas	MPA04 – Tecnologia da Informação
E01- Controle da vida funcional	E01- Manutenções corretivas e preventivas
E02- Concessão de auxílios e benefícios	E02- Suporte técnico
E03- Concessão de aposentadorias	E03- Segurança da informação
E04- Admissão e demissão de pessoal	E04- Administração de redes (intranet e internet)
E05- Controle de frequência	E05- Gestão do portal do IFMT
E06- Afastamentos e licenças	E06- Sistemas acadêmicos
E07- Escala de férias	E07- Sistemas administrativos (SIGA-ADM)
E08- Folha de pagamento	E08- Sistemas de comunicação
MPA05 – Apoio Assistencial ao Educando	MPA06- Auditoria
E01- Viagens e visitas técnicas	E01- Atendimento a fiscalização externa
E02- Assistência médica e odontológica	E02- Auditoria Interna
E03- Alimentação	E03- Compliance e riscos
E04- Transporte	

Fonte: PDI 2009-2014 e relatório de atividades das Pró-Reitorias e Campi.

Resumidamente, apresentamos os seguintes produtos dos macroprocessos acima citados:

- Apoio Administrativo:
 - ✓ Responsáveis: Reitor, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Diretores-Gerais dos Campi, Diretores e Chefes de Departamento de Administração e Planejamento, Coordenações.
 - ✓ Produto: processos tramitados, contratos e convênios, despesas realizadas, manutenção de imóveis e de veículos, controle de estoque, controle patrimonial, contabilização e outros;
- Apoio Educacional:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Ensino, Diretorias e Chefes de Departamento de Ensino, Coordenações de Cursos;
 - ✓ Produto: projeto político pedagógico, certificações e diplomas, registro escolar;
- Gestão de Pessoas:
 - ✓ Responsáveis: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas e Coordenações de Gestão de Pessoas;
 - ✓ Produto: servidores ativos, inativos, substitutos e temporários.
- Tecnologia da Informação:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação, Coordenações de Tecnologia da Informação e Diretores-Gerais dos Campi;

- ✓ Produto: sistemas, infraestrutura de TI, suporte e atendimento ao usuário, segurança e proteção de dados e informação;
- Apoio assistencial ao educando:
 - ✓ Responsáveis: Pró-Reitoria de Ensino; Diretores-Gerais dos Campi; Diretorias e Chefes de Departamento de Ensino; Coordenações de Assistência Social;
 - ✓ Produto: alunos assistidos.
- Auditoria:
 - ✓ Responsáveis: Reitoria, Auditoria Interna, Pró-Reitoria, Diretores-Gerais dos Campi, Diretorias e Chefes de Departamento;
 - ✓ Produto: normas, controles, fiscalizações e outros.

A seguir apresentamos de forma mais detalhada os macroprocessos da área da tecnologia da informação:

Tabela IV. Macroprocesso na área de TI

Macroprocessos	Descrição	Produto	Comentário
Desenvolvimento de Sistema	Análise, desenvolvimento e implantação de sistemas conforme IN DGTI N° 04/2011	Software ou Aplicativo	Sistema de Gerenciamento de Fiscais, para atendimento a GPI e PROAD e também a comunidade, que podem se candidatar a fiscal de concursos ou processos seletivos
Customização e Implantação	Implantação de Sistemas, com desenvolvimento próprio ou de terceiros e capacitação de usuários.	Software ou Aplicativo	Exemplo de sistemas: SIGA ADM (disponibilizado pela RENAPI), SUAP (em implantação, disponibilizado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte), GLPI (disponibilizado em glpi-project.org)
Gerenciamento de Identidade de Usuário	Criação e gerenciamento de contas de usuários, para uso de recursos de TI, conforme IN DGTI N° 02/2011. Gerenciamento de contas de e-mail institucional	Contas de Usuários	
Sites Institucionais	Criação de Sites Institucionais e cadastramento de usuários responsáveis, conforme IN DGTI N° 03/2011	Site institucional	
Gestão de Infraestrutura	Projeto, implantação de infraestrutura de TI para suportar os recursos de TI do IFMT. Gerenciamento de nomenclatura e endereços de Equipamentos (IN DGTI N° 01/2011).	Equipamento de TI	
Confecção de TR	Confecção de Termos de Referência para aquisição de TI.	TR para processo de aquisição	Algumas atividades são desenvolvidas em conjunto com o NCTI.
Planejamento de TI	Criação e atualização do Planejamento Estratégico de TI. Criação e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	PETI e PDTI	Atividade desenvolvido em conjunto com o CTI
Acesso à Internet	Conectividade e acesso à Internet para a Reitoria e campi	Conectividade com a Internet	Parceiro: Rede Nacional de Pesquisa
Fiscalização de Contrato	Fiscalização de contratos de TI	Fiscalização de contrato	Atendimento a comunidade interna.
Suporte	Suporte a sistemas implantados		Suporte aos sistemas implantados no IFMT, disponibilizados pela reitoria e pelos campi. O atendimento de primeiro nível no campus é realizado pela equipe local. Atendimento de

			segundo nível e também o atendimento na reitoria é realizado pela DGTI. Atendimento à sistemas em que foram adquiridos licenças de uso são realizados pelo fornecedor.
--	--	--	--

Fonte: DGTI

3.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros do IFMT são as entidades relacionadas ao poder municipal e estadual, bem como os Ministérios da Educação, Planejamento e Orçamento, Ciência e Tecnologia e o das Cidades.

Citamos como principais parceiros:

- Prefeituras Municipais;
- Secretaria de Estado de Educação;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
- FAPEMAT;
- CAPES;
- CNPQ;
- FNDE;
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT;
- Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT;

4 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA INSTITUIÇÃO

As estratégias da Instituição estão atreladas ao seu Estatuto e ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como as diretrizes definidas pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e pelas políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação e ainda as definidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2014, foi elaborado mediante debates e discussões realizadas em reuniões, seminários e audiências públicas, na qual foram discutidas e formuladas propostas pela comunidade interna e externa. Tal documento, também foi elaborado com base nas competências e prerrogativas legais e normativas, e consubstanciado ao Plano Nacional da Educação e a Lei de Diretrizes e Base da Educação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2014, foi revisto em 2012, e as metas e objetivos ali propostos foram redimensionados, de forma a estar mais próximo com a realidade institucional e contexto socioeconômico regional.

Dentre as principais ações estratégicas desenvolvidas no exercício de 2012, destacamos as seguintes: a realização do processo eleitoral para a escolha dos novos Diretores-Gerais dos Campi Cuiabá, Bela Vista, São Vicente e Cáceres, e ainda, a escolha do Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso; implantação e reorganização das unidades gestoras; consolidação da gestão de pessoas e tecnologia da informação; melhorias na infraestrutura física dos Campi; ofertas de novos cursos e/ou ampliação na ofertas de vagas; incentivo a pesquisa e a extensão; participação nos Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; Programa de Formação de Profissionais e Funcionários da Educação Básica – PROFUNCIONÁRIO; Programa Mulheres Mil e outros;

Contudo, houve diversos obstáculos e dificuldades enfrentadas pela Instituição, tais como a insuficiência de pessoal, desafios regionais (distâncias), paralização das atividades em razão do movimento grevista dos servidores, cortes e/ou limitações orçamentárias, atrasos nos repasses financeiros e outros. E diante de tal situação, os gestores do IFMT, tiveram por muitas vezes limitar as opções de atuação e até mesmo suspender algumas ações, em razão das limitações internas e externas da Instituição.

4.1 ESTRATÉGIAS ADOTADAS E ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Como já registramos anteriormente, o plano estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso encontra-se inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o qual contém os objetivos e ações estratégicas para os exercícios de 2009 a 2014 e também no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI.

Sendo assim, além das citadas acima, apresentamos a seguir as análises detalhadas do plano de ação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, por área de atuação, realizadas tanto pelas Pró-Reitorias quanto pelas Diretorias e pelos Campi do IFMT.

Não obstante, cabe destacar que das estratégias adotadas pela unidade no presente exercício, a Instituição realiza reuniões periódicas, para definição, detalhamento e avaliação dos

riscos quando da consecução dos objetivos estratégicos, de modo a mensurar os riscos que possam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos, e ainda, a revisão dos macroprocessos internos, adequações na estrutura de pessoal, tecnológica, imobiliária e etc.

4.2 ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

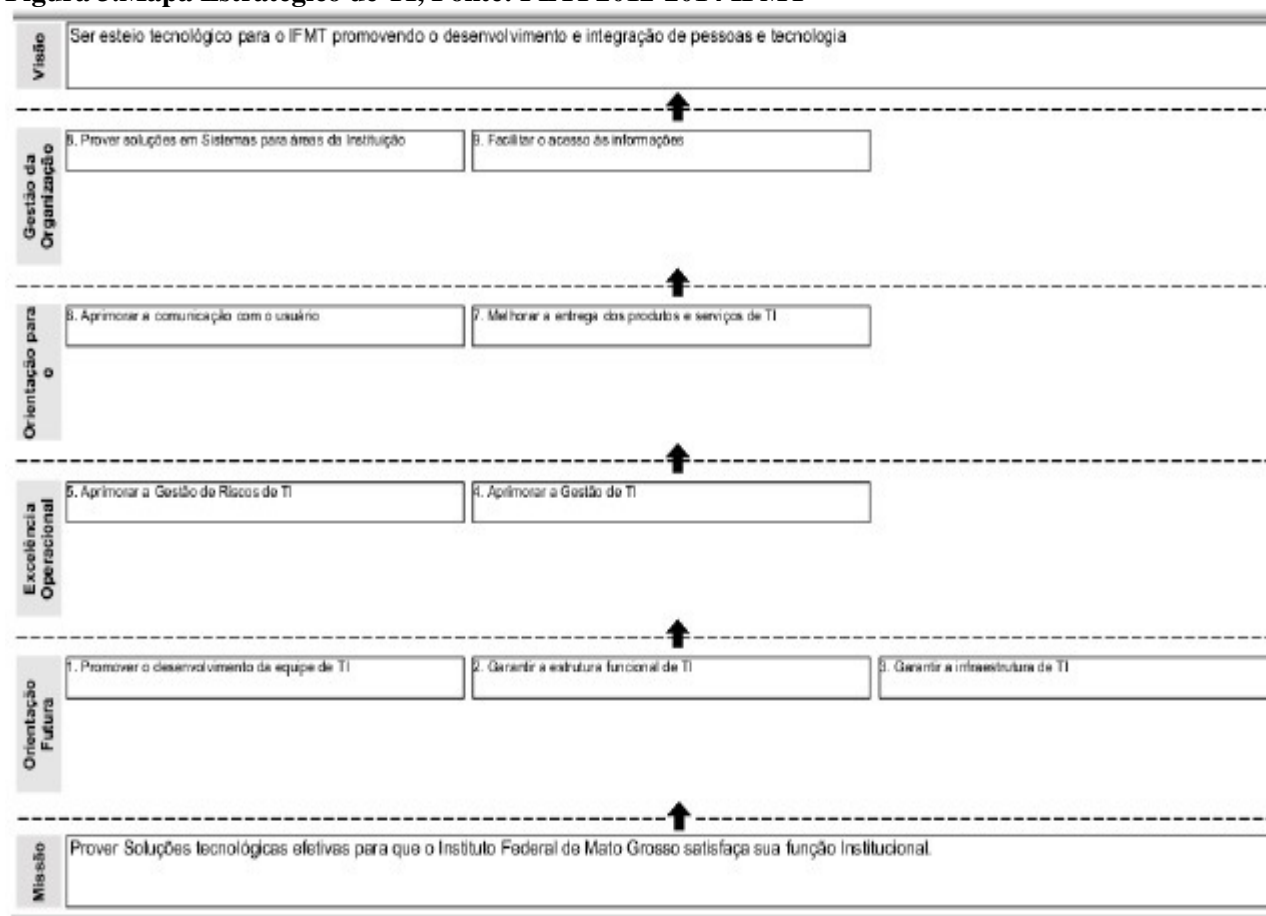
A seguir apresentamos a análise do plano de ação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com a demonstração das ações realizadas e não realizadas, frente ao planejamento estratégico da Instituição.

• Área de Tecnologia da Informação:

As estratégias e ações do PDI devem nortear as ações do IFMT. O PETI é o Planejamento Estratégico de TI que está em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, assim como o diagnóstico e ações deste plano que deve estar alinhado com o PETI. A representação visual da estratégia, eixos, missão e visão de futuro da DGTI é apresentado no Mapa Estratégico de TI na Figura 2. O mapa é estruturado por meio de objetivos estratégicos distribuídos nas perspectivas do negócio.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação reflete o planejamento de TI da instituição, identificando as ações necessárias para alcançar seus objetivos, portanto são apresentados as estratégias e ação do PDTI.

Figura 3. Mapa Estratégico de TI, Fonte: PETI 2012-2014 IFMT



Fonte: DGTI

A seguir apresentamos das ações previstas na área da TI, as quais foram executadas totalmente, parcialmente e/ou adiadas/canceladas.

Tabela V: Estratégias e Ações Previstas no PDTI e executadas

Necessidade	Ação	Descrição	Avaliação
RTR7	A2	Contratação de link para acesso à Internet	Disponibilidade de acesso redundante a Internet para a reitoria. O serviço é utilizado quando ocorre problemas no acesso principal à Internet através da RNP. Redução do tempo de indisponibilidade do acesso aos serviços essenciais, como sistemas disponibilizados pelo SERPRO, para o IFMT.
RTR7	A3	Contratação de serviço de telefonia fixa	Disponibilidade do serviço
RTR7	A4	Contratação de serviço de telefonia móvel	Disponibilidade do serviço
RTR7	A4	Contratação do serviço de internet móvel	Disponibilidade do serviço
RTR7	A5	Convênio com a UFMT para a rede RNP	Manutenção do acesso principal à internet para a Reitoria, Campus Cuiabá e Campus Cuiabá Bela Vista
RTR10	A1	Serviço de manutenção e reposição de peças da central telefônica	Foi contratado empresa para atendimento de uma demanda pontual
RTR10	A2	Serviço e manutenção e reposição de peças para computadores e impressoras	O processo licitatório contemplou manutenção de impressoras. O principal ganho é a disponibilidade do recurso para o usuário.
RTR17	A2	Aquisição de nobreaks	Disponibilidade de uso do equipamento mesmo em falta de energia, por algum tempo.
RTR22	A1	Realizar aquisições de TI com capacitação para os servidores.	A aquisição de solução de TI juntamente com a capacitação contribui para diminuir o tempo necessário para disponibilizar a solução adquirida para os usuários. A formalização deste procedimento ocorreu com a Portaria IFMT N° 87/2012.
RTR23	A1, A2	Realizar reunião presencial. Realizar webconferência	Houve apenas uma reunião presencial em conjunto com a capacitação sobre legislação. Esta atividade permite o compartilhamento de informações e contribui para melhorar o relacionamento entre os servidores. É necessário aumentar o número de reuniões presenciais.
RTR24	A1,A2	Participar de reuniões do CODIR. Publicar ações de TI nos sites institucionais.	A TI participou de algumas reuniões do CODIR durante o ano. Foi possível explicar diversos procedimentos, inclusive sobre legislação relacionada a aquisição de TI e realizar a conscientização dos gestores sobre este tema.
RTR25	A1	Solicitar aumento de número de servidores	A conscientização sobre a importância da TI junto a alta administração teve efeito. Iniciou-se o processo de ampliação da equipe e o primeiro servidor se apresentou no final de dezembro/2012.
RTR26	A1-A3	Implementação do PDTI. Ações de esclarecimentos sobre IN 4. Incentivar o uso de gestão estratégica.	As aquisições realizadas com o planejamento adequado permite obter os melhores produtos e/ou serviços para atender a demanda do negócio.
RTR28	A1-A2	Incentivar a participação em capacitação em governança de TI. Implantar procedimentos de governança de TI	Foi disponibilizado capacitação para servidores da reitoria e campi em curso de governança, conforme apresentação na seção "Capacitação". Espera-se melhoria nos procedimentos de TI.

Necessidade	Ação	Descrição	Avaliação
RTR33	A1-A2	Incentivar a participação em eventos de TI. Prospectar nova soluções de TI	O contato com outros profissionais de TI permite o compartilhamento de conhecimento e também de solução. Em um destes eventos houve foi disponibilizado o sistema SUAP, que encontra-se em processo de implantação.
RTR34	A1-A2	Participar na comissão de trabalho e implementar solução nos sites institucionais	Esta implementação facilitou o acesso à informação para o cidadão, através dos sites institucionais.

Fonte: DGTI

Tabela VI. Estratégias e Ações não Previstas no PDTI e executadas

Descrição	Avaliação
Implantação do Fone@RNP	A primeira fase deste projeto prevê a capacitação e instalação dos servidores de Telefonia IP na reitoria. Quando estiver totalmente operacional permitirá ligação telefônica, entre o IFMT e os órgão que fazem parte da rede, sem custo telefônica. Espera-se redução significativa nos valores de ligações interurbanas.
Sistema SUAP	O Sistema Unificado de Administração Pública possui diversos controles e estatísticas que auxiliarão a tomada de decisão pelos administradores da instituição.
Núcleo de Contratação de TI	O NCTI é responsável pela elaboração dos Termos de Referência para aquisição de solução de TI. O primeiro processo concluído refere-se a aquisição de computadores para todo o IFMT. As atividades eram executadas por todos os campi e as aquisições eram geralmente desenvolvidas individualmente. Com a concentração, espera-se redução no preço da aquisição, garantido o princípio da economicidade, bem como a otimização da força de trabalho.
Parceria Autodesk	Foi realizada através do FORTI/CONIF a parceria com a Autodesk para disponibilizar, sem custos para o IFMT, licenças de softwares para uso acadêmico em todos os campi. Esta parceria proporcionou economia relacionada a aquisição de licenças.

Fonte: DGTI

Tabela VII. Estratégias e Ações Previstas no PDTI e não executadas

Necessidade	Ação	Descrição	Justificativa
RTR1	A1	Capacitação em Adempiere	Foi realizado o processo licitatório (23188.002308/2011-13) porém não houve empresa capacitada para executar o serviço
RTR1	A2	Capacitação em Appliance em Segurança	Será realizada juntamente com a aquisição da solução
RTR1	A3	Aquisição de software antivirus	Em função da greve dos servidores as atividades do NCTI foram prejudicadas
RTR1	A4	Aquisição de Appliance em Firewall	Em função da greve dos servidores as atividades do NCTI foram prejudicadas
RTR1	A5	Aquisição de servidor	Em função da greve dos servidores as atividades do NCTI foram prejudicadas
RTR1 RTR5 RTR15	A6 A1 A1	Aquisição de tablet	Em função da greve dos servidores as atividades do NCTI foram prejudicadas
RTR1	A7	Implantação de Sistema para Biblioteca	Em função da greve dos servidores esta atividade foi prejudicada, está em andamento.

Necessidade	Ação	Descrição	Justificativa
RTR2	A1	Capacitação em Cabeamento Estruturado	Esta atividade não foi realizada em função da greve dos servidores
RTR2	A2	Capacitação em Fiscalização de contratos e serviços terceirizados	Esta atividade não foi realizada em função da greve dos servidores
RTR2	A3	Execução de cabeamento estruturado	Esta atividade somente poderá ser executada depois da aquisição ou locação da sede própria da reitoria
RTR2	A4	Aquisição de ativos de rede	Esta atividade somente poderá ser executada depois da aquisição ou locação da sede própria da reitoria
RTR3	A1	Aquisição de projeto multimídia	Não houve ampliação dos setores na reitoria, esta aquisição deverá acontecer em 2013
RTR3 RTR4 RTR5 RTR9 RTR14 RTR16	A3 A1-A5 A3 A1-A8 A4 A1	Aquisição de software diversos	Em função da greve dos servidores as atividades do NCTI foram prejudicadas
RTR6	A1	Aquisição do projeto, capacitação e execução do circuito fechado de TV para o prédio novo da reitoria	Esta atividade somente poderá ser executada depois da aquisição ou locação da sede própria da reitoria
RTR7	A1	Contratação de empresa para elaboração de projeto de cabeamento estruturado	Esta atividade somente poderá ser executada depois da aquisição ou locação da sede própria da reitoria
RTR1	A1	Aquisição de solução para digitalização de documentos com fornecimento de software e capacitação e mídias	Esta atividade somente poderá ser executada depois da aquisição ou locação da sede própria da reitoria em função da necessidade de infraestrutura para receber os equipamentos
RTR13	A1-A2	Implantação de software de planejamento estratégico e capacitação	O projeto foi alterado para utilização do Sistema SUAP, que está em andamento.
RTR18 RTR19 RTR20	A1-A5 A1-A5 A1-A5	Projeto e execução de cabeamento e CFTV. Solução para controle de ponto eletrônico para os novos campi (Alta Floresta, Primavera do Leste e Várzea Grande)	Esta atividade depende da formalização do local onde serão implantados estes campi.
RTR21	A1-A2	Incentivar a participação do futuro fiscal de contrato na fase de elaboração. Utilizar recurso de TI para cadastro de contratos de TI	Será utilizado o sistema SUAP, cuja implantação está em andamento.

Fonte: DGTI

Tabela VIII. Estratégias e Ações Previstas no PDTI e executadas parcialmente

Necessidade	Ação	Descrição	Comentários
RTR3 RTR5 RTR5 RTR14 RTR14 RTR15 RTR17	A2 A2 A4 A1-A3 A5 A1 A2	Aquisição de Notebooks, Desktops e Impressoras	Foram adquiridos alguns equipamentos para atendimento imediato. No ano de 2013 deverá ser realizado a aquisição dos itens restantes previstos no PDTI.

Necessidade	Ação	Descrição	Comentários
RTR8	A1-A17	Equipamentos e suprimentos diversos para atendimento a demanda da PROAD	Foram adquiridos alguns equipamentos para atendimento imediato. No ano de 2013 deverá ser realizado a aquisição dos itens restantes previstos no PDTI.
RTR10	A1-A2	Serviço de manutenção e reposição de peças da central telefônica	Foi contratado empresa para atendimento de uma demanda pontual
RTR30	A1	Implementar as ações descritas na POSIC	Existem diversas ações, algumas estão em implantação (habilitar HTTPS, criação de LOG de acesso à internet, mudança periódica de senhas), porém com a greve dos servidores não foi possível implementar todas as recomendações.
RTR31	A-A2	Divulgar ações da TI nos sites institucionais. Realizar eventos para divulgar serviços de TI	No momento somente partes das ações estão divulgadas nos sites.

Fonte: DGTI

- **Área de Extensão:**

Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

Cabe à Pró-reitoria de extensão, atuar no planejamento estratégico e operacional do Instituto Federal, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos *campi*, articular, apoiar e participar do desenvolvimento contínuo de ações de integração escola-empresa-comunidade, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.

A atuação da Extensão do IFMT em 2012, se deu principalmente em:

1 - Eventos: Realização dos JIF's, Jogos do Instituto Federal, no período de 14 a 18 de novembro, tendo como sede o IFMT Campus Cáceres; Apoio a realização da Semana de Ciência e Tecnologia e diversos eventos de extensão nos Campi do IFMT.

2 - Projetos Sociais: Seleção pelo edital 113/2012, de projetos de extensão, todos com articulação com os diversos setores da sociedade, a serem desenvolvidos no ano de 2013, nos 11 Campi do IFMT.

3 - Estágio e Emprego: Prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio supervisionado não obrigatório. Apoio aos Campi na busca por estágios curriculares aos alunos do IFMT.

4 - Cursos de Extensão por programas especiais do Governo Federal: Ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta não regular, que objetiva a capacitação de cidadãos, por intermédio dos programas Mulheres Mil, CERTIFIC e PRONATEC.

5 - Visitas Técnicas e Gerenciais: Orientação aos Campi da formalização de processos para a realização de visitas técnicas buscando a Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

6 - Empreendedorismo: Acompanhamento à ATIVA Incubadora de Empresas, posicionada na Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias do Campus São Vicente. Compreende o apoio técnico bem como o desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos em parceria com a iniciativa privada

7 - Acompanhamento de egressos: Encaminhamento de formulários aos Campi e orientação da importância do acompanhamento dos seus egressos, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Tabela IX. Estratégias e Ações Previstas no PDI

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO	DIFICULDADE
1	Viabilizar as condições de participação de docentes, técnicos administrativos e alunos em programas e atividades de extensão.	Realizado. O IFMT lançou edital e selecionou 55 projetos ofertando 110 bolsas de incentivo a Extensão e adquiriu mobílias para apoio a programas de extensão, especialmente o Mulheres Mil	Conscientização dos quadros docente e técnicos administrativos da necessidade de maior integração com a sociedade.
2	Aprimorar e intensificar as ações de extensão já desenvolvidas nos <i>campi</i> .	Realizado Parcialmente. As ações de extensão estão sendo intensificadas e aprimoradas nos <i>Campi</i> . Porém, necessita melhor formalização dos processos internos de extensão nos <i>Campi</i> .	Permanência de coordenadores de extensão nos <i>Campi</i> (alta rotatividade); Necessita estruturação, especialmente mediante lotação de Recursos Humanos nos setores de extensão.
3	Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional	Parcialmente realizado. Há necessidade de avançarmos nas questões relativas a inclusão social. 6 <i>Campi</i> aderiram ao PRONATEC, 7 ao mulheres mil e apenas 2 ao CERTIFIC.	Modelo burocrático de gestão dos programas e as grandes demandas no ensino regular, o pequeno quadro docente e administrativo são as principais justificativas dos <i>Campi</i> para a baixa adesão.
4	Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.	Realizado. Há necessidade de avançarmos nas questões relativas a Extensão Ambiental, porém, muitos projetos estão sendo executados com sucesso.	Grandes demandas das regiões, uma vez que os Institutos são implantados em áreas geralmente carentes.
5	Desenvolver programas para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC),	Realizado. O PRONATEC possui diversos cursos pactuados, quadro técnico e empenhos.	Modelo burocrático de gestão dos programas e dificuldade dos <i>Campi</i> .
6	Realizar parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural	Realizado Parcialmente. Há a necessidade de avançarmos nas questões relativas a cultura, e lazer.	Dificuldades legais na aquisições de premiações, pagamentos de serviços e pouca tradição da maioria dos <i>campi</i> na realização de eventos culturais.
7	Atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.	Realizado parcialmente. A PROEX prestou apoio na realização de eventos tecnológicos bem como o acompanhamento da incubadora de empresas ATIVA.	O Campus possui dificuldades em elaborar e definir uma política de apoio e desenvolvimento da incubadora ATIVA.
8	Elaborar Programas Institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com Instituições e Empresas Nacionais e Internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao Estágio Curricular e intercâmbios	REALIZADO. Todos os convênios formalmente solicitados pelos <i>Campi</i> foram formalizados pela PROEX, para a realização de estágios curriculares.	Há a necessidade de diminuir os processos burocráticos internos para a efetivação de convênios para estágios curriculares.
9	Elaborar e implantar programas de avaliação e acompanhamento de egressos	Parcialmente realizado. Há a necessidade de avançarmos nas questões relativas a Egressos. Houve elaboração de fichas de diagnóstico de egressos e estímulo a realização de encontro de egressos nos <i>Campi</i> .	Os <i>Campi</i> não são ágeis na realização de eventos de integração e possuem fragilidade nos setores de comunicação e cerimonial, necessários a integração e contatos com os ex alunos e egressos.
10	Avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas.	Parcialmente realizado. Houve discussões com os coordenadores de extensão dos <i>Campi</i> sobre a importância de se criar bando de dados (relatórios e fotografias) dos projetos de extensão, bem como a criação de critérios de avaliação qualitativa das atividades de extensão.	Os <i>campi</i> possuem setor de extensão pouco estruturado, com reduzido quadro de recursos humanos dificultando sobremaneira o acompanhamento dos projetos e atividades de extensão.

11	Realizar discussões para a institucionalização do Conselho de Extensão	Não realizado. Houve discussões com as coordenações de extensão nos Campi, sobre a importância e as atribuições do conselho, porém, não efetivou-se ações concretas.	Reduzido quadro de recursos humanos dificultando sobremaneira a realização do previsto.
----	--	---	---

Fonte: PROEX

Tabela X. Estratégias e Ações não previstas no PDI e executadas

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO
1	Pactuação de cursos PRONATEC	Realizado. O IFMT nomeou coordenadores e supervisores do PRONATEC, viabilizou a participação dos mesmos em eventos para discussão do Programa.
2	Apoio e Intensificação do programa Mulheres 1000.	Realizado. As ações de extensão estão sendo diversificadas e aprimoradas nos Campi. Há a necessidade de melhor formalização dos processos internos de extensão nos Campi
3	Apoio a ações do CERTIFIC	Realizado. A atividade está sendo desenvolvida no Núcleo avançado de Poconé com segurança e eficiência.
4	Realização dos Jogos do IFMT	Realizado. Os jogos atingiram plenamente os seus objetivos

Fonte: PROEX

Outra ação de destaque, da área de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Criado em 26 de outubro de 2011 com a sanção da Lei 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

A base legal do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego está alicerçada na Resolução N° 04/FNDE/2012, Resolução N° 72/FNDE/2011, Resolução N° 66/FNDE/2011, Resolução N° 62/FNDE/2011, Portaria/MEC N° 1.568, de 3 de Novembro de 2011, Portaria/MEC N° 1.569, de 3 de Novembro de 2011; Lei n° 12.513, de 26 de Outubro de 2011; Decreto N° 7.589, de 26 de Outubro de 2011.

A oferta da Bolsa-Formação PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ocorre de duas formas senão vejamos:

- **Bolsa-Formação Estudante:** é destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio a partir de 800 horas, na modalidade concomitante. (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos).

- **Bolsa-Formação Trabalhador:** é destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas. (Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada).

- Em ambos os casos os estudantes terão direito a cursos gratuitos e de qualidade, a alimentação, transporte e todos os materiais necessários que possibilitarão a posterior inserção profissional.

Poderão ser beneficiários das vagas ofertadas no âmbito da Bolsa-Formação:

a) estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

b) trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;

- c) beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda;
- d) pessoas com deficiência;
- e) povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e
- f) públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação do Pronatec.

Objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego consiste em:

- a) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de EPT de nível médio e de cursos FIC;
- b) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- c) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- d) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional.

Em 2012 conforme dados extraído do SISTEC (**Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**) foram pactuados 57 cursos, sendo 08 (oito) cursos técnicos na modalidade concomitância, e 49 (quarenta e nove) cursos de Formação Inicial e Continuada, dividida entre 06 (seis) campus.

Ao todo a meta a ser alcançada é em numero de alunos matriculados é de 1595 alunos, inseridos no contexto de públicos prioritários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Trabalho e Emprego.

O cursos foram escolhidos mediante reuniões juntamente com os setores demandantes no âmbito do Estado, desta forma chagamos a os cursos abaixo listados:

Tabela XI. Cursos oferecidos por meio do PRONATEC

CAMPUS	CURSO	VAGAS	MATRICULA	CH	TIPO DE DEMANDANTE
Bela Vista	Atendente De Lanchonete	35	-	160	Todos
Bela Vista	Auxiliar De Laboratório De Saneamento	30	-	160	Todos
Bela Vista	Auxiliar De Operação De Estação De Tratamento De Efluentes	30	-	160	Todos
Bela Vista	Auxiliar De Fiscalização Ambiental	30	-	160	Todos
Bela Vista	Auxiliar Em Administração De Redes	30	-	200	Todos
Bela Vista	Auxiliar De Operação De Estação De Tratamento De Águas	30	-	160	Todos
Bela Vista	Atendente De Nutrição	25	-	240	Todos
Cáceres	Técnico Em Zootecnia	30	-	1200	Secretaria Estadual De Educação
Cáceres	Técnico Em Agroecologia	30	-	1200	Secretaria Estadual De Educação
Cáceres	Criador De Animais De Pequeno Porte	30	-	200	Inclusão Produtiva - MDS
Cáceres	Avicultor De Postura De Corte	30	-	160	Inclusão Produtiva - MDS
Cáceres	Preparador De Pescado	60	-	160	Inclusão Produtiva - MDS
Cuiabá	Técnico Em Eletrônica	30	-	1200	Secretaria Estadual De Educação

CAMPUS	CURSO	VAGAS	MATRICULA	CH	TIPO DE DEMANDANTE
Cuiabá	Técnico Em Secretariado	30	-	800	Secretaria Estadual De Educação
Cuiabá	Técnico Em Edificações	30	-	1200	Secretaria Estadual De Educação
Cuiabá	Técnico Em Informática	25	-	1200	Secretaria Estadual De Educação
Cuiabá	Regente De Banda	30	-	160	Todos
Cuiabá	Recreador	30	-	160	Todos
Cuiabá	Recepcionista	30	-	160	Todos
Cuiabá	Reparador De Circuitos Eletrônicos	30	-	280	Todos
Cuiabá	Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	30	-	200	Todos
Cuiabá	Operador De Computador	30	-	160	Todos
Cuiabá	Regente De Coral	30	-	160	Todos
Cuiabá	Inspetor Escolar	30	-	160	Todos
Cuiabá	Aplicador De Revestimento Cerâmico	30	-	160	Todos
Cuiabá	Assistente De Obras	30	-	200	Todos
Cuiabá	Auxiliar De Agenciamento De Viagens	30	-	200	Todos
Cuiabá	Montagem E Manutenção De Computadores	30	-	160	Todos
Cuiabá	Mecânico De Manutenção De Refrigeração E Climatização Doméstica	30	-	160	Todos
Cuiabá	Ajudante De Obras	30	-	160	Todos
Cuiabá	Eletricista De Rede De Distribuição De Energia Elétrica	30	-	200	Todos
Cuiabá	Instalador E Reparador De Linhas E Sistemas De Telefonia	30	-	200	Todos
Cuiabá	Eletricista Industrial	30	-	300	Todos
Cuiabá	Auxiliar De Eletricista	30	-	160	Todos
Cuiabá	Recepcionista De Eventos	30	-	160	Todos
Cuiabá	Libras Básico	30	-	160	Todos
Cuiabá	Agente De Informações Turísticas	30	-	160	Todos
Cuiabá	Auxiliar De Pessoal	30	-	160	Todos
Pontes e Lacerda	Regente De Coral	30	-	160	Projovem
Pontes e Lacerda	Agente De Gestão De Resíduos Sólidos	30	-	240	Projovem
Pontes e Lacerda	Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	30	-	300	Projovem
Pontes e Lacerda	Agente De Combate Às Endemias	30	-	240	Projovem
Pontes e Lacerda	Técnico Em Eletrotécnica	30	-	1200	Secretaria Estadual De Educação
Pontes e Lacerda	Técnico Em Secretariado	30	-	800	Secretaria Estadual De Educação
Juína	Recepcionista	40	-	160	Todos
Juína	Horticultor	40	-	160	Todos
Juína	Agente De Combate Às Endemias	40	-	240	Todos
Juína	Auxiliar De Crédito E Cobrança	40	-	180	Todos
Juína	Agricultor Familiar	40	1	200	Todos

CAMPUS	CURSO	VAGAS	MATRICULA	CH	TIPO DE DEMANDANTE
Confresa	Viveirista De Plantas E Flores	30	2	160	Todos
Confresa	Preparador De Derivados De Leite	30	1	160	Todos
Confresa	Operador De Sistemas De Irrigação	30	1	160	Todos
Confresa	Auxiliar De Cozinha	30	8	240	Todos
Confresa	Auxiliar De Pessoal	40	12	160	Todos
Confresa	Operador De Computador	20	20	160	Todos
Confresa	Auxiliar Administrativo	40	40	160	Todos
Confresa	Operador De Máquinas E Implementos Agrícolas	30	28	200	Todos
Total Hora - Aluno		1595	113	16880	

Fonte: PROEX

Em relação a meta 2012, cabe destacar que o IFMT não atingiu a meta estabelecida, considerando que alguns aspectos implicaram para a implantação das atividades junto aos campi, dentre elas podemos citar a greve nacional dos servidores públicos federais da educação, terminada ultimo trimestre 2012, bem como, dificuldades em relação ao efetivação das etapas do programa devido ao curto espaço entre a aprovação do recurso, descentralização, processos licitatórios para aquisição de materiais, obrigatórios, para o início do curso, além da seleção dos profissionais do para participarem do programa.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso diante das metas estabelecidas está com 7% em matriculas efetivas, correspondendo ao cenário da rede federal de ensino perante o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Trabalho e Emprego em todo o país onde as dificuldades são afins quanto aos aspectos operacionais, conforme diagnostico realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e apresentado em reunião realizada em Dezembro de 2012. Para 2013, serão implementadas novas ações com objetivo de proporcionar maior celeridade as atividades.

Quanto ao recurso financeiro para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Trabalho e Emprego, cabe destacar que a partir das pactuações dos cursos junto ao SISTEC, iniciamos as atividades de elaboração do termo de cooperação para cadastro junto ao SAPENET, sistema de cadastro de convênios do Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação, que após submetido foi aprovado e publicado no D.O.U n.º 90, de 10/05/2012, seção 1, página 25.

O valor aprovado para execução do programa no âmbito do IFMT, corresponde a importância de R\$ 4.896.000,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e seis reais), para o exercício 2012.(doc anexo)e foram disponibilizados na Funcional Programática:12.363.2031.20RW.0001, PTRES 043895, Plano Interno QFP05P0601P – Bolsa Formação PRONATEC Rede Federal, na ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica, descentralizados da seguinte forma:

Tabela XII. Créditos descentralizados para o PRONATEC

Funcional Programática:	12.363.2031.20RW.0001		
PTRES	043895		
Plano Interno	QFP05P0601P		
Bolsa Formação PRONATEC Rede Federal, na ação 20RW – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica			
Natureza de Despesas			
33.90.48 (Auxílio Financeiro a Pessoa Física)	33.90.30 (Material Consumo)	33.90.39 (Pessoa Jurídica)	33.90.18 (Auxílio Estudantil)
R\$ 2.178.656,00	R\$ 711.406,00	R\$ 1.367.018,00	R\$ 638.920,00
TOTAL = R\$ 4.896.000,00			

Fonte: SIAFI

Em 02/07/2012, foi emitida a Resolução/CONSUP n.º 44/2012 que trata dos critérios e procedimentos para atividades de extensão referentes a execução das ações de aplicação da Bolsa

Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Do montante de recursos acima destacamos que foram devolvidos as seguintes importâncias, em razão dos problemas operacionais, atrasos/cancelamentos e paralisações:

Tabela XIII. Créditos descentralizados devolvidos do PRONATEC.

PRONATEC 2012/1 (DEVOLUÇÃO DE RECURSOS)*				
33.90.48 – Auxílio Financeiro a Pessoa Física	33.90.30 – Material de Consumo	33.90.39 – Pessoa Jurídica	33.90.18 – Auxílio Estudante	TOTAL
R\$390.649,20	R\$409.029,40	R\$1.286.466,24	R\$638.920,00	R\$2.725.064,84

Fonte: SIAFI

- **Área de Pesquisa e Inovação:**

A seguir apresentamos as ações previstas no PDI da área da Pesquisa e Inovação, bem como a situação de cada uma delas.

ESTRATÉGIA 1. Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT

Resultado: Todas as ações estão em andamento. Foram obtidos grades avanços nos itens na institucionalização da pesquisa: Destacamos a criação do Programa do Programa Institucional de Iniciação Científica e a aprovação em 2012, através da Resolução CONSUP nº 051/2012 o Regulamento para concessão de “Auxílio Financeiro a Pesquisador”

ESTRATÉGIA 2. Ampliar e modernizar a infra estrutura para a pesquisa e para os pesquisadores

Resultado: Alguns avanços forma obtidos, mas ainda aquém do necessário. É uma ação que não dependa apenas da PROPEs. A principal causa deve-se a falta de recursos financeiros específicos para a pesquisa e a falta da “cultura investigativa” do corpo docente da instituição. Isto sé será alcançado com o passar do tempo.

ESTRATÉGIA 3. Ampliar e melhorar a participação do ALUNO na pesquisa

Resultado: Todas as ações previstas nesta estratégia foram atingidas plenamente. O IFMT fechou o ano de 2012 com **441** alunos bolsistas, sendo 163 de cursos superiores e 278 do ensino médio/técnico. Através da Resolução CONSUP Nº 050/2012 o valor das bolsas de Iniciação Científica do PROIC/IFMT forma reajustadas, passando para R\$ 250,00 e R\$ 400,00, para alunos do ensino médio/técnico e alunos dos cursos superiores, respectivamente.

ESTRATÉGIA 4. Valorizar e Incentivar o professor pesquisador

Resultado: Ações em andamento. Algumas ações foram atingidas plenamente. Outras ainda não foram implantadas. A principal ação de 2012 foi a aprovação do Regulamento para concessão de “Auxílio Financeira a Pesquisador” permitindo aportar com recursos financeiros para custeio os projetos de pesquisa aprovados nos editais da PROPEs.

ESTRATÉGIA 5. Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do IFMT

Resultado: Ações em andamento. Algumas atingidas plenamente. Ainda não foi criado o comitê de ética na pesquisa.

ESTRATÉGIA 6. Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, instituições públicas e privadas.

Resultado: Metas atingidas. O IFMT participa de diversos comitês de pesquisa e inovação. Firmou convênio com a FAPEMAT para concessão de 35 bolsas de iniciação científica para estudantes dos cursos superiores, convenio como o CNPq para 36 bolsas PIBIC/PIBIT e 160 bolsas PIBIC EM.

ESTRATÉGIA 7. Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna como a externa.

AÇÕES

Resultado: A PROPES apoiou em 2012 a realização das jornadas científicas nos Campi do IFMT. Além do apoio financeiro (R\$ 5.000,00 por campus) participou viabilizando a realização de oficinas: Elaboração de Projetos de Pesquisa e Elaboração de Relatórios e Artigos Científicos. Estas oficinas foram demandadas pelos Campi do IFMT. Seria realizado o 2º Workshop de Pesquisa e Inovação mas foi adiado em função da greve dos servidores federais.

ESTRATÉGIA 8. Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica.

Resultado: Metas atingidas plenamente andamento e em andamento. Os dirigentes de pesquisa de cada Campus compõem o comitê assessor da PROPES e reúnem-se periodicamente para discutir e avaliar a pesquisa no âmbito do IFMT.

ESTRATÉGIA 9. Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT.

Resultado: Metas atingidas e em andamento. Os dirigentes de pesquisa de todos os Campi compõem o Comitê Assessor da PROPES e reúnem-se periodicamente para discutir e avaliar a pesquisa no âmbito do IFMT. Há necessidade ainda de melhorar o intercâmbio entre os Campi do IFMT, visando maximizar as ações da pesquisa. A realização das jornadas científicas nos Campi propiciou um grande avanço no intercâmbio de pesquisadores e alunos.

• **Área de Gestão de Pessoas**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso foi criado em Dezembro de 2008 através da Lei nº 11.892, os campi do interior e a reitoria estão sendo estruturados a partir dos esforços de toda uma comunidade compromissada com a educação de qualidade. A área de Gestão de Pessoas tem se esforçado continuamente para normatizar, capacitar, qualificar e executar as atividades inerentes a suas atribuições, contudo, em um momento de expansão vários foram os entraves para a realização de suas atividades, tais como falta de pessoal e infraestrutura.

Diante desta conjectura a área de Gestão de Pessoas, representada pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas - DSGP conseguiu em 2012 finalizar algumas ações de vital importância, tais como:

- Programa de Avaliação de Desempenho dos Técnicos-Administrativos em Educação;
- Metodologia da Avaliação de desempenho dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- Metodologia de Avaliação de Estágio Probatório;
- Regulamentação de movimentação de pessoal;
- Capacitação de seu quadro de pessoal e das coordenações gerais de gestão de pessoas dos Campi, sendo 08 servidores da diretoria capacitados especificamente no SIAPE e 20 servidores da diretoria e dos campi em Aposentadoria e Pensões.

Das ações previstas no PDI, 07 (sete) foram executadas, e estão em contínua implementação conforme abaixo:

I - Promover eventos de capacitação e qualificação específicos para os diversos setores da Instituição, de modo que, até o final de 2014, cada servidor tenha participado de, pelo menos, 02 (dois) eventos.

Foram realizados diretamente pela Diretoria ou em parceria com outros setores 12 cursos de capacitação em 2012.

II - Promover treinamentos específicos para os docentes e técnico administrativo das diversas áreas, com metas definidas para cada ano letivo, incluindo programa de formação

continuada, além de curso de capacitação pedagógica para os servidores docentes recém ingressos que não possuem licenciatura e de iniciação ao serviço público a todos os servidores ingressantes no quadro de pessoal do IFMT.

Foi elaborado em 2012 o projeto de capacitação pedagógica para professores da área técnica que ingressaram em 2012 e não possuem licenciatura, curso que deve ser ofertado no ano de 2013.

Em relação ao conteúdo Introdutório ao Serviço Público, além das oficinas de ingresso efetivamente implantadas, fora elaborado curso introdutório ao serviço público, à distância, através da plataforma *moodle*, com conteúdos pertinentes a todo novo ingressante no serviço público.

III - Maximizar o número de servidores com pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) em suas áreas de atuação, tendo em vista as necessidades da Instituição.

Devido a especificidade dessas ações, os projetos de pós-graduação institucional são realizadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

IV - Buscar o apoio e a participação de todas as instâncias administrativas da Instituição, para a implementação da política de capacitação dos servidores docentes e técnico administrativo da Instituição.

Em nossas capacitações contamos com a participação das Pró-Reitorias, em especial da Pró-Reitoria de Ensino, e também dos Departamentos Educacionais dos Campis do IFMT, bem como realizamos consultas aos servidores (através de recursos tecnológicos) sobre os cursos que podem agregar, contribuir e capacitá-los à uma melhor execução de suas atividades no IFMT.

V - Oficina de Ingresso para novos servidores

Está sendo realizada após cada evento de posse a oficina de ingresso dos servidores no IFMT, portanto, todos os servidores empossados em 2012 participaram da oficina de ingresso.

VI - Definir critérios de remoção inter-campus.

Foi aprovado em 2012 a Resolução nº 54/2012 que regulamenta a movimentação de pessoal dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

VII - Ofertar cursos de relações humanas aos servidores pelo menos uma vez por ano.

Não foi possível a realização de curso de relações humanas por falta de interesse de instrutores na realização do curso.

As ações do PDI que não puderam ser realizadas pela área de gestão de pessoas foram as seguintes:

a) Criar centro de treinamento com infraestrutura para cursos e hospedagem.

A Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas tem como um de seus projetos, a criação de um centro de treinamento e capacitação para os servidores da Reitoria e de todos os *campi* do IFMT. Tal projeto poderá ser viabilizado nos próximos anos quando da aquisição de espaço para execução desta ação.

b) Mensurar força de trabalho dentro dos campi e levantar a necessidade de alocação de pessoal.

A ação deve ser executada neste ano de 2013 com o fechamento do Regimento Interno dos Campi e da Reitoria, bem como, a estruturação de pessoal nesta diretoria.

c) Distribuir aos servidores as oportunidades de participação em eventos científicos e culturais de forma proporcional às necessidades das áreas e dos setores administrativos e conforme critérios estabelecidos neste documento.

Tendo em vista que de acordo com a Lei nº 11.892/2008 os campi possuem autonomia administrativa e financeira, a participação dos servidores em eventos científicos e culturais está sob responsabilidade dos campi onde a análise dos pedidos de participação é realizada pelo Campus de lotação do servidor de acordo com a área de atuação do servidor, a importância do evento para a Administração e de acordo com o orçamento do campus.

d) Criar uma comissão para análise curricular dos funcionários, sondagem das habilidades e do potencial dos técnicos para orientar a lotação.

A Coordenação de Capacitação possui essa ação em seu planejamento, no entanto, não possui pessoal, até o momento, para criação do banco de talentos e de competências dos servidores do IFMT.

e) Promover capacitações específicas visando formar um quadro de servidores aptos a ocupar funções gerenciais.

No ano de 2012, embora tenhamos conseguido realizar alguns cursos específicos e gerais, não foi possível realizar essa capacitação, por falta de infraestrutura e pessoal, tendo em vista que com a estruturação e o crescimento do Instituto os servidores da Diretoria estão focados na execução das rotinas de pessoal.

5 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Os indicadores apresentados a seguir foram calculados/medidos segundo deliberação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.267/2005 – Plenário, aprovado em 16/12/2005 e publicado no D.O.U em 03/01/2006, e ainda, conforme discussões e orientações recebidas do Fórum de Dirigentes de Ensino, Fórum de Planejamento e Administração do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, Ministério da Educação e outros.

Da mesma forma, apresentamos outros indicadores criados pela Instituição, com intuito de facilitar a mensuração dos resultados alcançados.

5.1 DOS INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Elaborado por: Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino

Fontes: SIAFI, SIAPE e SISTEC

Indicador 01 – Gastos correntes por aluno/ano

Tabela XIV. Gastos correntes por aluno/ano.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos correntes por aluno/ano		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos por aluno/ano em relação aos gastos correntes da Instituição		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Gastos correntes por aluno = $\frac{\text{Total de Gastos correntes}}{\text{Número de matrículas}}$		
Definições	Gastos correntes = consideram-se todos os gastos relativo aos créditos originários da UO (pessoal ativo, benefícios, contribuições e demais despesas de custeio) + Descentralizações, exceto investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)		
Exercício	Total de gastos correntes (R\$)	Número de Matrículas*	Indicador (R\$)
2010	87.049.081,95	10.114	8.606,79
2011	120.130.749,02	14.199	8.460,50
2012	144.450.584,02	17.254	8.372,01

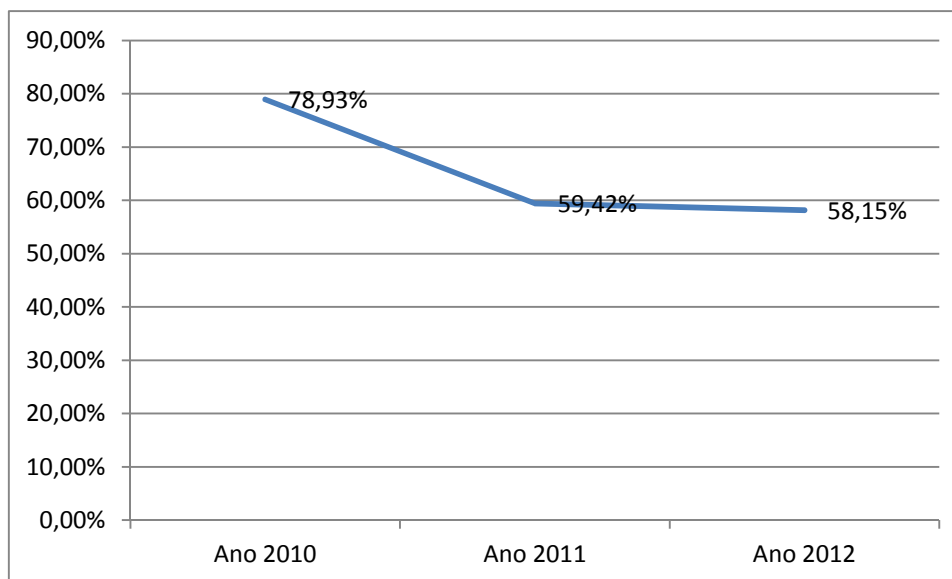
*Alunos da Educação Profissional + Educação à distância

Fonte: SIAFI Gerencial e SISTEC

Neste indicador, foi utilizado o valor absoluto para o número de matrículas para se adequar à norma e para o total de gastos correntes incluíram-se as descentralizações de crédito. Outra informação relevante no cálculo deste indicador é que do total dos gastos correntes foram excluídos os montantes referente aos investimentos, precatórios, inativos e pensionistas.

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia, tem crescido os gastos correntes por aluno/ano.

Outro destaque a ser feito refere-se ao desembolso por aluno/ano que se divididos por doze (12) meses representou em 2010 (R\$ 717,23), em 2011 (R\$ 705,04) e em 2012 (R\$ 697,67) de gasto com o aluno/mês, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Gastos correntes por aluno.**Tabela XV. Detalhamento do indicador 01.**

Detalhamento	Ano 2011	Ano 2012	%
Créditos empenhados (créditos originários)	165.974.180,18	187.916.023,34	13,22%
Créditos empenhados (créditos descentralizados)	8.937.738,22	13.049.361,33	46,00%
Total	174.911.918,40	200.965.384,67	14,90%
(-) Precatórios	44.356,62	109.227,93	146,25%
(-) Inativos	16.837.132,03	18.831.817,99	11,85%
(-) Investimentos originários	30.087.379,23	27.924.950,18	-7,19%
(-) Investimentos descentralizados	7.812.301,50	9.648.804,55	23,51%
Total de gastos correntes	120.130.749,02	144.450.584,02	20,24%
Nº alunos	14.199	17.254	21,52%
Indicador	8.460,50	8.372,01	

Fonte: SIAFI Gerencial e SISTEC

Em relação ao exercício de 2011, percebe-se no presente exercício houve aumento nos créditos originários empenhados, bem como nos descentralizados. No entanto, esse aumento foi mais expressivo nas despesas com precatórios e créditos descentralizados, especialmente na área dos investimentos, advindo principalmente do Edital de Reestruturação n. 01/2012 do Ministério da Educação, que disponibilizou créditos de investimento para o desenvolvimento de ações de reestruturação, ampliação e melhoria da infraestrutura física dos Campi do IFMT.

Por meio desse indicador, podemos dizer que a Instituição pode cumprir com o seu papel institucional, pois mesmo havendo uma ligeira redução no desembolso de recursos por aluno/ano, tem-se ampliado o atendimento. Fato este, que em 2012 obteve-se um acréscimo de 21,52% no número de alunos matriculados em relação ao exercício de 2011.

Outrossim, cabe destacar que mesmo tendo aumentado as despesas correntes, teve-se o aumento no número de alunos, porém com redução no custo por aluno. Essa redução no custo por aluno, demonstra que a Instituição tem conseguido manter o controle de suas despesas, mesmo com o aumento na infraestrutura física, no número de servidores e alunos matriculados.

Indicador 02 – Gastos com pessoal**Tabela XVI. Percentual de gastos com pessoal.**

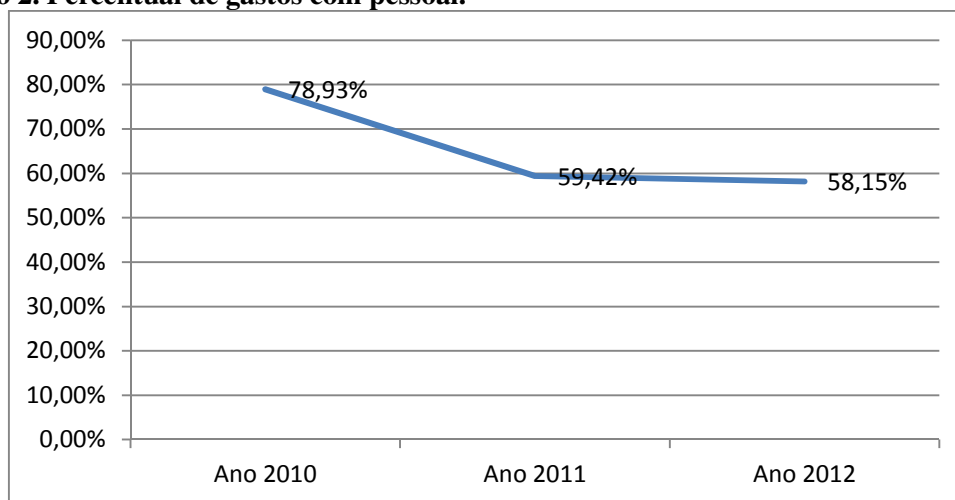
Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com pessoal		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos com pessoal em relação aos gastos totais		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal = $\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$		
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, exceto benefícios (aux. alimentação, aux. transporte, aux. creche e outros) Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa (Pessoal, Sentenças Judiciais, Custeio, Investimento e outros).		
Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com pessoal (%)
2010	82.073.275,03	103.985.704,46	78,93%
2011	98.606.765,57	165.974.180,18	59,42%
2012	116.868.683,65	200.965.384,67	58,15%

Fonte: SIAFI Gerencial

Por meio desse indicador percebemos que em 2012 houve um aumento de 18,51% nos gastos com pessoal, quando comparado com o exercício anterior e de 42,39% em relação ao exercício de 2010.

O aumento nos gastos com pessoal é decorrente do aumento no número de servidores efetivos e inativos, bem como o aumento no número de dedicações exclusivas, progressões funcionais e outros.

Nos gastos totais de 2012, houve um aumento de 21,08% nos gastos totais, quando comparado com o exercício de 2011 e de 93,26% em relação ao exercício de 2010. Portanto, com ambos elementos tiveram acréscimo de um ano para o outro, o indicador relativo aos gastos com pessoal, manteve-se estável no exercício de 2011 e 2012, com pequena queda de 1,27%.

Gráfico 2. Percentual de gastos com pessoal.

Para o exercício de 2013 está previsto o incremento nos gastos totais, em razão do programa de reestruturação e expansão da rede federal, e ainda, aos programas especiais tais: PRONATEC, PROFUNCIÓNÁRIO, Mulheres Mil e outros.

No entanto, a Instituição almeja também que no mesmo compasso tenham-se o incremento no quadro de pessoal, pois o IFMT precisa fortalecer o seu quadro de pessoal, de modo a atender as demandas educacionais da região.

Indicador 03 – Gastos com pessoal por aluno

Tabela XVII. Percentual de gastos com pessoal por aluno matriculado

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com pessoal por aluno matriculado		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos com pessoal em relação ao número de alunos matriculados		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal= $\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$		
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, exceto benefícios (aux. alimentação, aux. transporte, aux. creche e outros) Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)		
Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Nº de alunos matriculados	Gasto de pessoal por aluno
2010	82.073.275,03	10.114	8.114,82
2011	98.606.765,57	14.199	6.944,63
2012	116.868.683,65	17.254	6.773,43

Fonte: SIAFI Gerencial e SISTEC

Por meio desse indicador, verificamos que os gastos com pessoal em relação ao número de alunos matriculados, tem diminuído nos últimos três anos, em razão do aumento no número de alunos matriculados.

Indicador 04 – Gastos com pessoal + benefícios por aluno

Tabela XVIII. Percentual de gastos com pessoal por aluno matriculado

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com pessoal e seus benefícios por aluno matriculado		
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos com pessoal e seus benefícios em relação ao número de alunos matriculados		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal= $\frac{\text{Gastos com pessoal e benefícios}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$		
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, e benefícios Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)		
Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Nº de alunos matriculados	Gasto de pessoal por aluno
2011	105.724.480,83	14.199	7.445,91
2012	124.987.033,48	17.254	7.243,95

Exercício	Total de gastos com pessoal (R\$)	Nº de Servidores Ativos e Inativos	Gasto de pessoal por servidor Anual	Gasto de pessoal por servidor mensal
2011	105.724.480,83	1.520	69.555,58	5.796,30
2012	124.987.033,48	1.709	73.134,60	6.094,55

Fonte: SIAFI Gerencial, DSGP e SISTEC

Por meio desse indicador, verificamos com mais representatividade o custo real das despesas com pessoal (ativo e inativo) pelo número de alunos matriculados, haja vista, que estão contemplados as despesas com os benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e odontológica, auxílio transporte e assistência pré-escolar).

Sendo assim, registra-se que em 2012 houve diminuição no indicador dos gastos de pessoal por aluno, em razão no aumento tanto no número de alunos matriculados quanto no número de servidores ativos e inativos.

Todavia, conseguimos visualizar ainda, que o custo por servidor aumentou de um exercício para o outro, em aproximadamente 5,14%. Esse aumento é decorrente principalmente as alterações nos benefícios do auxílio alimentação e assistência médica, bem como as progressões funcionais. Nesse último quesito, percebe-se que houve um aumento no número de servidores com especialização, mestrado e doutorado na Instituição, e isso também contribui para a alteração no indicador apresentado.

Indicador 05 – Gastos com pessoal ativo por aluno

Tabela XIX. Percentual de gastos com pessoal ativo por aluno matriculado

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador	Gastos com pessoal ativo por aluno matriculado			
Objetivo do Indicador	Quantificar os gastos com pessoal ativo em relação ao número de alunos matriculados			
Tipo	De efetividade			
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino			
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com pessoal= $\frac{\text{Gastos com pessoal ativo} \times 100}{\text{Nº de alunos matriculados}}$			
Definições	Gastos com pessoal = gastos com servidores ativos + benefícios Nº de matrículas = nº de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas)			
Exercício	Total de gastos com pessoal ativo (R\$)	Nº de alunos matriculados	Gasto de pessoal ativo por aluno	
2011	88.842.992,18	14.199	6.256,99	
2012	106.045.987,56	17.254	6.146,17	
Exercício	Total de gastos com pessoal ativo (R\$)	Nº de Servidores Ativos	Gasto de pessoal por servidor Anual	Gasto de pessoal por servidor mensal
2011	88.842.992,18	1.200	74.035,83	6.169,65
2012	106.045.987,56	1.397	75.909,80	6.325,82

Fonte: SIAFI Gerencial e SISTEC

Por meio desse indicador, verificamos que os gastos com pessoal ativo em relação ao número de alunos matriculados, tem diminuído nos últimos três anos, em razão ao aumento no número de alunos matriculados.

Todavia, o custo por servidor foi ampliado em 2,53% em relação ao exercício anterior, pois mesmo o IFMT tendo aumentado a sua força de trabalho efetiva em 16,41%, registrou-se um

aumento nas despesas de 19,36%, ocasionando assim uma ampliação no custo de cada servidor, que passou de R\$ 74.035,83 anuais para R\$ 75.909,80 em 2012.

Indicador 06 – Percentual de Gastos com Outros Custeios

Tabela XX. Percentual de gastos com outros custeios.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Percentual de gastos com outros custeios		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com outros custeios em relação aos gastos totais		
Tipo	De efetividade		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outros custeios= $\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos totais}}$		
Definições	Gastos com outros custeios = (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa (Pessoal, Sentenças Judiciais, Custeio, Investimento e outros).		
Exercício	Total de gastos com outros custeios (R\$) *	Gastos Totais (R\$)	Gastos com outros custeios (%)
2010	85.383.740,16	103.985.704,46	82,11%
2011	128.624.823,08	165.974.180,18	77,49%
2012	155.273.280,11	200.965.384,67	77,26%

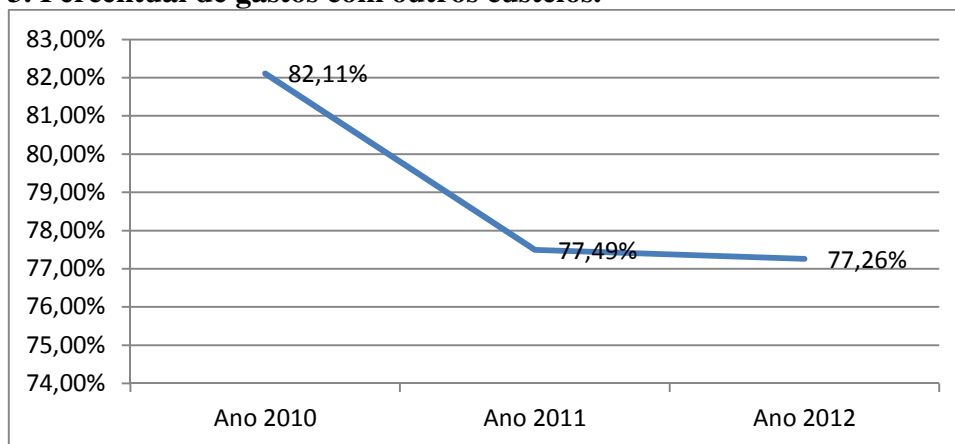
* Foi considerado como benefícios o auxílio creche, auxílio transporte, auxílio alimentação e o auxílio saúde.

Fonte: IFMT

Os gastos com outros custeios referem-se, principalmente, a manutenção da Instituição através da Ação Funcionamento da Educação Profissional. A maior parte deste recurso é gasto com as contratações e aquisições para a manutenção dos Campi e da Reitoria do IFMT.

Como em 2011, houve um incremento nos créditos orçamentários de custeio, por ocasião da celebração do Termo de Metas, há também um aporte maior de créditos disponíveis em razão dos programas de assistência estudantil e do aumento no número de alunos matriculados. Já em 2012, o aumento nas despesas é decorrente da implantação de novos Campi (Barra do Garças, Rondonópolis e Sorriso), bem como o crescimento no número de alunos matriculados e cursos ofertados. Este último fator, acarreta no incremento na dotação orçamentária e com isso, a possibilidade de ampliar as despesas para a manutenção das novas demandas educacionais.

Gráfico 3. Percentual de gastos com outros custeios.



Indicador 07 – Gastos com os Recursos Diretamente Arrecadados**Tabela XXI. Gastos com os recursos diretamente arrecadados.**

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador		Gastos com os recursos diretamente arrecadados.	
Objetivo do Indicador		Quantificar o percentual gasto com recursos de outras fontes em relação aos gastos totais com recursos do Tesouro Nacional	
Tipo		De efetividade	
Área responsável		Pró-Reitoria de Administração	
Fórmula de cálculo e método de medição		Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes= $\frac{\text{Total de Gastos com Outras Fontes} \times 100}{\text{Gastos Totais com recursos do Tesouro Nacional}}$	
Definições		Relação percentual entre os gastos com recursos de outras fontes e os gastos com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos utilizados no cálculo deste indicador referem-se ao recolhimento de taxas e outros através da arrecadação da receita Própria.	
Exercício	Total de gastos com recursos de outras fontes (R\$)	Total de gastos com recursos do tesouro exceto Receita Própria (R\$)	Gastos com outras fontes (%)
2010	1.250.617,60	102.735.086,86	1,22%
2011	910.689,73	165.063.490,45	0,55%
2012	1.619.457,24	199.345.927,43	0,81%

Fonte: SIAFI Gerencial

Os gastos com os recursos diretamente arrecadados pelo IFMT demonstram qual o percentual de arrecadação de receita própria na Instituição. Os esforços e obrigatoriedade de arrecadação são revertidos para cobrir despesas com a realização dos processos seletivos, pagamento das obrigações tributárias (PIS/PASEP) e manutenção da Instituição.

Outro destaque a ser relatado acerca deste indicador faz referência, a retomada na procura dos serviços ofertados na Instituição. Pois grande parte da arrecadação do IFMT vem diretamente dos processos seletivos realizados pela Instituição, e como, desde 2010 não há qualquer aumento no valor das inscrições, percebemos que em 2012, houve aumento no número de inscrições efetuadas, em razão no incremento da arrecadação, oriundo da ampliação da oferta de vagas bem como da concorrência.

Todavia esse incremento também é decorrente da arrecadação oriunda dos dois concursos públicos realizados, para provimento das vagas de docentes e técnicos-administrativos da Instituição, bem como os oriundos dos contratos de aluguel, arrendamento, leilões e outros serviços.

A seguir apresentamos o detalhamento da arrecadação do IFMT, nos últimos dois anos:

Tabela XXII. Arrecadação própria

Descrição	Valor Arrecadado 2011	Valor Arrecadado 2012
Fonte 250 e 280	1.132.639,01	1.837.722,78

Fonte: SIAFI Gerencial

Da mesma forma, apresentamos abaixo, o demonstrativo das vagas ofertadas no exercício de 2012 e o número de candidatos, relativo aos processos seletivos/vestibulares e do concurso público realizado:

Tabela XXIII. Vagas ofertadas e inscritos nos processos seletivos/vestibulares de 2012

Campus	Vagas	Nº Inscritos	Concorrência
CAMPUS SÃO VICENTE	465	3.342	7,19
CAMPUS CÁCERES	395	1.958	4,96
CAMPUS CUIABÁ	2.130	9.732	4,57

CAMPUS CONFRESA	155	998	6,44
CAMPUS JUINA	315	1.621	5,15
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	355	1.531	4,31
CAMPUS BELA VISTA	664	3.070	4,62
CAMPUS PONTES E LACERDA	400	1.036	2,59
CAMPUS RONDONÓPOLIS	230	560	2,43
CAMPOS BARRA DO GARÇA	295	404	1,37
CAMPUS SORRISO	140	297	2,12
TOTAL INSTITUTO	5.544	24.549	4,43

Fonte: SISTEC

Tabela XXIV. Edital de Concurso n. 021/2012 e 022/2012 - IFMT

Cargo	Vagas	Candidatos Inscritos	Concorrência
Técnicos administrativos	21	4.891	232,90
Professores	105	1.720	16,38
Total	126	6.611	249,28

Fonte: DSGP

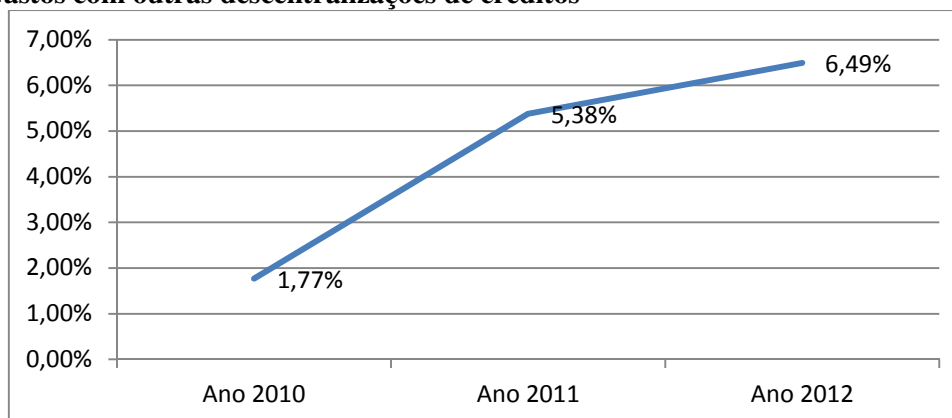
Indicador 08 – Gastos com Outras Descentralizações de Créditos

Tabela XXV. Gastos com outras descentralizações de créditos.

Dados gerais do indicador			
Nome do Indicador	Gastos com outras descentralizações de créditos.		
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual gasto com recursos de convênio (descentralizações de crédito) em relação aos gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.		
Tipo	De eficácia		
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração		
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com outras fontes= $\frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Descentralizações de Crédito} \times 100}{\text{Gastos Totais de todas as Fontes e todos os Grupos de Despesas}}$		
Definições	Relação percentual entre os gastos com recursos de Descentralizações de Créditos e os gastos de todas as fontes e grupos de despesas.		
Exercício	Total de gastos com recursos de Descentralizações de Crédito (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Descentralizações de Crédito (%)
2010	1.841.956,86	103.985.704,46	1,77%
2011	8.937.738,22	165.974.180,18	5,38%
2012	13.049.361,33	200.965.384,67	6,49%

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico 4. Gastos com outras descentralizações de créditos



Em 2012 percebe-se que houve incremento nos gastos com recursos descentralizados, todavia a maior representatividade foi utilizada para o custeio dos programas PRONATEC, PROFUNCIONÁRIO, Mulheres Mil, Edital de Reestruturação e outros.

Tabela XXVI. Demonstrativo de execução dos créditos descentralizados - 2012

PTRES	UG Executora	Campus	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
043233	158144	Reitoria	7.140,57	2.286,57	2.286,57	4.854,00
043240	158144	Reitoria	25.187,65			25.187,65
	158334	Cáceres	59.785,40			59.785,40
	158335	São Vicente	33.600,00	2.800,00	2.800,00	30.800,00
	158493	Juína	93.398,43	4.710,00		88.688,43
	158494	Bela Vista	12.538,50	12.000,00	12.000,00	538,50
	158496	Confresa	51.800,00	31.400,00	24.600,00	20.400,00
043935	158144	Reitoria	135.866,35	14.800,00	14.800,00	121.066,35
	158333	Cuiabá	697.503,00	43.264,00	37.216,00	654.239,00
	158334	Cáceres	745.620,64	14.106,32		731.514,32
	158493	Juína	293.589,37	35.502,00	7.066,00	258.087,37
	158494	Bela Vista	161.522,95	12.507,33		149.015,62
	158496	Confresa	136.832,85	2.735,85	2.640,00	134.097,00
043936	158144	Reitoria	605.531,19	84.458,93	78.034,78	521.072,26
044046	158144	Reitoria	11.000,07	6.829,79	6.829,79	4.170,28
044049	158144	Reitoria	323.179,81	273.332,40	250.244,92	49.847,41
049750	158335	São Vicente	6.460,00	6.460,00	2.850,00	
043238	158334	Cáceres	1.353.858,95		1.353.858,95	
	158335	São Vicente	1.221.791,09		1.221.791,09	
	158492	Campo Novo do Parecis	1.221.791,09		1.221.791,09	
	158493	Juína	789.108,09		789.108,09	
	158494	Bela Vista	1.263.420,28		1.263.420,28	
	158496	Confresa	795.344,70		795.344,70	
	158498	Rondonópolis	1.221.634,68		1.221.634,68	
043240	158334	Cáceres	4.567,00		4.567,00	
	158493	Juína	5.363,93	1.089,95	4.273,98	
043936	158144	Reitoria	1.621.924,74		1.621.924,74	36.225.830,77
044051	158494	Bela Vista	150.000,00		150.000,00	
TOTAL			13.049.361,33	548.283,14	10.089.082,66	2.853.363,59

Fonte: SIAFI Gerencial

Indicador 09 – Gastos com Investimentos.

Tabela XXVII. Gastos com investimentos/gastos totais.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Gastos com Investimentos.
Objetivo do Indicador	Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.
Tipo	De eficiência
Área responsável	Pró-Reitoria de Administração
Fórmula de cálculo e	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)=

método de medição	Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras X100		
	Gastos Totais		
Definições	Investimentos = despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Gastos totais = gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa, inclusive despesas com pessoal, benefícios e sentenças judiciais.		
Exercício	Total de gastos com Investimentos (R\$)	Gastos Totais (R\$)	Gastos com Investimentos (%)
2010	18.823.615,30	103.985.704,46	18,10%
2011	30.000.374,13	165.874.180,18	18,08%
2012	37.573.754,73	200.965.384,67	18,70%

Fonte: SIAFI Gerencial

A Tabela acima apresenta o total de investimentos do triênio: 2010, 2011 e 2012 no IFMT e seus Campi, incluindo os recursos da LOA 2012 e das descentralizações de crédito, a qual percebemos que nos últimos 3 anos, o IFMT manteve-se constante nos gastos com investimentos, o que demonstra a preocupação na melhoria constante da sua infraestrutura física, seja por meio de novas construções, reformas, ampliações e/ou aquisição de mobiliários, equipamentos, veículos e implementos agrícolas.

Há de se destacar que o processo de expansão do Instituto Federal de Mato Grosso, tem auxiliado na manutenção do indicador, possibilitando o atendimento das necessidades da comunidade por meio da criação de novos Campi e oferta de novos cursos e vagas para a sociedade.

Da mesma forma, em que se preocupa em expandir a infraestrutura física da Instituição, tem se investido, na aquisição de mobiliários, equipamentos de tecnologia, e para laboratórios e demais ambientes educacionais. Isso demonstra o cuidado e o zelo em manter o equilíbrio destes investimentos, pois para a Instituição não é preciso somente melhorar a infraestrutura, mas sim fazê-la acompanhada da modernização dos equipamentos e demais materiais permanentes.

Tabela XXVIII. Investimentos com obras

Locais	Total		
	2010	2011	2012
Cuiabá	2.949.644,37	2.120.039,08	143.134,56
Bela Vista	588.816,57	3.095.926,95	2.201.716,75
São Vicente	1.118.216,63	1.404.283,66	2.829.190,13
Cáceres	1.320.494,27	720.738,57	2.712.240,29
Pontes e Lacerda	72.894,46	1.198.939,95	683.509,23
Campo Novo do Parecis	719.115,47	1.460.496,36	1.889.950,78
Juina	604.383,09	668.079,31	1.649.439,09
Rondonópolis*		1.051.183,86	1.221.634,68
Confresa	168.264,76	1.576.420,66	1.924.820,02
Barra do Garças **			0,00
Reitoria e campi em implantação	1.491.851,65	1.232.251,68	8.032.774,04
TOTAL	9.033.681,27	14.528.360,08	23.288.409,57

Fonte: SIAFI

* execução a partir de agosto de 2011.

** execução a partir do maio/12

Tabela XXIX. Investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Locais	Total		
	2010	2011	2012
Cuiabá	819.286,84	5.301.709,34	3.798.414,00
Bela Vista	459.217,75	895.622,45	877.181,00
São Vicente	1.286.868,13	828.527,31	883.557,66
Cáceres	1.280.203,85	618.852,52	1.683.359,46
Pontes e Lacerda	535.947,40	1.340.489,55	427.734,66

Campo Novo do Parecis	1.074.957,02	988.769,10	777.557,31
Juina	576.562,64	1.203.259,51	757.002,24
Rondonópolis*		1.205.451,99	503.702,42
Confresa	591.389,62	1.622.835,43	502.508,18
Barra do Garças **			661.920,94
Reitoria e campi em implantação	3.165.500,78	1.466.496,85	3.387.191,29
TOTAL	9.789.934,03	15.472.014,05	14.260.129,16

Fonte: SIAFI

* execução a partir de agosto de 2011.

** execução a partir do maio/12

Nas tabelas acima, verifica-se que no último exercício, ampliou-se o investimento em obras (novas construções, reformas e ampliações), correspondendo a 62,02% do total da despesa realizada com investimento. Todavia, há de se destacar que a Instituição também não deixou de atender as necessidades relativo a melhoria dos equipamentos, mobiliários, instrumentos pedagógicos, veículos e outros necessários ao bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas da Instituição.

5.2 DOS INDICADORES DE GESTÃO ACADÊMICA

Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. (MPOG 2010)

Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009).

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

Partindo desse princípio, o IFMT tem trabalhado de modo a padronizar a metodologia de levantamento dos dados que servem de base para a elaboração dos indicadores de gestão acadêmica, proporcionando assim, maior fidedignidade nas informações prestadas. Contudo, atendendo especificações da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) foram necessárias algumas adaptações na forma de cálculo que os indicadores eram submetidos sem que, com isso, eles perdessem o seu significado.

Dessa forma, a Pró Reitoria de Ensino considerou nesse relatório os dados coletados nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, que em sua maioria estão agrupados por cada Tipo de Curso que está ou esteve em andamento na Instituição, conforme cadastro no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica). Esse período coincide com o início das atividades dos Institutos Federais, que ocorreu com a promulgação da Lei Nº 11.892/2009, e com o período de plena expansão que toda a Rede Federal tem vivenciado e, coincide ainda, com o início do funcionamento do SISTEC.

O SISTEC foi apresentado para as instituições da Rede Federal em 2009 pela SETEC e tem se consolidado como fonte de dados de monitoramento do fluxo de alunos vinculados a essa Rede. Em 2010, por meio do Ofício nº 1.157/2010/DRSEPT/SETEC/MEC, de 25 de maio de 2010, esse sistema foi definido como fonte de coleta oficial para o cálculo da Matriz Orçamentária de cada Instituto Federal e, dessa forma, passou a servir de fonte para a elaboração dos Indicadores de Gestão Acadêmica.

A partir das análises dos primeiros relatórios elaborados com essa nova fonte de dados iniciaram-se questionamentos quanto à padronização da metodologia de coleta das informações, conforme se previa no Acórdão TCU Nº 2.267/2005, com isso a SETEC em fevereiro de 2012, divulgou o Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse manual contém definições das terminologias no sistema, fórmulas de cálculo e métodos de medição de cada indicador, seus significados, entre outros. Na tentativa de disponibilizar para as instituições uma ferramenta dinâmica para a elaboração dos indicadores, foi criada uma aba no SISTEC alguns desses indicadores, com o propósito de subsidiar o Relatório de Gestão, porém por diversos motivos essa ferramenta se apresentou inconsistente.

Em 2013 a SETEC passou a disponibilizar para as instituições planilhas com as informações de todos os alunos cadastrados no SISTEC e a partir delas foram elaborados os Indicadores de Gestão de 2012.

Diante de algumas novas formas de cálculo dos indicadores foi tomado o cuidado de apresentar em suas análises as observações necessárias para melhor interpretação da evolução dos resultados.

Vale ressaltar que, em alguns casos, foi verificada a necessidade em corrigir erros de cálculos apresentados em relatórios anteriores e foram feitos ajustes para atender as definições atuais e as características da planilha elaborada pela SETEC.

Indicador 01 – Relação candidato por vaga

Tabela XXX. Relação candidato por vaga.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação candidata por vaga.
Objetivo do Indicador	Identificar a relação de Candidatos Inscritos por Vagas Ofertadas
Tipo	Capacidade de Oferta de Vagas
Área responsável	A Gerência de Políticas de Ingresso disponibilizou os dados de inscritos nos processos seletivos.
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação de Inscrições por Vaga} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Inscrições}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas Ofertadas}}$
Definições	Nº Inscrições = quantidade de candidatos inscritos nos processos seletivos. Nº Vagas ofertadas = quantidade de vagas ofertadas em processos seletivos desconsiderando aquelas destinadas ao preenchimento de vagas remanescentes.

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
BAG	2009	Total Barra do Garças	—	—	—
	2010	Total Barra do Garças	—	—	—
	2011	INTEGRADO	93	80	1,16
	2011	SUBSEQUENTE	48	80	0,60
	2011	Total Barra do Garças	141	160	0,88
	2012	INTEGRADO	250	160	1,56
	2012	SUBSEQUENTE	154	135	1,14
	2012	Total Barra do Garças	404	295	1,37
BLV	2009	Total Bela Vista	2130	370	5,76
	2010	BACHARELADO	537	70	7,67
	2010	INTEGRADO	612	145	4,22
	2010	LICENCIATURA - UAB	234	190	1,23
	2010	SUBSEQUENTE	371	100	3,71
	2010	TECNOLOGIA	1153	100	11,53
	2010	Total Bela Vista	2907	605	4,80

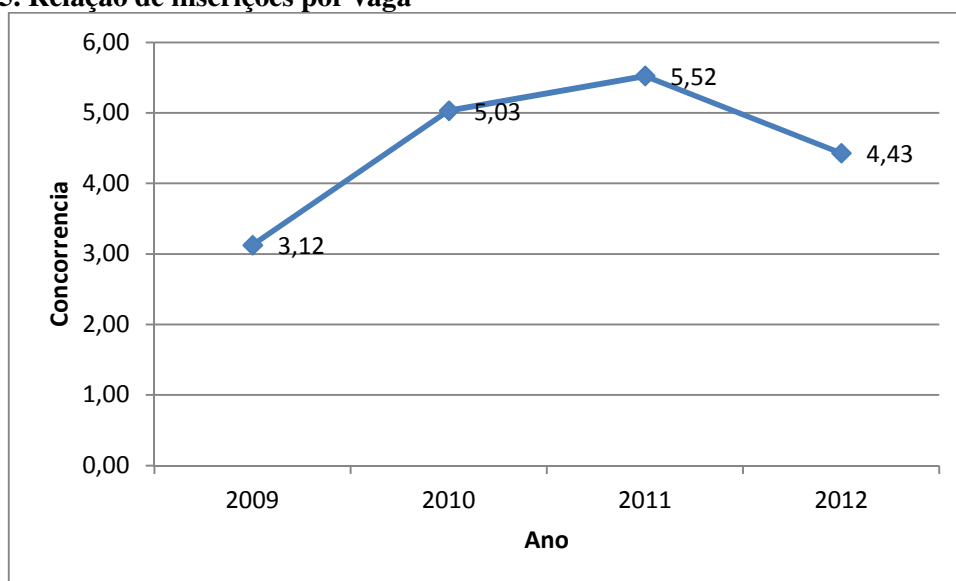
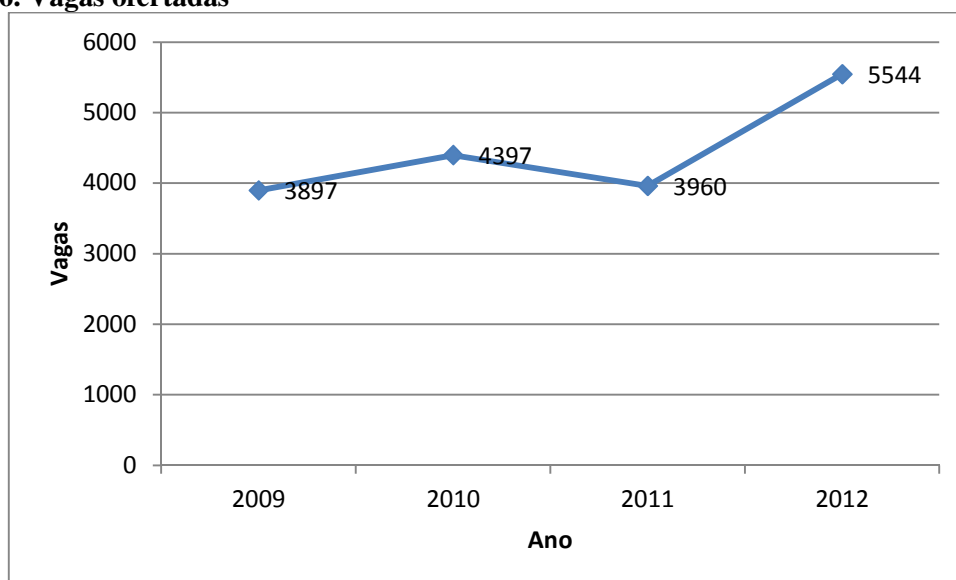
UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	
	2011	BACHARELADO	677	36	18,81	
	2011	FIC	0	0		
	2011	INTEGRADO	717	145	4,94	
	2011	LICENCIATURA - UAB	0	0		
	2011	SUBSEQUENTE	319	100	3,19	
	2011	TECNOLOGIA	1754	102	17,20	
	2011	Total Bela Vista	3467	383	9,05	
	2012	BACHARELADO	414	71	5,83	
	2012	FIC	57	50	1,14	
	2012	INTEGRADO	614	120	5,12	
	2012	LICENCIATURA - UAB	462	200	2,31	
	2012	MESTRADO	34	8	4,25	
	2012	SUBSEQUENTE	223	100	2,23	
	2012	TECNOLOGIA	1266	115	11,01	
	2012	Total Bela Vista	3070	664	4,62	
	CAS	2009	Total Cáceres	—	—	8,00
		2010	BACHARELADO	340	40	8,50
		2010	PROEJA - FIC	0	0	
2010		INTEGRADO	703	120	5,86	
2010		PROEJA	121	80	1,51	
2010		SUBSEQUENTE	512	240	2,13	
2010		TECNOLOGIA	443	40	11,08	
2010		Total Cáceres	2119	520	4,08	
2011		BACHARELADO	380	40	9,50	
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2011		PROEJA - FIC	0	0		
2011		INTEGRADO	0	0		
2011		FIC	0	0		
2011		PROEJA	93	80	1,16	
2011		SUBSEQUENTE	369	240	1,54	
2011		TECNOLOGIA	377	40	9,43	
2011		Total Cáceres	1219	400	3,05	
2012		BACHARELADO	533	40	13,33	
2012		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2012		FIC	0	0		
2012		INTEGRADO	394	105	3,75	
2012		PROEJA	27	35	0,77	
2012	PROEJA - FIC	0	0			
2012	SUBSEQUENTE	409	175	2,34		
2012	TECNOLOGIA	595	40	14,88		
2012	Total Cáceres	1958	395	4,96		
CBA	2009	NÃO COMPUTADO	6222	1466	4,24	
	2009	UAB	1079	790	1,37	
	2009	Total Cuiabá	7301	2256	3,24	
	2010	BACHARELADO	1236	70	17,66	
	2010	PROEJA - FIC	0	0		
	2010	INTEGRADO	2534	330	7,68	
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
	2010	PROEJA	355	55	6,45	
	2010	SUBSEQUENTE	2895	602	4,81	
	2010	TECNOLOGIA	2924	275	10,63	
	2010	TECNOLOGIA - UAB	90	150	0,60	
	2010	Total Cuiabá	10034	1482	6,77	
	2011	BACHARELADO	2330	71	32,82	
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	44	30	1,47	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
	2011	FIC	0	0	
	2011	PROEJA - FIC	0	0	
	2011	INTEGRADO	2754	365	7,55
	2011	PROEJA	502	120	4,18
	2011	SUBSEQUENTE	1811	625	2,90
	2011	TECNOLOGIA	4252	331	12,85
	2011	TECNOLOGIA - UAB	0	0	
	2011	Total Cuiabá	11693	1542	7,58
	2012	BACHARELADO	1265	140	9,04
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	44	30	1,47
	2012	FIC	0	0	
	2012	INTEGRADO	2214	325	6,81
	2012	PROEJA	353	120	2,94
	2012	PROEJA - FIC	0	0	
	2012	SUBSEQUENTE	1724	675	2,55
	2012	TECNOLOGIA	3063	390	7,85
	2012	TECNOLOGIA - UAB	1069	450	2,38
	2012	Total Cuiabá	9732	2130	4,57
	CFS	2009	Total Confresa	—	—
2010		BACHARELADO	398	40	9,95
2010		INTEGRADO	799	280	2,85
2010		LICENCIATURA	423	70	6,04
2010		ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
2010		PROEJA	134	40	3,35
2010		Total Confresa	1754	430	4,08
2011		BACHARELADO	0	0	
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
2011		FIC	0	0	
2011		INTEGRADO	327	80	4,09
2011		LICENCIATURA	463	74	6,26
2011		PROEJA	39	40	0,98
2011		Total Confresa	829	194	4,27
2012		BACHARELADO	422	40	10,55
2012		ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
2012		FIC	0	0	
2012		INTEGRADO	300	80	3,75
2012		LICENCIATURA	276	35	7,89
2012	PROEJA	0	0		
2012	Total Confresa	998	155	6,44	
CNP	2009	Total Campo Novo do Parecis	796	280	2,84
	2010	BACHARELADO	261	35	7,46
	2010	INTEGRADO	289	140	2,06
	2010	LICENCIATURA	115	35	3,29
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2010	PROEJA	116	35	3,31
	2010	TECNOLOGIA	412	35	11,77
	2010	Total Campo Novo do Parecis	1193	280	4,26
	2011	BACHARELADO	223	36	6,19
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2011	INTEGRADO	229	70	3,27
	2011	LICENCIATURA	161	36	4,47
	2011	PROEJA	50	35	1,43
	2011	TECNOLOGIA	110	36	3,06
2011	Total Campo Novo do Parecis	773	213	3,63	
2012	BACHARELADO	490	70	7,00	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2012	INTEGRADO	221	70	3,16
	2012	LICENCIATURA	237	35	6,77
	2012	PROEJA	44	35	1,26
	2012	SUBSEQUENTE	157	110	1,43
	2012	TECNOLOGIA	382	35	10,91
	2012	Total Campo Novo do Parecis	1531	355	4,31
JNA	2009	Total Juína	—	—	—
	2010	FIC	0	0	
	2010	INTEGRADO	446	140	3,19
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2010	PROEJA	196	75	2,61
	2010	SUBSEQUENTE	384	35	10,97
	2010	Total Juína	1026	250	4,10
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2011	FIC	0	0	
	2011	INTEGRADO	352	185	1,90
	2011	LICENCIATURA	603	72	8,38
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	31	35	0,89
	2011	TECNOLOGIA	436	36	12,11
	2011	Total Juína	1422	328	4,34
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2012	FIC	0	0	
	2012	INTEGRADO	264	175	1,51
	2012	LICENCIATURA	820	70	11,71
	2012	PROEJA	0	0	
2012	SUBSEQUENTE	36	35	1,03	
2012	TECNOLOGIA	501	35	14,31	
2012	Total Juína	1621	315	5,15	
PLC	2009	Total Pontes e Lacerda	593	300	1,98
	2010	INTEGRADO	432	180	2,40
	2010	LICENCIATURA	135	30	4,50
	2010	PROEJA	62	30	2,07
	2010	SUBSEQUENTE	442	120	3,68
	2010	Total Pontes e Lacerda	1071	360	2,98
	2011	INTEGRADO	214	180	1,19
	2011	LICENCIATURA	87	30	2,90
	2011	PROEJA	14	30	0,47
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	Total Pontes e Lacerda	315	240	1,31
	2012	INTEGRADO	248	120	2,07
	2012	LICENCIATURA	194	30	6,47
	2012	PROEJA	0	0	
	2012	SUBSEQUENTE	372	190	1,96
2012	TECNOLOGIA	222	60	3,70	
2012	Total Pontes e Lacerda	1036	400	2,59	
ROO	2009	Total Rondonópolis	—	—	—
	2010	Total Rondonópolis	—	—	—
	2011	INTEGRADO	164	70	2,34
	2011	PROEJA	63	35	1,80
	2011	SUBSEQUENTE	64	35	1,83

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
	2011	Total Rondonópolis	291	140	2,08
	2012	INTEGRADO	262	80	3,28
	2012	PROEJA	79	40	1,98
	2012	SUBSEQUENTE	219	110	1,99
	2012	Total Rondonópolis	560	230	2,43
SRS	2009	Total Sorriso	—	—	—
	2010	Total Sorriso	—	—	—
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	Total Sorriso	0	0	
	2012	FIC	0	0	
	2012	INTEGRADO	72	70	1,03
	2012	SUBSEQUENTE	0	0	
	2012	TECNOLOGIA	225	70	3,21
	2012	Total Sorriso	297	140	2,12
SVC	2009	Total São Vicente	1353	691	1,96
	2010	BACHARELADO	919	105	8,75
	2010	CONCOMITANTE	0	0	
	2010	FIC	0	0	
	2010	INTEGRADO	411	140	2,94
	2010	LICENCIATURA	376	120	3,13
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2010	PROEJA	0	0	
	2010	SUBSEQUENTE	84	35	2,40
	2010	TECNOLOGIA	225	70	3,21
	2010	Total São Vicente	2015	470	4,29
	2011	BACHARELADO	1023	108	9,47
	2011	CONCOMITANTE	0	0	
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2011	INTEGRADO	361	140	2,58
	2011	LICENCIATURA	122	40	3,05
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	TECNOLOGIA	217	72	3,01
	2011	Total São Vicente	1723	360	4,79
	2012	BACHARELADO	1480	105	14,10
2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2012	FIC	0	0		
2012	INTEGRADO	653	210	3,11	
2012	LICENCIATURA	565	80	7,06	
2012	PROEJA	0	0		
2012	SUBSEQUENTE	0	0		
2012	TECNOLOGIA	644	70	9,20	
2012	Total São Vicente	3342	465	7,19	

Fonte: PROEN

Gráfico 5. Relação de inscrições por vaga**Gráfico 6. Vagas ofertadas**

A relação entre o número de inscrições nas vagas ofertadas pelos diversos cursos da instituição nos coloca num impasse quanto ao nível de atratividade dos cursos frente à compatibilidade entre a oferta e a procura. De forma geral, uma concorrência muito elevada demonstra alto grau de interesse pelo curso na região onde está inserido, porém pode existir limitações da própria Instituição, no que diz respeito a estrutura física e humana, que a impedem de ofertar vagas proporcionais à demanda. Com isso acreditamos que o ideal desse indicador seria termos valores próximos de 1,00, o que demonstraria procura pelo curso e atendimento da demanda.

Conforme dados apresentados na tabela podemos observar que existe uma relação direta entre o número de vagas ofertadas com o número de inscrições. No período de 2010 a 2012 quanto maior foi a oferta de vagas menor foi a concorrência e quanto menor foi essa oferta maior foi a concorrência, com isso podemos crer que o Instituto ainda tem muita demandar para atender dentro do Estado e que os cursos tem considerável atratividade para a população e tem trabalhado de forma a tentar absorver essa demanda. Prova disso é o crescimento significativo no número de vagas ofertadas, passando de 3960 em 2009 para 5544 em 2012, o que representa aumento de 40,0% na oferta de vagas.

Esse aumento seguiu a tendência no aumento da força de trabalho, a contratação de novos profissionais fez com que o número de docentes em tempo integral aumentasse, no período de 2009 a 2012, aproximadamente 79,72% e isso possibilitou a abertura de novos cursos.

O *Campus* de Sorriso, por exemplo, foi um dos beneficiados por essa expansão no número de profissionais e com isso abriu novos cursos.

Indicador 02 – Relação de ingressos por aluno

Tabela XXXI. Relação ingressos por alunos.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação ingressos por alunos.
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos matriculados.
Tipo	Capacidade de Oferta de Vagas
Área responsável	Pesquisador Institucional
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação de Ingressantes por Alunos} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Matriculados}} \times 100$
Definições	Nº Ingressantes = quantidade de ingressantes por meio dos processos seletivos. Nº de Matrículas = quantidade de matrículas registradas no ano.

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
BAG	2009	Total Barra do Garças	—	—	—
	2010	Total Barra do Garças	—	—	—
	2011	INTEGRADO	56	56	100,0
	2011	SUBSEQUENTE	55	55	100,0
	2011	Total Barra do Garças	111	111	100,0
	2012	INTEGRADO	146	202	72,3
	2012	SUBSEQUENTE	81	136	59,6
	2012	Total Barra do Garças	227	338	67,2
BLV	2009	Total Bela Vista	389	885	44,0
	2010	BACHARELADO	70	70	100,0
	2010	INTEGRADO	148	332	44,6
	2010	LICENCIATURA - UAB	67	334	20,1
	2010	SUBSEQUENTE	90	302	29,8
	2010	TECNOLOGIA	111	253	43,9
	2010	Total Bela Vista	486	1291	37,6
	2011	BACHARELADO	34	105	32,4
	2011	FIC	0	57	0,0
	2011	INTEGRADO	147	473	31,1
	2011	LICENCIATURA - UAB	0	316	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	102	404	25,2
	2011	TECNOLOGIA	105	358	29,3
	2011	Total Bela Vista	388	1713	22,7
	2012	BACHARELADO	54	141	38,3
	2012	FIC	16	71	22,5
	2012	INTEGRADO	124	508	24,4
	2012	LICENCIATURA - UAB	180	447	40,3
2012	MESTRADO	10	10	100,0	
2012	SUBSEQUENTE	100	354	28,2	
2012	TECNOLOGIA	112	381	29,4	
2012	Total Bela Vista	596	1912	31,2	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
CAS	2009	Total Cáceres	—	—	56,0
	2010	BACHARELADO	40	40	100,0
	2010	PROEJA - FIC	0	234	0,0
	2010	INTEGRADO	135	335	40,3
	2010	PROEJA	71	129	55,0
	2010	SUBSEQUENTE	236	463	51,0
	2010	TECNOLOGIA	40	40	100,0
	2010	Total Cáceres	522	1241	42,1
	2011	BACHARELADO	41	81	50,6
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	69	69	100,0
	2011	PROEJA - FIC	127	365	34,8
	2011	INTEGRADO	130	439	29,6
	2011	FIC	100	100	100,0
	2011	PROEJA	79	200	39,5
	2011	SUBSEQUENTE	226	646	35,0
	2011	TECNOLOGIA	43	83	51,8
	2011	Total Cáceres	815	1983	41,1
	2012	BACHARELADO	37	116	31,9
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	4	73	5,5
	2012	FIC	0	100	0,0
2012	INTEGRADO	105	504	20,8	
2012	PROEJA	27	223	12,1	
2012	PROEJA - FIC	14	332	4,2	
2012	SUBSEQUENTE	166	718	23,1	
2012	TECNOLOGIA	40	123	32,5	
2012	Total Cáceres	393	2189	18,0	
CBA	2009	NÃO COMPUTADO	1496	3270	45,7
	2009	UAB	649	1127	57,6
	2009	Total Cuiabá	2145	4397	48,8
	2010	BACHARELADO	74	74	100,0
	2010	PROEJA - FIC	0	20	0,0
	2010	INTEGRADO	343	582	58,9
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	34	0,0
	2010	PROEJA	56	428	13,1
	2010	SUBSEQUENTE	622	1807	34,4
	2010	TECNOLOGIA	306	636	48,1
	2010	TECNOLOGIA - UAB	27	268	10,1
	2010	Total Cuiabá	1428	3849	37,1
	2011	BACHARELADO	62	136	45,6
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	26	60	43,3
	2011	FIC	47	47	100,0
	2011	PROEJA - FIC	0	20	0,0
	2011	INTEGRADO	372	943	39,4
	2011	PROEJA	106	485	21,9
	2011	SUBSEQUENTE	596	2026	29,4
	2011	TECNOLOGIA	318	944	33,7
2011	TECNOLOGIA - UAB	0	239	0,0	
2011	Total Cuiabá	1527	4900	31,2	
2012	BACHARELADO	158	294	53,7	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	26	85	30,6	
2012	FIC	0	47	0,0	
2012	INTEGRADO	333	1183	28,1	
2012	PROEJA	103	469	22,0	
2012	PROEJA - FIC	0	10	0,0	
2012	SUBSEQUENTE	647	2415	26,8	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
	2012	TECNOLOGIA	402	1277	31,5
	2012	TECNOLOGIA - UAB	413	413	100,0
	2012	Total Cuiabá	2082	6193	33,6
	2009	Total Confresa	—	—	—
	2010	BACHARELADO	41	41	100,0
	2010	INTEGRADO	277	277	100,0
	2010	LICENCIATURA	70	70	100,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	87	0,0
	2010	PROEJA	42	42	100,0
	2010	Total Confresa	430	517	83,2
	2011	BACHARELADO	34	107	31,8
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	63	150	42,0
	2011	FIC	100	100	100,0
	2011	INTEGRADO	79	353	22,4
	2011	LICENCIATURA	65	103	63,1
	2011	PROEJA	38	84	45,2
	2011	Total Confresa	379	897	42,3
	2012	BACHARELADO	39	135	28,9
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	141	0,0
	2012	FIC	19	100	19,0
	2012	INTEGRADO	88	341	25,8
	2012	LICENCIATURA	31	128	24,2
	2012	PROEJA	1	78	1,3
	2012	Total Confresa	178	923	19,3
	2009	Total Campo Novo do Parecis	279	300	93,0
	2010	BACHARELADO	36	103	35,0
	2010	INTEGRADO	140	285	49,1
	2010	LICENCIATURA	35	79	44,3
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	40	0,0
	2010	PROEJA	35	35	100,0
	2010	TECNOLOGIA	35	63	55,6
	2010	Total Campo Novo do Parecis	281	605	46,4
	2011	BACHARELADO	39	141	27,7
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	43	0,0
	2011	INTEGRADO	70	296	23,6
	2011	LICENCIATURA	36	115	31,3
	2011	PROEJA	35	64	54,7
	2011	TECNOLOGIA	36	100	36,0
	2011	Total Campo Novo do Parecis	216	759	28,5
	2012	BACHARELADO	68	175	38,9
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	27	0,0
	2012	INTEGRADO	72	304	23,7
	2012	LICENCIATURA	25	115	21,7
	2012	PROEJA	33	80	41,3
	2012	SUBSEQUENTE	99	99	100,0
	2012	TECNOLOGIA	27	89	30,3
	2012	Total Campo Novo do Parecis	324	889	36,4
	2009	Total Juína	—	—	—
	2010	FIC	0	245	0,0
	2010	INTEGRADO	140	140	100,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	64	0,0
	2010	PROEJA	71	71	100,0
	2010	SUBSEQUENTE	70	70	100,0

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
	2010	Total Juína	281	590	47,6
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	62	0,0
	2011	FIC	104	147	70,7
	2011	INTEGRADO	251	389	64,5
	2011	LICENCIATURA	78	78	100,0
	2011	PROEJA	0	60	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	25	77	32,5
	2011	TECNOLOGIA	38	38	100,0
	2011	Total Juína	496	851	58,3
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	62	0,0
	2012	FIC	0	145	0,0
	2012	INTEGRADO	151	511	29,5
	2012	LICENCIATURA	69	146	47,3
	2012	PROEJA	0	49	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	24	96	25,0
	2012	TECNOLOGIA	35	72	48,6
	2012	Total Juína	279	1081	25,8
PLC	2009	Total Pontes e Lacerda	306	413	74,1
	2010	INTEGRADO	177	357	49,6
	2010	LICENCIATURA	22	37	59,5
	2010	PROEJA	31	93	33,3
	2010	SUBSEQUENTE	122	249	49,0
	2010	Total Pontes e Lacerda	352	736	47,8
	2011	INTEGRADO	119	454	26,2
	2011	LICENCIATURA	20	57	35,1
	2011	PROEJA	24	95	25,3
	2011	SUBSEQUENTE	87	353	24,6
	2011	Total Pontes e Lacerda	250	959	26,1
	2012	INTEGRADO	122	508	24,0
	2012	LICENCIATURA	24	98	24,5
	2012	PROEJA	0	102	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	181	400	45,3
	2012	TECNOLOGIA	65	65	100,0
	2012	Total Pontes e Lacerda	392	1173	33,4
ROO	2009	Total Rondonópolis	—	—	—
	2010	Total Rondonópolis	—	—	—
	2011	INTEGRADO	72	72	100,0
	2011	PROEJA	30	30	100,0
	2011	SUBSEQUENTE	37	37	100,0
	2011	Total Rondonópolis	139	139	100,0
	2012	INTEGRADO	88	156	56,4
	2012	PROEJA	36	66	54,5
	2012	SUBSEQUENTE	118	155	76,1
2012	Total Rondonópolis	242	377	64,2	
SRS	2009	Total Sorriso	—	—	—
	2010	Total Sorriso	—	—	—
	2011	SUBSEQUENTE	0	96	0,0
	2011	Total Sorriso	0	96	0,0
	2012	FIC	39	39	100,0
2012	INTEGRADO	46	46	100,0	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
	2012	SUBSEQUENTE	0	110	0,0
	2012	TECNOLOGIA	69	69	100,0
	2012	Total Sorriso	154	264	58,3
	2009	Total São Vicente	691	1246	55,5
	2010	BACHARELADO	136	300	45,3
	2010	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2010	FIC	0	37	0,0
	2010	INTEGRADO	110	295	37,3
	2010	LICENCIATURA	121	121	100,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	203	0,0
	2010	PROEJA	0	27	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	30	69	43,5
	2010	TECNOLOGIA	54	201	26,9
	2010	Total São Vicente	451	1285	35,1
	2011	BACHARELADO	93	376	24,7
	2011	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	358	0,0
	2011	INTEGRADO	125	433	28,9
	2011	LICENCIATURA	117	234	50,0
	2011	PROEJA	0	27	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	0	88	0,0
	2011	TECNOLOGIA	52	243	21,4
	2011	Total São Vicente	387	1791	21,6
	2012	BACHARELADO	96	437	22,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	1	276	0,4
	2012	FIC	101	101	100,0
	2012	INTEGRADO	222	522	42,5
	2012	LICENCIATURA	69	300	23,0
	2012	PROEJA	0	14	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	0	50	0,0
	2012	TECNOLOGIA	46	215	21,4
	2012	Total São Vicente	535	1915	27,9
	2009	Total IFMT	3810	7241	52,6
	2010	BACHARELADO	397	628	63,2
	2010	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	428	0,0
	2010	FIC	0	282	0,0
	2010	INTEGRADO	1470	2603	56,5
	2010	LICENCIATURA	248	307	80,8
	2010	LICENCIATURA - UAB	67	334	20,1
	2010	PROEJA	306	825	37,1
	2010	PROEJA - FIC	0	254	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	1170	2960	39,5
	2010	TECNOLOGIA	546	1193	45,8
	2010	TECNOLOGIA - UAB	27	268	10,1
	2010	Total IFMT	4231	10114	41,8
	2011	BACHARELADO	303	946	32,0
	2011	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	158	742	21,3
	2011	FIC	351	451	77,8
	2011	INTEGRADO	1421	3908	36,4

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNOS
	2011	LICENCIATURA	316	587	53,8
	2011	LICENCIATURA - UAB	0	316	0,0
	2011	PROEJA	312	1045	29,9
	2011	PROEJA - FIC	127	385	33,0
	2011	SUBSEQUENTE	1128	3782	29,8
	2011	TECNOLOGIA	592	1766	33,5
	2011	TECNOLOGIA - UAB	0	239	0,0
	2011	Total IFMT	4708	14199	33,2
	2012	BACHARELADO	452	1298	34,8
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	31	664	4,7
	2012	FIC	175	603	29,0
	2012	INTEGRADO	1497	4785	31,3
	2012	LICENCIATURA	218	787	27,7
	2012	LICENCIATURA - UAB	180	447	40,3
	2012	MESTRADO	10	10	100,0
	2012	PROEJA	200	1081	18,5
	2012	PROEJA - FIC	14	342	4,1
	2012	SUBSEQUENTE	1416	4533	31,2
	2012	TECNOLOGIA	796	2291	34,7
	2012	TECNOLOGIA - UAB	413	413	100,0
	2012	Total IFMT	5402	17254	31,3

Fonte: PROEN

Gráfico 7. Relação de ingressantes por alunos

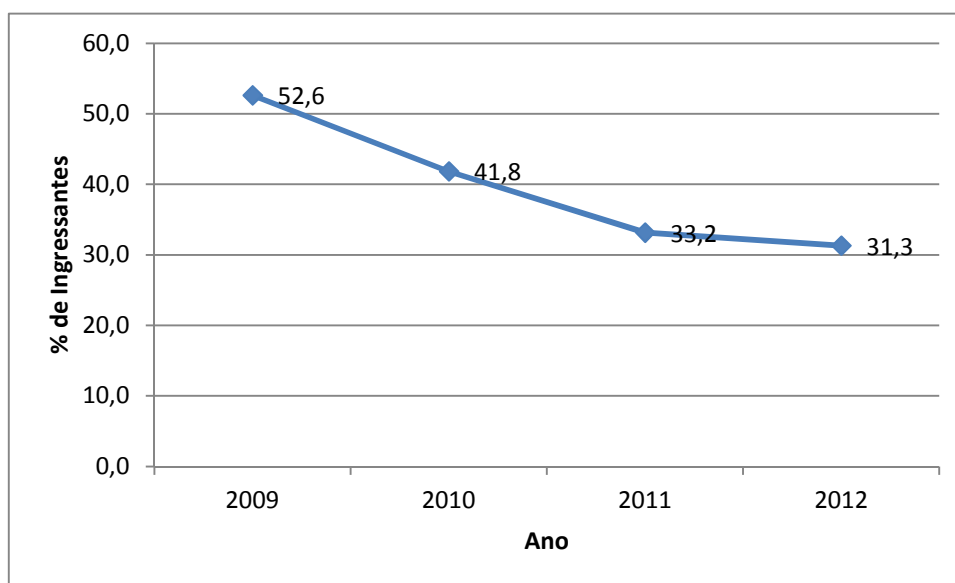
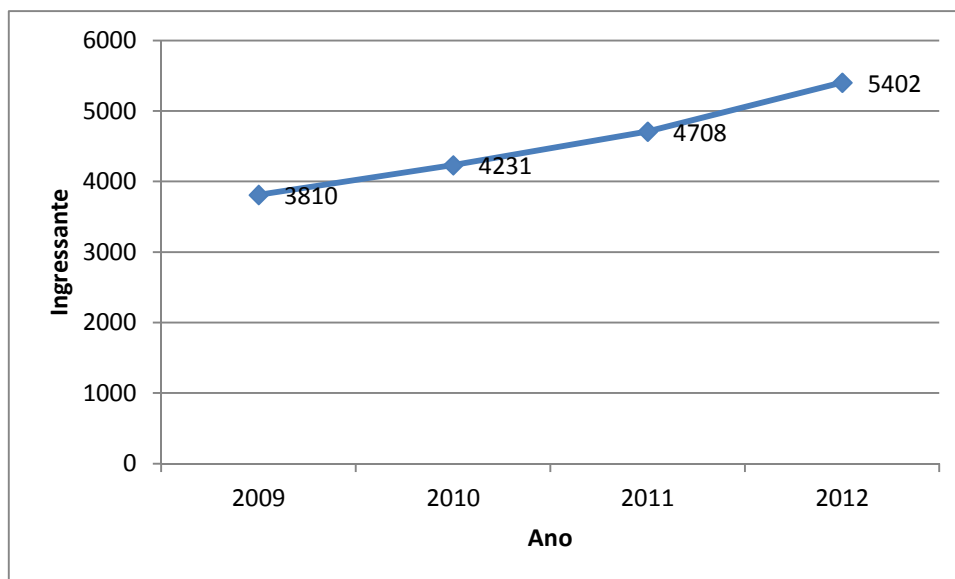


Gráfico 8. Número de ingressantes

A partir desse indicador podemos observar a capacidade de oferta de vagas pela instituição diante de suas limitações estruturais e da força de trabalho. Podemos observar então, que no período analisado no gráfico verifica-se uma tendência na captação de novos alunos na proporção de aproximadamente 30% em relação ao quantitativo de alunos matriculados.

É importante observar que mesmo a relação de ingressantes em relação a alunos matriculados ter decaído o quantitativo de ingressantes tem aumentado desde 2009, acompanhando a evolução do número de vagas. Isso significa que estamos retendo os alunos por maior tempo nos cursos. Essa retenção pode estar sendo ocasionada pelo aumento na duração de alguns cursos e na criação de cursos com maior duração.

Essa faixa de captação de novos alunos, de aproximadamente 30,00%, era uma tendência esperada, considerando que a reformulação no Plano de Desenvolvimento Institucional readequou o planejamento futuro com a realidade institucional, e com isso, a preocupação em manter a qualidade nos cursos, fez com que o pensamento na expansão ficasse retraído no aguardo de posicionamento por parte do Governo Federal quanto a liberação de recursos para investimento e contratação de pessoal.

Indicador 03 – Relação de concluintes por alunos

Tabela XXXII. Relação de concluintes por alunos.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação de concluintes por alunos.
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados.
Tipo	Da eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Pesquisador Institucional
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador antes usava-se a seguintes fórmula: $\text{Relação de Concluintes por Alunos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{N}^\circ \text{ de Matrículas}} \times 100$ A partir de 2012 a Setec definiu a seguintes fórmula: $\text{Relação de Concluintes por Alunos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes} + \text{Integralizado Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ de Matrículas}} \times 100$
Definições	Nº de Concluintes = quantidade de alunos que concluíram o curso. Concluinte é o aluno que foi aprovado em todas as disciplinas e já fez o trabalho de conclusão de curso e/ou estágio e está apto a colar grau e/ou emissão de diploma ou certificado de conclusão. Nº de Matrículas = quantidade de matrículas registradas no ano.

Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	CONCLUINTE	MATRÍCULA	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
BAG	2009	Total Barra do Garças	—	—	—
	2010	Total Barra do Garças	—	—	—
	2011	INTEGRADO	0	56	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	0	55	0,0
	2011	Total Barra do Garças	0	111	0,0
	2012	INTEGRADO	0	202	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	0	136	0,0
	2012	Total Barra do Garças	0	338	0,0
BLV	2009	Total Bela Vista	67	885	7,6
	2010	BACHARELADO	0	70	0,0
	2010	INTEGRADO	50	332	15,1
	2010	LICENCIATURA - UAB	0	334	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	68	302	22,5
	2010	TECNOLOGIA	6	253	2,4
	2010	Total Bela Vista	124	1291	9,6
	2011	BACHARELADO	0	105	0,0
	2011	FIC	0	57	0,0
	2011	INTEGRADO	50	473	10,6
	2011	LICENCIATURA - UAB	40	316	12,7
	2011	SUBSEQUENTE	98	404	24,3
	2011	TECNOLOGIA	14	358	3,9
	2011	Total Bela Vista	202	1713	11,8
	2012	BACHARELADO	0	141	0,0
	2012	FIC	0	71	0,0
	2012	INTEGRADO	47	508	9,3
	2012	LICENCIATURA - UAB	5	447	1,1
	2012	MESTRADO	0	10	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	45	354	12,7
2012	TECNOLOGIA	34	381	8,9	
2012	Total Bela Vista	131	1912	6,9	
CAS	2009	Total Cáceres	—	—	23,2
	2010	BACHARELADO	0	40	0,0
	2010	PROEJA - FIC	0	234	0,0
	2010	INTEGRADO	0	335	0,0
	2010	PROEJA	0	129	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	1	463	0,2
	2010	TECNOLOGIA	0	40	0,0
	2010	Total Cáceres	1	1241	0,1
	2011	BACHARELADO	0	81	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	69	0,0
	2011	PROEJA - FIC	0	365	0,0
	2011	INTEGRADO	91	439	20,7
	2011	FIC	0	100	0,0
	2011	PROEJA	20	200	10,0
	2011	SUBSEQUENTE	121	646	18,7
	2011	TECNOLOGIA	0	83	0,0
	2011	Total Cáceres	232	1983	11,7
2012	BACHARELADO	0	116	0,0	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	73	0,0	
2012	FIC	0	100	0,0	

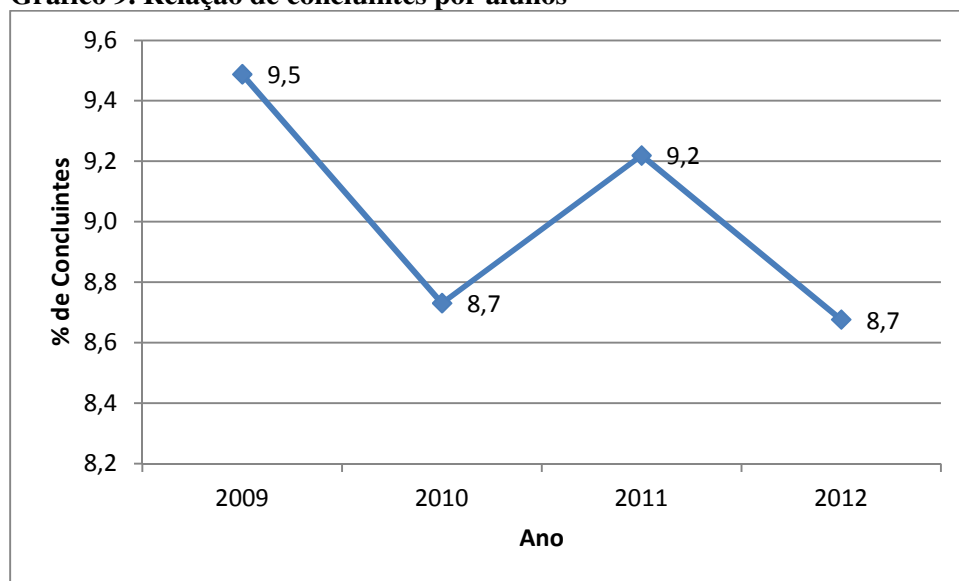
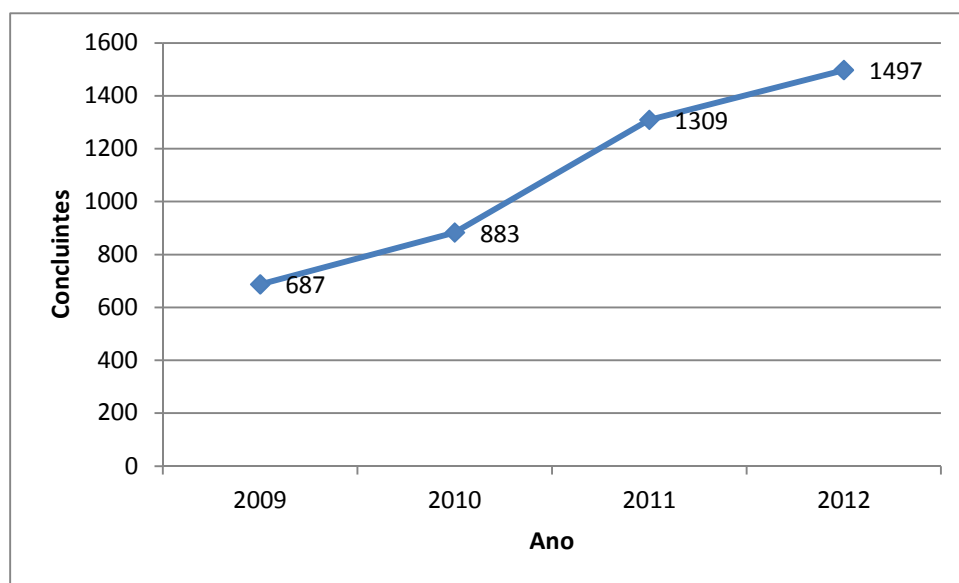
UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	CONCLUINTE	MATRÍCULA	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
	2012	INTEGRADO	137	504	27,2
	2012	PROEJA	36	223	16,1
	2012	PROEJA - FIC	0	332	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	217	718	30,2
	2012	TECNOLOGIA	0	123	0,0
	2012	Total Cáceres	390	2189	17,8
CBA	2009	NÃO COMPUTADO	524	3270	16,0
	2009	UAB	0	1127	0,0
	2009	Total Cuiabá	524	4397	11,9
	2010	BACHARELADO	0	74	0,0
	2010	PROEJA - FIC	0	20	0,0
	2010	INTEGRADO	117	582	20,1
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	34	0,0
	2010	PROEJA	42	428	9,8
	2010	SUBSEQUENTE	284	1807	15,7
	2010	TECNOLOGIA	17	636	2,7
	2010	TECNOLOGIA - UAB	0	268	0,0
	2010	Total Cuiabá	460	3849	12,0
	2011	BACHARELADO	0	136	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	60	0,0
	2011	FIC	0	47	0,0
	2011	PROEJA - FIC	10	20	50,0
	2011	INTEGRADO	117	943	12,4
	2011	PROEJA	74	485	15,3
	2011	SUBSEQUENTE	324	2026	16,0
	2011	TECNOLOGIA	45	944	4,8
	2011	TECNOLOGIA - UAB	21	239	8,8
	2011	Total Cuiabá	591	4900	12,1
	2012	BACHARELADO	0	294	0,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	22	85	25,9
	2012	FIC	0	47	0,0
	2012	INTEGRADO	82	1183	6,9
	2012	PROEJA	31	469	6,6
	2012	PROEJA - FIC	0	10	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	321	2415	13,3
	2012	TECNOLOGIA	25	1277	2,0
2012	TECNOLOGIA - UAB	0	413	0,0	
2012	Total Cuiabá	481	6193	7,8	
CFS	2009	Total Confresa	—	—	—
	2010	BACHARELADO	0	41	0,0
	2010	INTEGRADO	0	277	0,0
	2010	LICENCIATURA	0	70	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	87	0,0
	2010	PROEJA	0	42	0,0
	2010	Total Confresa	0	517	0,0
	2011	BACHARELADO	0	107	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	150	0,0
	2011	FIC	0	100	0,0
	2011	INTEGRADO	0	353	0,0
	2011	LICENCIATURA	0	103	0,0
	2011	PROEJA	0	84	0,0
	2011	Total Confresa	0	897	0,0
2012	BACHARELADO	0	135	0,0	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	29	141	20,6	
2012	FIC	0	100	0,0	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	CONCLUINTE	MATRÍCULA	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
	2012	INTEGRADO	0	341	0,0
	2012	LICENCIATURA	0	128	0,0
	2012	PROEJA	0	78	0,0
	2012	Total Confresa	29	923	3,1
	2009	Total Campo Novo do Parecis		300	0,0
	2010	BACHARELADO	0	103	0,0
	2010	INTEGRADO	0	285	0,0
	2010	LICENCIATURA	0	79	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	40	0,0
	2010	PROEJA	0	35	0,0
	2010	TECNOLOGIA	0	63	0,0
	2010	Total Campo Novo do Parecis	0	605	0,0
	2011	BACHARELADO	0	141	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	43	0,0
	2011	INTEGRADO	0	296	0,0
	2011	LICENCIATURA	0	115	0,0
	2011	PROEJA	0	64	0,0
	2011	TECNOLOGIA	0	100	0,0
	2011	Total Campo Novo do Parecis	0	759	0,0
	2012	BACHARELADO	0	175	0,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	7	27	25,9
	2012	INTEGRADO	69	304	22,7
	2012	LICENCIATURA	1	115	0,9
	2012	PROEJA	16	80	20,0
	2012	SUBSEQUENTE	0	99	0,0
	2012	TECNOLOGIA	2	89	2,2
	2012	Total Campo Novo do Parecis	95	889	10,7
	2009	Total Juína	—	—	—
	2010	FIC	201	245	82,0
	2010	INTEGRADO	0	140	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	64	0,0
	2010	PROEJA	0	71	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	0	70	0,0
	2010	Total Juína	201	590	34,1
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	62	0,0
	2011	FIC	2	147	1,4
	2011	INTEGRADO	0	389	0,0
	2011	LICENCIATURA	0	78	0,0
	2011	PROEJA	0	60	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	38	77	49,4
	2011	TECNOLOGIA	0	38	0,0
	2011	Total Juína	40	851	4,7
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	62	0,0
	2012	FIC	0	145	0,0
	2012	INTEGRADO	0	511	0,0
	2012	LICENCIATURA	0	146	0,0
	2012	PROEJA	0	49	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	38	96	39,6
	2012	TECNOLOGIA	0	72	0,0
	2012	Total Juína	38	1081	3,5
	2009	Total Pontes e Lacerda	0	413	0,0
	2010	INTEGRADO	0	357	0,0
	2010	LICENCIATURA	0	37	0,0
	2010	PROEJA	0	93	0,0

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	CONCLUINTE	MATRÍCULA	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
	2010	SUBSEQUENTE	15	249	6,0
	2010	Total Pontes e Lacerda	15	736	2,0
	2011	INTEGRADO	54	454	11,9
	2011	LICENCIATURA	0	57	0,0
	2011	PROEJA	0	95	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	107	353	30,3
	2011	Total Pontes e Lacerda	161	959	16,8
	2012	INTEGRADO	1	508	0,2
	2012	LICENCIATURA	0	98	0,0
	2012	PROEJA	3	102	2,9
	2012	SUBSEQUENTE	54	400	13,5
	2012	TECNOLOGIA	0	65	0,0
	2012	Total Pontes e Lacerda	58	1173	4,9
	2009	Total Rondonópolis	—	—	—
	2010	Total Rondonópolis	—	—	—
	2011	INTEGRADO	0	72	0,0
	2011	PROEJA	0	30	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	0	37	0,0
ROO	2011	Total Rondonópolis	0	139	0,0
	2012	INTEGRADO	0	156	0,0
	2012	PROEJA	0	66	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	0	155	0,0
	2012	Total Rondonópolis	0	377	0,0
	2009	Total Sorriso	—	—	—
	2010	Total Sorriso	—	—	—
	2011	SUBSEQUENTE	0	96	0,0
	2011	Total Sorriso	0	96	0,0
	2012	FIC	0	39	0,0
	2012	INTEGRADO	0	46	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	56	110	50,9
	2012	TECNOLOGIA	0	69	0,0
	2012	Total Sorriso	56	264	21,2
	2009	Total São Vicente	96	1246	7,7
	2010	BACHARELADO	0	300	0,0
	2010	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2010	FIC	0	37	0,0
	2010	INTEGRADO	56	295	19,0
	2010	LICENCIATURA	0	121	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	203	0,0
	2010	PROEJA	0	27	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	0	69	0,0
	2010	TECNOLOGIA	26	201	12,9
	2010	Total São Vicente	82	1285	6,4
	2011	BACHARELADO	0	376	0,0
	2011	CONCOMITANTE	0	32	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	358	0,0
	2011	INTEGRADO	57	433	13,2
	2011	LICENCIATURA	0	234	0,0
	2011	PROEJA	0	27	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	0	88	0,0
	2011	TECNOLOGIA	26	243	10,7

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	CONCLUINTE	MATRÍCULA	RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
	2011	Total São Vicente	83	1791	4,6
	2012	BACHARELADO	0	437	0,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	120	276	43,5
	2012	FIC	0	101	0,0
	2012	INTEGRADO	59	522	11,3
	2012	LICENCIATURA	0	300	0,0
	2012	PROEJA	14	14	100,0
	2012	SUBSEQUENTE	9	50	18,0
	2012	TECNOLOGIA	17	215	7,9
	2012	Total São Vicente	219	1915	11,4
	IFMT	2009	Total IFMT	687	7241
2010		BACHARELADO	0	628	0,0
2010		CONCOMITANTE	0	32	0,0
2010		ESPECIALIZAÇÃO	0	428	0,0
2010		FIC	201	282	71,3
2010		INTEGRADO	223	2603	8,6
2010		LICENCIATURA	0	307	0,0
2010		LICENCIATURA - UAB	0	334	0,0
2010		PROEJA	42	825	5,1
2010		PROEJA - FIC	0	254	0,0
2010		SUBSEQUENTE	368	2960	12,4
2010		TECNOLOGIA	49	1193	4,1
2010		TECNOLOGIA - UAB	0	268	0,0
2010		Total IFMT	883	10114	8,7
2011		BACHARELADO	0	946	0,0
2011		CONCOMITANTE	0	32	0,0
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	742	0,0
2011		FIC	2	451	0,4
2011		INTEGRADO	369	3908	9,4
2011		LICENCIATURA	0	587	0,0
2011		LICENCIATURA - UAB	40	316	12,7
2011		PROEJA	94	1045	9,0
2011		PROEJA - FIC	10	385	2,6
2011		SUBSEQUENTE	688	3782	18,2
2011		TECNOLOGIA	85	1766	4,8
2011		TECNOLOGIA - UAB	21	239	8,8
2011		Total IFMT	1309	14199	9,2
2012		BACHARELADO	0	1298	0,0
2012		ESPECIALIZAÇÃO	178	664	26,8
2012		FIC	0	603	0,0
2012	INTEGRADO	395	4785	8,3	
2012	LICENCIATURA	1	787	0,1	
2012	LICENCIATURA - UAB	5	447	1,1	
2012	MESTRADO	0	10	0,0	
2012	PROEJA	100	1081	9,3	
2012	PROEJA - FIC	0	342	0,0	
2012	SUBSEQUENTE	740	4533	16,3	
2012	TECNOLOGIA	78	2291	3,4	
2012	TECNOLOGIA - UAB	0	413	0,0	
2012	Total IFMT	1497	17254	8,7	

Fonte: PROEN

Gráfico 9. Relação de concluintes por alunos**Gráfico 10. Número de concluintes**

A relação entre o número de alunos concluintes e o número de alunos matriculados faz parte do conjunto de indicadores que representam a eficiência e eficácia da instituição, com ele podemos observar quantos alunos estão concluindo em relação aos alunos matriculados no mesmo período.

Nos últimos anos esse indicador vem sendo prejudicado pelas greves que afetaram a rotina normal de trabalho. Alguns *campi*, por exemplo, tem previsão de término do ano letivo de 2012 apenas em maio de 2013, o que impossibilita a contabilização de grande parte dos concluintes para apresentação nas contas de 2012.

Contudo, podemos observar numericamente que, dentro dos valores que conseguimos coletar, houve acréscimo de 117% no número de concluintes, porém a sua relação com o número de alunos matriculados teve uma diminuição em relação ao período anterior. Novamente, podemos somar a greve o fato de existirem muitos cursos com maior periodicidade de conclusão.

É importante lembrar que esse indicador sofreu mudança de metodologia em sua composição, antes entendia-se por concluinte apenas os alunos que tinha cumprido com êxito todas as atividades previstas no curso e estaria apto a colarem grau, atualmente soma-se a esse grupo de

alunos àqueles que apenas integralizaram fase escolar, ou seja que estão devendo apenas o estágio obrigatório ou trabalho de conclusão de curso.

Indicador 4 – Índice de eficiência acadêmica

Tabela XXXIII. Índice de eficiência acadêmica.

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador	Índice de eficiência acadêmica.				
Objetivo do Indicador	Quantificar a eficiência das Instituições				
Tipo	Da eficácia e eficiência acadêmica				
Área responsável	Pesquisador Institucional				
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Para o cálculo deste indicador era adotado a seguinte fórmula:</p> $\text{Índice} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de Concluintes}}{\sum N^{\circ} \text{ de Ingressantes ocorridos em período equivanete}} \times 100$ <p>A partir de 2012 a SETEC definiu a seguinte formula:</p> $\text{Índice} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de Concluintes} + \text{Integralizado Fase Escolar}}{\sum N^{\circ} \text{ de Matriculados Finalizadas}} \times 100$				
Definições	<p>Nº de Concluintes = quantidade de alunos que concluíram o curso. Concluinte é o aluno que foi aprovado em todas as disciplinas e já fez o trabalho de conclusão de curso e/ou estágio e está apto a colar grau e/ou emissão de diploma ou certificado de conclusão.</p> <p>Nº de Ingressos = quantidade de ingressantes que correspondem aos alunos que estão concluindo.</p> <p>Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.</p> <p>Matriculados Finalizados: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo foram finalizados em 2012 (com ou sem sucesso), ou seja, que apesar deles estarem finalizados, eles estiveram matriculados durante o exercício de 2012.</p>				
UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	---	CONCLUINTES IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA
BAG	2009	Total Barra do Garças	—	—	—
	2010	Total Barra do Garças	—	—	—
	2011	INTEGRADO	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	Total Barra do Garças	0	0	
	2012	INTEGRADO	49	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	40	0	0,0
	2012	Total Barra do Garças	89	0	0,0
BLV	2009	Total Bela Vista	190	67	35,3
	2010	BACHARELADO	0	0	
	2010	INTEGRADO	51	50	98,0
	2010	LICENCIATURA - UAB	0	0	
	2010	SUBSEQUENTE	135	68	50,4
	2010	TECNOLOGIA	28	6	21,4
	2010	Total Bela Vista	214	124	57,9
	2011	BACHARELADO	0	0	
	2011	FIC	0	0	
	2011	INTEGRADO	57	50	87,7
	2011	LICENCIATURA - UAB	200	40	20,0

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	- - -	CONCLUINTE IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA	
	2011	SUBSEQUENTE	329	98	29,8	
	2011	TECNOLOGIA	99	14	14,1	
	2011	Total Bela Vista	685	202	29,5	
	2012	BACHARELADO	12	0	0,0	
	2012	FIC	28	0	0,0	
	2012	INTEGRADO	68	47	69,1	
	2012	LICENCIATURA - UAB	5	5	100,0	
	2012	MESTRADO	0	0		
	2012	SUBSEQUENTE	48	45	93,8	
	2012	TECNOLOGIA	69	34	49,3	
	2012	Total Bela Vista	230	131	57,0	
	CAS	2009	Total Cáceres	—	—	41,5
		2010	BACHARELADO	0	0	
2010		PROEJA - FIC	0	0		
2010		INTEGRADO	0	0		
2010		PROEJA	0	0		
2010		SUBSEQUENTE	43	1	2,3	
2010		TECNOLOGIA	0	0		
2010		Total Cáceres	43	1	2,3	
2011		BACHARELADO	0	0		
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2011		PROEJA - FIC	0	0		
2011		INTEGRADO	100	91	91,0	
2011		FIC	0	0		
2011		PROEJA	20	20	100,0	
2011		SUBSEQUENTE	348	122	35,1	
2011		TECNOLOGIA	0	0		
2011		Total Cáceres	468	233	49,8	
2012		BACHARELADO	0	0		
2012		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2012		FIC	0	0		
2012		INTEGRADO	209	137	65,6	
2012		PROEJA	42	36	85,7	
2012		PROEJA - FIC	7	0	0,0	
2012	SUBSEQUENTE	252	217	86,1		
2012	TECNOLOGIA	0	0			
2012	Total Cáceres	510	390	76,5		
CBA	2009	NÃO COMPUTADO	850	524	61,6	
	2009	UAB	0	0		
	2009	Total Cuiabá	850	524	61,6	
	2010	BACHARELADO	0	0		
	2010	PROEJA - FIC	0	0		
	2010	INTEGRADO	127	117	92,1	
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
	2010	PROEJA	86	42	48,8	
	2010	SUBSEQUENTE	859	284	33,1	
	2010	TECNOLOGIA	55	17	30,9	
	2010	TECNOLOGIA - UAB	0	0		
	2010	Total Cuiabá	1127	460	40,8	
	2011	BACHARELADO	0	0		
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
	2011	FIC	0	0		
	2011	PROEJA - FIC	20	10	50,0	
	2011	INTEGRADO	127	117	92,1	
	2011	PROEJA	191	74	38,7	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	---	CONCLUINTE IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA	
	2011	SUBSEQUENTE	1700	438	25,8	
	2011	TECNOLOGIA	186	46	24,7	
	2011	TECNOLOGIA - UAB	250	21	8,4	
	2011	Total Cuiabá	2474	706	28,5	
	2012	BACHARELADO	7	0	0,0	
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	53	22	41,5	
	2012	FIC	2	0	0,0	
	2012	INTEGRADO	113	82	72,6	
	2012	PROEJA	48	31	64,6	
	2012	PROEJA - FIC	10	0	0,0	
	2012	SUBSEQUENTE	531	321	60,5	
	2012	TECNOLOGIA	107	25	23,4	
	2012	TECNOLOGIA - UAB	0	0		
	2012	Total Cuiabá	871	481	55,2	
	CFS	2009	Total Confresa	—	—	—
		2010	BACHARELADO	0	0	
		2010	INTEGRADO	0	0	
2010		LICENCIATURA	0	0		
2010		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2010		PROEJA	0	0		
2010		Total Confresa	0	0		
2011		BACHARELADO	0	0		
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
2011		FIC	0	0		
2011		INTEGRADO	0	0		
2011		LICENCIATURA	0	0		
2011		PROEJA	0	0		
2011		Total Confresa	0	0		
2012		BACHARELADO	3	0	0,0	
2012		ESPECIALIZAÇÃO	29	29	100,0	
2012		FIC	2	0	0,0	
2012		INTEGRADO	65	0	0,0	
2012		LICENCIATURA	1	0	0,0	
2012		PROEJA	30	0	0,0	
2012	Total Confresa	130	29	22,3		
CNP	2009	Total Campo Novo do Parecis		0		
	2010	BACHARELADO	0	0		
	2010	INTEGRADO	0	0		
	2010	LICENCIATURA	0	0		
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
	2010	PROEJA	0	0		
	2010	TECNOLOGIA	0	0		
	2010	Total Campo Novo do Parecis	0	0		
	2011	BACHARELADO	0	0		
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0		
	2011	INTEGRADO	0	0		
	2011	LICENCIATURA	0	0		
	2011	PROEJA	0	0		
	2011	TECNOLOGIA	0	0		
	2011	Total Campo Novo do Parecis	0	0		
	2012	BACHARELADO	18	0	0,0	
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	8	7	87,5	
2012	INTEGRADO	103	69	67,0		
2012	LICENCIATURA	31	1	3,2		

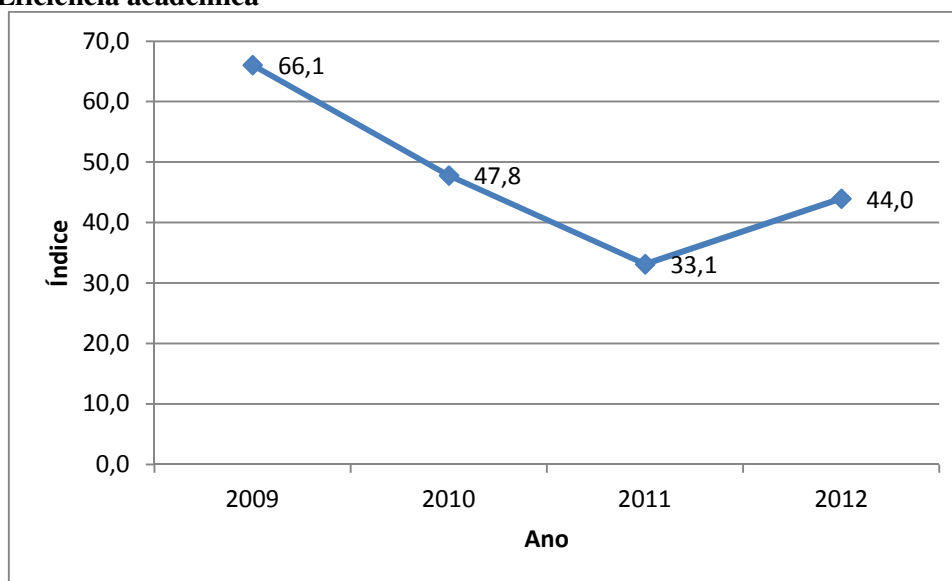
UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	---	CONCLUINTE IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA
	2012	PROEJA	41	16	39,0
	2012	SUBSEQUENTE	23	0	0,0
	2012	TECNOLOGIA	30	2	6,7
	2012	Total Campo Novo do Parecis	254	95	37,4
JNA	2009	Total Juína	—	—	—
	2010	FIC	204	201	98,5
	2010	INTEGRADO	0	0	
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2010	PROEJA	0	0	
	2010	SUBSEQUENTE	0	0	
	2010	Total Juína	204	201	98,5
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2011	FIC	54	54	100,0
	2011	INTEGRADO	0	0	
	2011	LICENCIATURA	0	0	
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	73	38	52,1
	2011	TECNOLOGIA	0	0	
	2011	Total Juína	127	92	72,4
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2012	FIC	0	0	
	2012	INTEGRADO	103	0	0,0
	2012	LICENCIATURA	0	0	
	2012	PROEJA	5	0	0,0
2012	SUBSEQUENTE	38	38	100,0	
2012	TECNOLOGIA	0	0		
2012	Total Juína	146	38	26,0	
PLC	2009	Total Pontes e Lacerda	0	0	
	2010	INTEGRADO	0	0	
	2010	LICENCIATURA	0	0	
	2010	PROEJA	0	0	
	2010	SUBSEQUENTE	15	15	100,0
	2010	Total Pontes e Lacerda	15	15	100,0
	2011	INTEGRADO	125	54	43,2
	2011	LICENCIATURA	0	0	
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	234	110	47,0
	2011	Total Pontes e Lacerda	359	164	45,7
	2012	INTEGRADO	212	1	0,5
	2012	LICENCIATURA	40	0	0,0
	2012	PROEJA	81	3	3,7
	2012	SUBSEQUENTE	158	54	34,2
2012	TECNOLOGIA	0	0		
2012	Total Pontes e Lacerda	491	58	11,8	
ROO	2009	Total Rondonópolis	—	—	—
	2010	Total Rondonópolis	—	—	—
	2011	INTEGRADO	0	0	
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	Total Rondonópolis	0	0	
2012	INTEGRADO	34	0	0,0	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	- - -	CONCLUINTE IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA
	2012	PROEJA	28	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	71	0	0,0
	2012	Total Rondonópolis	133	0	0,0
SRS	2009	Total Sorriso	—	—	—
	2010	Total Sorriso	—	—	—
	2011	SUBSEQUENTE	0	0	
	2011	Total Sorriso	0	0	
	2012	FIC	0	0	
	2012	INTEGRADO	9	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	110	56	50,9
	2012	TECNOLOGIA	11	0	0,0
	2012	Total Sorriso	130	56	43,1
	SVC	2009	Total São Vicente		96
2010		BACHARELADO	0	0	
2010		CONCOMITANTE	0	0	
2010		FIC	0	0	
2010		INTEGRADO	185	56	30,3
2010		LICENCIATURA	0	0	
2010		ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
2010		PROEJA	0	0	
2010		SUBSEQUENTE	0	0	
2010		TECNOLOGIA	59	26	44,1
2010		Total São Vicente	244	82	33,6
2011		BACHARELADO	0	0	
2011		CONCOMITANTE	0	0	
2011		ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
2011		INTEGRADO	187	57	30,5
2011		LICENCIATURA	0	0	
2011		PROEJA	0	0	
2011		SUBSEQUENTE	0	0	
2011		TECNOLOGIA	59	26	44,1
2011		Total São Vicente	246	83	33,7
2012	BACHARELADO	23	0	0,0	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	178	120	67,4	
2012	FIC	0	0		
2012	INTEGRADO	135	59	43,7	
2012	LICENCIATURA	22	0	0,0	
2012	PROEJA	14	14	100,0	
2012	SUBSEQUENTE	9	9	100,0	
2012	TECNOLOGIA	40	17	42,5	
2012	Total São Vicente	421	219	52,0	
IFMT	2009	Total IFMT	1040	687	66,1
	2010	BACHARELADO	0	0	
	2010	CONCOMITANTE	0	0	
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	204	201	98,5
	2010	FIC	0	0	
	2010	INTEGRADO	363	223	61,4
	2010	LICENCIATURA	0	0	
	2010	LICENCIATURA - UAB			
	2010	PROEJA	0	0	
	2010	PROEJA - FIC	86	42	48,8

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	---	CONCLUINTE IEA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA
	2010	SUBSEQUENTE	1052	368	35,0
	2010	TECNOLOGIA			
	2010	TECNOLOGIA - UAB	142	49	34,5
	2010	Total IFMT	1847	883	47,8
	2011	BACHARELADO	0	0	
	2011	CONCOMITANTE	0	0	
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	0	0	
	2011	FIC	20	10	50,0
	2011	INTEGRADO	596	369	61,9
	2011	LICENCIATURA	0	0	
	2011	LICENCIATURA - UAB	200	40	20,0
	2011	PROEJA	0	0	
	2011	PROEJA - FIC	211	94	44,5
	2011	SUBSEQUENTE	2684	806	30,0
	2011	TECNOLOGIA	344	86	25,0
	2011	TECNOLOGIA - UAB	250	21	8,4
	2011	Total IFMT	4305	1426	33,1
	2012	BACHARELADO	63	0	0,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	268	178	66,4
	2012	FIC	32	0	0,0
	2012	INTEGRADO	1100	395	35,9
	2012	LICENCIATURA	94	1	1,1
	2012	LICENCIATURA - UAB	5	5	100,0
	2012	MESTRADO	0	0	
	2012	PROEJA	289	100	34,6
	2012	PROEJA - FIC	17	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	1280	740	57,8
	2012	TECNOLOGIA	257	78	30,4
	2012	TECNOLOGIA - UAB	0	0	
	2012	Total IFMT	3405	1497	44,0

Fonte: PROEN

Gráfico 11. Eficiência acadêmica



Ressaltamos que nesse indicador houve diferença entre a definição da forma de cálculo em relação aos anos anteriores. A SETEC definiu que a relação, antes feita entre o número de aluno concluintes em relação ao número de alunos ingressantes no período equivalente dos que estão concluindo, agora passa a ser calculada considerando os concluintes e os que integralizaram fase escolar em relação aos que tiveram a matrícula finalizada no período de análise.

No entanto, consideramos essa metodologia também válida, pois no conceito de ciclo de matrícula do SISTEC podemos verificar com maior clareza a quantidade de alunos que estão ingressando em cada período e a relação entre os que concluem e têm matrículas finalizadas no mesmo período, demonstrando através da porcentagem de alunos que realmente estão deixando os cursos de forma eficiente evitando a duplicação ou ausência de informações em comparação a outros períodos.

Com isso podemos analisar que, em relação ao período anterior, houve um aumento de 32,9% no índice o que representa considerável melhora no indicador mesmo diante de fatores que dificultam a contabilização dos valores necessários para o cálculo, que foi o da greve.

Indicador 5 – Índice de retenção do fluxo escolar

Tabela XXXIV. Índice de retenção do fluxo escolar.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de retenção do fluxo escolar.
Objetivo do Indicador	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos matriculados
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Pesquisador Institucional
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Retidos}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Matriculados}} \times 100$
Definições	Nº de Retidos = quantidade de alunos retidos no curso devido trancamento ou reprovação. Nº de Matriculados = quantidade de matrículas registradas no ano.

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
BAG	2009	Total Barra do Garças	—	—	—	—
	2010	Total Barra do Garças	—	—	—	—
	2011	INTEGRADO	56	50,5	0	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	55	49,5	0	0,0
	2011	Total Barra do Garças	111	100,0	0	0,0
	2012	INTEGRADO	202	59,8	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	136	40,2	15	11,0
	2012	Total Barra do Garças	338	100,0	15	4,4
BLV	2009	Total Bela Vista	885	100,0	32	3,6
	2010	BACHARELADO	70	5,4	0	0,0
	2010	INTEGRADO	332	25,7	1	0,3
	2010	LICENCIATURA - UAB	334	25,9	0	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	302	23,4	67	22,2
	2010	TECNOLOGIA	253	19,6	22	8,7
	2010	Total Bela Vista	1291	100,0	90	7,0
	2011	BACHARELADO	105	6,1	0	0,0
	2011	FIC	57	3,3	0	0,0
	2011	INTEGRADO	473	27,6	7	1,5

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	
	2011	LICENCIATURA - UAB	316	18,4	0	0,0	
	2011	SUBSEQUENTE	404	23,6	119	29,5	
	2011	TECNOLOGIA	358	20,9	53	14,8	
	2011	Total Bela Vista	1713	100,0	179	10,4	
	2012	BACHARELADO	141	7,4	0	0,0	
	2012	FIC	71	3,7	43	60,6	
	2012	INTEGRADO	508	26,6	117	23,0	
	2012	LICENCIATURA - UAB	447	23,4	267	59,7	
	2012	MESTRADO	10	0,5	0	0,0	
	2012	SUBSEQUENTE	354	18,5	205	57,9	
	2012	TECNOLOGIA	381	19,9	109	28,6	
	2012	Total Bela Vista	1912	100,0	741	38,8	
	CAS	2009	Total Cáceres	—	—	—	19,6
		2010	BACHARELADO	40	3,2	0	0,0
2010		PROEJA - FIC	234	18,9	0	0,0	
2010		INTEGRADO	335	27,0	0	0,0	
2010		PROEJA	129	10,4	0	0,0	
2010		SUBSEQUENTE	463	37,3	42	9,1	
2010		TECNOLOGIA	40	3,2	0	0,0	
2010		Total Cáceres	1241	100,0	42	3,4	
2011		BACHARELADO	81	4,1	0	0,0	
2011		ESPECIALIZAÇÃO	69	3,5	0	0,0	
2011		PROEJA - FIC	365	18,4	0	0,0	
2011		INTEGRADO	439	22,1	9	2,1	
2011		FIC	100	5,0	0	0,0	
2011		PROEJA	200	10,1	0	0,0	
2011		SUBSEQUENTE	646	32,6	190	29,4	
2011		TECNOLOGIA	83	4,2	0	0,0	
2011		Total Cáceres	1983	100,0	199	10,0	
2012		BACHARELADO	116	5,3	0	0,0	
2012		ESPECIALIZAÇÃO	73	3,3	73	100,0	
2012		FIC	100	4,6	100	100,0	
2012		INTEGRADO	504	23,0	265	52,6	
2012		PROEJA	223	10,2	117	52,5	
2012	PROEJA - FIC	332	15,2	205	61,7		
2012	SUBSEQUENTE	718	32,8	587	81,8		
2012	TECNOLOGIA	123	5,6	40	32,5		
2012	Total Cáceres	2189	100,0	1387	63,4		
CBA	2009	NÃO COMPUTADO	3270	74,4	83	2,5	
	2009	UAB	1127	25,6	8	0,7	
	2009	Total Cuiabá	4397	100,0	91	2,1	
	2010	BACHARELADO	74	1,9	0	0,0	
	2010	PROEJA - FIC	20	0,5	0	0,0	
	2010	INTEGRADO	582	15,1	10	1,7	
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	34	0,9	0	0,0	
	2010	PROEJA	428	11,1	44	10,3	
	2010	SUBSEQUENTE	1807	46,9	575	31,8	
	2010	TECNOLOGIA	636	16,5	38	6,0	
	2010	TECNOLOGIA - UAB	268	7,0	0	0,0	
	2010	Total Cuiabá	3849	100,0	667	17,3	
	2011	BACHARELADO	136	2,8	0	0,0	
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	60	1,2	0	0,0	
	2011	FIC	47	1,0	0	0,0	
	2011	PROEJA - FIC	20	0,4	10	50,0	

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
	2011	INTEGRADO	943	19,2	10	1,1
	2011	PROEJA	485	9,9	51	10,5
	2011	SUBSEQUENTE	2026	41,3	508	25,1
	2011	TECNOLOGIA	944	19,3	116	12,3
	2011	TECNOLOGIA - UAB	239	4,9	0	0,0
	2011	Total Cuiabá	4900	100,0	695	14,2
	2012	BACHARELADO	294	4,7	33	11,2
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	85	1,4	58	68,2
	2012	FIC	47	0,8	47	100,0
	2012	INTEGRADO	1183	19,1	250	21,1
	2012	PROEJA	469	7,6	179	38,2
	2012	PROEJA - FIC	10	0,2	10	100,0
	2012	SUBSEQUENTE	2415	39,0	1593	66,0
	2012	TECNOLOGIA	1277	20,6	334	26,2
2012	TECNOLOGIA - UAB	413	6,7	0	0,0	
2012	Total Cuiabá	6193	100,0	2504	40,4	
CFS	2009	Total Confresa	—	—	—	—
	2010	BACHARELADO	41	7,9	0	0,0
	2010	INTEGRADO	277	53,6	0	0,0
	2010	LICENCIATURA	70	13,5	0	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	87	16,8	0	0,0
	2010	PROEJA	42	8,1	0	0,0
	2010	Total Confresa	517	100,0	0	0,0
	2011	BACHARELADO	107	11,9	0	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	150	16,7	0	0,0
	2011	FIC	100	11,1	0	0,0
	2011	INTEGRADO	353	39,4	0	0,0
	2011	LICENCIATURA	103	11,5	0	0,0
	2011	PROEJA	84	9,4	0	0,0
	2011	Total Confresa	897	100,0	0	0,0
	2012	BACHARELADO	135	14,6	0	0,0
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	141	15,3	141	100,0
	2012	FIC	100	10,8	98	98,0
	2012	INTEGRADO	341	36,9	158	46,3
2012	LICENCIATURA	128	13,9	0	0,0	
2012	PROEJA	78	8,5	29	37,2	
2012	Total Confresa	923	100,0	426	46,2	
CNP	2009	Total Campo Novo do Parecis	300	100,0	46	15,3
	2010	BACHARELADO	103	17,0	0	0,0
	2010	INTEGRADO	285	47,1	0	0,0
	2010	LICENCIATURA	79	13,1	0	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	40	6,6	0	0,0
	2010	PROEJA	35	5,8	0	0,0
	2010	TECNOLOGIA	63	10,4	0	0,0
	2010	Total Campo Novo do Parecis	605	100,0	0	0,0
	2011	BACHARELADO	141	18,6	0	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	43	5,7	0	0,0
	2011	INTEGRADO	296	39,0	0	0,0
	2011	LICENCIATURA	115	15,2	0	0,0
	2011	PROEJA	64	8,4	0	0,0
	2011	TECNOLOGIA	100	13,2	0	0,0
2011	Total Campo Novo do Parecis	759	100,0	0	0,0	
2012	BACHARELADO	175	19,7	0	0,0	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	27	3,0	26	96,3	

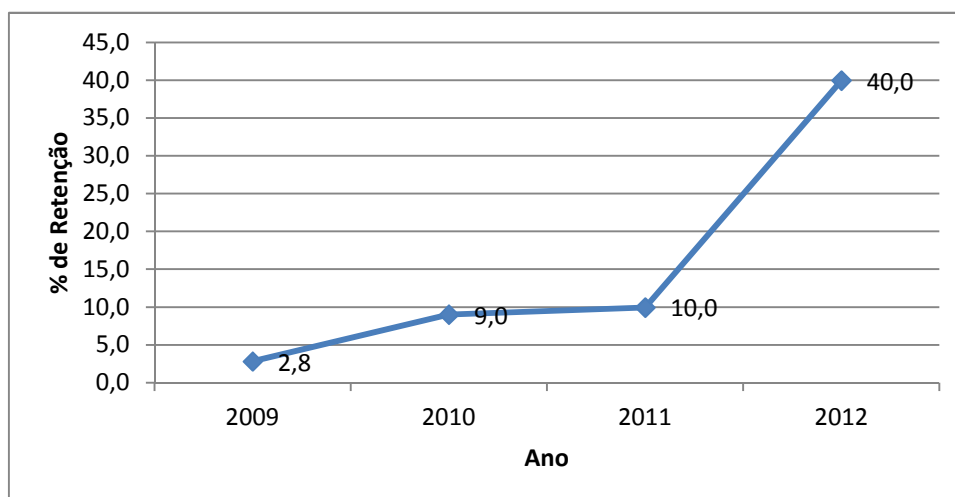
UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
	2012	INTEGRADO	304	34,2	160	52,6
	2012	LICENCIATURA	115	12,9	37	32,2
	2012	PROEJA	80	9,0	2	2,5
	2012	SUBSEQUENTE	99	11,1	0	0,0
	2012	TECNOLOGIA	89	10,0	40	44,9
	2012	Total Campo Novo do Parecis	889	100,0	265	29,8
JNA	2009	Total Juína	—	—	—	—
	2010	FIC	245	41,5	3	1,2
	2010	INTEGRADO	140	23,7	0	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	64	10,8	0	0,0
	2010	PROEJA	71	12,0	0	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	70	11,9	0	0,0
	2010	Total Juína	590	100,0	3	0,5
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	62	7,3	0	0,0
	2011	FIC	147	17,3	0	0,0
	2011	INTEGRADO	389	45,7	0	0,0
	2011	LICENCIATURA	78	9,2	0	0,0
	2011	PROEJA	60	7,1	0	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	77	9,0	14	18,2
	2011	TECNOLOGIA	38	4,5	0	0,0
	2011	Total Juína	851	100,0	14	1,6
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	62	5,7	62	100,0
	2012	FIC	145	13,4	145	100,0
	2012	INTEGRADO	511	47,3	84	16,4
	2012	LICENCIATURA	146	13,5	0	0,0
	2012	PROEJA	49	4,5	21	42,9
2012	SUBSEQUENTE	96	8,9	72	75,0	
2012	TECNOLOGIA	72	6,7	0	0,0	
2012	Total Juína	1081	100,0	384	35,5	
PLC	2009	Total Pontes e Lacerda	413	100,0	3	0,7
	2010	INTEGRADO	357	48,5	0	0,0
	2010	LICENCIATURA	37	5,0	0	0,0
	2010	PROEJA	93	12,6	0	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	249	33,8	0	0,0
	2010	Total Pontes e Lacerda	736	100,0	0	0,0
	2011	INTEGRADO	454	47,3	69	15,2
	2011	LICENCIATURA	57	5,9	0	0,0
	2011	PROEJA	95	9,9	0	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	353	36,8	94	26,6
	2011	Total Pontes e Lacerda	959	100,0	163	17,0
	2012	INTEGRADO	508	43,3	136	26,8
	2012	LICENCIATURA	98	8,4	0	0,0
	2012	PROEJA	102	8,7	14	13,7
	2012	SUBSEQUENTE	400	34,1	149	37,3
	2012	TECNOLOGIA	65	5,5	0	0,0
2012	Total Pontes e Lacerda	1173	100,0	299	25,5	
ROO	2009	Total Rondonópolis	—	—	—	—
	2010	Total Rondonópolis	—	—	—	—
	2011	INTEGRADO	72	51,8	0	0,0
	2011	PROEJA	30	21,6	0	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	37	26,6	0	0,0

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
	2011	Total Rondonópolis	139	100,0	0	0,0
	2012	INTEGRADO	156	41,4	0	0,0
	2012	PROEJA	66	17,5	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	155	41,1	37	23,9
	2012	Total Rondonópolis	377	100,0	37	9,8
SRS	2009	Total Sorriso	—	—	—	—
	2010	Total Sorriso	—	—	—	—
	2011	SUBSEQUENTE	96	100,0	0	0,0
	2011	Total Sorriso	96	100,0	0	0,0
	2012	FIC	39	14,8	0	0,0
	2012	INTEGRADO	46	17,4	0	0,0
	2012	SUBSEQUENTE	110	41,7	110	100,0
	2012	TECNOLOGIA	69	26,1	0	0,0
	2012	Total Sorriso	264	100,0	110	41,7
SVC	2009	Total São Vicente	1246	100,0	32	2,6
	2010	BACHARELADO	300	23,3	0	0,0
	2010	CONCOMITANTE	32	2,5	0	0,0
	2010	FIC	37	2,9	0	0,0
	2010	INTEGRADO	295	23,0	106	35,9
	2010	LICENCIATURA	121	9,4	0	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	203	15,8	0	0,0
	2010	PROEJA	27	2,1	0	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	69	5,4	0	0,0
	2010	TECNOLOGIA	201	15,6	2	1,0
	2010	Total São Vicente	1285	100,0	108	8,4
	2011	BACHARELADO	376	21,0	0	0,0
	2011	CONCOMITANTE	32	1,8	0	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	358	20,0	0	0,0
	2011	INTEGRADO	433	24,2	130	30,0
	2011	LICENCIATURA	234	13,1	0	0,0
	2011	PROEJA	27	1,5	0	0,0
	2011	SUBSEQUENTE	88	4,9	0	0,0
	2011	TECNOLOGIA	243	13,6	33	13,6
	2011	Total São Vicente	1791	100,0	163	9,1
2012	BACHARELADO	437	22,8	56	12,8	
2012	ESPECIALIZAÇÃO	276	14,4	276	100,0	
2012	FIC	101	5,3	0	0,0	
2012	INTEGRADO	522	27,3	208	39,8	
2012	LICENCIATURA	300	15,7	0	0,0	
2012	PROEJA	14	0,7	14	100,0	
2012	SUBSEQUENTE	50	2,6	50	100,0	
2012	TECNOLOGIA	215	11,2	122	56,7	
2012	Total São Vicente	1915	100,0	726	37,9	
IFMT	2009	Total IFMT	7241	100,0	204	2,8
	2010	BACHARELADO	628	6,2	0	0,0
	2010	CONCOMITANTE	32	0,3	0	0,0
	2010	ESPECIALIZAÇÃO	428	4,2	0	0,0
	2010	FIC	282	2,8	3	1,1
	2010	INTEGRADO	2603	25,7	117	4,5
	2010	LICENCIATURA	307	3,0	0	0,0

UNIDADE DE ENSINO	REF.	MODALIDADES	MATRÍCULAS	%	RETIDO	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
	2010	LICENCIATURA - UAB	334	3,3	0	0,0
	2010	PROEJA	825	8,2	44	5,3
	2010	PROEJA - FIC	254	2,5	0	0,0
	2010	SUBSEQUENTE	2960	29,3	684	23,1
	2010	TECNOLOGIA	1193	11,8	62	5,2
	2010	TECNOLOGIA - UAB	268	2,6	0	0,0
	2010	Total IFMT	10114	100,0	910	9,0
	2011	BACHARELADO	946	6,7	0	0,0
	2011	CONCOMITANTE	32	0,2	0	0,0
	2011	ESPECIALIZAÇÃO	742	5,2	0	0,0
	2011	FIC	451	3,2	0	0,0
	2011	INTEGRADO	3908	27,5	225	5,8
	2011	LICENCIATURA	587	4,1	0	0,0
	2011	LICENCIATURA - UAB	316	2,2	0	0,0
	2011	PROEJA	1045	7,4	51	4,9
	2011	PROEJA - FIC	385	2,7	10	2,6
	2011	SUBSEQUENTE	3782	26,6	925	24,5
	2011	TECNOLOGIA	1766	12,4	202	11,4
	2011	TECNOLOGIA - UAB	239	1,7	0	0,0
	2011	Total IFMT	14199	100,0	1413	10,0
	2012	BACHARELADO	1298	7,5	89	6,9
	2012	ESPECIALIZAÇÃO	664	3,8	636	95,8
	2012	FIC	603	3,5	433	71,8
	2012	INTEGRADO	4785	27,7	1378	28,8
	2012	LICENCIATURA	787	4,6	37	4,7
	2012	LICENCIATURA - UAB	447	2,6	267	59,7
	2012	MESTRADO	10	0,1	0	0,0
	2012	PROEJA	1081	6,3	376	34,8
	2012	PROEJA - FIC	342	2,0	215	62,9
	2012	SUBSEQUENTE	4533	26,3	2818	62,2
	2012	TECNOLOGIA	2291	13,3	645	28,2
	2012	TECNOLOGIA - UAB	413	2,4	0	0,0
	2012	Total IFMT	17254	100,0	6894	40,0

Fonte: PROEN

Gráfico 12. Retenção do fluxo escolar.

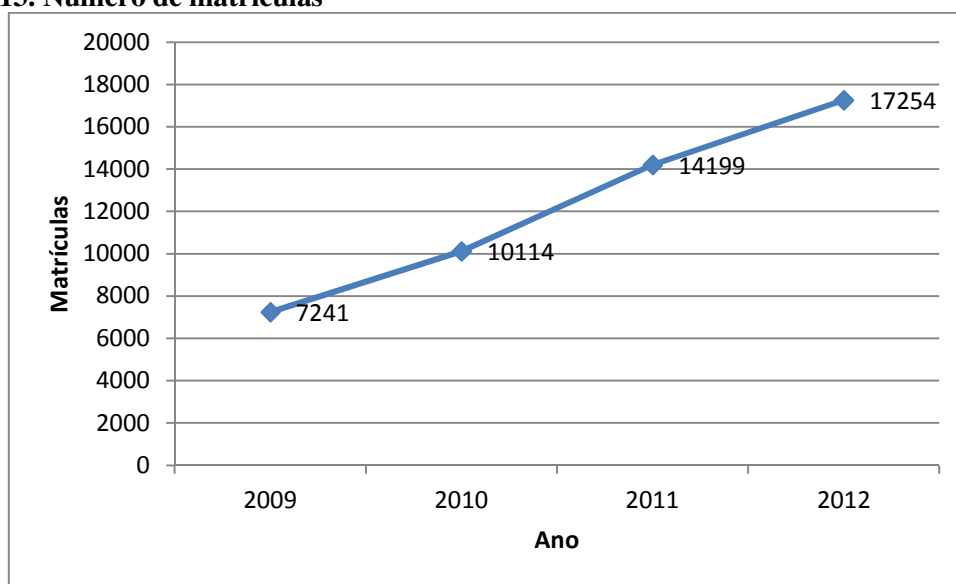


Esse índice bastante acentuado em 2012, em relação aos anos anteriores, se justifica pelo fato da SETEC definido que os alunos que em curso fora do período previsto para a integralização do ciclo de matrícula são considerados retidos, além de todos que tiveram a matrícula finalizada no ano (alunos que passaram para a situação de Evadido, Transferido ou Desligado (Cancelado)). Com isso, os alunos que estão em curso e não concluíram por causa da greve são considerados retidos no curso.

Dessa forma o aumento de 300,00% que o indicador sofreu em relação ao ano anterior não representa apenas a retenção por reprovação, mas incluem nesse número os alunos que não concluíram por conta da greve.

Dessa forma, para fazermos maiores considerações sobre esse indicador devemos aguardar o fechamento do período letivo, que irá ocorrer somente em 2013.

Gráfico 13. Número de matrículas



No tocante ao quantitativo de alunos matriculados é claramente observado que esse número é crescente ao longo dos anos, que demonstra o esforço da instituição em atender as metas de expansão definidas pelo Governo Federal.

Em comparação a 2011 tivemos um incremento de quase 25,0% e em comparação a 2009 esse aumento foi de aproximadamente 171,0%. Esse indicador demonstra a relação direta com o aumento na força de trabalho e na estrutura da instituição possibilitando maior captação de alunos para os diversos cursos.

Indicador 6 – Relação de alunos por docentes em tempo integral

Tabela XXXV. Relação alunos por docentes em tempo integral.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação alunos por docentes em tempo integral.
Objetivo do Indicador	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Relação de Matriculados por Docente} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Matriculados}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Docentes em Tempo Integral}}$

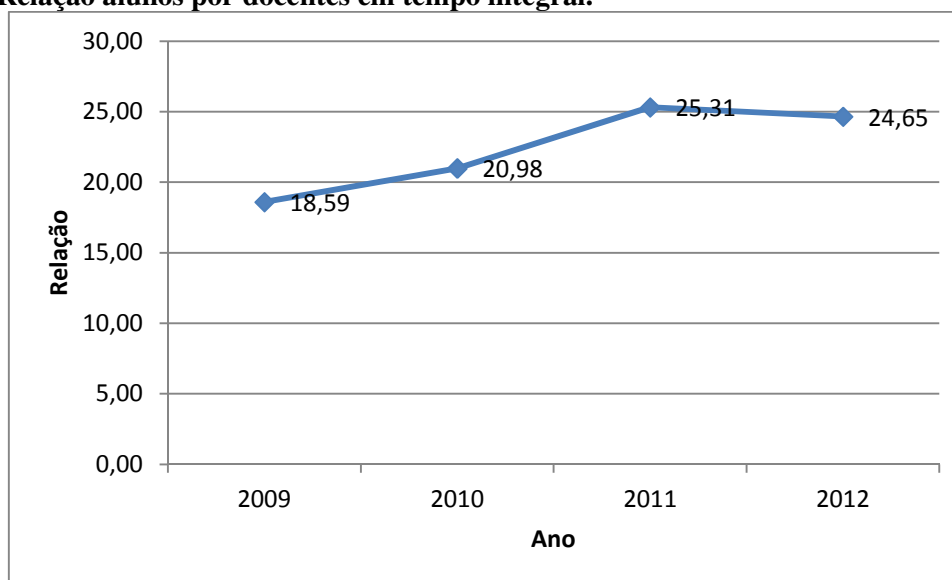
Definições	<p>Número de Matrículas = número de alunos em cada ano correspondente ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).</p> <p>Docentes em tempo integral (efetivo) = O docente presta atividades acadêmicas em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).</p>
-------------------	---

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Matrículas	Docentes com D.E. ou 40h	Docentes 20h	Docentes em Tempo Integral	Relação Aluno Docente em Tempo integral
BAG	2009	—	—	—	—	—
	2010	—	2	0	2	—
	2011	111	15	2	16	6,94
	2012	338	30	3	31,5	10,73
BLV	2009	885	29	13	35,5	24,93
	2010	1291	31	17	39,5	32,68
	2011	1713	44	2	45	38,07
	2012	1912	54	12	60	31,87
CAS	2009	—	44	2	45	—
	2010	1241	48	3	49,5	25,07
	2011	1983	51	5	53,5	37,07
	2012	2189	58	4	60	36,48
CBA	2009	4397	193	8	197	22,32
	2010	3849	178	42	199	19,34
	2011	4900	188	50	213	23,00
	2012	6193	195	45	217,5	28,47
CFS	2009	—	—	—	—	—
	2010	517	24	6	27	19,15
	2011	897	24	1	24,5	36,61
	2012	923	42	1	42,5	21,72
CNP	2009	300	29	2	30	10,00
	2010	605	26	5	28,5	21,23
	2011	759	34	6	37	20,51
	2012	889	52	3	53,5	16,62
JNA	2009	—	—	—	—	—
	2010	590	27	6	30	19,67
	2011	851	35	3	36,5	23,32
	2012	1081	42	1	42,5	25,44
PLC	2009	413	14	12	20	20,65
	2010	736	18	9	22,5	32,71
	2011	959	27	7	30,5	31,44
	2012	1173	45	5	47,5	24,69
ROO	2009	—	—	—	—	—
	2010	—	3	0	3	—
	2011	139	18	8	22	6,32

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Matrículas	Docentes com D.E. ou 40h	Docentes 20h	Docentes em Tempo Integral	Relação Aluno Docente em Tempo integral
	2012	377	35	1	35,5	10,62
SRS	2009	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—
	2011	96	9	1	9,5	10,11
	2012	264	15	3	16,5	16,00
SVC	2009	1246	53	2	54	23,07
	2010	1285	62	11	67,5	19,04
	2011	1791	67	11	72,5	24,70
	2012	1915	75	6	78	24,55
RTR	2009	—	8	0	8	—
	2010	—	13	1	13,5	—
	2011	—	1	0	1	—
	2012	—	15	0	15	—
IFMT	2009	7241	370	39	389,5	18,59
	2010	10114	432	100	482	20,98
	2011	14199	513	96	561	25,31
	2012	17254	658	84	700	24,65

Fonte: PROEN

Gráfico 14. Relação alunos por docentes em tempo integral.



Observamos nesse indicador a relação entre a força de trabalho docente do IFMT em relação ao total de alunos matriculados. No contexto institucional esse indicador vem crescendo ao longo dos anos que demonstra outro esforço da instituição para atender as metas do Governo Federal, que é de manter esse valor acima de 20 alunos por docente em tempo integral.

Lembramos que os docentes considerados nesse cálculo são docentes efetivos em cada ano de referência.

Resumo dos indicadores acadêmicos

Aqui apresentamos de forma mais objetiva alguns dos indicadores de gestão, possibilitando verificar e com maior facilidade a evolução e a relação dos dados de cada *campus* e os dados institucionais.

Tabela XXXVI. Resumo dos indicadores acadêmicos

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Relação Inscritos / Vaga	Relação Ingressantes / Matrículas	Relação Concluintes / Matrículas	Índice de Eficiência Acadêmica	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Matrículas
BAG	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
	2011	0,88	100,0	—	—	—	111
	2012	1,37	67,2	0,0	0,0	4,4	338
BLV	2009	5,76	44,0	7,6	35,3	3,6	885
	2010	4,80	37,6	9,6	57,9	7,0	1291
	2011	9,05	22,7	11,8	29,5	10,4	1713
	2012	4,62	31,2	6,9	57,0	38,8	1912
CAS	2009	8,00	56,0	23,2	41,5	19,6	—
	2010	4,08	42,1	0,1	2,3	3,4	1241
	2011	3,05	41,1	11,7	49,8	10,0	1983
	2012	4,96	18,0	17,8	76,5	63,4	2189
CBA	2009	3,24	48,8	11,9	61,6	2,1	4397
	2010	6,77	37,1	12,0	40,8	17,3	3849
	2011	7,58	31,2	12,1	28,5	14,2	4900
	2012	4,57	33,6	7,8	55,2	40,4	6193
CFS	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	4,08	83,2	—	—	—	517
	2011	4,27	42,3	—	—	—	897
	2012	6,44	19,3	3,1	22,3	46,2	923
CNP	2009	2,84	93,0	—	—	15,3	300
	2010	4,26	46,4	—	—	—	605
	2011	3,63	28,5	—	—	—	759
	2012	4,31	36,4	10,7	37,4	29,8	889
JNA	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	4,10	47,6	34,1	98,5	0,5	590
	2011	4,34	58,3	4,7	72,4	1,6	851
	2012	5,15	25,8	3,5	26,0	35,5	1081
PLC	2009	1,98	74,1	—	—	0,7	413
	2010	2,98	47,8	2,0	100,0	0,0	736
	2011	1,31	26,1	16,8	45,7	17,0	959
	2012	2,59	33,4	4,9	11,8	25,5	1173
ROO	2009	—	—	—	—	—	—

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Relação Inscritos / Vaga	Relação Ingressantes / Matrículas	Relação Concluintes / Matrículas	Índice de Eficiência Acadêmica	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Matrículas
	2010	—	—	—	—	—	—
	2011	2,08	100,0	—	—	—	139
	2012	2,43	64,2	—	—	9,8	377
SRS	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	96
	2012	2,12	58,3	21,2	43,1	41,7	264
SVC	2009	1,96	55,5	7,7	—	2,6	1246
	2010	4,29	35,1	6,4	33,6	8,4	1285
	2011	4,79	21,6	4,6	33,7	9,1	1791
	2012	7,19	27,9	11,4	52,0	37,9	1915
IFMT	2009	3,12	52,6	9,5	66,1	2,8	7241
	2010	5,03	41,8	8,7	47,8	9,0	10114
	2011	5,52	33,2	9,2	33,1	10,0	14199
	2012	4,43	31,3	8,7	44,0	40,0	17254

Fonte: PROEN

5.3 DOS INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

Apresentamos a seguir o indicador exigido pelo Acórdão n. 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União, no entanto, outros indicadores da área de gestão de pessoas serão apresentados no decorrer deste relatório, principalmente no item 9 – Gestão de Pessoas e Terceirização de mão-de-obra.

Indicador 1 – Índice de Titulação do Corpo Docente

Tabela XXXVII. Índice de Titulação do Corpo Docente

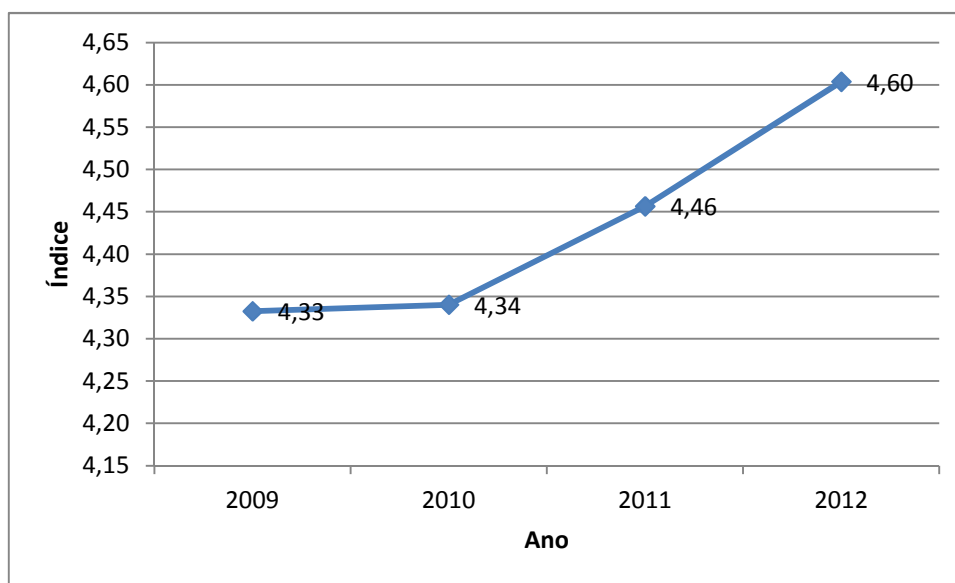
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Titulação do Corpo Docente
Objetivo do Indicador	Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente Efetivos.
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotava-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{(G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5)}{(G + A + E + M + D)}$ Por definição da Proen seguiremos a seguintes fórmula: $\text{Índice} = \frac{(SG \times 1) + (G \times 2) + (A \times 3) + (E \times 4) + (M \times 5) + (D \times 6)}{(SG + G + A + E + M + D)}$
Definições	Onde: SG=Sem Graduação; G=Graduado; A=Aperfeiçoado; E=Especializado; M=Mestre;D=Doutor.

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Docentes sem Graduação	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice de Titulação do Corpo Docente
BAG	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	2	—	—	4,00
	2011	—	—	—	12	5	—	4,29
	2012	—	2	—	20	11	—	4,21
BLV	2009	—	3	—	15	19	5	4,55
	2010	—	4	—	15	21	8	4,60
	2011	—	4	—	15	16	11	4,65
	2012	—	5	—	16	30	15	4,76
CAS	2009	—	10	—	6	28	2	4,26
	2010	—	11	—	5	31	4	4,33
	2011	—	6	—	6	35	9	4,73
	2012	—	4	—	5	40	13	4,94
CBA	2009	3	14	—	113	47	24	4,29
	2010	3	10	—	100	81	26	4,47
	2011	3	12	—	105	88	30	4,48
	2012	3	12	—	86	102	37	4,60
CFS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	14	—	6	10	—	3,40
	2011	—	5	—	9	10	1	4,08
	2012	—	5	—	16	16	6	4,42
CNP	2009	—	4	—	13	10	4	4,32
	2010	—	6	—	13	10	2	4,06
	2011	—	6	—	13	19	2	4,28
	2012	—	4	1	19	26	5	4,49
JNA	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	6	—	16	10	1	4,00
	2011	—	6	—	22	9	1	3,97
	2012	—	3	1	22	15	2	4,28
PLC	2009	—	4	—	11	10	1	4,15
	2010	—	1	—	15	11	—	4,33
	2011	—	1	—	14	19	—	4,50
	2012	—	1	—	17	31	1	4,62
ROO	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	1	—	1	1	0	3,67
	2011	—	3	—	9	13	1	4,35
	2012	—	2	—	12	19	3	4,58
SRS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	1	—	4	5	0	4,30
	2012	—	—	—	7	9	2	4,72

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Docentes sem Graduação	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice de Titulação do Corpo Docente
SVC	2009	—	9	—	12	24	10	4,47
	2010	—	13	—	12	34	14	4,49
	2011	—	10	—	15	40	13	4,59
	2012	—	7	—	11	49	14	4,78
RTR	2009	—	1	—	4	1	2	4,38
	2010	—	1	—	10	1	2	4,21
	2011	—	—	—	1	—	—	4,00
	2012	—	1	—	10	1	3	4,33
IFMT	2009	3	45	—	174	139	48	4,33
	2010	3	67	—	195	210	57	4,34
	2011	3	54	—	225	259	68	4,46
	2012	3	46	2	241	349	101	4,60

Fonte: DSGP

Gráfico 15. Evolução no índice de titulação do corpo docente



Esse indicador demonstra a qualificação do corpo docente da instituição que, conforme é possível visualizar no gráfico, vem crescendo ao longo dos anos, com forte tendência na elevação da titulação de especialistas para mestres, sendo que o número de mestres no IFMT representa 47,03% do quadro geral, contra 32,47% de especialistas e 13,61% de doutores.

Em comparação a 2009 o número de docentes mestres aumentou em 251,08%, especialistas 38,51% e doutores 210,41%. Atribuímos a esse fato o incentivo financeiro a qualificação que os docentes passaram a ter direito, isso fez com que os concursos ficassem mais atrativos para quem tem uma dessas titulações e fez também os professores da própria instituição buscarem essa qualificação.

Acreditamos que esse indicador cresça ainda mais nos próximos anos considerando os vários programas de Minter e Dinter que estão em andamento na instituição.

Ressaltamos que esse indicador sofreu um ajuste em relação aos anos anteriores, acrescentamos uma escala para podermos contabilizar os docentes que não tem a graduação, pelo fato de terem entrado na instituição antes da modificação da lei, e por esse motivo não se encaixavam na escala que ia de Graduados a Doutores.

Indicador 2 – Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos**Tabela XXXVIII. Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos**

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos
Objetivo do Indicador	Quantificar o Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
Fórmula de cálculo e método de medição	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{(G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5)}{(SG + G + A + E + M + D)}$
Definições	Onde: SG=Sem Graduação; G=Graduado; A=Aperfeiçoado; E=Especializado; M=Mestre; D=Doutor.

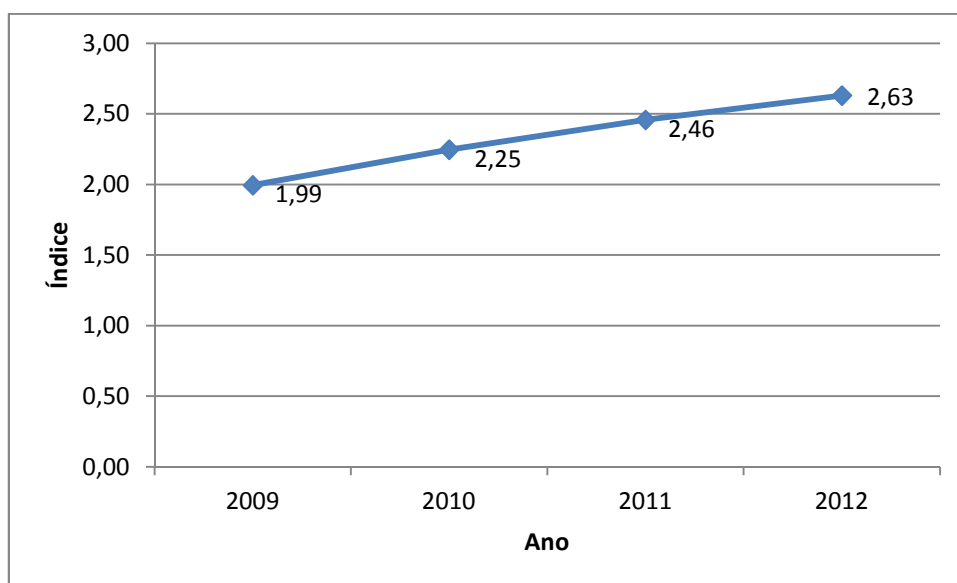
UNIDADE DE ENSINO	REF.	Téc. Adm. sem Graduação	Téc. Adm. Graduados	Téc. Adm. Aperfeiçoados	Téc. Adm. Especialistas	Téc. Adm. Mestres	Téc. Adm. Doutores	Índice de Titulação dos Técnicos Adm.
BAG	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	2	—	1	—	—	2,67
	2011	4	6	—	7	1	—	2,72
	2012	4	11	—	10	3	—	2,89
BLV	2009	8	6	—	5	1	—	2,25
	2010	10	5	—	9	2	—	2,54
	2011	9	7	—	11	2	—	2,66
	2012	8	3	—	13	5	—	3,14
CAS	2009	44	22	—	9	2	—	1,74
	2010	43	24	—	14	2	—	1,89
	2011	38	27	—	18	2	—	2,05
	2012	36	20	—	28	2	—	2,30
CBA	2009	57	39	—	41	4	—	2,26
	2010	42	27	—	41	3	—	2,43
	2011	33	25	—	50	3	—	2,68
	2012	38	21	—	48	3	1	2,64
CFS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	4	12	—	6	—	—	2,36
	2011	7	8	—	7	1	—	2,43
	2012	6	10	—	11	1	—	2,68
CNP	2009	6	12	—	7	—	—	2,32
	2010	5	9	—	8	—	—	2,50
	2011	5	6	—	11	—	—	2,77
	2012	8	7	—	15	1	—	2,81
JNA	2009	—	—	—	—	—	—	—

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Téc. Adm. sem Graduação	Téc. Adm. Graduados	Téc. Adm. Aperfeiçoados	Téc. Adm. Especialistas	Téc. Adm. Mestres	Téc. Adm. Doutores	Índice de Titulação dos Técnicos Adm.
	2010	10	9	—	3	—	—	1,82
	2011	7	11	—	6	—	—	2,21
	2012	7	5	—	9	—	—	2,52
PLC	2009	7	7	—	2	—	—	1,81
	2010	5	2	—	5	1	—	2,62
	2011	5	6	—	7	1	—	2,63
	2012	3	8	—	10	1	—	2,91
ROO	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	2	—	—	4,00
	2011	6	10	—	4	—	—	2,10
	2012	6	13	—	6	—	—	2,24
SRS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	1	—	2	1	—	3,75
	2012	1	2	—	5	1	—	3,33
SVC	2009	52	26	—	10	1	—	1,67
	2010	46	29	—	12	3	—	1,86
	2011	38	27	—	16	3	—	2,04
	2012	37	25	—	25	3	—	2,24
RTR	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	16	24	—	26	3	—	2,65
	2011	13	22	—	37	2	—	2,91
	2012	16	23	—	50	2	—	2,99
IFMT	2009	174	112	—	74	8	—	1,99
	2010	181	143	—	127	14	—	2,25
	2011	165	156	—	176	16	—	2,46
	2012	170	148	—	230	22	1	2,63

FONTE: DSGP

Apesar de não ser um indicador apresentado nos relatórios anteriores acreditamos ser válido analisarmos o Índice de Titulação dos Técnicos Administrativos da instituição, haja vista que em geral, atuam no suporte e na gestão acadêmico-administrativa e sua qualificação também está relacionada diretamente na qualidade dos serviços prestados.

Podemos observar que mesmo não sendo uma exigência para a maior parte dos cargos de técnicos administrativos, há uma tendência pela qualificação e grande parte tem pelo menos o Ensino Superior, cerca de 70,23% do quadro geral.

Gráfico 16. Evolução no índice de titulação dos técnicos administrativos**Indicador 3 – Relação técnicos administrativos por docente em tempo integral****Tabela XXXIX. Relação técnicos administrativos por docente em tempo integral**

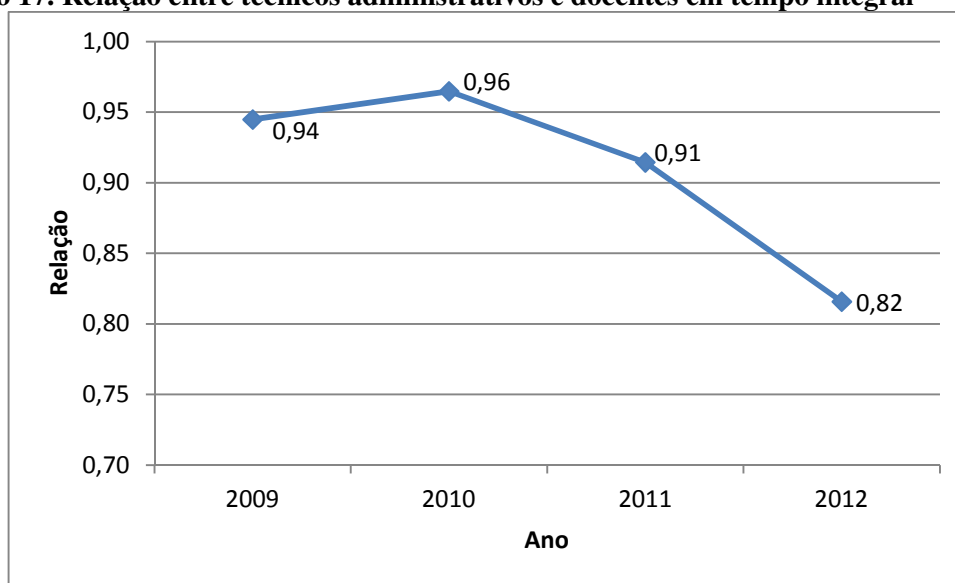
Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador	Relação entre o número de técnicos administrativos e o número de docentes			
Objetivo do Indicador	Mensurar a relação entre técnicos administrativos efetivos e docentes em tempo integral			
Tipo	De eficácia e eficiência acadêmica			
Área responsável	Dados disponibilizados pela Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas			
Fórmula de cálculo e método de medição	$Relação = \frac{N^{\circ} \text{ de Técnicos Administrativos}}{N^{\circ} \text{ de Docentes em Tempo Integral}}$			
Definição	Nº de Técnicos Administrativos: total de técnicos administrativos em no ano Nº de Docentes em Tempo Integral: (docentes efetivos) = O docente presta atividades acadêmicas em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).			
UNIDADE DE ENSINO	REF.	Total de Técnicos Administrativos	Docentes em Tempo Integral	Relação de Técnicos Administrativos por Docentes em Tempo Integral
BAG	2009	—	—	—
	2010	3	2	1,50
	2011	18	16	1,13
	2012	28	31,5	0,89
BLV	2009	20	35,5	0,56
	2010	26	39,5	0,66
	2011	29	45	0,64
	2012	29	60	0,48
CAS	2009	77	45	1,71
	2010	83	49,5	1,68

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Total de Técnicos Administrativos	Docentes em Tempo Integral	Relação de Técnicos Administrativos por Docentes em Tempo Integral
	2011	85	53,5	1,59
	2012	86	60	1,43
CBA	2009	141	197	0,72
	2010	113	199	0,57
	2011	111	213	0,52
	2012	111	217,5	0,51
CFS	2009	—	—	—
	2010	22	27	0,81
	2011	23	24,5	0,94
	2012	28	42,5	0,66
CNP	2009	25	30	0,83
	2010	22	28,5	0,77
	2011	22	37	0,59
	2012	31	53,5	0,58
JNA	2009	—	—	—
	2010	22	30	0,73
	2011	24	36,5	0,66
	2012	21	42,5	0,49
PLC	2009	16	20	0,80
	2010	13	22,5	0,58
	2011	19	30,5	0,62
	2012	22	47,5	0,46
ROO	2009	—	—	—
	2010	2	3	0,67
	2011	20	22	0,91
	2012	25	35,5	0,70
SRS	2009	—	—	—
	2010	—	—	—
	2011	4	9,5	0,42
	2012	9	16,5	0,55
SVC	2009	89	54	1,65
	2010	90	67,5	1,33
	2011	84	72,5	1,16
	2012	90	78	1,15
RTR	2009	—	8	—
	2010	69	13,5	5,11
	2011	74	1	74,00
	2012	91	15	6,07
IFMT	2009	368	389,5	0,94

UNIDADE DE ENSINO	REF.	Total de Técnicos Administrativos	Docentes em Tempo Integral	Relação de Técnicos Administrativos por Docentes em Tempo Integral
	2010	465	482	0,96
	2011	513	561	0,91
	2012	571	700	0,82

Fonte: DSGP

Gráfico 17. Relação entre técnicos administrativos e docentes em tempo integral



Através desse indicador podemos observar a relação da força de trabalho do IFMT entre Técnicos Administrativos e Docentes em Tempo Integral, sendo que a relação menor que 1,00 representa maior quantitativo de docentes. Dessa maneira, podemos observar que essa relação vem decaindo nos últimos anos devido ao quantitativo cada vez maior de docentes. Todavia, comparando o quantitativo de docente em 2009 com o quantitativo de docentes em tempo integral em 2012, observa-se um aumento de 79,72%, no entanto, o mesmo comparativo em relação aos técnicos Administrativos, registra um incremento de 55,16%.

Outro ponto de vista que pode ser analisado é o conjunto de comparativos entre o quantitativo de alunos, docentes e técnicos administrativos. Observa-se que houve um aumento de 171,0% no número de alunos no período de 2009 a 2012, 79,72% no quantitativo de docentes e 55,16% no número de técnicos administrativos. Com isso, o volume de trabalho tem aumentado e a diferença na relação entre Técnicos Administrativos e Docentes em Tempo Integral, passa a ser preocupante, pois pode acarretar sobrecarga de trabalho e gerando lacunas no atendimento a comunidade interna e externa.

5.4 DOS INDICADORES SÓCIOECONÔMICO DOS DISCENTES

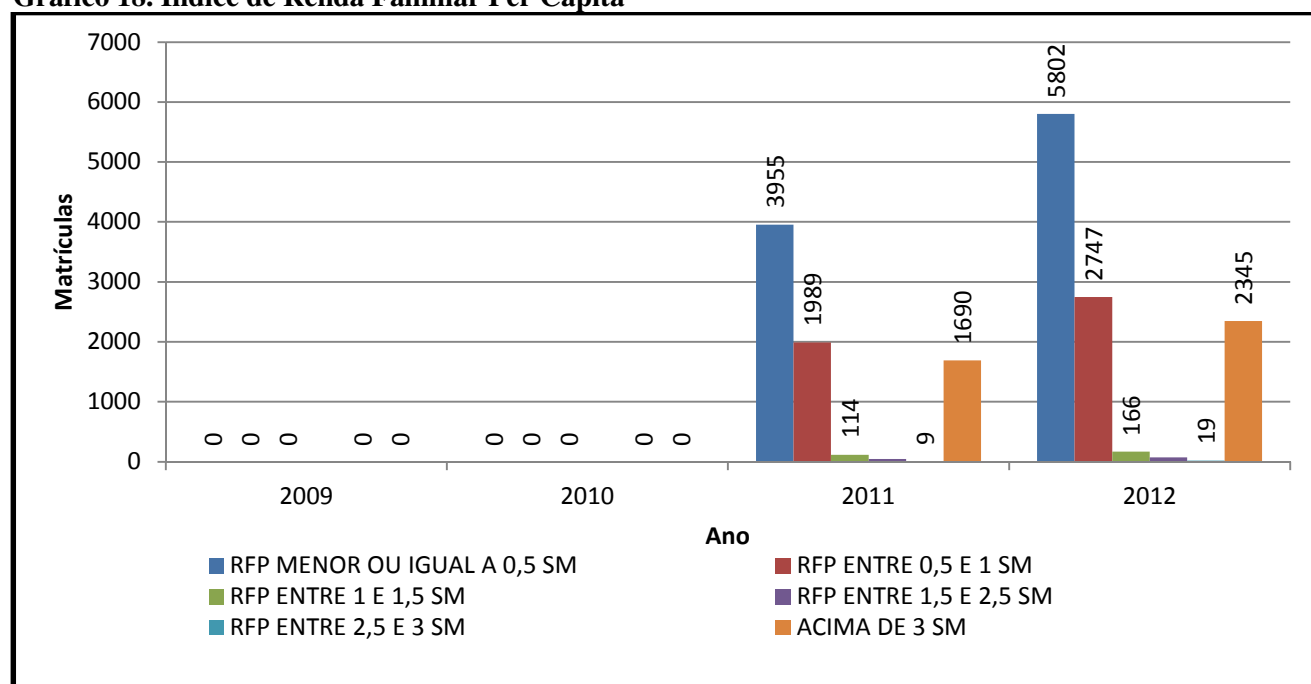
Indicador 1- Número de alunos matriculados classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar**Tabela XL. Índice de Renda Familiar Per Capita**

UNIDADE DE ENSINO	REF.	RFP MENOR OU IGUAL A 0,5 SM	RFP ENTRE 0,5 E 1 SM	RFP ENTRE 1 E 1,5 SM	RFP ENTRE 1,5 E 2,5 SM	RFP ENTRE 2,5 E 3 SM	ACIMA DE 3 SM	TOTAL
BAG	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	37	9	1	0	0	11	58
	2012	154	39	3	0	1	44	241
BLV	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	454	286	25	11	2	286	1064
	2012	602	335	27	11	3	320	1298
CAS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	515	145	6	2	0	114	782
	2012	708	195	10	5	1	140	1059
CBA	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	1475	809	45	20	5	730	3084
	2012	2147	1196	73	39	7	1112	4574
CFS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	345	102	2	0	1	62	512
	2012	395	101	2	3	1	60	562
CNP	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	168	111	7	2	0	134	422
	2012	223	137	11	3	1	151	526
JNA	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	251	143	3	1	0	84	482
	2012	396	177	9	2	1	134	719
PLC	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	219	128	3	2	0	95	447
	2012	380	191	6	3	0	154	734
ROO	2009	—	—	—	—	—	—	—

UNIDADE DE ENSINO	REF.	RFP MENOR OU IGUAL A 0,5 SM	RFP ENTRE 0,5 E 1 SM	RFP ENTRE 1 E 1,5 SM	RFP ENTRE 1,5 E 2,5 SM	RFP ENTRE 2,5 E 3 SM	ACIMA DE 3 SM	TOTAL
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	63	28	0	0	0	9	100
	2012	185	71	1	1	0	31	289
SRS	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	26	28	3	1	0	17	75
	2012	61	57	9	2	1	46	176
SVC	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	402	200	19	5	1	148	775
	2012	551	248	15	5	3	153	975
RTR	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	—	—	—	—	—	—	—
	2012	—	—	—	—	—	—	—
IFMT	2009	—	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—	—
	2011	3955	1989	114	44	9	1690	7801
	2012	5802	2747	166	74	19	2345	11153

Fonte: PROEN

Gráfico 18. Índice de Renda Familiar Per Capita



Nesse indicador é possível identificar em qual classe de Renda Familiar Per Capita estão inseridos os alunos do IFMT. Em comparação com o ano anterior temos que a proporção se

manteve muito próxima, mesmo a amostra de alunos tendo sido aumentada em 3352 alunos, ou seja, uma amostra 42,9% maior do que em 2011 e que equivale a 65,0% do total de alunos.

A Renda Familiar Per Capita de 52,2% dos alunos está concentrada na classe que recebe uma renda igual ou menor a 0,5 salário mínimo. Dessa forma, entendemos que o IFMT vem cumprindo seu papel constitucional em atender as classes menos favorecidas economicamente, servindo-se de mecanismo para oportunizar a ascensão e inserção social do cidadão, o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

5.5 DOS INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO N. 2.267/2005

A seguir apresentamos de forma resumida, os indicadores de gestão relativo ao exercício de 2012 e os 3 (três) exercícios anteriores:

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios			
			2012	2011	2010	2009
1.Acadêmicos	1.1.Relação Candidato/Vaga	$Relação\ de\ Inscrições\ por\ Vaga = \frac{N^{\circ}\ de\ Inscrições}{N^{\circ}\ de\ Vagas\ Ofertadas}$	4,43	5,52	5,03	3,12
	1.2.Relação Ingressos/Aluno	$Relação\ de\ Ingressantes\ por\ Alunos = \frac{N^{\circ}\ de\ Ingressantes}{N^{\circ}\ de\ Matriculados} \times 100$	31,3	33,2	41,8	52,6
	1.3.Relação Concluintes/Aluno	$Relação\ de\ Concluintes\ por\ Alunos = \frac{N^{\circ}\ de\ Concluintes + Integralizado\ Fase\ Escolar}{N^{\circ}\ de\ Matrículas} \times 100$	8,7	9,2	8,7	9,5
	1.4.Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$Índice = \frac{\sum N^{\circ}\ de\ Concluintes + Integralizado\ Fase\ Escolar}{\sum N^{\circ}\ de\ Matriculados\ Finalizadas} \times 100$	44,0	33,1	47,8	66,1
	1.5.Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$Índice = \frac{N^{\circ}\ de\ Retidos}{N^{\circ}\ de\ Matriculados} \times 100$	2,8	9,0	10,0	40,0
	1.6.Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$Relação\ de\ Matriculados\ por\ Docente = \frac{N^{\circ}\ de\ Matriculados}{N^{\circ}\ de\ Docentes\ em\ Tempo\ Integral}$	24,65	25,31	20,98	18,59
2.Administrativos (Orçamentário/ Financeiro)	2.1.Gastos Correntes por Aluno	$Gastos\ correntes\ por\ aluno = \frac{Total\ de\ Gastos\ correntes}{Número\ de\ matrículas}$	8.371,01	8.460,50	8.606,79	9.281,79
	2.2.Percentual de Gastos com Pessoal	$Percentual\ de\ gastos\ com\ pessoal = \frac{Gastos\ com\ pessoal \times 100}{Gastos\ totais}$	58,15	59,42	78,93	84,51
	2.3.Percentual de Gastos com outros Custeios	$Percentual\ de\ gastos\ com\ outros\ custeios = \frac{\sum\ de\ Gastos\ com\ Outros\ Custeios \times 100}{Gastos\ totais}$	77,26	77,49	82,11	89,18

	2.4 Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais)} = \sum \text{Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	18,70	18,08	18,10	13,08
3.Sócioeconômico	3.1.Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$\sum n^\circ \text{ de alunos matriculados por renda familiar}$				
		Renda Familiar menor ou igual a 0,5 Salários mínimos	5802	3955	-	-
		Renda Familiar entre 0,5 e 1 salários mínimos	2747	1989	-	-
		Renda Familiar entre 1 e 1,5 salários mínimos	166	144	-	-
		Renda Familiar entre 1,5 e 2,5 salários mínimos	74	44	-	-
		Renda Familiar entre 2,5 e 3 salários mínimos	19	9	-	-
		Renda Familiar acima de 3 salários mínimos	2345	1690	-	-
4.Gestão de Pessoas	4.1.Índice de Titulação do Corpo Docente	$\text{Índice} = \frac{(SG \times 1) + (G \times 2) + (A \times 3) + (E \times 4) + (M \times 5) + (D \times 6)}{(SG + G + A + E + M + D)}$	4,60	4,46	4,34	4,33

Fonte: PROAD, PROEN, DSGP

Obs.: Foram considerados somente os dados a partir de 2009, quando da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

5.6 OUTROS INDICADORES DE GESTÃO

A instituição criou diversos outros indicadores para mensuração do desempenho da gestão administrativa, acadêmica e orçamentária-financeira, conforme demonstramos no decorrer deste relatório de gestão, tais como os constantes no item 7 – Programação e Execução da despesa orçamentária e financeira; 8 – Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira; 9 – Gestão de pessoas e terceirização de mão de obra;

Além desses a Instituição disponibiliza ainda mais alguns indicadores, conforme demonstramos a seguir:

Indicador 1 – Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq

Tabela XLI. Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq

Dados gerais do indicador				
Nome do Indicador	Indicadores dos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq			
Objetivo do Indicador	Mensurar o fluxo de pesquisa			
Tipo	De eficácia na pesquisa aplicada			
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação			
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de pesquisas (variação de um ano para outro)			
Indicadores	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2011	Exercício 2012
Grupos de Pesquisa Certificados pelo CNPq	5	20	24	27
Número de Pesquisadores nos Grupos	36	121	157	184
Número de Doutores nos Grupos	10	48	62	69
Número de Estudantes nos Grupos	10	67	87	113
Numero de Técnicos nos Grupos	4	16	16	17
Número de Linhas de Pesquisa	17	66	70	79

Fonte: PROPE/ Diretório Grupos de Pesquisa – CNPq

Por meio desse indicador, percebemos que a pesquisa aplicada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, tem obtido grandes avanços, principalmente no que tange ao número de professores e alunos envolvidos com a pesquisa.

Em comparação com o exercício anterior, o IFMT cresceu 17,20% no número de pesquisadores e 29,88% no número de discentes envolvidos com pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Indicador 2 – Editais de apoio a projetos e iniciação científica

Tabela XLII. Editais de apoio a projetos e iniciação científica

Dados gerais do indicador		
Nome do Indicador	Indicadores dos editais de apoio a projetos e iniciação científica	
Objetivo do Indicador	Mensurar o fluxo de pesquisa e projetos ligados a iniciação científica	
Tipo	De eficácia	
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de editais e projetos de iniciação científica (variação de um ano para outro)	
Indicadores	Exercício 2011	Exercício 2012

Número de editais publicados	02	03
Número de bolsas concedidas	431	441

Fonte: PROPEs

Em 2012 a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Científica publicou os seguintes editais de iniciação científica:

- **Edital 015/2012.**

O Edital 015/2012 lançado em janeiro de 2012 teve como objetivo selecionar 160 alunos do ensino médio/técnico para serem contemplados com bolsas de Iniciação científica do Programa PIBIC EM (ensino médio) do CNPq.

- **Edital 042/2012**

O Edital 042/2012 lançado em maio de 2012 teve como objetivo selecionar projetos de pesquisa e bolsistas de Iniciação Científica dos cursos superiores do IFMT nos programas PIBIC/CNPq (3 bolsas), PIBITI/CNPq (33 bolsas) e IC FAPEMAT (35 bolsas). Ao todo foram selecionados 71 projetos e 71 alunos bolsistas.

- **Edital 103/2012**

O Edital 103/2012 lançado em setembro 2012 teve como objetivo selecionar projetos de pesquisa e bolsistas de Iniciação Científica do Programa Institucional de Iniciação Científica do IFMT (PROIC/IFMT) Foram ofertadas 221 bolsas de IC, sendo 120 na modalidade PROIC Técnico e 101 na modalidade PROIC Graduação.

Tabela XLIII. Custo dos programas de concessão de bolsas para iniciação científica – 31/12/2011

Programa / Edital	Destinação	Nº de Bolsas	Valor da Bolsa (R\$)	Custo do Programa (R\$)	Fonte de Recursos
FAPEMAT/ Edital 029/11	Ensino superior	30	450,00	162.000,00	Externa
PIBITI/CNPq/ Edital 029/11	Ensino Superior	33	360,00	142.560,00	Externa
PIBIC/CNPq/ Edital 029/11	Ensino Superior	5	360,00	21.600,00	Externa
PROIC/IFMT/ Edital 029/11	Ensino Superior	95	300,00	342.000,00	IFMT
PROIC/IFMT / Edital 029/11	Ensino Técnico	108	200,00	259.200,00	IFMT
PIBIC EM/CNPq / Edital 089/11	Ensino Técnico	160	100,00	192.000,00	Externa
TOTAL	-	431	-	1.119.360,00	-

Fonte: PROPEs

Tabela XLIV. Custo dos programas de concessão de bolsas para iniciação científica – 31/12/2012

Programa / Edital	Destinação	Nº de Bolsas	Valor da Bolsa (R\$)	Custo do Programa (R\$)	Fonte de Recursos
FAPEMAT / Edital 042/2012	Ensino superior	35	450,00	189.000,00	Externa
PIBITI/CNPq/ Edital 042/2012	Ensino Superior	33	400,00	145.200,00	Externa
PIBIC/CNPq/ Edital 042/2012	Ensino Superior	3	400,00	14.400,00	Externa
PROIC/IFMT / Edital 103/2012	Ensino Superior	92	400,00	404.800,00	IFMT
PROIC/IFMT / Edital 103/2012	Ensino Técnico	118	250,00	324.500,00	IFMT
PIBIC EM/CNPq / Edital 015/2012	Ensino Técnico	160	100,00	192.000,00	Externa
TOTAL	-	441	-	1.269.900,00	-

Fonte: PROPEs

Do total de recursos aplicados na Iniciação científica em 2012, R\$ 540.600,00 foram obtidos de fontes externas. Isto representou 42,5% do total. Os outros R\$ 729.300,00 (57,5%) são recursos do IFMT, divididos entre a reitoria e os Campi que tiveram alunos contemplados.

No que tange ao custos envolvidos dos programas de concessão de bolsas para iniciação científica, percebe-se que em relação ao exercício de 2011, o IFMT registrou um aumento de 2,32% no número de bolsas e ampliou em 13,45% o montante aplicado, sendo que dos recursos aportados/financiados pelo IFMT houve o incremento de 21,31% em relação ao exercício anterior.

Tabela XLV. Indicadores do Edital n. 015/2012 – PIBIC EM

CAMPUS	Projetos Novos		Projetos em Andamento (Edital 029/2011)		TOTAL de alunos contemplados
	Quantidade	Nº de alunos contemplados	Quantidade	Nº de alunos contemplados	
São Vicente	10	20	14	14	34
Confresa	7	15	6	12	27
Cáceres	11	20	1	1	21
Cuiabá	10	16	1	1	17
Campo Novo do Parecis	7	12	4	4	16
Rondonópolis	5	9	6	7	16
Juína	3	5	4	5	10
Pontes e Lacerda	2	4	3	3	7
Barra do Garças	2	3	3	3	6
Bela Vista	3	5	-	-	5
Sorriso	1	1	-	-	1
TOTAL	61	110	42	50	160

Fonte: PROPES

Obs: O Edital 015/2012 permitia concorrer às bolsas do PIBIC EM de duas formas: **a)** inclusão de alunos em “projetos em andamento” (Edital 029/2012); **b)** apresentação de “novos projetos”**Tabela XLVI. Indicadores do Edital n. 042/2012 – PIBIC/CNPq, PIBITI/CNPq e IC FAPEMAT**

CAMPUS	Nº de Projetos Enviados	Nº de Projetos Aprovados	% de projetos Aprovados	Nº Pesquisadores Envolvidos	Bolsas de IC Concedidas	
					CNPq	FAPEMAT
Campo Novo do Parecis	14	11	78,5	8	7	4
Confresa	15	9	60,0	9	3	6
Bela Vista	27	16	59,2	18	7	9
Cuiabá	13	7	53,8	10	4	3
Cáceres	18	9	50,0	12	7	2
São Vicente	42	17	40,4	25	7	10
Sorriso	5	2	40,0	5	1	1
Juína	3	-	0	2	-	-
Pontes e Lacerda	1	-	0	1	-	-
TOTAL	138	71	51,4	90	36	35

Fonte: PROPES

Tabela XLVII. Indicadores do Edital n. 013/2012 – PROIC/IFMT

CAMPUS	Nº de Projetos Enviados	Nº de Projetos Aprovados	% de Projetos Aprovados	Nº Pesquisadores Envolvidos	BOLSAS de IC Concedidas	
					PROIC Técnico	PROIC Graduação
Cuiabá	27	27	100%	15	30	29
Campo Novo do Parecis	20	20	100%	14	13	13
Juína	16	16	100%	12	11	05
Pontes e Lacerda	09	09	100%	09	09	03
Sorriso	10	10	100%	05	08	09
Confresa	17	16	94%	13	06	08
Bela Vista	13	12	92%	11	05	08
São Vicente	25	18	72%	21	08	10
Barra do Garças	10	07	70%	06	14	00
Cáceres	22	14	63%	16	06	08
Rondonópolis	13	08	61%	12	08	00
TOTAL	182	157	86%	134	118	92

Fonte: PROPES

Tabela XLVIII. Quantidade bolsas de iniciação científica por modalidade e Campus – 31.12.2012

CAMPUS	CNPq	IC	CNPq	IFMT	TOTAL	% Participação/ Aprovação
	(PIBIC/PIBITI)	FAPEMAT	PIBIC EM	PROIC		
Cuiabá	4	3	17	59	83	18,82
São Vicente	7	10	34	18	69	15,65
Campo Novo do Parecis	7	4	16	26	53	12,02
Confresa	3	6	27	14	50	11,34
Cáceres	7	2	21	14	44	9,98
Bela Vista	7	9	5	13	34	7,71
Juína	0	0	10	16	26	5,90
Rondonópolis	0	0	16	8	24	5,44
Barra do Garças	0	0	6	14	20	4,54
Pontes e Lacerda	0	0	7	12	19	4,31
Sorriso	1	1	1	16	19	4,31
TOTAL	36	35	160	210	441	100,00

Fonte: PROPES

Dos editais de iniciação científica publicados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso no exercício de 2012, percebe-se que os Campi Cuiabá e São Vicente por possuírem mais servidores e alunos, foram o que conquistaram uma representatividade maior nos projetos de iniciação científica aprovados.

Indicador 3 – Projetos de iniciação científica por área do conhecimento**Tabela XLIX. Projetos de iniciação científica por área do conhecimento**

Dados gerais do indicador												
Nome do Indicador	Indicadores dos projetos de iniciação científica por área do conhecimento											
Objetivo do Indicador	Mensurar as principais áreas de conhecimento aplicadas à pesquisa e iniciação científica											
Tipo	De eficácia											
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação											
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de projetos por área do conhecimento do editais publicados no exercício (Editais 015/2012; 042/2012 e 103/2012)											
Área do conhecimento	SVC	CBA	BLV	CAS	CNP	JNA	CFS	SRS	ROO	BAG	PLC	Total
Ciências Agrárias	42	3	16	27	29	7	26	5	1	4	1	161
Ciências biológicas	-	-	4	-	2	7	1	-	-	-	-	14
Exatas e da Terra	2	3	2	3	2	2	1	2	2	1	1	21
Humanas	-	9	6	3	2	1	3	5	7	3	6	45
Sociais e Aplicadas	-	10	-	-	2	-	-	1	1	-	-	14
Engenharias	1	17	1	-	2	1	2	-	2	-	2	28
Linguística, Letras e Artes	-	2	2	1	-	1	-	-	-	1	1	8
TOTAL	45	44	31	34	39	19	33	13	13	9	11	291

Fonte: PROPES

Deste indicador é possível verificar que 55,32% dos projetos de iniciação científica estão ligados a área de ciências agrárias, seguido da área de humanas em que registrou 15,46%.

Da mesma forma, por esse indicador é possível verificar o perfil de pesquisa de cada Campus, com as linhas de atuação mais efetiva.

Indicador 4 – Projetos com tendências sustentáveis

Tabela L. Projetos de iniciação científica sustentáveis

Dados gerais do indicador												
Nome do Indicador	Indicadores dos projetos de iniciação científica com tendências sustentáveis											
Objetivo do Indicador	Mensurar as principais áreas de conhecimento aplicadas à pesquisa e iniciação científica que estão ligados a área sustentável											
Tipo	De eficácia											
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação											
Fórmula de cálculo e método de medição	Projetos com tendências sustentáveis * 100/ Total de projetos por área do conhecimento do editais publicados no exercício (Editais 015/2012; 042/2012 e 103/2012)											
Área do conhecimento	SVC	CBA	BLV	CAS	CNP	JNA	CFS	SRS	ROO	BAG	PLC	Total
Total de projetos	45	44	31	34	39	19	33	13	13	9	11	291
Projetos Sustentabilidade	15	12	13	19	22	8	13	6	6	4	4	122
% de projetos Sustentabilidade	33,3	27,3	41,9	55,9	56,4	42,1	39,3	46,1	46,1	44,4	36,3	41,9

Fonte: PROPEs

No exercício de 2012 iniciaram as atividades de implantação do Programa IFMT Sustentável, tal programa consiste na implantação de diversas ações e linhas de atuação, visando a preservação dos recursos naturais, por meio da racionalização no uso dos recursos e matérias primas, reaproveitamento de materiais, coleta seletiva, aquisições sustentáveis e outros.

E tal programa envolve toda a Instituição, por meio de campanhas contra o desperdício; aquisições e contratações de bens sustentáveis, que possibilitem a economia e/ou que possam ser reaproveitados; técnicas construtivas que possibilitem o reaproveitamento de materiais e/ou a utilização mais eficiente dos bens naturais; desenvolvimento e incentivo à pesquisa na área sustentável e outros.

Assim no corrente ano, foram realizadas várias jornadas de pesquisa e extensão voltados para a área sustentável, bem como o desenvolvimento de 122 projetos de sustentabilidade.

Indicador 5 – Mestrados e Doutorados

Tabela LI. Mestrado e Doutorados

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador	Indicadores referente aos mestrados e doutorados realizados pela Instituição e/ou em parceria				
Objetivo do Indicador	Mensurar o desenvolvimento de ações relacionadas a oferta dos cursos de mestrados e doutorados				
Tipo	De eficácia e eficiência				
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação				
Fórmula de cálculo e método de medição	Quantidade de cursos de mestrados e doutorados				
Curso	Nível	Convênio	Início	Previsão de encerramento	Nº Alunos
Psicologia Social	Dinter	UFPB	Jul/2010	Julho/2014	20
Química	Dinter	UNESP	Ago/2010	Julho/2014	15
Eng ^a Elétrica	Minter	UNB	Jul/2010	Encerrado	20
Eng ^a Elétrica	Dinter	UNESP	Abr/2009	Abril/2014	18
Geotecnia	Dinter	UNB	Abr/2010	Abril/2014	10
Ciências Políticas	Minter	UFPE	Jan/2011	Março/2013	16
Educação Agrícola	Minter	UFRRJ	Abr/2011	Abril/2013	30
TOTAL	-	-	-		129

Fonte: PROPEs

Nos últimos anos o IFMT tem realizado diversas ações para a oferta de cursos de mestrados e doutorados, e os mesmos são realizados de forma interinstitucional com outras instituições parceiras, tais como: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de São Paulo, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Em 2012 também foi publicado o Edital n. 091/2012, para seleção dos alunos do curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, na qual foram disponibilizados 10 vagas e houve 27 inscrições. O curso iniciará em fevereiro/13.

Indicador 6 – Pós-Graduação

Tabela LII. Pós-Graduação

Dados gerais do indicador					
Nome do Indicador	Indicadores referente aos cursos de pós-graduação Lato Sensu – PROEJA				
Objetivo do Indicador	Mensurar o desenvolvimento de ações relacionadas aos cursos de pós-graduação lato sensu - PROEJA				
Tipo	De eficácia e eficiência				
Área responsável	Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação				
Fórmula de cálculo e método de medição	Quantidade de alunos e evasão				
LOCAL (Campus)	Nº Alunos INICIAL			CONCLUINTE	% de EVASÃO
	IFMT	Outras	TOTAL		
Cuiabá	79	09	88	20	77,2
São Vicente	12	25	37	8	78,3
Cáceres	13	25	38	18	52,6
Campo Novo dos Parecis	22	19	41	13	68,3
Confresa	12	49	61	39	32,3
Juína	36	32	68	29	57,3
TOTAL	174	159	333	127	61,8

Fonte: PROPEIS

O IFMT tem ofertado diversos cursos de pós graduação lato sensu para atender o Programa de Educação de Jovens e Adultos, o objetivo é capacitar os profissionais da educação na formação desses jovens e adultos. Assim a especialização PROEJA está alinhado em três grandes linhas: (a) formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, métodos, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no PROEJA; (b) contribuir para implementação democrática, participativa e socialmente responsável de programas e projetos educacionais, bem como identificar na gestão democrática ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização do PROEJA; (c) colaborar no desenvolvimento de currículos integrados de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA, reconhecendo a avaliação como dinâmica, contínua, dialógica e participativa e, ainda, como importante instrumento para compreensão do processo de ensino aprendizagem.

Do curso de especialização PROEJA em andamento no IFMT, registrou uma evasão de 61,8%, sendo que o maior índice registrado foi o do Campus São Vicente, onde 78,3% dos matriculados desistiram do curso. Uma das justificativas na evasão, foram as interrupções do curso devido as greves

6 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

6.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na estrutura orgânica de controle do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso temos:

- a) Conselho Superior, e
- b) Auditoria Interna

Essas instâncias de controle, foram instituídas por meio da Resolução n. 01, de 01/09/2009, que trata sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e também pela Resolução n. 05, de 23/04/2012, que trata sobre o Regimento Geral, *in verbis*:

Conselho Superior: é a instância máxima consultiva e deliberativa, cuja composição, representatividade, atribuições e competências estão definidas no Estatuto do IFMT (Art. 10 da Resolução n. 01/2009).

Auditoria Interna: é o órgão técnico de controle interno do Instituto Federal de Mato Grosso com o objetivo de fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente

A seguir apresentamos as competências definidas no Regimento Geral para a Auditoria Interna:

Art. 110. *Compete à Unidade de Auditoria Interna:*

I. examinar os atos de gestão com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações, com o objetivo de verificar a exatidão, a regularidade das contas e comprovar a eficiência, a eficácia, a efetividade na aplicação dos recursos disponíveis;

II. acompanhar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas e do orçamento;

III. verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos internos competentes, bem como dos planos e programas no âmbito da Instituição;

IV. acompanhar a implementação às recomendações e decisões emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União;

V. verificar e opinar sobre as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores e de todo aquele que der causa a perda, subtração ou dano de valores e de bens materiais de propriedade da Instituição;

VI. verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, guarda e conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles pelos quais ela seja responsável;

VII. examinar as licitações relativas à aquisição de bens, contratações de serviços, realização de obras e de alienações, no âmbito da Instituição;

VIII. analisar os procedimentos contábeis utilizados, com o objetivo de opinar sobre a qualidade e fidelidade das informações prestadas;

IX. recomendar a instauração de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, quando da ocorrência de indícios e evidências de irregularidade;

X. analisar e avaliar os controles internos adotados com vistas a garantir a eficiência e eficácia dos respectivos controles;

XI. elaborar propostas visando o aperfeiçoamento das normas e dos procedimentos, de auditoria e controles adotados, com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e o desempenho das unidades auditadas;

XII. promover estudos periódicos das normas e orientações internas, com vistas a sua adequação e atualização à situação em vigor;

XIII. assessorar os gestores, no acompanhamento da execução dos programas pertinentes, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação ao gerenciamento;

XIV. analisar os processos de admissão, desligamento, aposentadorias e pensões de servidores da Instituição;

XV. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual e as tomadas de contas especiais;

XVI. realizar auditoragem obedecendo aos programas de auditoria previamente elaborados;

XVII. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

XVIII. estabelecer e monitorar metas físicas e indicadores da sua área de atuação;

XIX. administrar os recursos financeiros e o patrimônio de sua responsabilidade;

XX. revisar, organizar, documentar e publicar os documentos relacionados a sua área de atuação;

XXI. elaborar relatórios de auditoria, assinalando as eventuais falhas encontradas, para fornecer aos dirigentes os subsídios necessários à tomada de decisões; e

XXII. apresentar sugestões e colaborar na sistematização, padronização e simplificação de normas e procedimentos operacionais de interesse da Instituição.

As competência do Conselho Superior estão definidas no Estatuto do IFMT:

Art. 10º Compete ao Conselho Superior:

I. aprovar as diretrizes para atuação do IFMT e zelar pela execução de sua política educacional;

II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFMT e dos Diretores- Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;

IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFMT;

IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;

X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XI. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

6.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNO

Tabela LIII. Avaliação do sistema de controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. <i>Obs.: As normas utilizadas são as definidas pela legislação em vigor, bem como pelas normativas e orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As normativas internas do IFMT estão em fase de elaboração.</i>				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica:					
<p>O IFMT tem ampliado as suas ações de controle interno, com o intuito de melhorar as ações estratégicas e minimizar riscos e/ou perdas, conforme detalhamos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ambiente de controle: tem-se fortalecido as ações da unidade de auditoria interna (pessoal, estrutura física e capacitação); tem-se fortalecido as ações das Pró-Reitorias e Diretorias com o intuito de implementar ações de controle e monitoramento das ações realizadas pela Reitoria e pelos Campi; - Avaliação de risco: as metas da instituição são claramente definidas e monitoradas pela alta gestão (Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos Campi do IFMT); Reuniões e encontros periódicos são realizados para discutir, analisar e propor soluções para as ações estratégicas da Instituição; Tem-se estabelecido diversas normativas e regulamentações internas, à fim de aprimorar a execução e facilitar o controle; - Procedimentos de controle: das ações de controle implementadas tem-se conseguido obter bons resultados e eficiência nas ações da Instituição, todavia, ainda há muitos procedimentos a serem implementados, todavia, há dificuldade na implantação em razão da insuficiência de pessoal, infraestrutura e econômicas; - Informação e comunicação: a comunicação no âmbito do IFMT tem-se se ampliado, por meio do fortalecimento do setor de comunicação. Dessa forma, as informações estão sendo disponibilizadas não só aos servidores e discentes por meio da internet e/ou mídia impressa, mas também para a comunidade externa, com a utilização das mídias sociais; - Monitoramento: as ações de monitoramento e controle realizadas no âmbito do IFMT tem sido eficientes e eficazes, melhorando o desempenho organizacional e controle dos processos e das informações. 					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: IFMT

6.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Esse item não se aplica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, haja vista que não é paga nenhuma remuneração e/ou comissão aos membros do Conselho Superior – CONSUP e Colégio de Dirigentes.

6.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não possui um sistema de correção, haja vista, que tal função é exercida pela Controladoria-Geral da União.

6.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N. 1.043/2007 DA CGU.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não tem cumprido o que estabelece a Portaria n. 1.043/2007 da Controladoria-Geral da União, em razão a rotatividade e falta de pessoal.

Novos acessos foram solicitados ao órgão cadastrador, e assim que liberados os processos administrativos disciplinares serão devidamente inseridos no sistema.

A seguir apresentamos a relação de processos administrativos disciplinares e sindicâncias do exercício de 2012:

Tabela LIV. Sindicâncias e PAD's de 2012.

Nº	Descrição	Port.	Data da instauração	Data da conclusão	Resultado
1.	Apurar a participação de empresa de servidora do quadro de pessoal em Licitação.	1.383, de 31/10/11	09.12.2011	28.03.2012	A servidora foi advertida pela inobservância e infração aos deveres funcionais previstos no art. 116, incisos III e IX da Lei nº. 8.112/90.
2.	Apurar responsabilidade pela autorização de professores em regime de Dedicção Exclusiva, vinculados ao antigo CEFET-MT, a participar em atividades da FUNDETEC.	22, de 11.01.12	03.02.2012	14.03.2012	A comissão concluiu pelo arquivamento.
3.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1453217.	64, de 16.01.12	23.02.2012	15.06.2012	A comissão sugeriu, com fulcro nos arts. 116 da Lei nº. 8.112/90, a aplicação da sanção de demissão.
4.	Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1459791.	236, de 05.03.12	20.03.2012	04.07.2012	O servidor foi advertido, através da Portaria nº 1168, de 29.08.2012, pela inobservância e infração dos deveres funcionais previstos no artigo 116, incisos III e IX da Lei nº. 8.112/90.
5.	Apurar e identificar os fatos relacionados às irregularidades na execução do Contrato nº. 034/2008, bem como seus responsáveis.	252, de 06.03.12	16.03.12	-	A comissão não concluiu os trabalhos
6.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1659617.	389, de 09.04.12	02.05.12	14.08.12	Declarado nulidade total do processo, e por meio da Portaria nº. 123, de 30.01.2013, foi designada nova comissão.
7.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelos servidores Matrícula SIAPE nº 1216577, 2141988, 1453217, 1755965 e 1756840.	413, de 10.04.12	-	-	A comissão concluiu os trabalhos.
8.	Apurar o abandono de cargo no período de 16.02.2011 a 29.04.2011, atribuído ao servidor Matrícula SIAPE nº. 17557186.	544, de 08.05.12	25.05.12	03.09.12	Arquivamento do Processo, por não se tratar de abandono de cargo, e recomendado o encaminhamento do servidor para tratamento médico.
9.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 0272238.	1.274, de 25.09.12	01.11.12	-	A comissão não concluiu os trabalhos.
10.	Apurar o acidente	1.275, de	-	-	A comissão não concluiu os

	automobilístico envolvendo o veículo Fiat Uno Mille, placa NJP 0582 do Campus São Vicente.	25.09.12			trabalhos.
--	--	----------	--	--	------------

Fonte: Gabinete Reitoria.

7 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

Não há nenhum programa sob a responsabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, haja vista que os mesmos estão sob a responsabilidade dos órgãos superiores. Sendo que cabe ao IFMT o auxílio na execução das ações orçamentárias, correspondente aos seguintes programas:

- 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0901 – Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais;
- 2031 – Educação Profissional e Tecnológica;
- 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação;

7.2 EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO SOB A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

A seguir apresentamos os programas e ações executadas integral ou parcialmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2012:

Tabela LV – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 0181)

Identificação da Ação						
Código	0181.26414.0051					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.769.999	19.709.999,00	18.831.817,99	18.831.817,99	0	0	18.831.817,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada
1	Aposentados	Pessoa	Não há	218	18.831.817,99	18.831.817,99
2	Inativos	Beneficiada		217		
Análise Crítica						
<p>Assim como na LOA 2001 e 2012, a meta de pessoas beneficiadas com o Programa 0089 – Pagamento de aposentadorias não foi inserida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todavia, a Instituição manteve o controle e o acompanhamento do índice.</p> <p>No início do exercício a Instituição registrou 320 pessoas beneficiadas (214 aposentados e 106 pensionistas) e encerrou o exercício com 329 pessoas beneficiadas (216 aposentados e 113 pensionistas), conforme demonstramos a seguir:</p>						
Mês	Aposentados	Pensionistas	Total			
Janeiro	214	106	320			

Fevereiro	215	107	322
Março	215	107	322
Abril	216	107	323
Mai	214	108	322
Junho	218	217	435
Julho	109	111	220
Agosto	218	111	329
Setembro	218	111	329
Outubro	216	111	327
Novembro	217	112	329
Dezembro	216	113	329
Média Anual	207	118	325

Em comparação com o exercício anterior (2011), percebe-se que houve um aumento de 36,36% no índice e 11,84% no montante empenhado, decorrente principalmente das aposentadorias concedidas.

Exercício	Índice	Despesa Empenhada
2010	302 (198 aposentados e 104 pensionistas)	15.258.670,96
2011	319 (214 aposentados e 105 pensionistas)	16.837.132,03
2012	435 (218 aposentados e 217 pensionistas)	18.831.817,99
% de aumento	36,36%	11,84%

* Maior meta alcançada em 2012.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LVI – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 0005)

Identificação da Ação						
Código	0005.26414.0051					
Descrição	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.539,00	11.539,00	11.539,00	6.683,92	0	4.855,08	6.683,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não há	-	-	-	11.539,00	6.683,92
Análise Crítica						
As ações relativo às Operações Especiais são executadas pela unidade gestora 090049 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no entanto, registramos a seguinte série histórica.						
Exercício	Despesa Empenhada					
2010	206.133,28					
2011	38.914,62					
2012	11.539,00					
% de diminuição	- 70,34%					

Fonte: SIMEC, LOA 2012 e SIAFI Gerencial

Tabela LVII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 00G5)

Identificação da Ação						
Código	00G5.26414.0001					
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
104.899,00	97.689,00	97.688,93	97.688,93	0	0	97.688,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não há	-	-	-	97.688,93	97.688,93
Análise Crítica						
As ações relativo às Operações Especiais são executadas pela unidade gestora 090049 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no entanto, registramos a seguinte série histórica.						
Exercício		Despesa Empenhada				
2010		27.579,00				
2011		5.442,00				
2012		97.688,93				
% de aumento		-1.695,09%				

Fonte: SIMEC, LOA 2012 e SIAFI Gerencial

Tabela LVIII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 09HB)

Identificação da Ação						
Código	2109.09HB.0001					
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.333.310,00	16.593.310,00	14.138.314,38	14.138.314,38	0	0	14.138.314,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não há	-	-	-	14.138.314,38	14.138.314,38
Análise Crítica						
Os créditos orçamentários dessa ação necessitaram de suplementação em razão, no aumento no número de servidores.						

Exercício	Despesa Empenhada
2010	8.453.465,40
2011	14.177.885,53
2012	14.138.314,38
% de diminuição	- 0,27%

Fonte: SIMEC, LOA 2012 e SIAFI Gerencial

Tabela LIX – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 09ID)

Identificação da Ação						
Código	2109.00ID.0051					
Descrição	Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
67.776,00	67.776,00	67.775,00	67.775,00	0	0	67.775,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada
1	Não há	-	-	-	67.775,00	67.775,00
Análise Crítica						
<p>O pagamento da contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, é realizado anualmente como determinado pelo Regimento daquela Instituição e corresponde a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso nas ações de fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.</p>						

Fonte: SIMEC, LOA 2012 e SIAFI Gerencial

Tabela LX – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 2004)

Identificação da Ação						
Código	2109.2004.0051					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.836.000,00	1.991.099,00	1.986.966,32	1.986.966,32	0	0	1.986.966,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	1.611	1.632	1.986.966,32	1.986.966,32

Análise Crítica

A diminuição no número de pessoas beneficiadas com a Assistência Médica e Odontológica, no exercício de 2012, se deve ao número de servidores que deixaram e/ou cancelaram seus contratos com as operadoras de saúde, em decorrência de diversos fatores, principalmente no que tange ao aumento nas mensalidades por parte das operadoras.

Além disso, alguns servidores estão em processo de migração para outros planos de saúde, de modo a obterem melhores serviços, principalmente para os servidores do interior do Estado de Mato Grosso, onde a rede de saúde ainda possui algumas deficiências e dificuldades no atendimento.

Porém cabe destacar, que a meta física é estabelecida diretamente pelo Ministério da Educação, quando da propositura da Proposta Orçamentária Anual.

Exercício	Índice	Despesa Empenhada
2010	681	1.358.922,04
2011	1.774	1.781.873,33
2012	1.632	1.986.966,32
%	- 8,00%	11,50 %

A seguir apresentamos o detalhamento dos beneficiários:

Descrição	Pessoas Beneficiadas
Servidores	1.602
Pensionistas	30

Já o aumento na dotação orçamentária, se deve ao fato, as alterações decorrentes do valor do benefício da assistência média, bem como os reajustes ocorridos na tabela de contribuição.

* Maior meta alcançada em 2012.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXI – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 20CW)

Identificação da Ação						
Código	2109.20CW.0051					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
86.131,00	86.131,00	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	479	0	86.131,00	0
Análise Crítica						
Essa ação não foi executada em razão das dificuldades na operacionalização da ação por parte da área de gestão de pessoas do IFMT, em razão da insuficiência no quadro de pessoal.						

* Posição em 31.12.2012

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 2010)

Identificação da Ação						
Código	2109.2010.0051					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
168.000,00	214.099,00	209.725,02	209.725,02	0	0	209.725,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	Unidade	189	233	209.725,02	209.725,02
Análise Crítica						
<p>O incremento da despesa com essa ação orçamentária é decorrente do aumento no número de servidores da Instituição, bem como no número de crianças com idade de 0 a 6 anos de idade.</p> <p>Destacamos ainda, que a meta física é estabelecida pelo Ministério da Educação, quando da propositura da Proposta da Lei Orçamentária Anual</p>						
Exercício	Índice atingido		Despesa Empenhada			
2010	145		135.624,19			
2011	185		166.071,23			
2012	233		209.725,02			
% de aumento	25,94%		26,28%			
<p>A seguir apresentamos mensalmente o número de crianças atendidas com a assistência pré-escolar</p>						
Mês	Crianças Atendidas					
Janeiro	190					
Fevereiro	193					
Março	197					
Abril	199					
Maio	201					
Junho	201					
Julho	206					
Agosto	221					
Setembro	229					
Outubro	226					
Novembro	230					
Dezembro	233					
Média Anual	211					

* Maior meta alcançada em 2012.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXIII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 2011)

Identificação da Ação	
Código	2109.2011.0051
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Iniciativa	-
Unidade Responsável	Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000,00	1.200.000,00	1.157.202,22	1.157.202,22	0	0	1.157.202,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unidade	649	568	1.157.202,22	1.157.202,22
Análise Crítica						
<p>Destacamos que a meta física desta ação é estabelecida pelo Ministério da Educação, quando da propositura da Proposta da Lei Orçamentária Anual, porém da meta estabelecida pelo Ministério percebe-se que houve um aumento no número de servidores beneficiados com o auxílio-transporte.</p> <p>Cabe salientar que o crescimento no índice, se deve aos novos ingressos ocorridos no exercício de 2012.</p>						
Exercício	Índice atingido		Despesa Empenhada			
2010	478		1.101.691,98			
2011	558		1.119.827,49			
2012	568		1.157.202,22			
% de aumento	1,79%		3,33%			
<p>A seguir apresentamos mensalmente o número de servidores beneficiados com o auxílio transporte no exercício de 2012:</p>						
Mês	Servidores Beneficiados					
Janeiro	553					
Fevereiro	558					
Março	560					
Abril	568					
Maio	417					
Junho	420					
Julho	422					
Agosto	553					
Setembro	558					
Outubro	560					
Novembro	568					
Dezembro	417					
Média Anual	513					

* Maior meta alcançada em 2012.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXIV – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 2012)

Identificação da Ação						
Código	2109.2012.0051					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.840.000,00	4.796.470,00	4.764.456,27	4.764.456,27	0	0	4.764.456,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada*	Prevista	Realizada

1	Servidor beneficiado	Unidade	1.053	1.383	4.764.456,27	4.764.456,27
---	----------------------	---------	-------	-------	--------------	--------------

Análise Crítica

Destacamos que a meta física desta ação é estabelecida pelo Ministério da Educação, quando da propositura da Proposta da Lei Orçamentária Anual.

O IFMT executou a atividade, concedendo o benefício conforme legislação vigente, no entanto, devido a posse dos novos concursados a partir do 2º semestre/12, houve um incremento na meta física e conseqüentemente aumento na despesa da instituição.

Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada
2010	1.019	3.615.863,48
2011	1.180	4.049.943,21
2012	1.383	4.764.456,27
% de aumento	17,20%	17,40%

A seguir apresentamos mensalmente o número de servidores beneficiados com o auxílio transporte no exercício de 2012:

Mês	Servidores Beneficiados
Janeiro	1.175
Fevereiro	1.191
Março	1.201
Abril	1.241
Maio	1.258
Junho	1.268
Julho	1.267
Agosto	1.382
Setembro	1.378
Outubro	1.376
Novembro	1.383
Dezembro	1.383
Média Anual	1.292

* Maior meta alcançada em 2012.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXV – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 20TP)

Identificação da Ação	
Código	2109.20TP.0051
Descrição	Pagamento de pessoal ativo
Iniciativa	-
Unidade Responsável	Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –Unidade Gestora: 158144 (Reitoria)

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
64.163.705,00	85.463.705,00	83.789.323,35	83.789.323,35	77.630,68	0	83.711.692,67

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	Não há	1.397	87.789.323,35	83.711.692,67

Análise Crítica

A presente ação orçamentária visa custear as despesas com o pessoal ativo da Instituição. Até o exercício de 2011, os créditos dessa ação estavam atrelados a ação orçamentária de funcionamento das instituições federais, todavia, na LOA 2012, a ação foi desmembrada.

A separação das naturezas de despesas facilitou o controle e a mensuração dos gastos:

Exercício	Valor Executado	Nº de Servidores Ativos*
2011	67.547.391,39	1.200
2012	83.711.692,67	1.397
% de aumento	23,93%	16,41%

* Servidores de carreira, contratos temporários e cargos em comissão.

Dessa forma, verifica-se que no exercício de 2012 houve a necessidade de suplementação da dotação orçamentária, em razão do aumento no número de servidores efetivos e contratos temporários, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Exercício de 2011	Exercício de 2012	%
Servidores em cargos efetivos	1.138	1.307	14,85%
Servidores em contratos temporários	61	89	45,90%
Servidores sem vínculo com a adm. Pública (cargos em comissão)	01	1	0
TOTAL	1.200	1.397	16,41%

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial e DSGP

Tabela LXVI – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 4572)

Identificação da Ação						
Código	2109.4572.0051					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Executores: 158144- Reitoria 158333-Campus Cuiabá 158334-Campus Cáceres 158335-Campus São Vicente 158492-Campus Campo Novo do Parecis 158493-Campus Juína 158494-Campus Bela Vista 158495-Campus Pontes e Lacerda 158496-Campus Confresa 158497-Campus Barra do Garças 158498-Campus Rondonópolis					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.289.590,00	1.790.163,00	1.150.552,82	1.058.850,75	10.299,46	91.702,07	1.048.551,29

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	Unidade	801	879	1.150.552,82	1.058.850,75

Análise Crítica

No que tange a dotação orçamentária do IFMT, houve incrementos na dotação (R\$ 500.573,00) em virtude da liberação do superávit do exercício anterior, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Dotação inicial	Suplementação	Dotação Final	Valor Arrecadado	Cota-limite para empenho liberada pelo MEC	Valor Empenhado
Superávit exercício anterior – Fonte 312	0	500.573,00	500.573,00	0	0	0

Fonte: PLOA e SIAFI Gerencial

Apesar da liberação da dotação orçamentária relativo ao superávit do exercício de 2011, não foi possível a

sua execução, em razão que o Ministério da Educação não efetuou a liberação da cota-limite para empenho. E sem essa liberação, houve perdas institucionais, haja vista, que não foi possível efetuar a aplicação da referida dotação na execução das atividades administrativas e pedagógicas da Instituição.

Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada
2010	884	917.303,31
2011	870	910.127,94
2012	879	1.150.552,82
%	1,03%	26,41%

As capacitações foram realizadas no exercício de 2012, por meio das Pró-Reitorias/Diretorias e pelos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

A seguir apresentamos a quantidade de servidores capacitados, por Campi:

Executor	2011		2012		Situação da Meta
	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	Meta Física Prevista	Meta Física Alcançada	
Barra do Garças	30	12	15	17	Atingida
Bela Vista	71	18*	88	15*	Insuficiente
Cáceres	30	71	30	54	Atingida
Campo Novo do Parecis	60	47	80	Não informado	Insuficiente
Confresa	20	35	26	45	Atingida
Cuiabá	150	348	100	105	Atingida
Juína	52	32	30	57	Atingida
Pontes e Lacerda	40	61	40	58	Atingida
Rondonópolis	30	27	20	38	Atingida
São Vicente	150	47	150	111	Parcial
Sorriso	30	02	22	34	Atingida
Reitoria	200	170	200	431	Atingida
Total	863	870	801	879	

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi, SCDP e DSGP.

Legenda: Parcial: mais de 50% da meta atingida; Insuficiente: menos de 50% da meta atingida; Atingida: atingiu 100% ou mais da meta física estabelecida.

* Refere-se somente a quantidade de pessoas capacitadas por meio da concessão de diárias e passagens, cuja execução deu-se pela Reitoria, em razão que o Campus não informou a quantidade de pessoas capacitadas.

Unidade Gestora	2011				
	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. Em RAP
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	316.600,00	195.082,18	154.591,54	154.591,54	40.490,64
Pontes e Lacerda	49.000,00	43.351,50	43.129,95	43.129,95	221,55
Bela Vista	69.510,00	20.000,00	2.590,65	2.590,65	17.409,35
Juína	62.200,00	38.102,57	37.753,17	37.753,17	349,40
Confresa	40.500,00	24.487,38	22.309,58	22.309,58	2.177,80
Cuiabá	363.000,00	277.403,74	143.550,60	139.114,60	133.853,14
São Vicente	210.000,00	140.562,72	126.682,72	126.682,72	13.880,00
Campo Novo do Parecis	160.000,00	40.903,66	38.630,42	38.630,42	2.273,24
Cáceres	140.621,00	130.234,19	113.903,98	95.798,75	16.330,21
Total	1.411.431,00	910.127,94	683.142,61	660.601,38	226.985,33
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					24,93%
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					64,48%
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					72,58%

Fonte: SIAFI Gerencial e Proad

Unidade Gestora	2012				
	Dotação Inicial A	Despesas Empenhadas B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso/ Bela Vista*	456.384,00	443.871,06	410.697,43	406.458,79	37.412,27
Pontes e Lacerda	63.832,00	59.782,49	55.819,96	55.819,96	3.962,53
Bela Vista	66.580,00	16.372,00	14.282,00	14.282,00	2.090,00
Juína	72.200,00	68.759,27	64.780,33	64.780,33	3.978,94

Confresa	55.773,00	45.465,60	41.979,38	41.979,38	3.486,22
Cuiabá	93.000,00	97.454,99	84.790,19	84.790,19	15.448,68
São Vicente	195.000,00	194.440,87	185.398,20	182.083,33	12.357,54
Campo Novo do Parecis	120.000,00	107.624,49	97.023,94	97.023,94	10.600,55
Cáceres	115.821,00	111.402,05	98.699,32	95.953,37	12.702,73
Rondonópolis	51.000,00	5.380,00	5.380,00	5.380,00	0
Total	1.289.590,00	1.150.552,82	1.058.850,75	1.048.551,29	102.039,46
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					8,86%
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					85,21%
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					91,13%

Fonte: SIAFI Gerencial e Proad

* As despesas executadas pela Reitoria dos Campi Rondonópolis, Barra do Garças e Bela Vista, refere-se somente as relativas com diárias e passagens.

** Alguns campi executaram o valor maior que a sua dotação inicial, em razão, que foram realizados remanejamentos internos, no final do exercício, em razão da disponibilidade e/ou não execução dos créditos por parte de algumas unidades gestoras.

No quadro acima, verifica-se que somente 8,86% das despesas empenhadas foram inscritas em restos a pagar processados e não processados. Em comparação com o exercício anterior o IFMT conseguiu reduzir 35,53% das inscrições em restos a pagar. Demonstrando assim, que o exercício de 2012, registrou não só a eficiência no desempenho orçamentário (85,21% de execução orçamentária), mas também na eficiência financeira (91,13%).

No quadro abaixo apresentamos as principais despesas realizadas por natureza de despesa e por unidade gestora:

Unidade Gestora	Despesas empenhadas por natureza (Maior Relevância)			
	339033	339014	339036	339039
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	119.005,91	160.645,57	97.051,38	42.061,28
Pontes e Lacerda	16.684,05	33.592,94	4.649,00	2.622,50
Bela Vista	0	0	0	16.372,00
Juína	13.610,27	50.006,87	0	5.142,13
Confresa	14.470,71	30.594,89	0	0
Cuiabá	16.664,68	43.092,51	6.000,00	31.087,80
São Vicente	41.372,23	77.524,02	0	74.744,62
Rondonópolis	0	0	0	5.380,00
Campo Novo do Parecis	26.116,45	68.984,54	0	11.172,50
Cáceres	26.096,33	58.318,30	0	25.131,00
Total	613.053,63	861.773,64	446.736,38	552.752,83

Fonte: SIAFI Gerencial e Proad

Percebe-se que em relação ao ano anterior, houve uma diminuição no número de pessoas capacitadas, em razão dos seguintes fatores:

- Insuficiência de pessoal para organizar e promover cursos de capacitação;
- Dificuldades na contratação de pessoal especializado para a promoção de capacitações;
- Dificuldades no deslocamento dos servidores;
- Dificuldades na obtenção de infraestrutura adequada para a realização de capacitação dos servidores (laboratórios, salas de treinamento/capacitação e outros);
- Contingenciamento nas despesas com diárias e passagens por parte do Governo Federal;
- Paralisação das atividades educacionais e administrativas, decorrentes do movimento grevista;

Todavia, apesar de todas as dificuldades encontradas, o IFMT conseguiu superar a meta física e utilizar 85,21% da sua dotação inicial.

A seguir apresentamos de forma, resumida, alguns cursos de capacitação promovidos pelas Pró-Reitorias e Diretorias no exercício de 2012:

1. Curso sobre Reforma Previdenciária no serviço público e Procedimentos de Concessão de Cálculos de proventos, pensões e demais benefícios dos regimes próprios de previdência social.

Ministrante: João Araújo M. Filho

Capacitados: 30 servidores que atuam na área de gestão de pessoas

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DSGP

2. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação” e “Contratação de Serviços em Conformidade com as IN’s 02/2008, 03/2009, 04/2009 e 05/2009 e Portaria n. 07/11 – MPOG. Análise e elaboração de planilha de composição de custos dos serviços terceirizados

Ministrante: Fernanda Babini

Capacitados: 30 servidores que atuam na área administrativa/ aquisições e contratações, auditoria interna e procuradoria

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação
Realização: PROAD

3. Curso Prático de Planejamento, Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública

Ministrante: Paulo Ernesto Pfeifer Santa Maria

Capacitados: 30 servidores que atuam na área administrativa/ aquisições e contratações, engenharia, auditoria interna e procuradoria

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

4. Curso de Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso

Ministrante: Wille Muriel e Roberta Muriel

Capacitados: 30 servidores que atuam na área pedagógica

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROEN

5. Curso de legislação em TI

Capacitados: 20 servidores que atuam na área de licitações e tecnologia da informação

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DGTI

6. Curso de Gestão de Documentos

Ministrante: Konrad Augusto Alvarenga Amaral

Capacitados: 30 servidores que atuam na área administrativa e educacional

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DSGP

7. 1º Encontro de Gestão e Execução Contábil

Ministrante: Equipe da PROAD

Capacitados: 30 servidores que atuam na área contábil

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

8. Treinamento de execução orçamentária e financeira para os Campi Barra do Garças e Rondonópolis

Ministrante: Equipe da PROAD

Capacitados: 10 servidores que atuam na área administrativa/contábil

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

9. Treinamento de gestão de compras e contratos

Ministrante: Equipe da PROAD

Capacitados: 10 servidores que atuam na área administrativa

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

10. Treinamento sobre Suprimento de Fundos

Ministrante: Equipe da PROAD

Capacitados: 5 servidores que atuam na área administrativa dos Campi Pontes e Lacerda, Juína e Rondonópolis

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROAD

11. Capacitação sobre LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Capacitados: 30 servidores que atuam na área pedagógica

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: PROEN

12. Capacitação sobre a Introdução ao serviço público

Capacitados: 30 servidores

Financiamento: Orçamento da Instituição – Ação de Capacitação

Realização: DSGP

Além das capacitações acima citados, o IFMT por meio dos seus Campi realizaram diversos outros eventos, na área pedagógica, administrativa, pesquisa e extensão, por meio de esforço próprio e/ou por meio de parcerias e/ou apoios oferecidos para outras entidades (CGU/MT, Funasa, Prefeituras e outros).

Da mesma forma, o IFMT por meio da parceria com a Escola Superior de Redes/RNP, capacitou 93 servidores da área da tecnologia da informação.

Tipo	Descrição	Nº de Servidores
Presencial	Administração de Sistemas Linux	01
Presencial	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	01
Presencial	Fundamentos de Governança de TI	10
Presencial	Gerenciamento de Projetos de TI	04
Presencial	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	05
Presencial	Gestão de Riscos de TI - NBR 27005	01
Presencial	Governança de TI	11
Presencial	Introdução ao Linux	01
Presencial	ITIL - Information Technology Infrastructure Library	01
Presencial	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	02
Presencial	Planejamento e Gestão Estratégica de TI	01
Presencial	Segurança em Redes sem Fio	01
Presencial	Virtualização de Servidores	01
Presencial	Implantação do Serviço Fone@RNP	02
Presencial	Capacitação SIGA EDU	20
Presencial	Oficina de Codificação SIGA EDU	1
Presencial	Seminário de Disseminação do Conhecimento	30
Total Geral de Capacitações		93

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial, PROAD, DSGP e Campi

Tabela LXVII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 20RL)

Identificação da Ação	
Código	2031.20RL.00051
Descrição	Funcionamento da Educação Profissional
Iniciativa	-
Unidade Responsável	Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Executores: 158144- Reitoria 158333-Campus Cuiabá 158334-Campus Cáceres 158335-Campus São Vicente 158492-Campus Campo Novo do Parecis 158493-Campus Juína 158494-Campus Bela Vista 158495-Campus Pontes e Lacerda 158496-Campus Confresa 158497-Campus Barra do Garças 158498-Campus Rondonópolis

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.030.508,00	53.205.507,00	46.669.597,32	23.514.353,63	359.109,94	23.155.243,69	22.371.656,98
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	Unidade	13.129	17.254	46.669.597,32	23.514.353,63

Análise Crítica

No que tange a dotação orçamentária do IFMT, houve incrementos na dotação (R\$ 2.174.339,00) em virtude do: aumento na arrecadação própria, remanejamento de créditos e liberação do superávit do exercício anterior, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Dotação inicial	Suplementação	Dotação Final	Valor Arrecadado	Cota-limite para empenho liberada pelo MEC	Valor Empenhado
Fonte 250	1.666.649,00	360.000,00	2.026.649,00	1.762.072,39	1.712.066,91	1.612.997,24
Superávit exercício anterior – Fonte 312	0	2.614.339,00	2.614.339,00	0	0	0
Remanejamento de créditos – Fonte 100	0	200.000,00	200.000,00	0	100.000,00	100.997,35
Fonte 280	137.268,00	0	137.268,00	75.650,39	67.915,40	55.069,30
TOTAL	1.803.917,00	3.174.339,00	4.978.256,00	1.837.722,78	1.879.982,31	1.769.063,89

Fonte: PLOA e SIAFI Gerencial

Apesar da liberação da dotação orçamentária relativo ao superávit do exercício de 2011, não foi possível a sua execução, em razão que o Ministério da Educação não efetuou a liberação da cota-limite para empenho. E sem essa liberação, houve perdas institucionais, haja vista, que não foi possível efetuar a aplicação da referida dotação na execução das atividades administrativas e pedagógicas da Instituição.

Quanto a meta física, o IFMT atingiu meta prevista e superou-a em 38,26%, conforme informações extraídas do SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, cujo demonstrativo detalhado apresentamos abaixo:

Campus	Alunos Matriculados 2010			Alunos Matriculados 2011			Alunos Matriculados 2012		
	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença	Meta Física	Meta Alcançada	Diferença
Barra do Garças	240	0	-240	240	111	-129	500	338	-162
Bela Vista	1.186	957	- 229	950	1.397	+447	1.323	1.912	+589
Cáceres	1.263	1.241	-22	1.486	1.983	+497	1.233	2.189	+956
Campo Novo do Parecis	800	605	-195	917	759	-158	900	889	-11
Confresa	460	517	+57	820	897	+77	900	923	+23
Cuiabá	3.533	3.581	+ 48	4.254	4.661	+407	4.000	6.193	+2.193
Juína	395	590	+195	565	851	+286	915	1.081	+166
Pontes e Lacerda	845	736	- 109	1.000	959	-41	848	1.173	+325
Rondonópolis	350	0	-350	280	139	-141	340	377	+37
São Vicente	1.620	1.285	-335	2.085	1.791	-294	1.400	1.915	+515
Sorriso	-	-	-	-	96	+96	120	264	+144
Total	10.692	9.512	- 1.180	12.597	13.644	+ 1.047	12.479	17.254	+ 4.775

Fonte: PLOA e PROEN/SISTEC / Posição em 31.12.2012

O IFMT conseguiu, em 2012, aumentar em 26,45% o número de alunos matriculados em comparação com o exercício de 2011. Todavia, apesar ter superado a sua meta física, alguns Campi não o conseguiram fazer, tais como: Barra do Garças e Campo Novo do Parecis.

Do total de alunos matriculados, há de se destacar ainda as seguintes informações, relativo a 2012:

Campus	Total Matriculados	Matriculados em Curso	Matriculados Finalizados 2012 e 2013	Total de Retidos
Campus São Vicente	1915	1494	421	726
Campus Cáceres	2189	1678	511	1.387
Campus Cuiabá	6193	5292	901	2.504
Campus Confresa	923	793	130	426
Campus Júina	1081	935	146	384
Campus Campo Novo do Parecis	889	635	254	265
Campus Bela Vista	1912	1663	249	741
Campus Pontes e Lacerda	1173	660	513	299
Campus Rondonópolis	377	244	133	37
Campus Barra do Garças	338	249	89	15
Campus Sorriso	264	131	133	110
Total	17.254	13.774	3480	6.894

Fonte: PLOA e PROEN/SISTEC / Posição em 31.12.2012

Pelo quadro acima, demonstramos que no exercício 2012, houveram 3.480 matrículas finalizadas e 6.894 retenções.

Dotação e execução de custeio e capital por unidade gestora executora em 2011:

Unidade Gestora	Dotação Inicial* A	Despesas Empenhadas B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	7.201.316,50	6.435.578,75	4.020.986,88	4.009.806,38	2.414.591,87
Bela Vista	2.190.770,00	2.035.407,95	642.141,46	618.934,10	1.393.266,49
Cáceres	4.300.530,50	3.594.222,29	2.694.549,32	2.593.334,60	899.672,97
Campo Novo do Parecis	2.771.273,00	2.689.041,46	1.884.192,73	1.742.453,75	804.848,73
Confresa	2.949.579,00	2.976.014,09	1.731.521,88	1.669.247,87	1.244.492,21
Cuiabá	5.939.189,00	5.197.826,80	1.950.815,37	1.949.415,37	3.247.011,43
Juína	2.023.018,00	1.685.511,19	858.660,52	832.309,93	826.850,67
Pontes e Lacerda	2.003.992,00	1.701.257,20	1.034.721,43	1.003.593,76	666.535,77
São Vicente	4.016.540,00	3.939.817,09	3.011.102,19	2.897.835,76	928.714,90
Total	33.396.208,00	30.254.676,82	17.828.691,78	17.316.931,52	12.425.985,04
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					41,07%
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					90,59%
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					57,23%

Fonte: SIAFI Gerencial

* Houve o contingenciamento de 10% na dotação inicial de custeio e 30% de capital por parte do Governo Federal. Porém o valor aqui apresentado representa o valor sem o corte.

Dotação e execução de custeio e capital por unidade gestora executora em 2012:

Unidade Gestora	Dotação Inicial* A	Despesas Empenhadas** B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
1. Cáceres	7.125.065,00	7.268.103,23	3.119.624,18	2.737.484,14	4.530.619,09
2. Cuiabá	7.865.040,00	8.538.409,84	4.157.816,70	4.116.229,20	4.422.180,64
3. São Vicente	7.513.993,00	7.252.410,23	4.408.620,83	4.249.577,70	3.002.832,53
4. Confresa	3.463.275,00	3.193.217,52	942.527,51	883.477,88	2.309.739,64
5. Bela Vista	3.010.629,00	2.940.532,75	1.094.201,71	946.767,54	1.993.765,21
6. Juína	2.594.008,00	2.958.008,80	1.075.403,54	1.075.403,54	1.882.605,26
7. Reitoria/ Sorriso	9.788.853,00***	6.927.851,61	5.473.876,63	5.413.471,71	1.514.379,90
8. Campo Novo do Parecis	3.387.932,00	3.540.513,54	2.188.072,28	2.033.882,76	1.506.630,78
9. Pontes e Lacerda	2.147.179,00	2.103.634,58	801.885,74	720.560,36	1.383.074,22
10. Barra do Garças	1.571.972,00	1.509.434,31	476.725,58	456.882,19	1.052.552,12
11. Rondonópolis	1.562.562,00	1.421.182,91	759.300,93	721.621,96	699.560,95
Total	50.030.508,00	47.653.299,32	24.498.055,63	23.355.358,98	24.297.940,34
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					50,98%
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					95,24%
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					49,01%
% Entre despesa empenhada e despesa liquidada (B e C)					51,41%

Fonte: SIAFI Gerencial

* Houve o contingenciamento de aproximadamente 10% da dotação inicial de custeio por parte do Governo Federal. Porém o valor aqui apresentado representa o valor sem o corte.

** Algumas despesas dos Campi são executadas pela Reitoria.

*** Alguns créditos orçamentários ficam inicialmente na Reitoria, para posterior distribuição aos Campi, conforme projetos e liberação das Pró-Reitorias responsáveis pela dotação inicial, tais como: PROEX, PROEN e PROPES.

Em comparação com o exercício anterior, percebe-se que houve aumento na eficiência entre a dotação inicial e as despesas empenhadas, que de 90,59% de execução passou-se para 95,24%, equivalente a um aumento de 4,65%. Todavia por outro lado, a eficiência na gestão financeira diminuiu 8,22% decorrente na diminuição das despesas pagas em relação ao montante empenhado e o aumento de 9,91% no percentual registrado no ano anterior ao total inscrito em restos a pagar.

A deficiência na gestão financeira (Relação entre B/E e B/D) é decorrente principalmente na falta de pessoal, absenteísmo, *turnover*, paralisações decorrente do movimento grevista, aumento no montante orçamentário a ser gerenciado e outros. E esses fatores influenciam no atraso na conclusão dos processos licitatórios, conclusão do editais de fomento a pesquisa aplicada, cancelamento e/ou adiamento na realização dos eventos culturais, esportivos e educacionais, e etc.

Unidade Gestora	Eficiência Orçamentária (Dotação/Despesa empenhada)	Eficiência Financeira (Despesa empenhada/ liquidada)
1. Confresa	92,20%	29,52%
2. Barra do Garças	96,02 %	31,58%
3. Juína	114,03 %	36,36%
4. Bela Vista	97,67 %	37,21%
5. Pontes e Lacerda	97,97 %	38,12%
6. Cáceres	102,01 %	42,92%
7. Cuiabá	108,56 %	48,70%
8. Rondonópolis	90,95 %	53,43%
9. São Vicente	96,52 %	60,79%
10. Campo Novo do Parecis	104,50 %	61,80%
11. Reitoria/ Sorriso **	70,77 %*	79,01%
Total	95,24%	51,41%

Fonte: SIAFI Gerencial

* A eficiência orçamentária da Reitoria foi menor, em razão que a contingência de 10% do custeio do IFMT ficou concentrada na unidade gestora da Reitoria.

** Algumas despesas dos Campi são executadas pela Reitoria.

Com o indicador acima, percebe-se que o Campus que apresentou o pior índice de eficiência financeira, foi o Campus Confresa (29,52%), sendo que esse Campus ficou em quarta posição no montante de créditos registrados em restos a pagar, cujo quesito foi representado pelo Campus Cáceres em que apresentou o pior índice no montante de inscrição em restos a pagar.

Nos quadros abaixo apresentamos as principais despesas realizadas por natureza de despesa e por unidade gestora, e ainda, o quadro demonstrativo do montante inscrito em restos a pagar:

Unidade Gestora	Despesa Empenhada		Despesa inscrita em RAP não processados	
	Custeio	Capital	Custeio	Capital
1. Cuiabá	4.582.515,28	3.955.894,56	847.727,96	3.532.865,18
2. Cáceres	4.730.780,42	2.537.322,81	1.721.523,92	2.426.955,13
3. São Vicente	5.256.053,53	1.996.356,70	1.178.806,27	1.664.983,13
4. Confresa	1.561.234,02	1.631.983,50	672.120,08	1.578.569,93
5. Juína	1.346.039,49	1.611.969,31	310.886,67	1.571.718,59
6. Bela Vista	1.275.055,28	1.665.477,47	280.750,77	1.565.580,27
7. Campo Novo do Parecis	2.092.346,54	1.448.167,00	248.603,75	1.103.837,51
8. Pontes e Lacerda	989.370,69	1.114.263,89	288.157,11	1.013.591,73
9. Barra do Garças	847.513,37	661.920,94	407.804,87	624.903,86
10. Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso **	4.983.283,91	960.865,70	877.443,80	576.531,18
11. Rondonópolis	917.480,49	503.702,42	276.641,98	385.240,00
Subtotal	28.581.673,02	18.087.924,30	7.110.467,18	16.044.776,51
Total	46.669.597,32		23.155.243,69	

Fonte: SIAFI Gerencial e Proad

** Algumas despesas dos Campi foram executadas pela Reitoria.

No quadro acima percebe-se que dos R\$ 46 milhões empenhados, 61,24% foram gastos com custeio e 38,76% com capital. Porém do montante dos créditos orçamentários de capital empenhados, 69,29% ficaram inscritos em restos a pagar não processados, sendo que desse RAP, R\$ 9.361.496,81 referem-se a aquisição de materiais permanentes (equipamentos, mobiliários, veículos e outros) e R\$ 6.683.279,70 referem-se as contratações de obras e serviços de engenharia.

O restante (30,71%) das despesas inscritas em RAP não processados, referem-se as despesas de custeio, sendo que a maior parte dessas despesas referem-se as contratações de serviços de pessoa jurídica (ND 339039: R\$ 2.723.875,90), serviços terceirizados (ND 339037: R\$ 1.323.371,33), aquisições de materiais de consumo (ND 339030: R\$ 2.490.015,67).

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial, PROAD e Campi

Tabela LXVIII – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 2994)

Identificação da Ação	
Código	2031.2994.00051
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional
Iniciativa	-

Unidade Responsável	Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Executores: 158144- Reitoria 158333-Campus Cuiabá 158334-Campus Cáceres 158335-Campus São Vicente 158492-Campus Campo Novo do Parecis 158493-Campus Juína 158494-Campus Bela Vista 158495-Campus Pontes e Lacerda 158496-Campus Confresa 158497-Campus Barra do Garças 158498-Campus Rondonópolis

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.345.108,00	4.145.108,00	3.824.336,84	2.479.173,36	32.861,84	1.345.163,48	2.446.311,52

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	Unidade	3.509	5.583	3.824.336,84	2.479.173,36

Análise Crítica

Com o intuito de propor políticas públicas que possibilitem a oferta de condições para a permanência e melhoria do desempenho escolar dos alunos da Instituição, no exercício de 2012 houve um aumento na dotação orçamentária para o custeio dessa ação orçamentária em relação ao exercício anterior.

Cabe salientar que esse incremento só foi possível, a partir dos incentivos e garantias oferecidas pelo Ministério da Educação, ao destinar mais recursos para essa ação orçamentária. Assim, com os investimentos realizados pelo MEC, o IFMT conseguiu ampliar seu poder de atuação no Programa de Assistência Estudantil.

Esses incentivos foram essenciais para a diminuição na evasão escolar, bem como, o desenvolvimento de ações assistenciais e de promoção do conhecimento por meio da extensão, pesquisa e inovação.

Assim, a Instituição teve condições de conceder algumas bolsas auxílio para os alunos, principalmente para os alunos mais carentes, e ainda, outras bolsas de incentivo, tais como: Bolsa Alimentação, Bolsa Artes, Bolsa PROIC, Bolsa Extensão e outros. Da mesma forma, esses recursos também puderam ser destinados à ajuda de custo aos alunos que necessitam realizar viagens e/ou visitas técnicas, para aprimoramento das atividades educacionais.

Porém, a execução orçamentária somente aumentou em 6,54% em razão da dificuldade operacionais e nos atrasos na execução das políticas assistenciais, conforme demonstramos na tabela abaixo:

Exercício	Índice atingido	Despesa Empenhada
2010	2.336	653.345,31
2011	6.586	3.589.562,48
2012	5.583	3.824.336,84
%	- 15,22%	6,54%

Consequentemente em razão dos problemas institucionais, apesar do IFMT ter alcançado as metas físicas previstas para o exercício de 2012, houve a diminuição de 15,22% em relação ao ano anterior, quando o IFMT conseguiu atender aproximadamente 4.806 alunos, conforme demonstramos no quadro abaixo:

Campus	2011		2012		Situação da meta
	Meta Física	Meta Executada	Meta Física	Meta Executada	
Barra do Garças	0	3	50	110	Atingida
Bela Vista	170	264	200	Não informado	Insuficiente
Cáceres	222	974	110	777	Atingida
Campo Novo do Parecis	150	94	150	Não informado	Insuficiente
Confresa	60	118	150	118	Parcial
Cuiabá	900	1.235	750	950	Atingida
Juína	40	178	120	363	Atingida
Pontes e Lacerda	300	600	200	200	Atingida
Reitoria	1500	1.540	1300	1300	Atingida

Rondonópolis	0	139	171	232	Atingida
São Vicente	254	1.438	273	1.520	Atingida
Sorriso	0	3	35	13	Parcial
TOTAL	3596	6.586	3509	5.583	

Posição em 31.12.2012

Fonte: Relatórios de Gestão dos Campi.

Legenda: Parcial: mais de 50% da meta atingida; Insuficiente: menos de 50% da meta atingida; Atingida: atingiu 100% ou mais da meta física estabelecida.

No que tange a eficiência orçamentária o IFMT registrou um aumento de 14,42% em relação ao exercício anterior, conforme demonstramos nos quadros a seguir:

2011					
Unidade Gestora	Dotação A	Despesas Empenhadas B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
Reitoria/ Rondonópolis/ Barra do Garças/ Sorriso	2.342.747,00	129.708,75	24.669,18	16.701,80	105.039,57
Pontes e Lacerda	202.474,00	100.626,12	63.643,42	63.643,42	36.982,70
Bela Vista	197.681,00	187.780,88	117.639,77	113.189,15	70.141,11
Juína	76.583,00	335.283,00	72.451,10	72.451,10	262.831,90
Confresa	159.048,00	365.505,18	94.104,13	94.104,13	271.401,05
Cuiabá	990.243,00	850.843,08	549.356,94	549.356,94	301.486,14
São Vicente	276.827,00	442.631,45	298.741,98	280.414,98	143.889,47
Campo Novo do Parecis	247.588,00	353.563,12	87.869,28	86.755,88	265.693,74
Cáceres	384.301,00	823.621,00	468.300,00	457.700,00	355.321,00
Total	4.877.492,00	3.589.562,58	1.776.775,8	1.734.317,4	1.812.786,68
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					50,50 %
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					73,59 %
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					48,31 %
% Entre despesa empenhada e despesa liquidada (B e C)					49,49 %

Fonte: SIAFI Gerencial

2012					
Unidade Gestora	Dotação A	Despesas Empenhadas B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
Reitoria/ Sorriso	851.960,00	130.624,48	68.804,48	68.804,48	61.820,00
Barra do Garças	60.195,20	75.092,70	50.146,60	37.229,40	37.863,10
Rondonópolis	86.290,30	98.309,94	61.209,94	55.609,94	42.700,00
Pontes e Lacerda	242.991,70	176.005,20	123.567,50	123.485,00	52.520,20
Bela Vista	412.232,97	312.674,59	220.873,76	215.273,76	97.400,83
Juína	188.809,13	424.177,74	202.591,29	202.591,29	221.586,45
Confresa	239.306,17	221.396,00	101.164,00	95.924,00	125.472,00
Cuiabá	1.083.573,70	1.207.601,10	872.601,99	872.601,99	334.999,11
São Vicente	406.666,04	422.865,82	199.308,38	199.308,38	223.557,44
Campo Novo do Parecis	229.379,43	258.200,21	108.318,12	104.895,98	153.304,23
Cáceres	500.460,90	497.389,26	470.587,30	470.587,30	26.801,96
Total	4.345.108,00	3.824.337,04	2.479.173,36	2.446.311,52	1.378.025,32
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					36,03 %
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					88,01 %
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					63,96 %
% Entre despesa empenhada e despesa liquidada (B e C)					64,82 %

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs. *: Alguns Campi executaram mais que a sua dotação inicial, em razão dos repasses efetuados pela Reitoria para o atendimento das necessidades dos Campi, e dos Programas PROIC, PROEJA, Extensão e outros.

Da mesma forma, cabe registrar que a gestão financeira também obteve índices melhores que o alcançado no exercício de 2011 (49,49%) contra 64,82% do registrado no exercício de 2012, representando um aumento percentual de 15,33%.

Unidade Gestora	Eficiência Orçamentária (Dotação/Despesa empenhada)	Eficiência Financeira (Despesa empenhada/ liquidada)
Campo Novo do Parecis	112,56%	41,95%
Confresa	92,52%	45,69%
São Vicente	103,98%	47,13%
Juína	224,66%	47,76%
Reitoria/ Sorriso **	15,33%	52,67%

Rondonópolis	113,93%	62,26%
Barra do Garças	124,75%	66,78%
Pontes e Lacerda	72,43%	70,21%
Bela Vista	75,85%	70,64%
Cuiabá	111,45%	72,26%
Cáceres	99,39%	94,61%
Total	88,01%	64,83%

Fonte: SIAFI Gerencial

* A eficiência orçamentária da Reitoria foi menor, em razão que a contingência de 10% do custeio do IFMT ficou concentrada na unidade gestora da Reitoria.

** Algumas despesas dos Campi são executadas pela Reitoria.

Do montante inscrito em restos a pagar R\$ 642.556,03 referem-se aos empenhos realizados para as bolsas assistenciais e aos projetos de pesquisa e extensão. Ou seja, 46,63% do montante de R\$ 1.378.025,32 foram inscritos exclusivamente para atender essa demanda. Os outros 53,37% estão distribuídos na aquisição de materiais de consumo e contratação de pessoa jurídica, para atendimento dos projetos e dos programas de assistência, bem como do seguro escolar.

Apesar da Instituição ter conseguido atingir a sua meta física, o IFMT deparou com diversas dificuldades na execução dessa ação orçamentária tais como:

- Diversidades e dificuldades regionais;
- Ausência e/ou insuficiência de projetos;
- Atrasos nas execuções do programas assistenciais;
- Atraso nas conclusões do editais de seleção dos projetos de pesquisa aplicada;
- Atraso/interrupção no calendário escolar em decorrência do movimento grevista;
- Ausência e/ou insuficiência de assistentes sociais e psicólogos no quadro efetivo do IFMT; e
- Outros.

No que tange a dotação orçamentária do IFMT, houve redução na dotação (R\$ 200,00) em virtude do remanejamento de créditos dos créditos dessa ação para a ação 2031.20RL.00051 – Funcionamento da Educação Profissional.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial, PROAD, PROEN e Campi

Tabela LXIX – Ações vinculadas à Unidade Jurisdicionada (Ação 20RG)

Identificação da Ação						
Código	2031.20RG.00051					
Descrição	Expansão e reestruturação da rede federal					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Executores: 158144- Reitoria 158334-Campus Cáceres 158335-Campus São Vicente					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.900.000,00	14.700.125,00	10.233.025,88	97.689,29	838,90	10.135.336,59	96.850,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga disponibilizada	Unidade	126	140	10.233.025,88	97.689,29
Análise Crítica						
No que tange a dotação orçamentária do IFMT, houve incremento na dotação (R\$ 800.125,00) em virtude da liberação do superávit do exercício anterior, conforme demonstramos a seguir:						

Descrição	Dotação inicial	Suplementação	Dotação Final	Valor Arrecadado	Cota-limite para empenho liberada pelo MEC	Valor Empenhado
Superávit exercício anterior – Fonte 312	0	800.125,00	800.125,00	0	0	0

Fonte: PLOA e SIAFI Gerencial

Apesar da liberação da dotação orçamentária relativo ao superávit do exercício de 2011, não foi possível a sua execução, em razão que o Ministério da Educação não efetuou a liberação da cota-limite para empenho.

Da mesma forma, do montante de R\$ 14 milhões, R\$ 3.100.000,00 referem-se as três emendas parlamentares (uma de custeio e duas de capital), no entanto, somente a emenda de custeio foi liberada pelo Ministério da Educação para o Campus São Vicente.

Esta ação orçamentária visa atender o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, especificamente na implantação dos campi Sorriso, Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste.

No entanto, em decorrência no atrasos das ações gerenciais da alta gestão, não foi possível efetivar a execução orçamentária dos créditos destinados à implantação dos Campi Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste.

Sendo assim, das cotas-limites liberadas, as mesmas foram utilizadas para a construção do Campus Sorriso, e ainda, para atendimento das necessidades da Educação a Distância e dos Campi São Vicente e Cáceres, conforme demonstramos a seguir:

2012					
Unidade Gestora	Dotação A	Despesas Empenhadas B	Despesas Liquidadas C	Valores Pagos D	Insc. Em RAP E
Reitoria/ Sorriso	13.900.000,00	7.919.174,89	0	0	7.919.174,89
Reitoria/ EAD		918.000,00	0	0	918.000,00
Campus São Vicente		896.000,00	97.689,29	96.850,39	799.149,61
Campus Cáceres		499.850,99	0	0	499.850,99
Total	13.900.000,00	10.233.025,88	97.689,29	96.850,39	10.136.175,49
% Entre despesas empenhadas e inscrições em RAP (B e E)					99,05%
% Entre dotação inicial e despesas empenhadas (A e B)					73,61%
% Entre despesas empenhadas e despesas pagas (B e D)					0,94%
% Entre despesa empenhada e despesa liquidada (B e C)					0,95%

Fonte: SIAFI Gerencial

No que tange a meta física, o IFMT a alcançou, no entanto, as 140 (cento e quarenta) vagas ofertadas, referem-se somente ao Campus Sorriso, pois em razão da dificuldade na abertura dos campi Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste, não foram abertos processos seletivos para esses campi.

Curso Ofertado	Vagas
Tecnologia em Gestão Ambiental	35
Tecnologia em Produção de Grão	35
Técnico em alimentos	70
Subtotal	140
Projeto Mulheres Mil	50

Fonte: SISTEC

Apesar do IFMT ter alcançado a sua meta física e o índice sobre a gestão orçamentária (73,61%), houve dificuldade no alcance do índice financeiro, haja vista, as contratações somente foram concretizadas no final do exercício.

Da mesma forma, os créditos dessa ação foram aplicados principalmente na contratação dos serviços de engenharia, cuja execução é demorada e realizada conforme cronograma físico.

As principais dificuldades do IFMT na execução dessa ação orçamentária tais como:

- Indefinição da alta gestão sobre o processo de implantação;
- Atrasos na elaboração dos projetos de engenharia;
- Atrasos no processo de doação dos imóveis, e
- Outros.

Fonte: SIMEC, LOA 2012, SIAFI Gerencial, PRODIN.

No dia 27 de dezembro de 2012, por meio da Medida Provisória n. 598 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso foi contemplado com a abertura dos créditos extraordinários de R\$ 10.668.938,00, distribuídos da seguinte forma:

Tabela LXX- Créditos Extraordinários

Ação	Descrição	GND	Fonte	Valor
2031.20RG.0101	Expansão e Reestruturação da Rede Federal	4	112	4.898.888,00
2031.20RL.0101	Funcionamento das Instituições Federais	4	112	5.414.639,00
		4	250	255.411,00
2031.6380.0101	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	4	112	100.000,00
Total				10.668.938,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Apesar da liberação da dotação orçamentária, os créditos orçamentários não puderam ser executados em razão, que o prazo para emissão das notas de empenhos já haviam sido encerrado e não havia tempo hábil para execução.

A seguir apresentamos de forma resumido o cenário orçamentário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso:

Tabela LXXI. Dotação Orçamentária 2012

Ação	Dotação Inicial A	Créditos Suplementares B	Créditos Cancelados/ Remanejados C	Dotação Final D	Créditos Bloqueados/ Não Liberados E	Despesa Empenhada F	Crédito não utilizado G = D - E - F
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.676.999,00	18.033.000,00	0	19.709.999,00	0	18.831.817,99	878.181,00
0005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	11.539,00	0	0	11.539,00	0	11.539,00	0
00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	104.899,00	0	7.210,00	97.689,00	0	97.688,00	0
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	9.333.310,00	7.260.000,00	0	16.593.310,00	0	14.138.314,38	2.454.995,92
001D- Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF	67.776,00	0	0	67.776,00	0	67.775,00	1,00
2004- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	1.836.000,00	155.099,00	0	1.991.099,00	0	1.986.966,32	4.132,68
20CW- Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	86.131,00	0	86.131,00	0	0	0	0
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	168.000,00	46.099,00	0	214.099,00	0	209.725,02	4.373,98
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.200.000,00	0	0	1.200.000,00	0	1.157.202,22	42.797,78
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.840.000,00	956.470,00	0	4.796.470,00	0	4.764.456,27	32.013,73
20TP - Pagamento de pessoal ativo	64.163.705,00	21.300.000,00	0	85.463.705,00	0	83.789.323,35	1.674.381,65
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e	1.289.590,00	500.573,00	0	1.790.163,00	128.959,00	1.150.552,82	510.651,18

Requalificação							
20RL - Funcionamento da Educação Profissional	50.030.508,00	8.844.389	0	58.874.897	11.967.457,49	46.669.597,32	237.842,19
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	4.345.108,00	0	200.000,00	4.145.108,00	0	3.824.336,84	320.771,16
20RG - Expansão e reestruturação da rede federal	13.900.000,00	5.699.013,00	0	19.599.013,00	8.799.013,00	10.233.025,88	566.974,12
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educ. Prof.	0	100.000,00	0	100.000,00	100.000,00	0	0
Total	152.053.565,00	62.894.643,00	293.341,00	214.654.867,00	20.995.429,49	186.932.320,41	6.727.116,39

Fonte: SIAFI Gerencial

Apesar do orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso ter aumentado aproximadamente 28,43% em relação a dotação inicial com a final, efetivamente o aumento na dotação orçamentária foi de 15,60%, haja vista que R\$ 186.932.321,34 dos créditos orçamentários não foram liberados ou estiveram bloqueados/contingenciados pelos órgãos superiores.

Assim do montante disponível para o IFMT, foram empenhados aproximadamente R\$ 187 milhões, e não puderam ser executados R\$ 6 milhões, sendo que destes a maior parte refere-se ao montante destinado ao pagamento do pessoal ativo e das contribuições previdenciárias.

Do recurso destinado a educação profissional, deixaram de ser executados pelo IFMT, somente o montante de R\$ 1.636.238,65, sendo que a maior parte refere-se aos créditos destinados a Expansão e Reestruturação e a Capacitação de Servidores, cujas justificativas foram apresentados neste relatório:

Tabela LXXII. Créditos Orçamentários não executados

Descrição	Valor não executado pelo IFMT
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	510.651,18
20RL - Funcionamento da Educação Profissional	237.842,19
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	320.771,16
20RG - Expansão e reestruturação da rede federal	566.974,12
Total	1.636.238,65

Fonte: SIAFI Gerencial

7.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

Todas as informações contidas nas tabelas a seguir foram consolidadas por Órgão, haja vista, que não foi possível extrair os dados por Campi/Unidades Gestoras no SIAFI Gerencial.

Tabela LXXIII- Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Reitoria	26414	158144
Campus Cuiabá		158333
Campus Cáceres		158334
Campus São Vicente		158335
Campus Campo Novo do Parecis		158492
Campus Juína		158493
Campus Bela Vista		158494
Campus Pontes e Lacerda		158495
Campus Confresa		158496
Campus Barra do Garças		158497
Campus Rondonópolis		158498

Fonte: IFMT

7.3.1 Programação de despesas

7.3.1.1 Programação de despesas correntes

Tabela LXXIV. Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	*	*	-	-	38.674.068,00	39.650.640,00	
	PLOA	97.513.583,00	77.457.789,00	-	-	38.674.068,00	39.650.640,00	
	LOA	97.513.583,00	77.457.789,00	-	-	39.074.068,00**	45.626.694,00**	
CRÉDITOS	Suplementares	31.500.000,00	23.532.963,00	-	-	3.649.747,00***	1.036.000,00	
	Especiais	Abertos		0	-	-	0	0
		Reabertos		0	-	-	0	0
	Extraordinários	Abertos		0	-	-	0	0
		Reabertos		0	-	-	0	0
	Créditos Cancelados	-86.131,00	-86.000,00	-	-	0	0	
Remanejados ****	0	0			-1.360.120,00	-3.749.776,00		
Outras Operações		0	0	-	-	0	0	
Total		128.927.452,00	100.904.752,00	-	-	41.363.695,00	46.662.694,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

* O IFMT não é o responsável pela propositura da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais.

** Acréscimo oriundo de emendas parlamentares

*** Suplementação referente a arrecadação própria (R\$ 360 mil) e superávit do exercício anterior (R\$ 3.289.747,00)

**** Refere-se aos créditos remanejados de custeio para capital.

Na tabela acima, percebe-se que os maiores incrementos na programação da despesas da Instituição estão atreladas a área de pessoal e encargos sociais, o qual houve um aumento de 27,77% em relação ao exercício de 2011. Esse aumento na programação de despesas com pessoal e

encargos sociais, se deve, ao aumento no número de servidores, bem como nas progressões funcionais registradas e os aumentos e reajustes concedidos aos servidores.

Em relação as outras despesas correntes, percebemos um decréscimo de aproximadamente 11,35% em relação ao ano anterior. A diminuição nos créditos correntes se deve ao fato que no exercício de 2011 o IFMT recebeu o aporte direto na Lei Orçamentária Anual do Ministério da Educação, para cumprimento do Termo de Metas.

Já no exercício de 2012, os créditos das outras despesas correntes foram consubstanciados com base somente no número de alunos matriculados e nos itens de incentivo da Matriz CONIF.

7.3.1.2 Programação de Despesas de Capital

Tabela LXXV. Programação de despesas de capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	27.828.913,00	24.910.954,00	-	--	-	-	
	PLOA	27.828.913,00	24.910.954,00	-	-	-	-	
	LOA *	30.528.913,00	27.402.988,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares **	1.786.070,00	3.749.776,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	0	0	-	-	-	-
		Reabertos	0	0	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	10.668.938,00	0	-	-	-	-
		Reabertos	0	0	-	-	-	-
	Créditos Cancelados (-)	0	0	-	-	-	-	
	Remanejamento (-)	0	0	-	-	-	-	
Outras Operações	0	0	-	-	-	-		
Total		42.983.921,00	31.152.764,00	-	-	-	-	

Fonte: Siafi Gerencial

* Acréscimo decorrente de emendas parlamentares

** Créditos remanejados de custeio para capital (R\$ 1.160.120,00) e superávit do exercício anterior (R\$ 625.950,00)

Em relação ao exercício anterior, o IFMT registrou em 2012, o aumento de aproximadamente 2,31% da sua programação de despesas de capital, decorrentes dos seguintes fatores:

- Aumento na dotação orçamentária do Instituto, em razão do incremento no número de alunos matriculados;
- Planejamento estratégico relativo a melhoria na infraestrutura física dos campi (obras, equipamentos, veículos, mobiliários, acervo bibliográficos e outros);
- Emendas parlamentares;
- Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (Campus Sorriso, Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste);

7.3.1.3 Créditos Adicionais

Considerando o regime de contingenciamento desde o exercício de 2011 e ainda, as paralisações decorrentes do movimento grevista ocorrido no exercício de 2011 e 2012, o IFMT promoveu o remanejamento de alguns créditos, de modo a atender as necessidades da Instituição, conforme detalhamento abaixo:

Tabela LXXVI. Remanejamento de Créditos 2012 (Créditos Adicionais)

Informações	De	Para
Reitoria		
PTRES	44813	44813
ND	449000	339000
Valor	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Campus Pontes e Lacerda		
PTRES	44813	44813
ND	339000	449000
Valor	R\$ 660.120,00	R\$ 660.120,00
Campus São Vicente		
PTRES	44813	44813
ND	339000	449000
Valor	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Fonte	112	112
TOTAL REMANEJADO DE CUSTEIO PARA CAPITAL		
PTRES		VALOR
44813		1.160.120,00

Fonte: PROAD

7.3.1.4 Superávit do exercício anterior

No exercício de 2012, foram suplementados R\$ 3.915.697,00 de dotação orçamentária relativo ao superávit do exercício de 2011, no entanto, os mesmos não puderam ser executados em razão que não houve a liberação da cota-limite de empenho por parte do Ministério da Educação.

A seguir apresentamos com detalhes o superávit:

Tabela LXXVII. Superávit do exercício anterior

PTRES	Fonte	ND	Valor
44811	312	339000	500.573,00
44812	312	339000	800.125,00
44813	312	339000	1.989.049,00
44813	312	449000	625.950,00
TOTAL			3.915.697,00

Fonte: SIAFI

7.3.1.5 Quadro Resumo da Programação de Despesas**Tabela LXXVIII. Resumo da Programação de Despesas e da reserva de contingência**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	38.674.068,00	39.650.640,00	27.828.913,00	24.910.954,00	-	-	
	PLOA	136.187.651,00	117.108.429,00	27.828.913,00	24.910.954,00	-	-	
	LOA	136.187.651,00	123.084.483,00	30.528.913,00	27.402.988,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	35.149.747,00	24.568.963,00	1.786.070,00	3.749.776,00	-	-	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	-	-
		Reabertos	0	0	0	0	-	-
	Extraordinários	Abertos	0	0	10.668.938,00	0	-	-
		Reabertos	0	0	0	0	-	-
	Créditos Cancelados (-)	86.131,00	86.000,00	0	0	-	-	
Remanejamento (-)	1.360.120,00	3.749.776,00	0	0	-	-		
Outras Operações		0	0	0	0	-	-	
Total		170.291.147,00	147.567.446,00	42.983.921,00	31.152.764,00	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

As suplementações ocorridas no exercício de 2012 se devem principalmente em razão das despesas com pessoal, principalmente em decorrência do:

- Aumento no número de servidores;
- Progressões realizadas (por capacitação, por tempo de serviços e etc);
- Aumento nas despesas com auxílio-alimentação e nos benefícios assistenciais, tais como assistência médica e odontológica e assistência pré-escolar;
- Aumento nas despesas com o regime de previdência dos servidores públicos;
- Aumento nas despesas com aposentadorias e pensionistas;
- Aumento no número de dedicação exclusiva – DE concedida ao professores;
- Aumento nas despesas com estagiários;

Os impactos das suplementações ocorridas estão ligados diretamente em nível de pessoal, porém cabe ressaltar que tal medida é essencial para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, principalmente no que tange a ampliação do número de vagas e cursos ofertados.

Em razão do aumento no número de servidores e nos acréscimos concedidos para tais benefícios, os créditos iniciais não eram suficientes para o pagamento da folha de pessoal da Instituição, dessa forma, houve a necessidade de solicitar créditos adicionais.

Em contrapartida, o aumento no número de servidores, alunos e infraestrutura física acarretaram também o aumento nas despesas básicas de manutenção, tais como: energia elétrica, água e esgoto, materiais de expediente, materiais pedagógicos, materiais de limpeza e outros.

No exercício de 2012, assim como nos anteriores, houve-se superávit na arrecadação o que possibilitou a solicitação de créditos adicionais na fonte 250 e 280. No entanto, infelizmente, nem todas as cotas limites para empenho foram liberadas pelos órgãos superiores à tempo do encerramento do exercício, o que impossibilitou e/ou prejudicou a execução dos créditos arrecadados nos últimos 2 meses ao encerramento do exercício. Da mesma forma, os problemas e os atrasos nos repasses financeiros prejudicaram os andamentos das atividades da Instituição, causando atrasos e desconfortos perante aos compromissos firmados com os fornecedores contratados pela administração.

Da mesma forma, há de se destacar que em 27 de dezembro de 2012, por meio da Medida Provisória n. 598 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso foi contemplado com a abertura dos créditos extraordinários de R\$ 10.668.938,00, para aplicação em investimentos. No entanto, em razão no atraso na liberação desses créditos extraordinários, o IFMT não pode utilizá-lo por falta de tempo hábil para a execução.

7.3.1.6 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela LXXIX. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (1, 2 e 3)

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158144	158333	12128210945720051		97.454,99
		158144	158334	12128210945720051		115.821,00
		158144	158335	12128210945720051		194.440,87
		158144	158492	12128210945720051		107.624,49
		158144	158493	12128210945720051		68.759,27
		158144	158494	12128210945720051		16.372,00
		158144	158495	12128210945720051		63.627,92
		158144	158496	12128210945720051		45.465,60
		158144	158498	12128210945720051		5.380,00
		158144	158335	12363203120RG0051		400.000,00
		158144	158333	12363203120RL0051		4.582.515,28
		158144	158334	12363203120RL0051		4.755.352,91
		158144	158335	12363203120RL0051		5.256.057,74
		158144	158492	12363203120RL0051		2.092.346,54
		158144	158493	12363203120RL0051		1.346.039,49
		158144	158494	12363203120RL0051		1.275.055,28
		158144	158495	12363203120RL0051		1.005.627,67
		158144	158496	12363203120RL0051		1.561.234,02
		158144	158497	12363203120RL0051		847.971,39
		158144	158498	12363203120RL0051		944.739,61
		158144	158333	12363203129940051		1.207.601,10
		158144	158334	12363203129940051		567.986,50
		158144	158335	12363203129940051		424.466,34
158144	158492	12363203129940051		258.200,21		
158144	158493	12363203129940051		424.177,74		

		158144	158494	12363203129940051			317.106,06
		158144	158495	12363203129940051			193.629,30
		158144	158496	12363203129940051			221.396,00
		158144	158497	12363203129940051			75.272,50
		158144	158498	12363203129940051			102.590,30
		158144	158334	12363203120RG0051			500.000,00
		158144	158335	12363203120RG0051			500.000,00
		158144	158334	12363203163800001			59.785,40
		158144	158335	12363203163800001			33.600,00
		158144	158493	12363203163800001			93.398,43
		158144	158494	12363203163800001			12.538,50
		158144	158496	12363203163800001			51.800,00
		158144	158335	12306203087440001			6.460,00
		158144	158333	12363203120RW0001			697.503,00
		158144	158334	12363203120RW0001			745.620,64
		158144	158493	12363203120RW0001			293.589,37
		158144	158494	12363203120RW0001			161.522,95
158144	158496	12363203120RW0001			136.832,85		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	158144	090049	28846090100050051	97.689,00		
		158144	090049	28846090100G50001	11.539,00		
		158144	154045	12363203120RL0051			1.038.702,00
	Recebidos	090032	158144	28846090100050051	97.689,00		
		090032	158144	28846090100G50001	11.539,00		
		150014	158144	12122210920RH0001	7.140,57		
		150014	158144	12363203163800001	276.309,98		
		154003	158144	12364203204870001	11000,07		
		154003	158144	12368203020RJ0001	323.179,81		
		153173	158144	12306203087440001	6.460,00		
		153173	158144	12363203120RW0001	2.170.935,16		
153173	158144	12363203182520001c	605.531,19				

Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela LXXX. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (4, 5 e 6)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158144	158333	12363203120RL0051	3.955.894,56		
		158144	158334	12363203120RL0051	2.538.633,97		
		158144	158335	12363203120RL0051	1.996.356,70		
		158144	158492	12363203120RL0051	1.448.167,00		
		158144	158493	12363203120RL0051	1.611.969,31		
		158144	158494	12363203120RL0051	1.665.477,47		
		158144	158495	12363203120RL0051	1.114.263,89		
		158144	158496	12363203120RL0051	1.631.983,50		
		158144	158497	12363203120RL0051	663.017,12		
		158144	158498	12363203120RL0051	504.109,74		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	158144	158334	12363203120RG0001	1.353.858,95		
		158144	158335	12363203120RG0001	1.221.791,09		
		158144	158492	12363203120RG0001	1.221.791,09		
		158144	158493	12363203120RG0001	789.108,09		
		158144	158494	12363203120RG0001	1.263.420,28		
		158144	158496	12363203120RG0001	795.344,70		
		158144	158498	12363203120RG0001	1.221.634,68		
		158144	158334	12363203163800001	4.567,00		
		158144	158493	12363203163800001	5.363,93		
		158144	158494	12571203240190001	150.000,00		
	Recebidos	150014	158144	12363203120RG0001	7.866.948,88		
		150014	158144	12363203163800001	9930,93		
		154003	158144	12571203240190001	150.000,00		
		153173	158144	12363203182520001	1.621.924,74		

Fonte: SIAFI Gerencial

As concessões efetuadas pela instituição tratam exclusivamente das movimentações dos créditos orçamentários inseridos na Unidade Gestora da Reitoria para a os Campi, haja vista, que as Unidades Gestoras dos Campi são executores, como a Reitoria.

Já dos créditos recebidos, temos a destacar que todas as descentralizações relativas aos Planos de Trabalho, Projetos e/ou Termo de Cooperação Técnica são direcionadas para a Unidade Gestora da Reitoria, a qual por sua vez, de acordo com o objeto de cada projeto reencaminha tais créditos para os Campi responsáveis pela sua execução.

Dessa forma, para complementar as tabelas acima, apresentamos a seguir, todas as descentralizações recebidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no exercício de 2012, bem como os valores executados e devolvidos.

Tabela LXXXI. Detalhamento dos créditos orçamentários recebidos por descentralização - 2012

Nº	PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.
11.	01	UAB 2º SEMESTRE DE 2010	FUCAPES	12368203020	149.325,20	0	0	149.325,20
12.	02	UAB 1º SEMESTRE DE 2011	FUCAPES	12368203020	381.650,24	136.795,00	64	244.855,24
13.	03	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS	SPO	12122210920	1340,35	1340,35	100	0
14.	04	PROEJA FIC VILA APARECIDA	SETEC	12363203163	139.000,00	17.852,40	88	121.147,60
15.	10	PROJETO MULHERES MIL BELA VISTA	SETEC	123632031638	81.542,00	12.538,50	85	69.003,50
16.	11	PROJETO MULHERES MIL CONFRESA	SETEC	123632031638	75.890,00	66.090,00	87	9.800,00
17.	12	PROJETO MULHERES MIL CÁCERES	SETEC	123632031638	65.890,00	45.500,00	68	20.390,00
18.	13	TERMO DE REFERENCIA A OFERTA DE CURSOS NA MOD. A DIST NO AMBITO DO SISTEMA UNIVERSO ABERTO DO BRASIL UAB	FUCAPES	12368203020	183.789,00	74.166,00	60	109.623,00
19.	14	FÓRUM MUNDIAL	SETEC	12363203163	58.000,00	0	0	58.000,00
20.	15	PROGRAMA UAB	FUCAPES	12368203020	196.377,52	125.712,04	78	70.665,48
21.	16	CONTRUÇÃO DE AMBIENTE TÍPICO DE AGROTÉCNICA CAMPUS CONFRESSA	SPO	12363203120	602.323,34	598.266,98	98	4.056,36
22.	17	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS SORISSO	SPO	123632031638	100.000,00	74.812,35	75	25.187,65

Nº	PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.
23.	18	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS PONTES e LACERDA	SPO	123632031638	100.000,00	0	0	100.000,00
24.	22	PRONATEC	FNDE	12363203120	4.896.000,00	2.725.062,84	44	2.170.937,16
25.	23	TERMO DE COOPERAÇÃO PROAP	FUCAPES	123642032048	22.000,00	11.000,07	50	10.999,93
26.	24	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-MERENDA	FNDE	123062030874	312.960,00	292.100,00	93	20.860,00
27.	25	CONSTR. LAVANDERIAS DOS ALOJAMENTOS F. e M CAMPUS CONFRESA	SPO	12363203120	197.077,72	197.077,72	100	0
28.	26	CONSTRUÇÃO BLOCOS DE SALA DE AULA CAMPUS JUÍNA	SPO	12363203120	869.253,46	789.108,09	91	80.145,37
29.	27	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO POLIESPORTIVO CAMPUS RONDONOPILIS	SPO	12363203120	1.221.791,09	1.221.634,68	99	156,41
30.	28	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE LABORATÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS CAMPUS BELA-VISTA	SPO	12364203220	1.263.420,28	1.263.420,28	100	0
31.	29	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS JUÍNA	SPO	123632031638	100.000,00	98.762,36	99	1237,64
32.	30	CONSTRUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO INTERNA CAMPUS PONTES E LACERDA	SPO	12363203120	958.370,00	0	0	958.370,00
33.	31	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA	SPO	12363203120	920.943,00	920.943,00	100	0
34.	32	CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIA CAMPUS CÁCERES	SPO	12363203120	432.915,95	432.915,95	100	0
35.	35	CONSTRUÇÃO DE ALOJAMENTOS CAMPUS SÃO VICENTE	SPO	12363203120	1.221.791,09	1.221.791,09	100	0
36.	36	CONSTRUÇÃO DE BLOCO EDUCACIONAL CAMPUS CUIABÁ	SPO	12363203120	1.221.791,09	0	0	1.221.791,09
37.	39	PRÓ-FUNCIONARIO E-TEC	SPO	123632031825	2.166.424,20	1.109.093,01	50	1.057.331,19
38.	40	TC PRÓ-EQUIPE 18/2012	FUCAPES	125712032401	150.000,00	100.000,00	100	0
39.	42	BOLSAS NUCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA CAMPUS SÃO	SPO	123632031638	33.600,00	33.600,00	100	0

Nº	PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.
		VICENTE						
40.	43	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	SPO	12122210920	6.238,80	6.238,80	100	0
TOTAL					18.129.704,33	11.575.821,51		6.503.882,82

Fonte: SIAFI e PROAD

Em 2012 foram abertos 43 processos de descentralização (PD), relativo ao encaminhamento de planos de trabalhos e termos de cooperação técnica para descentralização de recursos extra-orçamentários, no entanto, somente 40 processos foram contemplados pelos órgãos de fomento.

Há de se destacar que em comparação ao exercício anterior, 2012 aumentou em 42,86% na quantidade de termos de cooperações celebrados para recebimentos das descentralizações, da mesma forma registramos acréscimo no montante recebido e executado.

Todavia, em torno de 6,5 milhões de créditos orçamentários não puderam ser executados, em razão dos problemas operacionais e/ou atrasos na execução dos projetos, as quais podemos citar o PRONATEC, Edital de Reestruturação do MEC e o PROFUNCIONÁRIO, programas que tiveram maior impacto na não execução.

Tabela LXXXII. Créditos orçamentários recebidos por descentralização – 2011 e 2012

Exercício	Quantidade de Descentralizações	Valor Recebido por Descentralização	Valor Executado	Valor não utilizado/ Devolvido	% de Efetividade/ Execução
2011	28	10.068.361,71	9.436.649,13	631.712,58	93,72%
2012	40	18.129.704,33	11.575.821,51	6.503.882,82	68,85%
%	42,86%	80,07%	22,67%	929,56%	

Fonte: SIAFI e PROAD/DGCF

7.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

7.4.1 Execução da despesa com créditos originários

7.4.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação dos créditos originários

Tabela LXXXIII. Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Modalidade de Licitação	16.351.555,82	16.988.631,99	13.882.144,16	15.354.979,73	15.533.464,68	13.914.812,24
Convite	0	156.918,96	437.815,06	-	115.041,96	410.080,87
Tomada de Preços	231.257,88	1.837.997,26	1.235.639,93	82.158,12	1.757.046,99	1.234.435,16
Concorrência	87.429,48	289.778,83	1.418.152,55	87.429,48	289.778,83	1.415.749,60
Pregão	16.032.868,46	14.703.936,94	10.790.536,62	15.185.210,13	13.371.596,90	10.854.546,61
Concurso	-	-	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-	-	-
Contratações Diretas	6.061.579,19	4.506.023,72	3.754.165,84	5.902.288,27	4.196.178,65	3.510.041,24
Dispensa	4.957.374,67	3.794.997,47	3.153.633,06	4.808.866,95	3.524.280,27	2.960.280,24
Inexigibilidade	1.104.204,52	711.026,25	600.532,78	1.093.421,32	671.898,38	549.761,00
Regime de Execução Especial	73.327,02	51.286,58	69.000,88	73.327,02	51.286,58	69.000,88
Suprimento de Fundos	73.327,02	51.286,58	69.000,88	73.327,02	51.286,58	69.000,88
Pagamento de Pessoal	127.779.613,42	108.130.719,60	90.745.650,84	127.779.613,42	108.130.719,60	90.730.433,85
Pagamento em Folha	126.365.867,72	106.952.777,08	89.545.701,77	126.365.867,72	106.952.777,08	89.545.701,77
Diárias	1.413.745,70	1.177.942,52	1.199.949,07	1.413.745,70	1.177.942,52	1.184.732,08
Outros	2.840.016,30	4.576.716,66	3.065.264,18	2.809.368,46	327.2078,83	2.906.440,14
Totais	153.106.091,75	134.253.378,55	111.516.225,90	151.919.394,90	134.090.168,48	111.130.728,35

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: No somatório das despesas com diárias, foram consideradas as seguintes naturezas de despesas: 339014-14 (diárias pessoal civil) 339014-16 (diárias internacional), 339036-02 (diárias colaborador eventual) e 339092-14 (ressarcimento de diárias).

Na tabela acima, percebe-se que as maiores despesas estão relacionadas à área de pessoal, porém entre as modalidades de maior despesa, estão as aquelas realizadas por meio de pregão eletrônico. Quanto ao aumento nas despesas com dispensa de licitação, cabe ressaltar, que grande parte se deve ao aumento nas despesas com manutenção básica, tais como: energia, água e esgoto, correios, imprensa nacional e outros. Pois com o funcionamento de novos campi e ampliação da infraestrutura, conseqüentemente aumenta-se as despesas com água e esgoto, energia elétrica e outros.

Registramos ainda um aumento nas despesas com suprimento de fundos, em decorrência da ampliação no número de campi.

7.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Para o preenchimento dos quadros Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ considerados como referência os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2012 discriminados em ordem decrescente desse montante.

Tabela LXXXIV. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal		116.868.683,65	98.606.919,13	116.863.828,57	98.606.919,13	4.855,08	-	116.786.197,89	98.606.919,13
Nome 1º elemento de despesa 339111		79.453.619,38	65.860.898,41	79.453.619,38	65.860.898,41	-	-	79.453.619,38	65.860.898,41
Nome 2º elemento de despesa 339113		14.798.355,49	14.177.885,53	14.798.355,49	14.177.885,53	-	-	14.798.355,49	14.177.885,53
Nome 3º elemento de despesa 339101		14.247.851,10	12.743.233,50	14.247.851,10	12.743.233,50	-	-	14.247.851,10	12.743.233,50
Demais elementos do grupo		8.368.857,68	5.824.901,69	8.364.002,60	5.824.901,69	4.855,08	-	8.364.002,60	5.824.901,69
2 – Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes		43.122.389,51	37.280.035,38	34.276.746,07	27.096.044,47	8.845.643,44	10.183.990,91	33.425.373,65	25.902.118,47
Nome 1º elemento de despesa 339039		11.394.484,06	10.858.982,34	8.127.024,45	6.187.274,57	3.267.459,61	4.671.707,77	7.918.698,05	5.478.547,22
Nome 2º elemento de despesa 339037		8.837.770,38	6.447.241,98	7.514.399,05	5.355.463,12	1.323.371,33	1.091.778,86	7.219.461,37	5.187.695,82
Nome 3º elemento de despesa 339030		6.342.366,93	6.040.072,31	3.425.014,48	3.065.736,82	2.917.352,45	2.974.335,49	3.152.803,95	2.793.468,26
Demais elementos do grupo		16.547.768,14	13.933.738,75	15.210.308,09	12.487.569,96	1.337.460,05	1.446.168,79	15.134.410,28	12.442.407,17
Totais		159.991.073,16	135.886.954,51	151.140.574,64	125.702.963,60	8.850.498,52	10.183.990,91	150.211.571,54	124.509.037,60

Fonte: SIAFI Gerencial

7.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela LXXXV. Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos		27.924.950,18	30.087.379,23	2.043.147,79	6.087.844,92	25.881.802,39	24.284.225,91	1.707.823,36	5.497.580,64
1º elemento de despesa 449051		15.421.460,69	14.528.360,08	333.352,10	2.357.187,13	15.088.108,59	12.171.172,95	184.252,34	2.142.591,86
2º elemento de despesa 449052		12.478.273,49	15.187.862,45	1.698.925,69	3.710.344,19	10.779.347,80	11.477.518,26	1.512.701,02	3.354.988,78
3º elemento de despesa 449039		25.216,00	284.691,60	10.870,00	-	14.346,00	284.691,60	10.870,00	-
Demais elementos do grupo		-	86.465,10	-	20.313,60	-	350.843,10	-	-
5 – Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6 – Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
Totais		27.924.950,18	30.087.379,23	2.043.147,79	6.087.844,92	25.881.802,39	24.284.225,91	1.707.823,36	5.497.580,64

Fonte: SIAFI Gerencial

7.4.1.4 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

7.4.1.4.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Tabela LXXXVI. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011*	2012	2011*
Licitação	110.061,35	392.469,12	70.108,54	227.785,00
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	266.732,43	-	153.451,51
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	110.061,35	125.736,69	70.108,54	74.333,49
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	15.249,38	13.334,19	5.461,18	6.534,40
Dispensa	3.761,18	13.334,19	3.761,18	6.534,40
Inexigibilidade	11.488,20	-	1.700,00	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	147.708,80	2.792,72	147.637,80	2.792,77
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias**	147.708,80	2.792,72	147.637,80	2.792,72
Outras	275.263,61	328.435,86	218.160,54	277.926,70
Totais	548.283,14	737.031,89	441.368,06	515.038,82

Fonte: Siafi Gerencial

* Retificação dos dados constantes no relatório de gestão 2011.

**339014-14 / 339036-02 / 339093-14

7.4.1.4.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela LXXXVII. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3- Outras Despesas Correntes	3.400.556,78	1.125.436,72	547.193,19	461.025,01	2.853.363,59	496.212,84	441.363,06	526.197,18	
1º elemento de despesa 339048	1.788.006,80	-	107.129,33	-	1.680.877,47	-	61.722,00	-	
2º elemento de despesa 339039	583.941,69	284.740,31	5.660,68	37.258,80	578.281,01	247.481,51	5660,68	37.258,80	
3º elemento de despesa 339030	429.667,77	67.093,08	21.495,67	24.739,70	408.172,10	42.353,38	999,50	20.440,93	
Demais elementos do grupo	598.940,52	773.603,33	412.907,51	399.026,51	18.033,01	206.377,95	372.985,88	468.497,45	
Totais	3.400.556,78	1.125.436,72	547.193,19	461.025,01	2.853.363,59	496.212,84	441.363,06	526.197,18	

Fonte: SIAFI Gerencial

7.4.1.4.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela LXXXVIII. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 - Investimentos	9.648.804,55	1.691.301,50	1.089,95	276.006,88	9.647.714,60	1.415.294,62	-	157.040,51
1º elemento de despesa 449051	7.866.948,88	1.242.434,65	-	266.732,43	7.866.948,88	975.702,22	-	153.451,51
2º elemento de despesa 449052	1.781.855,67	448.866,85	1.089,95	9.274,45	1.780.765,72	439.592,40	-	3.589,00
3º elemento de despesa		-		-		-		-
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
5 - Inversões Financeiras	-	6.121.000,00	-	-	-	6.121.000,00	-	-
1º elemento de despesa 449061	-	6.121.000,00	-	-	-	6.121.000,00	-	-
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	9.648.804,55	7.812.301,50	1.089,95	276.006,88	9.647.714,60	7.536.294,62	-	157.040,51

Fonte: SIAFI Gerencial

Nas tabelas acima, percebe-se que o IFMT registrou em comparação com o exercício anterior um aumento nas despesas com pessoal, e nas despesas com custeio, houve um incremento nas despesas empenhadas relativo a natureza de despesa 339037 – Locação de Mão de Obra. Esses incrementos na despesa, se deve ao Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, na qual desde a sua instituição tem se ampliado a oferta de cursos e vagas na educação profissional e tecnológica.

Portanto, em razão dessa situação, conseqüentemente há necessidade da efetivação da contratação de mais profissionais, seja efetivos e/ou terceirizados. Da mesma forma, com a ampliação do espaço físico, tem se aumentado os gastos com energia elétrica, água, serviço de limpeza, asseio e conservação, telefonia e outros.

Na parte de investimento, registramos que no exercício de 2012 houve um aporte maior nas despesas empenhadas relativo a contratação dos serviços de engenharia, ou seja, a Instituição priorizou a realização de obras, reformas e ampliações de modo a atender a demanda educacional do Estado.

Nas despesas dos créditos recebidos por movimentação, destacamos que o maior aporte foi para o custeio das despesas com diárias e passagens, principalmente para o atendimento das despesas com a Universidade Aberta do Brasil, e a contratação de bens e serviços por meio do pregão eletrônico.

8 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

8.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não há nenhum passivo registrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00).

8.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela LXXXIX. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores – Em 2011

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	728.116,63	0,00	433.779,40	294.337,23
2008	2.131.411,09	43.125,25	116.315,80	1.971.970,04
2009	1.044.470,93	513.481,25	411.915,64	119.074,04
2010	18.843.340,23	1.552.203,25	15.039.686,83	2.251.450,15
TOTAL	22.747.338,88	2.108.809,75	16.001.697,67	4.636.831,46
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	142.983,57	858,99	123.165,48	18.959,10
2008	240.087,94	0	90.312,34	149.775,60
2009	201.914,38	1.950,00	158.601,49	41.362,89
2010	1.393.516,65	0	1.387.503,48	6.013,17
TOTAL	1.978.502,54	2.808,99	1.759.582,79	216.110,76
TOTAL GERAL	24.725.841,42	2.111.618,74	17.761.280,46	4.852.942,22

Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela XC. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores – Em 2012

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito/ Reinscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2007	18.959,10	17.996,98	0	962,12
2008	149.775,60	39.827,24	0	109.948,36
2009	41.503,52	36.687,88	140,63	4.675,01
2010	67.936,05	2.093,97	63.607,39	2.234,69
2011	2.006.183,02	65.982,06	1.913.078,04	27.122,92
TOTAL	2.284.357,29	162.588,13	1.976.826,06	144.943,10

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito/ Reinscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2007	294.337,23	291.469,57	0	2.867,66
2008	1.971.970,04	1.443.686,91	14.288,56	513.994,57
2009	118.933,41	29.761,74	61.725,04	27.446,63
2010	2.189.527,27	190.100,12	589.078,29	1.410.348,86
2011	42.384.231,55	6.753.434,80	28.050.081,33	7.580.715,42
TOTAL	46.958.999,50	8.708.453,14	28.715.173,22	9.535.373,14
TOTAL GERAL	49.243.356,79	8.871.041,27	30.691.999,28	9.680.316,24

Fonte: SIAFI Gerencial

No IFMT a execução orçamentária e financeira é descentralizada, em que cada Campus possui uma unidade executora e é responsável pela execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e administrativa.

Diante dessa situação, nas tabelas a seguir apresentamos a situação dos restos a pagar de cada unidade gestora. Lembrando que para os Campi em implantação a execução orçamentária e financeira é de responsabilidade da Reitoria, sendo assim, os restos a pagar na unidade gestora da Reitoria, estão distribuídas para os Campi de Barra do Garças e Rondonópolis (RAP 2010 e 2011) e Sorriso (RAP 2011).

Tabela XCI. Situação de restos a pagar processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora

Restos a Pagar Processados Por Unidade Gestora				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
CAMPUS CUIABÁ				
2007	18.959,10	17.996,98	0	962,12
2007	18.959,10	17.996,98	0	962,12
CAMPUS CUIABÁ				
2008	149.775,60	39.827,24	0	109.948,36
2008	149.775,60	39.827,24	0	109.948,36
CAMPUS CUIABÁ				
2009	41.503,52	36.687,88	140,63	4.675,01
2009	41.503,52	36.687,88	140,63	4.675,01
CAMPUS BELA VISTA				
2010	5.716,00	0	3.916,00	1.800,00
CAMPUS PONTES E LACERDA				
2010	10.264,58	0	10.264,58	0
CAMPUS JUÍNA				
2010	10.355,20	0	10.355,20	0
CAMPUS CÁCERES				
2010	9.596,14	0	9.460,50	135,54

CAMPUS CONFRESA				
2010	24.917,39	0	24.917,39	0
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS				
2010	443,55	0	144,40	299,15
CAMPUS CUIABÁ				
2010	5.655,69	2.093,97	3.561,72	0
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E RONDONÓPOLIS				
2010	987,50	0	987,50	0
2010	67.936,05	2.093,97	63.607,39	2.234,69
CAMPUS BELA VISTA				
2011	135.362,96	4.450,62	130.912,34	0
CAMPUS PONTES E LACERDA				
2011	36.901,77	0	38.816,27	85,50
CAMPUS JUÍNA				
2011	73.363,42	0	73.363,42	0
CAMPUS CÁCERES				
2011	364.810,36	8.500,00	347.831,23	8.479,13
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS				
2011	143.734,79	1.113,40	140.398,10	2.22,329
CAMPUS SÃO VICENTE				
2011	356.075,22	46.953,60	292.786,62	16.335,00
CAMPUS CONFRESA				
2011	87.851,95	0	87.851,95	0
CAMPUS RONDONÓPOLIS				
2011	18.006,12	0	18.006,12	0
CAMPUS CUIABÁ				
2011	785.111,99	0	785.111,99	0
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E SORRISO				
2011	4.964,44	4.964,44	0	0
2011	2.006.183,02	65.982,06	1.913.078,04	27.122,92
TOTAL	2.284.357,29	162.588,13	1.976.826,06	144.943,10

Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela XCII. Situação de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores por Unidade Gestora

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
CAMPUS CUIABÁ				
2007	291.469,57	291.469,57	0	0
CAMPUS SÃO VICENTE				
2007	2.867,66	0	0	2.867,66
2007	294.337,23	291.469,57	0	2.867,66

CAMPUS CUIABÁ				
2008	1.457.975,47	1.443.686,91	14.288,56	0
CAMPUS SÃO VICENTE				
2008	513.994,57	0	0	513.994,57
2008	1.971.970,04	1.443.686,91	14.288,56	513.994,57
CAMPUS CUIABÁ				
2009	64.053,14	29.734,58	6.871,93	27.446,63
CAMPUS SÃO VICENTE				
2009	54.880,27	27,16	54.853,11	0
2009	118.933,41	29.761,74	61.725,04	27.446,63
CAMPUS BELA VISTA				
2010	550.175,96	0	118.609,11	431.566,85
CAMPUS CONFRESA				
2010	101.548,38	13.955,43	87.592,95	0
CAMPUS JUÍNA				
2010	46.009,23	0	20.011,22	25.998,21
CAMPUS CÁCERES				
2010	433.879,53	8.847,20	56.429,10	368.603,23
CAMPUS CUIABÁ				
2010	710.792,66	101.767,94	108.499,30	500.525,42
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS				
2010	99.105,51	23.401,36	75.704,15	0
CAMPUS SÃO VICENTE				
2010	58.045,64	7.610,91	36.634,33	13.800,40
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E RONDONÓPOLIS				
2010	189.970,36	34.517,28	85.598,33	69.854,75
2010	2.189.527,27	190.100,12	589.078,29	1.410.348,86
CAMPUS BELA VISTA				
2011	4.677.224,42	31.120,84	3.063.454,51	1.582.649,07
CAMPUS CONFRESA				
2011	3.919.262,33	26.243,74	3.074.648,81	818.369,78
CAMPUS PONTES E LACERDA				
2011	2.637.456,95	8.502,50	1.748.646,71	880.307,74
CAMPUS JUÍNA				
2011	1.605.247,82	142.511,10	1.071.138,76	391.597,96
CAMPUS CÁCERES				
2011	3.542.660,63	3.778,56	2.932.682,96	606.199,11
CAMPUS CUIABÁ				
2011	8.023.655,04	220.573,07	6.745.650,77	1.057.431,20
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS				
2011	2.826.029,21	54.349,92	2.516.233,24	255.446,05

CAMPUS SÃO VICENTE				
2011	3.174.716,27	68.512,60	1.872.030,50	1.234.173,17
CAMPUS RONDONÓPOLIS				
2011	2.535.227,36	31.691,52	2.237.409,58	266.126,26
REITORIA/ CAMPUS BARRA DO GARÇAS E SORRISO				
2011	9.442.751,52	6.166.150,95	2.788.185,49	488.415,08
2011	42.384.231,55	6.753.434,80	28.050.081,33	7.580.715,42
TOTAL	46.958.999,50	8.708.453,14	28.715.173,22	9.535.373,14

Fonte: SIAFI Gerencial

Os montantes inscritos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, refere-se a execução das ex-autarquias. Sendo que grande parte refere-se as obras em andamento.

Em 2011 o IFMT possuía acumulado R\$ 24.725.841,42 de restos a pagar processados e não processados à pagar, porém por meio de um esforço coletivo, a Instituição conseguiu reduzir seus estoques de restos a pagar em R\$ 4.852.942,22, ou seja, 80,37% do seu montante. Sendo que a unidade executora que possui maior índice de eficiência na redução dos seus estoques de restos à pagar está o Campus Pontes e Lacerda, o qual conseguiu reduzir seus estoques em 97,87%.

Já em 2012 o IFMT registrou R\$ 49.243.356,89 em restos a pagar processados e não processados à pagar. Ou seja, a Instituição aumentou o volume de restos a pagar em 99,15% em comparação com o exercício anterior. Sendo que entre os montante inscrito e reinscrito que tiveram uma alta elevação está o restos a pagar não processados.

Tal aumento é decorrente do fato, que muitas contratações do exercício de 2011 somente foram realizadas no final do exercício e não puderam ser executadas no próprio exercício, sendo portanto, inscrito em restos a pagar não processados. Todavia, do montante de R\$ 42 milhões de 2011 a Instituição conseguiu diminuir o seu banco de restos a pagar no exercício de 2012, restando somente 17,88% para ser executado no exercício de 2013 e no cenário geral, 19,65%.

Em comparação com o exercício anterior a eficiência na gestão financeira do IFMT diminuiu, e isso se deve aos seguintes problemas ocorridos no exercício de 2011:

- Paralisação das atividades decorrente do movimento grevista;
- Atraso nos processos licitatórios;
- Atraso na definição das políticas institucionais;
- Falta de pessoal;
- Dificuldade e/ou problemas com a infraestrutura física, e outros.

Há de se destacar, que em 2011 o IFMT recebeu um aporte de créditos orçamentários maior que no exercício anterior, decorrente do Termo de Metas. Todavia, em razão dos atrasos na definições das políticas institucionais, a execução orçamentária e financeira ficou comprometida. Além disso, boa parte dos RAP's refere-se aos contratos de obras e serviços de engenharia.

Da mesma forma, conforme demonstramos a seguir, a Unidade Executora que possui maior montante em restos a pagar é o Campus Bela Vista, todavia, o Campus que apresentou o menor índice de eficiência financeira, foi o Campus São Vicente com apenas 57,18% de execução do restos a pagar.

Tabela XCIII. Saldo de Restos a Pagar para o exercício de 2013

Unidade Gestora	Total de RAP	RAP a Pagar em 2013*	% de Execução
Reitoria e Campi em implantação	9.638.673,82	558.269,83	94,20
Campus Campo Novo do Parecis	3.069.313,06	257.968,49	91,59
Campus Rondonópolis	2.553.233,48	266.126,26	89,57
Campus Cuiabá	11.548.951,78	1.700.988,74	85,27
Campus Confresa	4.133.580,05	818.369,78	80,20
Campus Cáceres	4.350.946,66	983.417,01	77,39
Campus Juína	1.734.975,67	417.596,17	75,93
Campus Pontes e Lacerda	2.684.623,30	880.393,24	67,20
Campus Bela Vista	5.368.479,34	2.016.015,92	62,44
Campus São Vicente	4.160.579,63	1.781.170,80	57,18
Total	49.243.356,79	9.680.316,24	80,34

Fonte: SIAFI Gerencial

* Exceto o que foi empenhado em 2012 e inscrito em restos a pagar em 2013

(Total de RP Processados e Não Processados – Cancelados – Pagos)

Na tabela abaixo demonstramos a situação financeira para o exercício de 2013, onde apresentamos os valores correspondentes aos restos a pagar processados e não processados dos exercícios anteriores a serem pagos em 2013, bem como o saldos dos empenhos de 2012 a liquidar, que serão inscritos em restos a pagar de 2013.

Tabela XCIV. Saldo dos empenhos a liquidar de 2012 a serem inscritos em RAP em 2013

Unidade Gestora	Saldo dos Empenhos a Liquidar 2012	RAP dos anos anteriores	Total de RAP a pagar em 2013	%
Reitoria e Campi em implantação	12.828.421,38	558.269,83	13.386.691,21	23,00%
Campus Cáceres	7.236.552,71	983.417,01	8.219.969,72	14,12%
Campus Cuiabá	5.430.131,55	1.700.988,74	7.131.120,29	12,25%
Campus São Vicente	5.294.098,21	1.781.170,80	7.075.269,01	12,16%
Campus Bela Vista	3.668.737,77	2.016.015,92	5.684.753,69	9,77%
Campus Confresa	3.395.435,41	818.369,78	4.213.805,19	7,24%
Campus Juína	3.282.564,47	417.596,17	3.700.160,64	6,36%
Campus Campo Novo do Parecis	2.892.326,65	257.968,49	3.150.295,14	5,41%
Campus Pontes e Lacerda	1.439.556,95	880.393,24	2.319.950,19	3,99%
Campus Rondonópolis	1.963.895,63	266.126,26	2.230.021,89	3,83%
Campus Barra do Garças	1.090.415,22	0	1.090.415,22	1,87%
Total	48.522.135,95	9.680.316,24	58.202.452,19	100%

Fonte: SIAFI Gerencial

Percebe-se que na tabela acima, o maior volume a ser executado está concentrado na Reitoria, porém isso se deve ao fato, que no exercício de 2012, estão os serviços de engenharia contratados para o Campus Sorriso, bem como outros investimentos realizados para a melhoria da infraestrutura da Reitoria, Educação a Distância, Programa PROFUNCIONÁRIO e os Campi em implantação.

Há de se destacar, que o valor de aproximadamente R\$ 58 milhões, estão inclusos os créditos orçamentários originários e os de movimentação (recebidos por meio de descentralizações do Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CAPES e outros). E que boa parte desses créditos de movimentação foram recebidos pela Instituição a partir do 2º semestre/12, dificultando ainda mais a execução financeira dentro do próprio exercício.

Tabela XCV. Detalhamento dos empenhos a liquidar de 2012 a serem inscritos em RAP em 2013

Unidade Gestora	Crédito Originário	Crédito de Movimentação/ Descentralização	Total
Reitoria e Campi em implantação	10.450.787,06	2.377.634,32	12.828.421,38
Campus Cáceres	5.072.720,72	2.163.831,99	7.236.552,71
Campus Cuiabá	4.769.844,55	660.287,00	5.430.131,55
Campus São Vicente	4.041.507,12	1.252.591,09	5.294.098,21
Campus Bela Vista	2.093.256,04	1.575.481,73	3.668.737,77
Campus Confresa	2.438.697,86	956.737,55	3.395.435,41
Campus Juína	2.108.170,65	1.174.393,82	3.282.564,47
Campus Campo Novo do Parecis	1.670.535,56	1.221.791,09	2.892.326,65
Campus Pontes e Lacerda	1.439.556,95	0	1.439.556,95
Campus Rondonópolis	742.260,95	1.221.634,68	1.963.895,63
Campus Barra do Garças	1.090.415,22	0	1.090.415,22
Total	35.917.752,68	12.604.383,27	48.522.135,95
%	74,02	25,98	100%

Fonte: SIAFI Gerencial

8.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

8.3.1 Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício.

Tabela XCVI. Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso									
CNPJ: 10.784.782/0001-50					UG/GESTÃO: 26414/158144				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	01/2012	UFMT	60.000,00	-	50.000,00	50.000,00	22/03/12	22/03/13	1
3	02/2012	UFMT	1.080.300,00*	-	993.702,00	993.702,00	05/03/12	05/10/12	4
					1.043.702,00	1.043.702,00			
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: PROAD

* Houve aditivo negativo.

8.3.1.1 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos últimos três exercícios

Tabela XCVII. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso						
CNPJ: 10.784.782/0001-50				UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	1	-	-	-	55.000,00	-

Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	1	2	-	600.000,00	1.043.702,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	655.000,00	1.043.702,00

Fonte: Campi

8.3.1.2 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

Tabela XCVIII. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					
CNPJ: 10.784.782/0001-50			UG/GESTÃO: 26414/158144		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	60.000,00	50.000,00	60.000,00	90%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	-	50.000,00	60.000,00	

Fonte: PROAD

Em 2012 foram celebrados dois termos de cooperação com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT, sendo o primeiro relativo a promoção do desenvolvimento e manutenção da Rede Pantaneira voltada para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Científico e Tecnológico da região metropolitana de Cuiabá – MT, e o segundo tem como objetivo oferecer suporte técnico para a realização do concurso público para provimento de cargos da carreira de professor do ensino básico, técnico e tecnológico e de técnico administrativo em educação para o IFMT.

As prestações de contas desses termos de cooperação, conforme condições estabelecidas no instrumento formalizado, caberá a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT efetuar-la quando da apresentação do Relatório de Gestão.

8.3.1.3 Informações sobre a prestação de contas dos créditos recebidos por meio de descentralização.

A seguir apresentamos as informações referentes as prestações de contas realizadas pelo IFMT e pendentes de atendimento, relativo aos créditos orçamentários recebidos por meio de descentralização de créditos.

Tabela XCIX. Demonstrativo de prestações de contas encaminhadas.

Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Recebidos		
	Contas Prestadas	Quantidade	Montante Recebido
	Contas Prestadas	Quantidade	6
		Montante Recebido	R\$ 2.256.623,70
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	24
		Montante Recebido	R\$ 15.873.080,63
2011	Contas Prestadas	Quantidade	12
		Montante Recebido	R\$ 624.102,93
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18
		Montante Recebido	R\$ 9.476.258,78
2010	Contas Prestadas	Quantidade	31
		Montante Recebido	R\$ 3.981.895,16

ANTERIORES A 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	7
		Montante Recebido	R\$ 1.308.598,78
	Contas Prestadas	Quantidade	31
		Montante Recebido	R\$ 3.981.895,16
Contas NÃO Prestadas	Quantidade	7	
	Montante Recebido	R\$ 1.308.598,78	

Fonte: PROAD/DCF

Tabela C. Prestações de contas realizadas e pendentes de atendimento dos créditos recebidos por meio de descentralização.

PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.	PREST. DE CONTA
01	UAB 2º SEMESTRE DE 2010	FUCAPES	12368203020	149.325,20	0	0	149.325,20	Não
02	UAB 1º SEMESTRE DE 2011	FUCAPES	12368203020	381.650,24	136.795,00	64	244.855,24	Não
03	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS	SPO	12122210920	1340,35	1340,35	100	0	SIM
04	PROEJA FIC VILA APARECIDA	SETEC	12363203163	139.000,00	17.852,40	88	121.147,60	Não
10	PROJETO MULHERES MIL BELA VISTA	SETEC	123632031638	81.542,00	12.538,50	85	69.003,50	Não
11	PROJETO MULHERES MIL CONFRESA	SETEC	123632031638	75.890,00	66.090,00	87	9.800,00	Não
12	PROJETO MULHERES MIL CÁCERES	SETEC	123632031638	65.890,00	45.500,00	68	20.390,00	Não
13	TERMO DE REFERENCIA A OFERTA DE CURSOS NA MOD. A DIST NO AMBITO DO SISTEMA UNIVERSO ABERTO DO BRASIL UAB	FUCAPES	12368203020	183.789,00	74.166,00	60	109.623,00	Não
14	FÓRUM MUNDIAL	SETEC	12363203163	58.000,00	0	0	58.000,00	SIM
15	PROGRAMA UAB	FUCAPES	12368203020	196.377,52	125.712,04	78	70.665,48	Não
16	CONTRUÇÃO DE AMBIENTE TÍPICO DE AGROTÉCNICA CAMPUS CONFRESSA	SPO	12363203120	602.323,34	598.266,98	98	4.056,36	Não
17	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS SORISSO	SPO	123632031638	100.000,00	74.812,35	75	25.187,65	Não
18	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS PONTES e LACERDA	SPO	123632031638	100.000,00	0	0	100.000,00	SIM

PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.	PREST. DE CONTA
22	PRONATEC	FNDE	12363203120	4.896.000,00	2.725.062,84	44	2.170.937,16	Não
23	TERMO DE COOPERAÇÃO PROAP	FUCAPES	123642032048	22.000,00	11.000,07	50	10.999,93	Não
24	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-MERENDA	FNDE	123062030874	312.960,00	292.100,00	93	20.860,00	Não
25	CONSTR. LAVANDERIAS DOS ALOJAMENTOS F. e M CAMPUS CONFRESA	SPO	12363203120	197.077,72	197.077,72	100	0	Não
26	CONSTRUÇÃO BLOCOS DE SALA DE AULA CAMPUS JUÍNA	SPO	12363203120	869.253,46	789.108,09	91	80.145,37	SIM
27	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO POLIESPORTIVO CAMPUS RONDONOPILIS	SPO	12363203120	1.221.791,09	1.221.634,68	99	156,41	SIM
28	CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE LABORATÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS CAMPUS BELA-VISTA	SPO	12364203220	1.263.420,28	1.263.420,28	100	0	Não
29	PROGRAMA MULHERES MIL CAMPUS JUINA	SPO	123632031638	100.000,00	98.762,36	99	1237,64	Não
30	CONSTRUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO INTERNA CAMPUS PONTES E LACERDA	SPO	12363203120	958.370,00	0	0	958.370,00	Não
31	CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA	SPO	12363203120	920.943,00	920.943,00	100	0	Não
32	CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIA CAMPUS CÁCERES	SPO	12363203120	432.915,95	432.915,95	100	0	Não
35	CONSTRUÇÃO DE ALOJAMENTOS CAMPUS SÃO VICENTE	SPO	12363203120	1.221.791,09	1.221.791,09	100	0	Não
36	CONSTRUÇÃO DE BLOCO EDUCACIONAL CAMPUS CUIABÁ	SPO	12363203120	1.221.791,09	0	0	1.221.791,09	Não
39	PRÓ-FUNCIONARIO E-TEC	SPO	123632031825	2.166.424,20	1.109.093,01	50	1.057.331,19	Não
40	TC PRÓ-EQUIPE 18/2012	FUCAPES	125712032401	150.000,00	100.000,00	100	0	Não
42	BOLSAS NUCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA CAMPUS SÃO VICENTE	SPO	123632031638	33.600,00	33.600,00	100	0	Não

PD	OBJETO	ORGÃO	AÇÃO	VL.REC.	VL.EXEC.	%	VL. DEVOL.	PREST. DE CONTA
43	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	SPO	12122210920	6.238,80	6.238,80	100	0	Sim
TOTAL				18.129.704,33	11.575.821,51		6.503.882,82	

Fonte: PROAD/DGCF

Lembramos que algumas prestações de contas não foram efetivadas, em razão, que o projeto ainda continua em andamento, e que após a sua conclusão, a mesma será efetivamente finalizada e encaminhada ao órgão descentralizador.

8.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

8.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, utiliza suprimentos de fundos somente por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPCF.

As despesas realizadas por meio do CPCF são de natureza emergenciais e eventuais, sendo utilizado principalmente para atender na maior parte as despesas e imprevistos ocorridos nas viagens e visitas técnicas dos alunos nas atividades pedagógicas realizadas no âmbito externo, e/ou alguma outra despesa que devido ao caráter emergencial ou imprevisto não possa ser realizado por meio das outras modalidades de contratação.

Tabela CI. Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos no exercício de 2012.

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
158144	Reitoria	-	-	791,98	791,98
158495	Campus Pontes e Lacerda	-	-	4.391,78	4.391,78
158335	Campus São Vicente	-	-	24.460,09	24.460,09
158333	Campus Cuiabá	-	1.359,40	32.477,95	33.837,35
158334	Campus Cáceres	-	-	3.094,63	3.094,63
158494	Campus Bela Vista	-	Não informou	Não informou	4.892,82
158492	Campus Campo Novo do Parecis	-	Não informou	Não informou	1.858,37
158498	Campus Rondonópolis	-	-	-	-
158497	Campus Barra do Garças	-	-	-	-
158493	Campus Juína	-	-	-	-
158496	Campus Confresa	-	-	-	-
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			1.359,40	71.967,62	73.327,02

Fonte: SIAFI Gerencial, PROAD e Campi

8.4.2 Despesas com cartão de crédito corporativo por portador

Tabela CII. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG:	158495 – Campus Pontes e Lacerda		Limite de Utilização da UG:	15.000,00	
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Isabel Cristina Silva	912.413.081-87	3.500,00	-	2.167,25	2.167,25
Cristina Massae Nakamura	667.150.671-04	14.460,00	-	1.562,05	1.562,05
Leonam Lauro Nunes da Silva	831.100.971-68	800,00	-	662,48	662,48
Total Utilizado		18.760,00		4.391,78	4.391,78
Código da UG:	158144 – Reitoria		Limite de Utilização	50.000	

			da UG:		
Michelle E. Hayakawa	859.349.761-68	2.000,00	-	791,98	791,98
Total Utilizado				791,98	791,98
Código da UG:	158335 – Campus São Vicente		Limite de Utilização da UG:	130.000,00	
Ademil Ivo da Lima	346.585.211-72	21.800,00	0,00	4.962,34	4.962,34
Emandes Joel De Queiroz	617.155.651-34	23.800,00	0,00	9.541,80	9.541,80
Valteir R. Dos Santos	395.567.861-04	24.100,00	0,00	8.038,63	8.038,63
Valmir César De Queiroz	474.275.311-91	7.000,00	0,00	1.917,32	1.917,32
Total Utilizado		76.700,00	0,0	24.460,09	24.460,09
Código da UG:	158333 – Campus Cuiabá		Limite de Utilização da UG:	60.000,00	
Antônio da Luz Filho	208.803.11-20	3.900,00	140,00	1.695,52	1.835,52
Benedito Antônio Rezende Fortes	079.302.241-04	4.000,00	0	247,11	247,11
Gentil Caetano Ferreira	070.218.571-34	29.000,00	976,20	20.763,93	21.740,13
Joelson Antônio De Oliveira	156.877.671-34	20.000,00	243,20	9.771,39	10.014,59
Total Utilizado		56.900,00	1.359,40	32.477,95	33.837,35
Código da UG:	158334- Campus Cáceres		Limite de Utilização da UG:	15.000,00	
Valdir Gonçalves de Araújo	486.904.841-20	4.000,00	-	3.094,63	3.094,63
Total Utilizado		4.000,00	-	3.094,63	3.094,63
Código da UG:	158492- Campus Campo Novo do Parecis		Limite de Utilização da UG:	8.000	
Marcos Aurélio Várgas	461.014.541-34	13.000,00	Não informou	Não informou	1.858,37
Total Utilizado		13.000,00	-	-	1.858,37
Código da UG:	158494- Campus Bela Vista		Limite de Utilização da UG:	15.000,00	
Elton Schalm	532.116.851-20	10.000,00	Não informou	Não informou	4.892,82
Total Utilizado		10.000,00	-	-	-
TOTAL GERAL		175.360,00	1.539,40	71.967,62	73.327,02

Fonte: Campi e SIAFI

Obs.: Foram agrupados todos os suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2012 aos supridos.

8.4.3 Série histórica com despesas com suprimento de fundos

Tabela CIII. Série histórica com despesa com cartão de crédito corporativo

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total
Campus Cáceres - 158334					
2009	-----	-----	9	8.311,74	8.311,74
2010	-----	-----	5	4.999,21	4.999,21
2011	-----	-----	0	0	0
2012	-----	-----	3	3.094,63	3.094,63
Total	-----	-----	17	16.405,58	16.405,58
Campus Pontes e Lacerda - 158495					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	04	3.062,08	3.062,08
2011	-----	-----	03	981,55	981,55
2012	-----	-----	06	4.391,78	4.391,78
Total	-----	-----	13	8.435,41	8.435,41
Reitoria – 158144					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	04	3.890,14	3.890,14
2011	-----	-----	12	6.163,60	6.163,60
2012	-----	-----	03	791,98	791,98
Total	-----	-----	19	10.845,72	10.845,72
Campus Bela Vista – 158494					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	02	2.740,53	2.740,53
2011	-----	-----	Não informou	Não informou	Não informou
2012	-----	-----	Não informou	Não informou	4.892,82
Total	-----	-----	02	2.740,53	7.633,35
Campus Campo Novo do Parecis – 158492					
2009	-----	-----	-	-	-
2010	-----	-----	03	3.154,96	3.154,96
2011	-----	-----	10	14.005,00	14.005,00

2012	-----	-----	Não informou	Não informou	1.858,37
Total	-----	-----	13	17.159,96	19.018,33
Campus São Vicente - 158335					
2009	-----	-----	Não informado	92.393,94	92.393,94
2010	-----	-----	33	26.179,77	26.179,77
2011	-----	-----	05	12.984,21	12.984,21
2012	-----	-----	19	24.460,09	24.460,09
Total	-----	-----	57	156.018,01	156.018,01
Campus Cuiabá – 158333					
2009	-----	-----	65	59.604,45	59.604,45
2010	03	1.375,00	23	19.436,03	19.811,03
2011	01	87,00	12	16.219,51	16.306,51
2012	01	1.359,40	12	32.477,95	33.837,35
Total	05	2.821,40	112	127.737,94	129.559,34
TOTAL GERAL – IFMT					
2009	-----	-----	74	160.310,13	160.310,13
2010	03	1.375,00	74	68.344,40	69.719,40
2011	01	87,00	42	50.353,87	50.440,87
2012	01	1.359,40	43	71.967,62	73.327,02
Total	05	2.821,40	233	350.976,02	353.797,42

Fonte: Campi e SIAFI

Apesar do processo de implantação dos novos Campi, e conseqüentemente aumento na quantidade de unidades gestoras. Percebe-se que nem todos os Campi do IFMT utilizam o suprimento de fundos.

No que tange a avaliação de um exercício para outro, percebe-se que o exercício de 2012 houve um incremento nas despesas com cartão de pagamento do governo federal. Esse aumento é decorrente na ampliação das viagens e visitas técnicas realizadas.

8.4.4 Prestação de contas de suprimento de fundos

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
REITORIA												
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	1	791,98	3	6.163,60	4	3.890,14
CAMPUS PONTES E LACERDA												
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	2.829,73	*	*	*	*
CAMPUS SÃO VICENTE												
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Aprovadas													
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	19	24.863,12	16	12.984,21	*	32.061,45	
CAMPUS CÁCERES													
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	1	3.094,63	*	*	*	*	*
CAMPUS CUIABÁ													
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	13	31.207,77	09	16306,51	16	19811,03	
CAMPUS BELA VISTA													
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	*	*	*	*	*	*	*
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS													
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	*	*	*	*	*	*	*
RESUMO GERAL													
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	36	62.787,23	28	35.454,32	20	55.762,02	

Fonte: PROAD e Campi

* Não informado

8.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica.

8.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

9 GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

9.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

9.1.1 Demonstração força de trabalho à disposição da instituição

Tabela CIV. Força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1262	1139	176	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1196	1134	176	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	61	61	53	16
3. Total de Servidores (1+2)	1323	1200	229	74

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tabela CV. Força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetivada		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1424	1307	223	43
1.1. Membros de poder e agentes públicos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1424	1307	223	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1422	1305	222	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	174	89	109	75
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1599	1397	328	116

Fonte: SIAPE

Com a criação do instituto da equivalência através dos Decretos nº 7.311 e 7.312 de 2010, houve uma maior facilidade de reposição dos profissionais do IFMT, bem como a expansão da Rede Federal de Ensino Técnico possibilitou a autorizações de novas vagas para provimento de cargo efetivo. Assim, em 2012 foi possível uma reposição mais efetiva dos servidores do IFMT tendo em vista a abertura de concurso público.

Em relação ao exercício de 2011, percebe-se que houve um aumento de 12,84% no número de lotações autorizadas para os servidores de cargos efetivos, e um aumento de 14,75% nas lotações efetivadas. E nas vagas para contratos temporários, as vagas praticamente triplicaram em relação ao exercício anterior.

Já a diferença das vagas autorizadas e efetivadas ocorre devido ao recebimento em 21.12.2012 através da Portaria Ministerial nº 1.475 de 88 (oitenta e oito) novas vagas para provimento que serão realizadas em 2013.

9.1.2 Demonstração das situações que reduzem a força de trabalho

Tabela CVI. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro de 2011
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	19
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	9
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	10 sendo 1 - Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009 2 - Lei nº 9.028, de 12.04.95 7 - art. 84 §2º da Lei nº 8.112/90
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	53
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	51
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	101
3.1. De ofício, no interesse da Administração	38
3.2. A pedido, a critério da Administração	59
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	50
4.1. Doença em pessoa da família	30
4.2. Capacitação	20
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	16
6.1. Redistribuídos	15
6.2. Afastamento para integrar representação nacional em competição desportiva no país ou no exterior	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	241

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tabela CVII. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro de 2012
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1*
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	44
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2

2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	41
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	62
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	46
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	9
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	4
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	19**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	139

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal e Assessoria de GP

* Cessão para atender solicitação do MEC, conforme Portaria nº 404, de 23.04.2009 e recebimento da GSISP (Lei nº 11.907, de 02.02.2009)

** 11 Licenças Maternidades;

08 Lotações provisórias por licença para acompanhamento de cônjuge.

Em relação ao exercício de 2011, o IFMT obteve uma redução no índice de servidores afastados, ou seja, 42,32%. Sendo que o maior índice, registrado está licença remunerada, fato este justificável, em razão da diminuição nos pedidos de afastamento para capacitação.

Tabela CVIII. Quadro comparativo dos afastamentos (2001/2012)

Situação	Situação em 2011	Situação em 2012	Percentual de redução
Cedidos	19	8	- 57,89 %
Afastamento	53	44	- 16,98 %
Removidos	101	62	- 38,61 %
Lic. Remunerada	50	2	- 96,00 %
Lic. Não remunerada	2	4	
Outras situações	16	19	
Total	241	139	- 42,32 %

Os afastamentos para capacitação em nível de Pós-graduação reduzem a força de trabalho temporariamente sendo que quando do retorno dos mesmos sua qualificação traz benefícios tanto ao IFMT quanto a sociedade que usufruirá dos conhecimentos aprimorados e reconhecidos desses profissionais.

9.1.3 Qualificação da força de trabalho

Tabela CIX. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada – Situação em 31/12/2011.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	83	81	29	27
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	80	78	29	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	2	2	0	1
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções gratificadas	233	201	96	74
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	233	201	96	74
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	316	282	125	101

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

Tabela CX. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada – Situação em 31/12/2012.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetivada		
1. Cargos em Comissão	86	82	30	21
1.1. Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (CDs)	86	80	30	21
1.2.1. Servidores de Carreira vinculados ao Órgão	84	80	30	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	266	226	118	73
2.1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	265	225	117	73
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	352	308	148	94

Fonte: SIAPE

Em relação ao exercício anterior, o IFMT obteve o acréscimo de 11,39% na quantidade de cargos em comissão e funções gratificadas, no entanto, os mesmos são inferiores a necessidade do Instituto, tendo em vista que não foram criadas proporcionalmente a sua expansão.

Tabela CXI. Quantidade de servidores por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2012.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0

1.2.	Servidores de Carreira	280	436	307	224	59
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	30	44	11	4	0
2.	Provimento de cargo em comissão					
2.1.	Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior (CDs)	0	1	0	0	1
2.3.	Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3.	Totais (1+2)	310	481	318	228	60

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal e Assessoria de GP

Tabela CXII. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	10	22	188	264	586	421	121
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	54	18	16	1
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	10	22	188	319	604	437	122

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

9.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Tabela CXIII. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2012

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	164	6
1.1 Voluntária	159	5
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	5	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	45	-
2.1 Voluntária	41	-
2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	209	6

Fonte: SIAPE

Tabela CXIV. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2012

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
Aposentado	46	07
1.1. Integral	37	05
1.2. Proporcional	09	02
Em Atividade	57	02
Total (1+2)	103	09

Fonte: SIAPE

9.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, não dispõe de nenhum sistema ou forma de acesso que possibilite a identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Tal verificação somente é realizada por meio da documentação exigida dos servidores nomeados e/ou quando da apresentação da declaração do imposto de renda. Na maior parte das verificações de acúmulo ilegal, são realizadas mediante comunicação provocada pela Controladoria-Geral da União, a qual possui instrumentos e mecanismos próprios. A partir da comunicação, o IFMT efetua a abertura do processo de sindicância.

9.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

No exercício de 2012, não a abertura de nenhum processo de sindicância para verificação dos casos de acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos. Porém, no final do exercício de 2012, a Controladoria-Geral da União encaminhou a relação de servidores que se enquadravam nessa situação, e foi constituída uma comissão própria para avaliação.

9.1.7 Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a comunicação

Os atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadorias, reforma e pensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso são cadastrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, conforme Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Tabela CXV. Atos sujeitos à comunicação ao TCU – I

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	222	194	108	89
Concessão de Aposentadoria	6	21	0	16

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2012	2011	2012	2011
Concessão de Pensão Civil	9	7	3	7
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de Reforma	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal do ato concessório	1	0	1	0
Totais	238	222	112	112

Fonte DSGP

Tabela CXVI. Atos sujeitos à comunicação ao TCU - II

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	43	21	21	21
Cancelamento de Concessão	0	0	0	0
Cancelamento de Desligamento	0	0	0	0
Totais	43	21	21	21

Fonte DSGP

Tabela CXVII. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Admissão	0	0	0	108
Concessão de Aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de Pensão Civil	0	0	0	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de Reforma	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal do ato concessório	0	0	0	1
Total	0	0	0	112
Atos sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	21
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	21

Fonte DSGP

Tabela CXVIII. Atos sujeitos à remessa física ao TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte DSGP

Tabela CXIX. Atos sujeitos à remessa física ao TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	18	15	0	0
Concessão de aposentadoria	0	14	0	0
Concessão de pensão civil	3	5	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	21	34	0	0

Fonte DSGP

Quando da criação do Instituto e da integração das ex-autarquias a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas ficou com o encargo de encaminhar os atos para apreciação via SISAC, contudo com a expansão e a falta de servidores na diretoria tal ação esteve prejudicada nos 3 primeiros anos, situação esta que está sendo regularizada em 2012 pois foram encaminhados 349 atos de admissão dos anos de 2010, 2011 e 2012, mais a regularização dos demais atos dos anos de 2010, 2011 e 2012.

9.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos e a implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho.

Apresentamos abaixo as seguintes informações referente a Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade (*turnover*), e Aposentadoria versus reposição do quadro.

No que que refere ao **Absenteísmo**, verificando as ocorrências de pessoal neste órgão no Sistema SIAPE, constatou-se no exercício de 2012, somente 15 (quinze) faltas. Diferente do exercício de 2011 onde houve o registro de 179 faltas, conforme demonstramos nas tabelas abaixo:

Tabela CXX. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2010

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	13	03	15	05
São Vicente	15	01	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	16	05
Confresa	-	-	12	02
TOTAL	28	04	43	12

Fonte: SIAPE/DSGP

Tabela CXXI. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2011

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	2	1	51	38
Bela Vista	1	1	2	2
Cáceres	0	0	0	0
Campo Novo do Parecis	0	0	4	1
São Vicente	56	7	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	2	2
Rondonópolis	8	1	0	0
Confresa	-	-	-	-
SUBTOTAL	67	10	59	43
TOTAL GERAL	179			

Fonte: SIAPE/DSGP

Tabela CXXII. Registro de faltas no SIAPE por Campi – Situação apurada em 31/12/2012

CAMPUS	Técnico-administrativos		Professores	
	ocorrências	servidores	ocorrências	servidores
Cuiabá	0	0	0	0
Bela Vista	0	0	1	1
Cáceres	0	0	0	0
Campo Novo do Parecis	0	0	39	1
São Vicente	0	0	0	0
Pontes e Lacerda	0	0	3	2
Rondonópolis	1	1	0	0
Confresa	0	0	0	0
Reitoria	4	1	0	0
SUBTOTAL	3	2	6	4
TOTAL GERAL	15			

Fonte: SIAPE/DSGP

Porém há de se destacar que o IFMT ainda não possui um sistema informatizado para controle da frequência dos servidores, dessa forma o registro das faltas no SIAPE ficam prejudicadas.

No que se refere a saúde do servidor, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, de acordo com o SIASS (Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) foram constatadas as seguintes 333 (trezentos e trinta e três) ocorrências :

Tabela CXXIII. Ocorrências registradas no SIASS no exercício de 2011

Tipo Perícia	Singular	Junta	Total Geral
Licença para tratamento de saúde	155	6	161
Licença por motivo de doença em pessoa da família ou dependente	17	0	17
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	15	15
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	0	1	1
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	0	1	1
Av. de Invalidez permanente por doença espec. em Lei para fins de aposentadoria	0	1	1
Avaliação de Invalidez por doença especificada em lei pra fins de integralização de proventos	0	1	1
Remoção por motivo de doença do familiar	0	3	3
Avaliação de Invalidez de dependente	0	1	1
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	3	3
Remoção por motivo de doença de familiar do servidor	1	1	1
Avaliação de deficiência para fins de concessão de pensão vitalícia	0	1	1
Total	172	34	206

Fonte: Relatório SIASS – Subsistema de Atenção a Saúde do Servidor.

Tabela CXXIV. Ocorrências registradas no SIASS no exercício de 2012

Tipo Perícia	Singular	Junta	Total Geral
Licença para tratamento de saúde	241	7	248
Licença por motivo de doença em pessoa da família ou dependente	39	0	39
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	35	35
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	0	0	0
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	0	0	0
Avaliação de Invalidez permanente por doença especificada em Lei para fins de aposentadoria	0	1	1
Avaliação de Invalidez de dependente	0	0	0
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	3	3
Remoção por motivo de doença de familiar do servidor	0	4	4
Avaliação para fins de isenção de imposto de renda	0	1	1
Avaliação de invalidez de dependente	0	1	1
Total	281	52	333

Fonte: Relatório SIASS – Subsistema de Atenção a Saúde do Servidor.

Em relação ao exercício de 2012, percebe-se que houve um aumento de aproximadamente 62% nas ocorrências registradas de problemas com a saúde do servidor, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais quando comparados com o exercício anterior.

Esse aumento, é decorrente também no aumento de servidores (efetivos e temporários), pois quanto maior o número de pessoas, maior a probabilidade de se registrar o aumento nos índices de ocorrência de afastamento. Mas mesmo, descontando o crescimento no quadro de pessoal (15,07%) efetivamente houve um aumento de 46,93% nas ocorrências registradas. Isso demonstra a necessidade da implementação de ações individuais e coletivas, que possam preservar a saúde e o bem estar do servidor e colaboradores da Instituição.

No que tange ao suprimento das demandas da força de trabalho de pessoal, as ações são realizadas pela área de Gestão de Pessoas, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e nas reuniões do Colégio de Dirigentes e por meio de levantamento realizado junto as unidades gerenciais da Reitoria e dos Campi. Tal levantamento consiste no dimensionamento da força de trabalho existente e a necessária, composição do perfil do profissional e a temporalidade da necessidade da demanda (temporária/provisória ou permanente).

Após levantamento da demanda, é feito o tratamento das informações e estabelecidos estratégias de suprimento, tais como: abertura de processos seletivos simplificados para contratação de temporários e/ou substitutos; editais de remoção e concursos públicos.

As demandas para concursos públicos são encaminhadas ao Ministério da Educação via sistema SIMEC e/ou por e-mail institucional, as quais são validadas e encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para aprovação e liberação das autorizações para concurso e/ou liberação dos códigos de vagas.

Atualmente o IFMT ainda não alcançou a sua suficiência quantitativa e qualitativa no quadro de pessoal, haja vista, que as autorizações concedidas pelos Ministérios são insuficientes para atender a demanda da Instituição, principalmente, em decorrência do processo de expansão da rede federal de educação tecnológica. Dessa forma, em razão da insuficiência de pessoal o cumprimento dos objetivos, metas e estratégias da Instituição estão sendo comprometidos, cancelados e/ou até adiados.

E apesar do IFMT, ter registrado um aumento de 15,07% da sua força de trabalho, em relação ao exercício de 2011, conforme demonstramos abaixo, a composição do quadro ainda é insuficiente.

Tabela CXXV. Quadro de Servidores de Carreira 2011 e 2012

Carreira	Qnt. de servidores efetivo em 2011	Qnt. de servidores efetivos em 2012
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	624	733
Técnico-administrativos em Educação	510	572
TOTAL	1134	1305

Fonte: DSGP

Para minimizar um pouco o problema, no exercício de 2012, foi realizado dois concursos públicos para provimento das vagas dos cargos de carreira. Tais concursos visaram suprir as demandas nas áreas administrativas e pedagógicas, bem como àquelas geradas pelo Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Tabela CXXVI. Edital de Concurso n. 021/2012 e 022/2012 - IFMT

Cargo	Vagas	Candidatos Inscritos
Técnicos - administrativos	21	4.891
Professores	105	1.720
Total	126	6.611

Fonte: DSGP

No entanto, as liberações para a realização dos concursos públicos por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não são tão frequentes quanto almeja a Instituição, e/ou as quantidades de vagas liberadas são insuficientes. Além disso, em razão das distâncias de alguns Campi e ao fato de estarem localizados em zonas rurais, tem-se dificuldade na reposição da força de trabalho, pois há muitos candidatos que desistem da vaga e/ou até mesmo não há candidatos aprovados ou classificados.

Há muita dificuldade no suprimento dos cargos mais específicos, principalmente das áreas da construção civil, química, alimentos, física, zootecnia, agronomia, veterinária, automação e outros. Isso se deve também que grande parte dos profissionais dessas áreas, preferem trabalhar nos grandes centros econômicos e não há interesse em participar de processos seletivos e/ou concursos para regiões mais afastadas.

Para tentar diminuir um pouco do problema da força de trabalho o IFMT tem realizado a contratação de professores temporários, estagiários e terceirizados. No entanto, a primeira e segunda opção possui quantidade limitada e a terceira opção representa um alto custo para a administração, comprometendo a dotação orçamentária para o custeio da Instituição, além do fato que nem todas as funções podem ser terceirizadas em razão que as mesmas são para uso e ocupação exclusiva de concursados.

No que tange sobre a rotatividade (*turnover*) no IFMT, houveram no exercício de 2012, 43 egressos e 25 ingressos decorrentes da reposição do quadro de egressos. Ou seja, isso demonstra que o IFMT conseguiu repor 58,13% da sua força de trabalho, sendo que para o quadro de professores a reposição foi de 72% e para os técnicos-administrativos a reposição foi de 48%, conforme demonstramos a seguir:

Tabela CXXVII. Egressos 2012

Carreira	Qnt. de egressos em 2012
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	18
Técnico-administrativos em Educação	25
TOTAL	43

Fonte: DSGP

Tabela CXXVIII. Ingressos em 2012 em virtude dos egressos – equivalentes (Decreto n. 7.311/2010 e 7.312/2010 – Excluídos as novas liberações de vagas)

Carreira	Qty. de ingressos em 2012
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	13
Técnico-administrativos em Educação	12
TOTAL	25

Fonte: DSGP

Sobre a aposentadoria versus reposição do quadro de pessoal informamos que no exercício de 2012, 6 (seis) servidores foram aposentados, sendo repostos 4 (quatro) servidores. Já as outras 2 (duas) vagas serão preenchidas no exercício de 2013, havendo portanto uma reposição de aproximadamente 66 % do número de servidores aposentados no corrente ano.

Com a criação do banco de professor equivalente e do quantitativo de técnico-administrativo (Decretos n. 7.311/2010 e 7.312/2010), a reposição dos egressos foi facilitada, pois os servidores desligados e aposentados poderão ser repostos imediatamente desde que haja concurso público vigente. No entanto, em razão dos problemas e dificuldades citadas anteriormente, a efetividade do suprimento da demanda não alcança a sua totalidade.

9.1.9 Quadro de custos de recursos humanos

Tabela CXXIX. Quadro de Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	67.180.718,51	3.948.826,50	9.144.453,26	3.715.189,34	6.288.364,09	2.473.064,37	0	222.266,38	556.739,90	93.529.622,35
	2011	54.334.949,91	3.893.516,37	7.628.261,65	2.959.814,39	5.477.412,83	2.249.418,65	0	0	624.580,11	77.167.953,91
	2010	46.063.459,60	3.598.343,41	7.015.912,82	2.494.469,30	4.933.231,43	1.695.508,93	0	0	558.303,18	66.359.228,67
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	2.735.940,88	0	333.103,37	159.853,66	0	0	0	0	0	3.228.897,91
	2011	1.094.591,98	0	126.166,30	96.731,98	0	0	0	0	0	1.317.490,26
	2010	1.094.591,98	0	77.524,83	127.948,94	0	0	0	0	0	1.300.065,75
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	392.907,70	0	57.109,56	17.453,84	16.416,00	0	0	0	301,80	474.188,90
	2011	190.274,85	0	28.587,45	12.799,09	11.027,65	0	0	0	658,91	243.347,95
	2010	128.259,49	0	16.677,03	0	3.344,00	0	0	0	0	148.280,52
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	0	120.841,92	10.070,16	3356,71	0	0	0	0	0	134.268,79
	2011	0	120.841,92	10.070,16	3.356,71	0	0	0	0	0	134.268,79
	2010	0	120.841,92	10.070,16	3.356,71	0	0	0	0	0	134.268,79
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

9.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, DOCENTES SUBSTITUTOS E TEMPORÁRIOS

9.2.1 Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Tabela CXXX. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
Inspetor de alunos/ Assistente de Alunos (Campus Cuiabá)	23	23	23	-	-
Inspetor de alunos/ Assistente de Alunos (Campus Bela Vista)	04	04	04	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Os inspetores e/ou assistentes de alunos são contratados pelos Campi Cuiabá e Bela Vista, por meio de processo de licitação. Tal contratação é efetivada por meio de pessoa jurídica, cuja prestação disporá da locação da mão-de-obra para ocupar cargos e atividades inerentes as categorias funcionais do plano de cargo e carreira do Ministério da Educação.</p> <p>Campus Cuiabá possui uma quantidade elevada de alunos, visto que oferece diversos cursos profissionalizantes, nos níveis médio, superior, pós-graduação, além de cursos de extensão.</p> <p>No entanto na época da contratação, não possuía em seu quadro efetivo de servidores, nenhum cargo de inspetoria ou assistente de alunos. Desta forma torna-se necessária a contratação de empresa para disponibilizar mão-de-obra para esse serviço, visando à manutenção da disciplina e da ordem no ambiente escolar, principalmente por grande parte dos alunos ser constituída de adolescentes que frequentam o Ensino Médio.</p> <p>Da mesma forma, no Campus Bela Vista, em razão do número de alunos e a inexistência de servidores concursados, tem-se a necessidade de contratar tais serviços. Para sanear tal problema, no exercício de 2012, foram nomeados alguns assistentes de aluno para o Campus Bela Vista, todavia, os mesmos ainda são insuficientes para atender a demanda.</p>					

Fonte: Campus Cuiabá e Bela Vista

Tabela CXXXI. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não houve		

Fonte: Campus Cuiabá e Bela Vista

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
MPOG e IFMT	-	-	0

Fonte: DSGP

Tabela CXXXII. Quantitativo de terceirizados irregulares na administração direta, autárquica ou fundacional

Quantitativo de Servidores Terceirizados Irregulares e Servidores Concursados ao Final do Exercício						
Ano	Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Concursados (A)	Terceirizados (B)	Contratos Temporários (C)	B/(A+B+C) (D)
2012	IFMT	MEC	1.307	30	89	0,02
2011			1.139	30	61	0,02
2010			*	30	*	*
2009			*	30	*	*

FONTE: DSGP e PROAD

* Informação não disponível

Tabela CXXXIII. Providências adotadas para substituição de servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão 1.520/2006 – TCU)

Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Providências adotadas para substituição por servidores concursados
IFMT	MEC	Tem-se pleiteado as vagas para concurso de assistente de alunos, para substituição dos terceirizados, porém a quantidade disponibilizada não é suficiente para atender a demanda, e da mesma forma, não foram liberadas vagas para os Campi mais antigos.

FONTE: DSGP

9.2.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

As principais contratações realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, estão ligadas principalmente aos serviços vigilância e de limpeza, conservação e asseio.

Em alguns Campi há também a contratação de serviços de motorista, cozinheiras, ajudante rural, jardineiro, tratorista, auxiliar de cozinha, recepcionistas, ajudantes e serviços gerais.

No entanto, cabe salientar que a Instituição possui grande demanda na contratação desses serviços, em razão da insuficiência de pessoal e principalmente porque muitos desses serviços eram executados por servidores cujos cargos já foram extintos ou encontram-se em extinção. Dessa forma, não é possível substituir os servidores aposentados que ocupavam tais cargos, por meio de concurso público.

Todavia, mesmo havendo grande necessidade na contratação da prestação de serviços com locação de mão-de-obra, a Instituição não a realiza, em razão, que tais serviços possuem um alto custo.

9.2.2.1 Serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Tabela CXXXIV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/ Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva													
UG/Gestão: 158333/26414							CNPJ: 10.784.782/0002-31						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	21/2011	04.667.389/0001-84	15/12/11	15/12/13	0	0	14	14	0	0	P
2010	L	O	014/2010	07.116.584/0001-04	30/07/10	30/07/12	0	6	0	29	0	0	P
Observação: O contrato nº. 14/2010 não estipulou a escolaridade mínima dos funcionários que prestariam o serviço													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela CXXXV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Cáceres.

Unidade Contratante														
Nome: IFMT/Campus Cáceres														
UG/Gestão: 158334/26414							CNPJ: 10.784.782/0003-12							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2006	L	O	017/2006	04829840/0001-12	01/05/06	29/02/12	10	10						E
2010	V	O	006/2010	608600870001-07	01/05/10	31/12/12			3	3				P
2010	L	O	005/2010	07047898/0001-00	01/01/12	31/12/12								P
2012	L	O	0001/2012	02752319/0001-07	01/03/12	31/12/12								A

Observação: Foi exigido no edital que gerou o contrato nº 005/2010 o curso técnico de formação em vigilância. Não foi exigido nível de escolaridade para os demais contratos. O Contrato nº 06/2010 foi prorrogado no exercício de 2012 ficando vigente para 2013. O contrato 01/2012 está ativo normal pois o prazo de vigência ultrapassa o exercício de 2012. O Contrato nº 05/2010 foi prorrogado para o exercício de 2013.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cáceres

Tabela CXXXVI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Juína

Unidade Contratante														
Nome: IFMT/Campus Juína														
UG/Gestão: 158493/26414							CNPJ: 10.784.782/0010-41							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	03/2010	04.667.389/0001-84	01/06/11	01/06/13	1	1	3	3				P
2011	L	O	59/2011	10.919.956/0001-45	12/05/11	12/05/13	3	3	2	2				P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Juína

Tabela CXXXVII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Pontes e Lacerda

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Pontes e Lacerda													
UG/Gestão: 158495/26414						CNPJ: 10.784.782/0006-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	30/2008	05.083.119/0001-99	04/11/08	29/02/12			6	6			P
2012	V	O	02/2012	05.083.119/0001-99	01/03/12	01/03/13		X					A
2009	L	O	23/2009	32.937.609/0001-88	01/09/09	30/08/12	5	5					P
2012	L	O	05/2012	03.761.180/0001-12	13/09/12	13/12/13		X					A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Pontes e Lacerda

Tabela CXXXVIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus São Vicente

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 1533355/26414						CNPJ: 10.784.782/0005-84							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	10/2012	01.424.685.0001-66	04.05.12	03.05.13	25	25					A
2012	L	O	11/2012	01.424.685.0001-66	04.07.12	03.07.13	01	01					A
2012	L	O	11/2012	01.424.685.0001-66	04.07.12	03.07.13	02	02					A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus São Vicente

Tabela CXXXIX. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Confresa

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Confresa													
UG/Gestão: 158496/26414							CNPJ: 10.784.782/0007-46						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	01/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	01/07/13	0	0	4	4	0	0	P
2010	L	O	03/2010	07.116.584/0001-04	02/09/10	01/09/13	6	6	0	0	0	0	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Confresa

Tabela CXL. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Barra do Garças

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Reitoria/Campi Barra do Garças													
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0001-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	10/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	02/07/12			08	08			P
2012	L	O	01/2012	10.919.956/0001-45	17/05/12	17/05/13		02		06			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

Tabela CXLI. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Rondonópolis

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Rondonópolis													
UG/Gestão: 158498/26414						CNPJ: 10.784.782/0009-08							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	11/2010	04.667.389/0001-84	01/07/10	05/10/12	6	6	4	4			E
2012	V	O	06/2012	04.667.389/001-84	06/10/12	06/10/13	6	6	4	4			A
2011	L	O	6/2011	01.294.164/0001-31	03/08/11	09/08/13	3	3	3	3			P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: PROAD

Tabela CXLII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494						CNPJ: 10.784.782/0004-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	03/2010	32.937.609/0001-88	10/12/2010	31/12/2012	7	7					P
2009	V	O	38/2009	05.083.119/0001-99	01/01/2010	31/12/2012			6	6			P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Bela Vista

Tabela CXLIII. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Campus Sorriso

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Sorriso													
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0001-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	17/2012	08.282.957/0001-80	31/10/12	31/10/13			4	4			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Sorriso

Tabela CXLIV. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Reitoria													
UG/Gestão: 158144/26414							CNPJ: 10.784.782/0001-50						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	08/2011	12.441.717/0001-58	05/08/11	05/08/13	01	01					P
2011	V	O	13/2011	04.667.389/0001-84	11/2011	11/2013			6	6			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

9.2.2.2 Serviços com locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

Tabela CXLV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cuiabá.

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva													
UG/Gestão: 158333/26414						CNPJ: 10.784.782/0002-31							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	08/2009	00.953.096/0001-02	12/05/09	12/05/12			9	8			P
2010	12	O	13/2010	32.937.609/0001-88	09/02/10	04/07/13			23	23			P
2011	6	O	01/2011	04.913.580/0001-69	20/01/11	20/01/13			2	2			P
2011	5	O	14/2011	07.951.388/0001-55	30/09/11	30/09/13			4	4			P
2011	11	O	15/2011	10.446.523/0001-10	30/09/11	30/09/12	2	2					E
2012	2	O	05/2012	11.699.013/0001-17	14/05/12	14/05/13			6	6			A

Observação:
O contrato n°. 05/2012 não estipulou a escolaridade mínima dos responsáveis.
O contrato n°. 15/2011 não estipulou a escolaridade mínima dos responsáveis.

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Cuiabá

Tabela CXLVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Campo Novo do Parecis

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus Campo Novo do Parecis													
UG/Gestão: 158492/26414						CNPJ: 10.784.782/0011-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	007/2011	12.371.682/0001-28	15/07/11	14/07/13	-	-	1	1	-	-	P
2011	5	O	008/2011	13.114.898/0001-70	15/07/11	14/07/13	-	-	1	1	-	-	P
2011	9	O	008/2011	13.114.898/0001-70	15/07/11	14/07/13	-	-	1	1	-	-	P
2011	2	O	005/2011	12.371.682/0001-28	07/07/11	06/07/13	-	-	2	2	-	-	P
2011	12	O	006/2011	12.371.682/0001-28	07/07/11	06/07/13	-	-	2	2	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Campus Campo Novo do Parecis

Tabela CXLVII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus São Vicente

Unidade Contratante													
Nome: IFMT/Campus São Vicente													
UG/Gestão: 158335/26414							CNPJ: 10.784.782/0005-84						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	08/2012	07.855.231/0001-26	16.02.12	15.02.13	15	15					A
2012	7	O	07/2012	07.855.231/0001-26	16.02.12	15.02.13	26	23					A
2012	7	O	06/2012	07.855.231/0001-26	16.02.12	15.02.13	11	11					A
2012	7	O	05/2012	07.855.231/0001-26	16.02.12	15.02.13	14	14					A
Observação:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Segurança;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Informática;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Campus São Vicente

Tabela CXLVIII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Bela Vista

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista													
UG/Gestão: 158494							CNPJ: 10.784.782/0004-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	14	O	01/2010	32.937.609/0001-88	02/08/10	31/12/12			4	4			P
2012	2	O	02/2012	11.699.013/0001-17	14/05/12	14/05/13			02	02			A
Observação:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Vigilância							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Informática;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													

6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Campus Bela Vista

Tabela CXLIX. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Confresa

Unidade Contratante															
Nome: IFMT – Confresa															
UG/Gestão: 158496/26414					CNPJ: 10.784.782/0007-46										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	1	O	01/2010	04.667.389/0001-84	01/07/2010	01/07/2012			4	4					P
2011	12	O	04/2011	13.115.322/0001-28	16/06/2011	15/06/2012	7	7							P
2012	13	O	03/2012	07.855.231/0001-26	07/02/2012	06/02/2013	6	6	1	1					A
2012	2	O	05/2012	11.699.013/0001-17	05/03/2012	05/03/2013			1	1					A

Observações:

LEGENDA
Área:
1. Vigilância;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Campus Confresa

Tabela CL. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Juína

Unidade Contratante															
Nome: IFMT – Campus Cuiabá – Juína															
UG/Gestão: 15843/26414					CNPJ: 10.784.782/0010-41										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	12	O	56/2011	12.336.105/0001-03	01/03/11	01/03/13	4	4	2	2					P
2011	12	O	53/2011	00.482.840/0001-38	20/01/11	20/01/13	2	2	5	5					P
2012	12	O	01/2012	07.855.231/0001-26	22/01/12	22/01/13	1	1							A

Observações:
Não foi exigido nível de escolaridade.

LEGENDA
Área:
1. Vigilância
2. Transportes;
3. Informática;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Fonte: Campus Juína

Tabela CLI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Cáceres

Unidade Contratante															
Nome: Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Cáceres															
UG/Gestão: 158334/26414					CNPJ: 10.784.782/0003/12										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	8	O	05/2010	07.047.898/0001-00	01/05/10	31/12/12									P
2006	2	O	17/2006	04.829.840/0001-12	01/01/06	29/02/12									E
2010	1	O	06/2010	60.860.087/0001-07	01/01/10	31/12/12									P
2012	2	O	01/12	02.752.319/0001-07	01/03/12	01/03/13									A
Observações: Não foi exigido nível de escolaridade.															
LEGENDA Área: 1. Vigilância; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										

Fonte: Campus Cáceres

Tabela CLII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Rondonópolis

Unidade Contratante																
Nome: IFMT – Campus Rondonópolis																
UG/Gestão: 158498/26414					CNPJ: 10.784.782/0009-08											
Informações sobre os contratos																
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2012	2	O	3/2012	11.699.013/0001-17	05/03/12	05/03/13			2	2					A	
LEGENDA Área: 1. Vigilância; 2. Transportes;											Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo					

3. Informática;	Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: Campus Rondonópolis

Tabela CLIII. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Barra do Garças

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Barra do Garças													
UG/Gestão: 158497/26414						CNPJ: 10.784.782/0008-27							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	2/2012	11.699.013/0001-17	27/04/12	27/04/13			2	2			A
LEGENDA Área: 1. Vigilância; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Campus Barra do Garças

Tabela CLIV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Pontes e Lacerda

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Pontes e Lacerda													
UG/Gestão: 158495/26414						CNPJ: 10.784.782/0006-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	04/2012	11.699.013/0001-17	10/05/12	10/05/13			2	2			A
LEGENDA Área: 1. Vigilância; 2. Transportes; 3. Informática; Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

4. Copeiragem;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: Campus Pontes e Lacerda

Tabela CLV. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Campus Sorriso

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Campus Sorriso													
UG/Gestão: 158144/26414						CNPJ: 10.784.782/0001-50							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	09/2012	11.699.013/0001-17	05/03/2012	05/03/2013			1	1			A
LEGENDA Área: <ol style="list-style-type: none"> Vigilância; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

Tabela CLVI. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra – Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: IFMT – Reitoria													
UG/Gestão: 158144/26414						CNPJ: 10.784.782/0001-50							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	02/2011	07.691.986/0001-32	25/02/2011	30/11/2012	1			1			E
2012	4	E	21/2012	12.441.717/0001-58	03/12/2012	02/03/2013	1			1			A
2011	5	O	01/2011	12.441.717/0001-58	25/02/2011	25/02/2013			2	2			P
2012	2	O	08/2012	11.699.013/0001-17	05/03/2012	05/03/2013			3	3			A
LEGENDA Área: <ol style="list-style-type: none"> Vigilância; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

- | |
|---|
| 7. Telecomunicações; |
| 8. Manutenção de bens móveis |
| 9. Manutenção de bens imóveis |
| 10. Brigadistas |
| 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 12. Outras |

Fonte: PROAD

9.2.3 Composição do quadro de estagiários

Tabela CLVII. Composição do Quadro de Estagiários em 2011

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	109	105	132	141	
1.1 Área Fim	47	37	48	53	
1.2 Área Meio	62	68	84	88	
2. Nível Médio	31	33	32	28	
2.1 Área Fim	8	8	10	8	
2.2 Área Meio	23	25	22	20	
3. Total (1+2)	140	138	164	169	R\$ 1.075.412,22

Fonte: DSGP e SIAFI.

Tabela CLVIII. Composição do Quadro de Estagiários em 2012

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	135	147	149	175	
1.1 Área Fim	107	118	118	141	
1.2 Área Meio	28	29	31	34	
2. Nível Médio	31	28	25	24	
2.1 Área Fim	21	16	15	13	
2.2 Área Meio	10	12	10	11	
3. Total (1+2)	166	175	174	199	R\$ 1.332.722,08

Fonte: DSGP e SIAFI

Em relação ao exercício de 2011, o IFMT registrou o aumento de aproximadamente 17,75% no número de estagiários e 23,93% nas despesas. Porém cabe destacar que esse aumento nas despesas com estagiários, se deve a necessidade de complementar a força de trabalho da Instituição, conforme justificativas apresentadas no item 9.18 deste Relatório de Gestão.

9.2.4 Contratação de Professores Temporários

Tabela CLIX. Demonstrativo de professores temporários contratados no exercício de 2012.

Campus	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez		TOTAL
	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	R\$
B. Garças	2	5.004,11	2	5.052,84	2	5.030,67	2	5.030,67	3	9.234,78	3	12.059,31	3	8.384,55	3	8.384,55	3	8.384,55	3	5.865,01	1	2.356,41	2	4.571,95	79.359,40
Bela Vista							2	6.336,28	2	4.868,66	3	10.439,44	3	7.558,62	3	7.558,62	3	7.558,62	3	7.558,62	3	6.646,62	3	6.646,62	65.172,10
Cáceres	4	12.743,02	4	11.992,24	4	12.289,24	8	23.723,34	11	30.163,84	11	35.557,98	10	24.369,46			9	18.651,63	9	24.181,66	12	25.467,18	12	25.467,18	244.606,77
Campo Novo	5	12.171,65	7	19.224,27	7	17.729,72	7	17.714,50	11	30.745,34	10	35.253,38	10	25.218,41	10	24.369,46	11	27.172,02	11	27.629,33	11	24.042,21	10	21.826,67	283.096,96
Confresa	2	3.486,42	2	3.486,42	2	3.486,42	6	18.551,57	9	26.612,35	8	26.001,29	8	17.587,34	11	28.028,13	8	17.587,34	8	19.031,85	5	9.734,34	2	4.712,82	178.306,29
Cuiabá														8	17.587,34			1	4.246,71	1	2.894,29	1	2.894,29	27.622,63	
Juína							3	9.716,70	3	7.319,25	3	10.665,56	3	7.571,13	3	7.571,13	3	7.571,13							50.414,90
Pontes e Lacerda	2	4.868,66	2	4.876,06	3	7.565,53	5	13.197,78	5	12.307,10	7	26.959,77	7	18.597,27	6	16.077,73	6	15.773,73	5	14.785,26	4	9.681,78	4	9.687,78	154.378,45
Rondonópolis											1	4.346,45	1	3.198,29	1	3.198,29	1	3.198,29	1	3.198,29	1	2.894,29	1	2.894,29	22.928,19
São Vicente											1	5.038,30	1	3.959,74	1	3.959,74	1	3.959,74	1	3.959,74	1	2.894,29			23.771,55
Sorriso							2	6.822,84	5	19.072,50	6	24.377,35	6	16.727,59	6	16.727,59	6	16.727,59	5	14.208,05	5	12.688,05	5	12.688,05	140.039,61
TOTAL	15	38.273,86	17	44.631,83	18	46.101,58	35	101.093,68	49	140.323,82	53	190.698,83	52	133.172,40	52	133.462,58	51	126.584,64	47	124.664,52	44	99.299,46	40	91.389,65	1.269.696,85

Fonte: DSGP

9.2.5 Contratação de Professores Substitutos

Tabela CLX. Demonstrativo de professores substitutos contratados no exercício de 2012.

Campus	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez		TOTAL
	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	Qty.	R\$	R\$
B. Garças	1	2.569,78	1	2.569,78	1	2.569,78	2	6.341,79	2	5.024,07	2	7.683,74	2	5.192,46	1	2.532,05	1	2.532,05	1	2.532,05	1	2.215,54	1	2.215,54	43.978,63
Bela Vista	6	22.080,89	7	25.594,02	7	19.759,29	8	22.193,62	9	2.511,00	8	29.899,10	7	19.899,31	7	19.595,31	3	9.056,99	5	18.198,54	5	12.716,94	5	12.716,94	214.221,95
Cáceres	4	9.955,03	4	9.955,03	4	9.955,03	4	9.955,03	5	13.344,34	6	26.026,09	6	16.763,61	7	20.857,45	6	16.763,61	6	16.763,61	6	14.791,61	5	12.716,94	177.847,38
Campo Novo	4	9.872,74	5	12.793,38	5	12.321,65	5	12.156,65	5	12.307,07	5	18.570,04	4	11.738,67	5	16.794,56	4	9.936,34	3	7.720,80	3	6.787,49	3	6.787,49	137.786,88
Confresa	6	14.572,88	7	18.043,67	7	16.344,27	8	19.244,18	9	24.188,79	8	26.710,77	3	6.160,25	4	10.160,42	3	6.160,25	3	6.160,25	2	3.954,33			151.700,06
Cuiabá	15	38.807,41	17	44.661,42	17	43.383,72	24	63.573,52	24	79.354,22	34	116.850,28	27	74.618,94	26	71.406,16	25	65.702,82	25	68.739,60	25	59.627,47	27	64.199,42	790.924,98
Juína											1	3.692,66	1	2.680,05	1	2.680,05	1	2.680,05			1	2.356,41	1	2.356,41	16.445,63
Pontes e Lacerda	6	17.441,09	5	12.088,81	5	13.267,23	6	15.947,99	6	15.188,37	6	23.625,84	4	9.835,29	4	9.533,08	3	6.333,00	2	4.122,08	2	3.813,46	2	3.813,46	135.009,70
Rondonópolis																									0,00
São Vicente	7	24.421,44	7	24.077,67	8	26.986,77	11	37.612,53	12	39.042,08	12	53.033,14	11	36.384,20	10	32.961,85	8	22.245,74	6	19.249,19	10	20.960,51	10	23.666,47	360.641,59
Sorriso																				2	2.372,65	1	2.356,41		4.729,06
TOTAL	49	139.721,26	53	149.783,78	54	144.587,74	68	187.025,31	72	190.959,94	82	306.091,66	65	183.272,78	65	186.520,93	54	141.410,85	51	143.486,12	57	129.596,41	55	130.829,08	2.033.285,86

Fonte: DSGP

10 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

10.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

10.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da Instituição

A Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso possui frota de veículos próprio, distribuídos na Reitoria e nos seus Campi, conforme tabela a seguir:

Tabela CLXI. Frota de veículos próprio do IFMT

Unidade Gestora	Nº	Tipo de veículo	Marca/ Modelo	Ano Modelo	Ano Fabricação	Placa
Campus Barra do Garças	1.	Camionete	MMC/L200 TRITON 3.2 D	2012	2011	OAS5888
	2.	Carro	VW/PARATI 1.6	2010	2010	NJV4825
	3.	Carro	VW/PARATI 1.6	2011	2010	NJS1703
Campus Bela Vista	4.	Van	IVECO	2009	2009	NJM376
	5.	Micro ônibus	MB/COMIL PIA	2009	2008	NJM7866
	6.	Carro	VW/ PARATI	2009	2008	NJF7679
	7.	Carro	VW/ PARATI	1993	1993	JXZ0229
	8.	Ônibus	VW/ PARATI	2012	2012	NUC3713
	9.	Camionete	NISSAN/ FRONTIER	2005	2004	KAB7193
	10.	Camionete	NISSAN/ FRONTIER	2006	2005	KAA0941
Campus Cáceres	11.	Carro	PARATI/VW	2010	2011	NPP3045
	12.	Carro	PARATI/VW	2010	2011	NPH 1664
	13.	Carro	HILUX CD4X4/TOYOTA	2010	2011	NJP4923
	14.	Carro	PEUGEOT/BOXER	2010	2011	KAP 2981
	15.	Carro	NEOBUS SPEC/VW	2010	2011	NPD1186
	16.	Carro	CARGO/FORD	2009	2010	NTY 6829
	17.	Carro	MEGANE/RENAULT	2008	2009	KAT 6282
	18.	Carro	BLAZER/GM	2009	2010	KAR 2171
	19.	Carro	SAVEIRO/VW	2003	2044	JZR 3383
	20.	Carro	ZAFIRA/GM	2005	2006	KAE4725
Campus Cuiabá	21.	Ônibus	VW/COMIL CAMPIONE R	2012	2012	OBD 1919
	22.	Carro	FORD FIESTA SEDAN 1.6	2011	2011	NJQ 9071
	23.	Ônibus	VOLVO/COMIL CAMPIONE R	2009	2009	NJQ 4206
	24.	Camionete	MMC/L200 4x4 GL	2009	2009	NJM 8036
	25.	Carro	VW/PARATI 1.6	2008	2009	NJF 7499
	26.	Carro	GM/CORSA HATCH MAXX	2007	2007	KAC 7592
	27.	Van	CITROEN/JUMPER M33M HDI	2006	2007	CWI 7176
	28.	Carro	NISSAN FRONTIER 4x4 XE	2006	2006	KAQ 0475
	29.	Micro ônibus	VW/COMIL BELLO O	2004	2004	KAK 7348
	30.	Carro	VW/KOMBI	1997	1998	JYQ 1742
	31.	Caminhão	FORD /F 350	1974	1974	JYI 2318
Campus Confresa	32.	Ônibus	VW 19- 320	2011	2012	OAR 6355
	33.	Ônibus escolar	VW 15 190	2012	2012	OAY 2694

	34.	Caminhão	Mercedes benz1113	1968	1968	JJC 5135
	35.	Caminhão	ford F 4 mil	2010	2011	NLU 9628
	36.	Camionete	Mitsubshi L 200	2009	2009	NLJL 0907
	37.	Camionete	Mitsubshi L 200 trítón	2011	2012	OAX 6355
	38.	Uno Mille	Fiat Flex	2007	2008	CWI 7159
	39.	Uno Mille	Fiat Flex	2010	2011	NJW 3237
	40.	motociclo	Yamaha / X T Z 125k	2008	2008	NJA 5297
	41.	Ônibus	M. benz 0 371 RS	1987	1987	JYC 4911
Campus Campo Novo do Parecis	42.	Motocicleta	Yamaha/XTZ 125K	2008	2008	NJA5257
	43.	Camionete	MMC/L200 4X4 GL	2009	2009	KAT2752
	44.	Automóvel	VW/GOL 1.6 Power	2009	2010	NPJ2109
	45.	Ônibus (46 passageiros)	M.BENZ/OH1628L ROD. LINCE	2010	2010	NUB7230
	46.	Ônibus (32 passageiros)	AGRALE/MASCARELLO GRANMINI	2011	2011	NJQ2552
	47.	Caminhão	Ford/F4000 G	2010	2011	NUE6928
	48.	Camionete	MMC/L200 4X4 GL	2011	2012	OAY6207
	49.	Automóvel	VW/Parati 1.6	2011	2011	NPM6711
	50.	Automóvel	VW/Spacefox	2012	2012	OBB0566
	51.	Micro-ônibus (van)	M.BENZ 310d Sprinterm	1998	1998	JFP1141
Campus Juína	52.	Carro	MILLE ECONOMY	2011	2011	NPL6291/MT
	53.	Camionete	4X4 GL	2011	2011	OAT6395/MT
	54.	Camionete	G	2010	2010	OOO3726/MT
	55.	Ônibus	CAMPIONE R	2011	2011	OAV8236/MT
	56.	Carro	GOL 1.6 POWER	2009	2010	NPD9716/MT
	57.	Camionete	4X4 GL	2009	2009	NJL0607/MT
Campus Pontes e Lacerda	58.	Carro	vw/ gol 1.6 power	2009	2009	KAU 0212
	59.	Carro	Nissan/Frontier	2007	2006	KAQ 1459
	60.	Micro -Ônibus	Marcopolo/Volare	2009	2009	NJM 7976
	61.	Minibus	IVECO/DAILY	2009	2009	NJM 8106
	62.	Ônibus	VW/COMIL	2011	2011	NPP 2863
Campus Rondonópolis	63.	Carro	Volkswagen/ Parati 1.6	2010	2010	NJV 4725
	64.	Camionete	Toyota/Hilux CD 4x4	2010	2010	NJP 4983
	65.	Ônibus	VW/COMIL CAMPIONE R	2012	2011	NUB 5273
Reitoria	66.	Carro	MEGANE – RENAULT	2009	2008	KAT – 6572
	67.	SUV	PAJERO – MITSUBISHI	2010	2010	NJH – 3213
	68.	Carro	PARATI – VOLKSWAGEN	2011	2010	NPL – 9725
	69.	Carro	PARATI – VOLKSWAGEN	2011	2010	NPL – 9695
	70.	SUV	BLAZER – CHEVROLET	2010	2009	NPJ – 2817
	71.	Carro	FOCUS – FORD	2009	2009	NPO – 4420
	72.	Camionete	RANGER – FORD	2011	2010	NJS – 1141
	73.	Camionete	L 200 Triton - MITSUBISHI	2012	2011	OAS – 2157

	74.	Camionete	RANGER - FORD	2012	2011	OAY – 3521
Campus Sorriso	75.	Micro-ônibus	AGRALE/COMIL PIA ROD O	2012	2011	OBA 7476/MT
	76.	Camionete	GM/S10 RODEIO 2.8 D 4X4	2011	2011	NUE 9485/MT
	77.	Micro-Ônibus	Agrale	2008	2008	NJA-6727
Campus São Vicente	78.	Camionete	Chevrolet	2009	2010	NPL-2337
	79.	Carro	Ford	2006	2007	KAG-1552
	80.	Van	Fiat	2007	2007	HEE-4447
	81.	Camionete	Ford	2000	2001	JZD-9552
	82.	Carro	Fiat	2008	2008	KAR-8753
	83.	Caminhão	Ford	2000	2001	JZC-8664
	84.	Caminhão	M. Benz	1987	1987	JYD-0846
	85.	Ônibus	M. Benz	1979	1979	JYX-7148
	86.	Ônibus	M. Benz	1995	1995	JYE-9823
	87.	Camionete	Mitsubishi	2008	2008	NJE-6215
	88.	Motociclo	Yamaha/ 125	2008	2008	NJA-5147
	89.	Carro	Renault	2009	2010	NPC-6387
	90.	Carro	VW-	2006	2006	KAI-0923
	91.	Carro	Fiat	2011	2011	NPL-8381
	92.	Carro	Fiat	2011	2011	NJP-0582
	93.	Carro	Fiat	2010	2011	NPE-6066
	94.	Carro	Fiat	2011	2012	OAY-6418
	95.	Carro	Ford	2012	2012	OAX-8659
	96.	Caminhão	Chevrolet	1984	1984	JYI-8780
	97.	Carro	VW-	1995	1995	JYF-5896
	98.	Camionete	Mitsubishi	2009	2010	NPH-1268

Fonte: PROAD e Campus

A utilização do veículo é regulamentada no âmbito interno por meio da Portaria n. 1.497, de 25.11.2011, além de procedimentos e controles próprios (manuais e eletrônicos).

Os veículos de pequeno porte são utilizados para fins institucionais (administrativos e pedagógicos) e os de médio e grande porte, são utilizados para o transporte dos alunos para viagens e/ou visitas técnicas, e/ou transporte de cargas.

Na maior parte das unidades gestoras, o IFMT possui motoristas terceirados, ou seja, há contratação de locação de mão-de-obra para condução dos veículos institucionais. Tal contratação é realizada, em razão do quadro insuficiente de motoristas efetivos. Da mesma forma, tem-se outros servidores autorizados a conduzir os veículos institucionais, sendo que tal autorização é emitida anualmente e de acordo com as condições estabelecidas na Portaria n. 1.497/2011 – IFMT.

Os veículos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, são gerenciados por cada unidade gestora (Reitoria e Campus), as quais são responsáveis desde o planejamento da aquisição, até a sua manutenção, controle, e registro patrimonial.

A seguir apresentamos, a média de quilômetros rodados, separados por unidade gestora:

Tabela CLXII. Média de quilômetros rodados

Veículo	Ano Fab.	Placa	KM Rodados 2012
REITORIA			
MEGANE – RENAULT	2008	KAT – 6572	12.255
PAJERO – MITSUBISHI	2010	NJH – 3213	15.783
PARATI – VOLKSWAGEN	2010	NPL – 9725	16.679
PARATI – VOLKSWAGEN	2010	NPL – 9695	22.050
FOCUS – FORD	2009	NPO – 4420	22.000
RANGER – FORD	2010	NJS – 1141	31.956
L 200 TRITON – MITSUBISHI	2011	OAS – 2157	52.006
RANGER - FORD	2011	OAY – 3521	40.525
TOTAL DE KM RODADOS EM 2012			213.254
Média Anual de KM rodados Por Veículo em 2012			26.656
Idade Média da Frota			2 anos
Campus Rondonópolis			
PARATI – VW	2010	NJV 4725	14.219
CAMIONETE – TOYOTA HILUX	2010	NJP 4983	23.219
ÔNIBUS – COMIL	2011	NUB 5273	10.665
TOTAL DE KM RODADOS EM 2012			213.254
Média Anual de KM rodados Por Veículo em 2012			26.656
Idade Média da Frota			2 anos
Campus Pontes e Lacerda			
GOL – VW	2009	KAU 0212	24820
CAMIONETE – FRONTIE	2007	KAQ 1459	26921
ÔNIBUS – VOLARE	2009	NJM 7976	8.003
MICRO – ÔNIBUS – IVECO	2009	NJM 8106	14.763
VW/COMIL	2011	NPP 2863	19.893
TOTAL DE KM RODADOS EM 2012			94.400
Média Anual de KM rodados Por Veículo em 2012			18.880
Idade Média da Frota			3 anos
Campus Sorriso			
MICRO – ÔNIBUS	2012	OBA 7476/MT	60.143
CAMIONETE – S10	2011	NUE 9485/MT	10.600
TOTAL DE KM RODADOS EM 2012			70.743
Média Anual de KM rodados Por Veículo em 2012			35.371
Idade Média da Frota			1 ano
Campus Juína			
Veículo transporte institucional	Idade média: 1,75 anos		21.900 KM/ ano
Veículo transporte carga	Idade média: 2 anos		6.200 KM/ ano
Veículo transporte coletivo	Idade média: 1 ano		12.00 KM/ ano
Campus Barra do Garças			
Veículo transporte institucional	Idade média: 1,33 anos		19.404 KM/ ano
Campus Cáceres			
Veículo transporte institucional	Idade média: 5 anos		195.379 KM/ ano

Campus Cuiabá			
ÔNIBUS VW/COMIL CAMPIONER	2012	OBD 1919	3.993
FORD FIESTA SEDAN 1.6	2011	NJQ 9071	7.979
ÔNIBUS VOLVO/COMIL CAMPIONER	2009	NJQ 4206	37.529
CAMINHONETE L200-4x4 GL	2009	NJM 8036	11.522
VW/PARATI 1.6	2008	NJF 7499	5.595
GM/CORSA HATCH MAXX	2007	KAC 7592	7.875
CITROEN/JUMPER M33M HDI	2006	CWI 7176	7.781
CAMINHONETE NISSAN FRONTIER 4x4 XE	2006	KAC 0475	2.136
MICRO ÔNIBUS VW/COMIL BELLO	2004	KAK 7348	22.877
VW KOMBI	1997	JYQ 1742	897
FORD/F 350	1974	JYI 2318	1.554
TOTAL DE KM RODADOS EM 2012			109.738
Média Anual de KM rodados Por Veículo em 2012			9.976
Idade Média da Frota			8 anos

Fonte: PROAD e Campus

Os gastos com os veículos institucionais, registraram no exercício de 2012, o montante de aproximadamente R\$ 1.300.924,60 em despesas empenhadas e efetivamente gastas/pagas o correspondente a R\$ 729.705,44, equivalente a uma média R\$ 7.445,97 por veículo, conforme detalhamento abaixo:

Tabela CLXIII. Gastos com combustíveis e manutenção de veículos

Unidade Gestora	ND	Empenhado (A)	Pago (B)	Restos a pagar (C)	Nº de veículos (D)	Média de Gastos por veículo (E=B/D)
Reitoria e Campus Sorriso	339030-01	51.824,66	27.078,76	24.745,90	11	5.268,22
	339030-39	26.570,44	22.052,65	4.517,79		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	32.975,78	8.818,98	24.156,80		
		111.370,88	57.950,39	53.420,49		
Campus Cuiabá	339030-01	53.824,44	44.583,54	9.240,90	11	6.909,12
	339030-39	27.004,53	19.539,33	7.465,20		
	339036-20	230,00	230,00	0		
	339039-19	13.811,63	11.647,41	2.164,22		
		94.870,60	76.000,28	18.870,32		
Campus Cáceres	339030-01	103.429,34	69.778,57	33.650,77	10	10.784,87
	339030-39	49.351,80	27.608,41	21.743,39		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	27.129,30	10.461,70	16.667,60		
		179.910,44	107.848,68	72.061,76		
Campus São Vicente	339030-01	216.348,11	117.762,87	98.585,24	22	16.470,63
	339030-39	8.386,48	8.386,48	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	279.653,85	236.204,51	43.449,34		
		504.388,44	362.353,86	142.034,58		
Campus Campo Novo do Parecis	339030-01	30.727,20	30.727,20	0	10	5.194,71
	339030-39	0	0	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	22.558,43	21.219,90	1.338,53		
		53.285,63	51.947,10	1.338,53		

Unidade Gestora	ND	Empenhado (A)	Pago (B)	Restos a pagar (C)	Nº de veículos (D)	Média de Gastos por veículo (E=B/D)
Campus Juína	339030-01	47.579,40	22.790,64	24.788,76	6	5.047,12
	339030-39	5.137,53	5.137,53	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	2.354,56	2.354,56	0		
		55.071,49	30.282,73	24.788,76		
Campus Bela Vista	339030-01	28.471,00	0	28.471,00	7	393,42
	339030-39	0	0	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	5.507,88	2.753,94	2.753,94		
		33.978,88	2.753,94	31.224,94		
Campus Pontes e Lacerda	339030-01	53.388,50	0	53.388,50	5	2.783,82
	339030-39	35.993,86	13.473,86	22.520,00		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	21.445,25	445,25	21.000,00		
		110.827,61	13.919,11	96.908,5		
Campus Confresa	339030-01	51.706,83	336,83	51.370,00	10	619,01
	339030-39	5.323,27	5.323,27	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	530,00	530,00	0		
		57.560,10	6.190,10	51.370		
Campus Barra do Garças	339030-01	54.077,49	9.999,99	44.077,50	3	3.980,20
	339030-39	14.814,75	1.483,11	13.331,64		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	2.246,70	457,50	1.789,00		
		71.138,94	11.940,60	59.198,14		
Campus Rondonópolis	339030-01	20.002,94	0	20.002,94	3	2.839,55
	339030-39	0	0	0		
	339036-20	0	0	0		
	339039-19	8.518,65	8.518,65	0		
		28.521,59	8.518,65	20.002,94		
TOTAL		1.300.924,60	729.705,44	571.218,96	98	7.445,97

FONTE: SIAFI Gerencial

Percebe-se que há um grande montante de recursos investidos com a frota de veículo do IFMT, todavia, tais despesas são necessárias para a realização das manutenções preventivas e corretivas dos veículos, bem como para o deslocamento até os núcleos avançados, pólos de educação a distância e Campus distribuídos em toda a extensão territorial do Estado de Mato Grosso.

No entanto, em razão das condições das rodovias e as longas distâncias, há se um grande dispêndio com manutenção. Da mesma forma, o custo do combustível em algumas regiões mais distantes dos centros urbanos, acrescenta seu poder de relevância no contexto geral.

A frota do IFMT ainda é considerada nova, com exceção dos veículos oriundos das ex-autarquias (CEFET-Cuiabá, CEFET-MT e EAF- Cáceres). Para esses Campi mais antigos há necessidade de efetuar-se a substituição de alguns veículos, porém na maior dos Campi é necessário a ampliação da frota, de modo a atender as necessidades institucionais.

A decisão para substituir os veículos ocorre, geralmente, pela antiguidade ou quando se incorre em custos fortemente elevados de manutenção. Nesses casos, faz-se uma análise, tomando-se somente os gastos com manutenção durante a vida útil do veículo e, caso entenda-se compensador, substitui-se o veículo. O veículo também é substituído em casos de colisão, resultando em perda total.

Em relação às razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, vemos que o transporte faz parte da competência estratégica dentro do IFMT, que exige a alta exigência de qualidade na execução dessa atividade sem assim acaba por justificar a opção pela manutenção de uma frota própria de veículos.

E por fim, a estrutura de controles de que o IFMT dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, temos:

- SIGAADM – Módulo Transportes;
- Sistema de Gestão de Combustível;
- Planilhas de controle de saída em viagem;
- Diário de bordo;
- Planilhas de controle de gastos com manutenção; e
- Outros controles manuais.

10.1.2 Frota de veículo automotores à serviço da Instituição, mas contratada de terceiros

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso efetua a contratação de veículos automotores de terceiros, somente em casos esporádicos e específicos, tais como: transporte de alunos, viagens e/ou visitas técnicas, campeonatos esportivos e outros.

Tal contratação é realizada para atender algumas demandas, em razão que a Instituição não possui veículos e/ou motoristas suficientes para atender as demandas, principalmente quando há eventos multi-campi, onde há a participação de alunos e docentes dos Campi do IFMT.

A seguir apresentamos alguns dados dos Campi que efetuaram a contratação desse tipo de transporte no exercício de 2012:

- Campus Cáceres:

CNPJ: 33652546/0001-86

Modalidade: Pregão Eletrônico; Nº Contrato: 09/2012.

Vigência: 30/08/2012 a 30/08/2013; Valor do Contrato: R\$ 173.000,00

Valores pagos em 2012: R\$ 47.917,69

Objeto: transporte dos alunos do PROEJA

- Reitoria:

CNPJ: 05643777/0001-98

Modalidade: Pregão Eletrônico/ Adesão a ata SRP.

Valores pagos em 2012: R\$ 18.900,00

Objeto: Transporte dos alunos para participar do Fórum Mundial de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Campus Cuiabá:

CNPJ: 05511956/0001-71

Modalidade: Dispensa

Valores pagos em 2012: R\$ 4.000,00

Objeto: Transporte dos alunos para visita técnica até o município de Chapada dos Guimarães.

- Campus São Vicente:

CNPJ: 55334262/0001-84

Modalidade: Dispensa

Valores pagos em 2012: R\$ 6.800,00

Objeto: Transporte dos alunos para participar do JIF-MT;

- Campus Juína:

CNPJ: 04017029/0001-37

Modalidade: Dispensa
 Valores pagos em 2012: R\$ 5.500,00
 Objeto: Viagem técnica dos alunos do Campus Juína

- Campus Barra do Garças:
 CNPJ: 06344615/0001-11
 Modalidade: Dispensa
 Valores pagos em 2012: R\$ 4.395,00
 Objeto: Transporte dos alunos para participar do JIF-MT;

10.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Tabela CLXIV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - MT	12	14
	Cuiabá	02	02
	Santo Antônio do Leverger	01	01
	Juína	01	02
	Cáceres	01	01
	Confresa*	01	01
	Pontes e Lacerda*	01	01
	Rondonópolis	01	01
	Barra do Garças	01	01
	Campo Novo do Parecis	01	01
	Poconé	01	01
	Campo Verde	01	01
Sorriso	0	01	
Subtotal Brasil		12	14
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	14

* Os Campi de Confresa, Campo Novo do Parecis e Pontes e Lacerda ainda estão em processo de transferência.

Fonte: PROAD

Tabela CLXV. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1		
	Cuiabá (Reitoria)	01	01
	Campo Novo do Parecis	01	0
	Jaciara	01	01
	Sorriso	01	01
Subtotal Brasil		04	03
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		04	03

Fonte: PROAD e Campus

Tabela CLXVI. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	Município	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
					Valor Histórico*	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção
158335- Campus São Vicente	Santo Antonio Leverger	9067.00043.500.7	21	3	3.988.501,29	Não houve	Não houve	Não informou	Não informou
	Campo Verde	Não informou							
158493 – Campus Juína	Juína (área rural)	9831.00020.500-1	21	3	3.991.619,77	28/12/11	-	0	104.487,44
	Juína (área urbana)	9831.00022.500-2	21	3	0	18/12/12	236.163,18	0	0
158498 – Campus Rondonópolis	Rondonópolis	915100114.500-2	21	1	5.220.353,49	01/05/11	--	0	64.031,80
158497 – Campus Barra do Garças	Barra do Garças	Não há registro	12	5	-	-	-	619.476,95	17.916,40
158334 – Campus Cáceres	Poconé	9129000225006	21	4	1.196.206,11	25/09/09	-	Não informou	Não informou
	Cáceres	9047001525005	21	3	6.930.148,34	27/12/12	22.882.606,05	56.822,27	274.944,48
		9047001615004	15	3	19.065,23		74.528,18		
		9047001625000	15	3	20.185,15		75.648,10		
		9047001635005	15	3	14.799,92		56.172,59		
		9047001645000	15	3	18.889,09		75.811,60		
		9047001655006	15	3	19.065,23		74.528,18		
		9047001665001	15	3	25.144,46		97.336,12		
		9047001675007	15	3	31.231,26		137.217,15		
		9047001685002	15	3	31.231,26		137.217,15		
		9047001695008	15	3	70.429,56		280.754,68		
		9047001705003	15	3	60.933,02		241.533,80		
		9047001715009	15	3	44.946,88		151.980,66		
		9047001725004	15	3	50.990,57		193.783,36		
		9047001735000	15	3	60.993,02		241.533,80		
9047001855005	15	3	10.907,09	52.289,11					

UG	Município	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
					Valor Histórico*	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção
158333- Campus Cuiabá	Cuiabá	906700218500-8	21	3	42.850.123,67	23/04/12	33.151.202,00	0	706.883,08
158494- Campus Bela Vista	Cuiabá	9067000885002	21	3	2.999.723,02	-	-	Não informou	Não informou
158492- Campus Campo Novo do Parecis	Campo Novo do Parecis	9777.00003.500-0	12	3	2.579.000,00	23/10/09	-	Não informou	Não informou
158144 – Campus Sorriso	Sorriso	9907.00011.500-6	21	3	1.000,00	20/08/12	0	0	0
158495 – Campus Pontes e Lacerda	Pontes e Lacerda	Não há registro	12	3	-	-	-	10.043,45	-
158496 – Campus Confresa	Confresa	Não há registro	12	3	-	-	-	Não informou	Não informou
Total								686.342,67	1.168.263,20

Fonte: SPIUNET, SIAFI e Campi.

* Dados do SPIUNET

Legenda:

- 1 – Aquicultura
- 2 – Arrendamento
- 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
- 4 – Cessão – Outros
- 5 – Cessão – Prefeitura e Estados
- 6 – Cessão Onerosa
- 7 – Comodato
- 8 – Disponível para Alienação
- 9 – Em processo de Alienação
- 10 – Em regularização – Cessão
- 11 – Em regularização – Entrega

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom
- 4 – Regular

- 12 – Em regularização – Outros
- 13 – Entrega – Adm. Federal Direta
- 14 – Esbulhado (Invadido)
- 15 – Imóvel Funcional
- 16 – Irregular – Cessão
- 17 – Irregular – Entrega
- 18 – Irregular – Outros
- 20 – Locação para Terceiros
- 21 – Uso em Serviço Público
- 22 – Usufruto Indígena
- 23 – Vago para Uso

- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim
- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

Tabela CLXVII. Discriminação dos bens imóveis de propriedade de terceiros sobre a responsabilidade da UJ (Locação)

UG	Município	RIP	Estado de Conservação	Objeto	Despesa no exercício		
					Com reformas	Com manutenção	Com locação
158335- Campus São Vicente	Jaciara	Não informou	3	Locação de salas para instalar a sede do Núcleo Avançado de Jaciara	Não informou	Não informou	Não informou
158334 – Campus Cáceres	Cáceres	-	3	Locação de estacionamento náutico	-	-	3.120,00
158144 – Reitoria	Cuiabá	9067.00321.500-8	4	Locação de salas para instalar a sede da Reitoria	20.644,15	7.850,00	214.668,43
158144 – Campus Sorriso	Sorriso	9907.00011.500-6	3	Locação de salas para instalar o Campus Sorriso	2.650,00	8.010,00	56.815,00
158492- Campus Campo Novo do Parecis	Campo Novo do Parecis	Não informou	3	Locação de salas de aulas	Não informou	Não informou	17.500,00
TOTAL					23.294,15	15.860,00	292.103,43

Fonte: SIAFI, PROAD e Campus

Legenda:

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- 1 – Novo
- 2 – Muito Bom
- 3 – Bom
- 4 – Regular

- 5 – Reparos Importantes
- 6 – Ruim
- 7 – Muito Ruim (valor residual)
- 8 – Sem Valor

Situação dos imóveis:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso herdou das ex-autarquias diversos problemas no que tange a regularização dos imóveis dos Campi.

Várias ações foram realizadas para regularização das pendências, no entanto, nem todos os problemas puderam ser solucionados até o final do exercício de 2012, haja vista, que muitas delas dependem de terceiros, tais como Prefeituras, Cartórios e outros Órgãos federais.

Porém a Instituição continuará acompanhando no próximo exercício as situações desses imóveis, bem como, em conjunto com a Direção-Geral dos Campi regularizando tais inconsistências.

A seguir apresentamos um resumo da situação dos imóveis de cada Campus:

- **Campus São Vicente:**

Os imóveis do Campus já foram transferidos da ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Campus São Vicente no SPIUNET e no cartório de imóveis, porém o Campus encontra-se pendente de reavaliação do imóvel junto ao SPIUNET, haja vista a falta de pessoal especializado para essa atividade.

No entanto, o Campus estará promovendo no próximo exercício esforço contínuo para regularização dessa pendência e atualização dos registros no SPIUNET.

Informamos ainda, que o Campus São Vicente é o responsável pelos Núcleos Avançados de Campo Verde e Jaciara, situados nos municípios de mesmo nome. Sendo que somente o Núcleo Avançado de Campo Verde, há imóvel registrado sob a responsabilidade do IFMT/Campus São Vicente.

- **Campus Confresa:**

A área destinada a implantação do campus foi cedida pela Prefeitura Municipal de Confresa, através do INCRA, conforme processo administrativo número 54.246.000137/2008-76, sendo a área total de 50,2630 há, imóvel este avaliado em R\$ 51.924,58 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), que atualmente encontra-se em fase de processo de georreferenciamento do Projeto de Assentamento (PA) Independente I necessário para que seja efetuado o desmembramento e posterior registro do imóvel.

- **Campus Juína**

O Campus Juína providenciou a regularização do imóvel e os registros junto aos demais órgãos públicos, bem como no SPIUNET, porém encontra-se pendente somente na reavaliação do imóvel.

- **Campus Cuiabá:**

O imóvel estava pendente somente na atualização do imóvel junto ao SPIUNET, dessa forma, foi contratada a Caixa Econômica Federal para reavaliação do imóvel e atualização cadastral.

No entanto, o Campus possui obras em andamento e/ou já finalizadas, e após a conclusão e entrega definitiva das obras de ampliação/reforma faz-se necessário as averbações e atualizações.

- **Campus Cáceres:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Cáceres.

No ano de 2012, foram transferidos saldos da conta de obras em andamento concluídas em exercícios anteriores para os Imóveis de Uso em Serviço. Foram atualizados os valores dos imóveis no SPIUNET com base na Tabela do CUB fornecida pelo SINDUSCON/MT, referente ao mês de dezembro/2012.

- **Campus Barra do Garças:**

O imóvel do Campus (terreno) já se encontra devidamente registrado no Cartório, no entanto, a obra de construção ainda não finalizou, após a sua conclusão os dados serão inseridos no SPIUNET, quantos aos prédios antigos existentes no terreno já foram regularizados na prefeitura municipal de Barra do Garças e estão sendo regularizados no cartório, serão avaliados em valores imobiliários e em seguida cadastrados e regularizados no SPIUNET.

- **Campus Rondonópolis:**

O imóvel do Campus encontra-se devidamente regularizado junto ao Cartório de Imóveis e SPIUNET. No entanto, após a conclusão das obras de ampliação faz-se necessário as averbações e atualizações.

- **Campus Bela Vista:**

O imóvel está em processo de regularização perante o cartório do município, haja vista, a necessidade de transferi-lo da antiga ex-autarquia para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus Bela Vista.

No entanto, a transferência do imóvel no SPIUNET já foi realizada, aguardando somente a reavaliação do imóvel para atualização dos registros no SPIUNET, e a inclusão dos dados relativo as obras já concluídas.

- **Campus Campo Novo do Parecis:**

Os bens imóveis que foram doados ao então CEFET-Cuiabá, pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, através da Lei n. 1.137/206 C/C 1.178/2007 e avaliados em 10/08/06 em R\$ 420.000 (terreno) e R\$ 2.070.000,00 (construções), porém o processo de doação encontra-se em fase de regularização por parte da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, no que tange as informações relativas ao Cartório de Imóveis.

Após a finalização da transferência, serão efetuados os devidos registros no SPIUNET, bem como as averbações e atualizações quanto as obras já concluídas ou em conclusão.

No exercício de 2012, foi contratado a Caixa Econômica Federal para promover a reavaliação do imóvel, no entanto, tal laudo somente será entregue em 2013, que por ocasião será inserido no SPIUNET.

- **Campus Pontes e Lacerda:**

O imóvel do Campus Pontes e Lacerda encontra-se em processo de regularização e aguardando posicionamento final do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, da Secretaria de Estado de Administração e da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

O processo de transferência encontra-se quase finalizado, após a conclusão, os mesmos serão devidamente averbados no Cartório de Registro de Imóveis e posteriormente no SPIUNET.

- **Campus Sorriso:**

Encontra-se instalada em prédio alugado, até a conclusão das obras de implantação do Campus.

- **Reitoria**

Encontra-se instalada em prédio alugado de terceiros.

11 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso é exercida por meio da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, vinculada a Reitoria e as Coordenações de Tecnologia de Informação, vinculadas à Direção-Geral dos Campi do IFMT.

Diversos trabalhos são realizados sob a supervisão e orientação da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI, as quais destacamos:

- Planejamento da área: o Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação é um documento gerado para nortear os Planos de Gestão da TI em consonância com os objetivos desta unidade dentro da Instituição, levando-se em conta o capital financeiro e humano disponíveis.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (PDI-IFMT), a sua existência se justifica por ações voltadas para o desenvolvimento local, regional e nacional e tem a missão de oferecer educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

A área de Tecnologia da Informação na administração pública é amparada por uma extensa rede legislativa, e um, dentre os muitos aspectos da legislação é a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, bem como estabelecer parâmetros para os diversos tipos de aquisições em TI, o que está referenciado no art. 4º da Instrução Normativa nº4 de 2010:

Art. 4 As contratações de que trata esta IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade.

O PETI e o PDTI seguem as normas legislativas nacionais e internas da Instituição e estabelece as diretrizes para a elaboração, acompanhamento e alcance dos objetivos na área de TI. Estes documentos foram aprovados na Resolução CONSUP Nº 021 de 27 de Abril de 2012 e disponibilizado no site do CTI (http://www.ifmt.edu.br/image/?site=CTI&Attachment=arquivo_index&attachment_id=2003985&index=1).

- Perfil de recursos humanos: o quadro de recursos humanos na área da TI ainda é deficitário, porém é composto na sua maioria por analistas e técnicos da área informação, conforme detalhamos a seguir:

Tabela CLXVIII. Recursos humanos na área de TI

Unidade Gestora	Cargo/ Perfil	Quantidade
Reitoria	Analista de TI – Sistemas	07
	Analista de TI – Infraestrutura	02
	Diretor	01
	Estagiário	02
Campus Barra do Garças	Analista de TI	01
	Técnico de TI	01
Campus Cáceres	Analista de TI	04
Campus Campo Novo do Parecis	Analista de TI	02
	Técnico de TI	01
Campus Cuiabá	Analista de TI	01
	Técnico de TI	02
	Assistente de administração	01
	Estagiários	03

Campus Bela Vista	Técnico de TI	02
	Estagiários	02
Campus Juína	Analista de TI	01
	Assistente	01
Campus Pontes e Lacerda	Analista de TI	01
Campus Rondonópolis	Analista de TI	02
Campus São Vicente	Analista de TI	02
	Técnico de TI	01
Campus Sorriso	Técnico de TI	01
Total		41

Fonte: DGTI

- **Segurança da informação:** conforme especificado na Portaria IFMT N° 1.110 de 18 de Agosto de 2011, o CSI possui atribuição de assessorar o CTI e o IFMT na consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos à Segurança da Informação.

Foi aprovado na Resolução CONSUP N° 030 de 25 de junho de 2012 a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Federal de Mato Grosso. A POSIC prevê que as Pró-Reitorias, Diretorias e Campi são responsáveis pela criação de instruções normativas e procedimentos relativos à sua área de atuação. Esta é uma tarefa complexa e durante o segundo semestre de 2012 não foi possível concluí-la.

A DGTI tem empregado diversos mecanismos para melhorar a segurança, com exemplo a implantação do protocolo HTTPS para acesso aos sistemas (SUAP e GLPI) e alteração periódica de senhas de usuários da rede. Espera-se que tais atividades sejam concluídas durante o ano de 2013, além da elaboração e publicação dos procedimentos relativos à segurança, previstos na POSIC.

- **Desenvolvimento e produção de sistemas:** o desenvolvimento de sistemas, para atendimento a demanda do IFMT, tem sido realizado pela equipe interna. O procedimento adota foi publicado através da IN DGTI 04/2011, disponível no site da DGTI no item “Instruções Normativas” (http://www.ifmt.edu.br/image/?site=DGTI&Attachment=arquivo_index&attachment_id=2002754&index=3). Os sistemas desenvolvidos Gerenciamento de Site Institucionais, Gestão de Fiscais e “Fale Conosco” utilizam o framework Adempiere (<http://adempiere.org>).

Os demais sistemas utilizados são disponibilizados por outras instituições: SUAP, SIGA EPCT, GLPI e OJS. Entretanto, existem alguns sistemas que foram adquiridos pelos campi, através de licença de uso, conforme relação publicada no “Inventário de Software e Sistemas” no PDTI.

- **Contratação e gestão de bens e serviços de TI:** a contratação de solução de TI é disciplinada pela IN 04/2010 da SLTI/MPOG. Esta IN especifica um conjunto de artefatos necessários nas contratações de solução de TI, tornando obrigatório a fase de planejamento e a instituição de uma equipe multidisciplinar, constituída pelo requisitante, integrante técnico e a administração, contribuindo assim para confeccionar a especificação para melhor atender a necessidade da instituição. Internamente, a utilização desta instrução normativa foi formalizada através da Portaria IFMT N° 87/2012.

- **Gestão de TI:** a seguir apresentamos as informações adicionais sobre a gestão da TI:

Tabela CLXIX. Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.ifmt.edu.br/image/?site=CTI&Attachment=arquivo_index&attachment_id=2003985&index=1 _____

5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Análise Crítica	
A DGTI não possui contrato de desenvolvimento de sistemas. Existem algumas variações de cenários entre os campi, em relação aos itens 5 a 7 desta tabela, assim, as respostas são apresentadas a seguir:	
- Campus Barra do Garças;	
Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.

7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

- Campus Cáceres;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Segurança da informação: Para melhor atendermos aos nossos usuários evitando algum dano às informações, considero aprimorarmos a segurança da informação, é um tema fundamental e pouco abordado e com poucas ações para melhorias.	
Contratações: Outra questão fundamental será melhorar o processo de contratações, mais integração entre os campi, evitando retrabalho e melhorando processos, assim como definições dos processos realizados pelos campi ou que serão abordados de forma conjunta	

- Campus Campo Novo do Parecis;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).

	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
	7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(2) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
Comentários	
Como não foram realizadas contratações para desenvolvimento de software este ano utilizamos no item 7 o valor 1 com a interpretação de "Não se aplica".	

- Campus Cuiabá;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

- Campus Bela Vista;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
1	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
1	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
1	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
1	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.

7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

- Campus Juína;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
Comentários	
No item 7, quanto a contratação de serviços de desenvolvimento de software, convém mencionar que nunca foi contratado.	

- Campus Pontes e Lacerda;

Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.

	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
- Campus São Vicente;	
Quesitos a serem avaliados	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados
X	Há sistema de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócios, formalmente designados para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p. ex. Divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade.
	Gestão de incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação
	(4) nos autos são explicitadas as necessidade de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processos de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

Fonte: DGTI e Campus

LEGENDA:

- (1) **nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

12 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, as aquisições e contratações de serviços, são realizadas pela Pró-Reitoria de Administração e também pelos seus 11 Campi. Na parte dos Campi, há comissões de pregões e/ou licitação para a realização de procedimentos licitatórios, bem como Coordenações responsáveis pela aquisição e contratação de serviços.

Pois bem, após a publicação da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, o IFMT tem procurado em suas licitações, melhorar as especificações e contratações de forma a colaborar para a gestão ambiental, no entanto, cabe ressaltar que tais procedimentos ainda estão em fase de estruturação, conscientização e adequação.

No final do exercício de 2011 foi elaborado o Manual de Compras Públicas e Boas Práticas Sustentáveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o intuito de facilitar as atividades dos setores responsáveis pela aquisição e contratações do IFMT. Além disso, em 2012 foram realizadas diversas capacitações, cujo tema sustentabilidade foi abordado, bem como foi intensificado por meio da criação dos Núcleos e Comissões de Sustentabilidade.

No que tange as obras públicas, a Instituição tem procurado imbuir o conceito da sustentabilidade ambiental, desde a concepção dos projetos de engenharia. Dessa feita, nos contratos dessas empresas contratadas para elaboração desses projetos, já são exigidos que fossem observadas as legislações atinentes ao assunto, bem como que tais projetos sejam elaborados com base nas boas práticas da sustentabilidade ambiental.

Já na área de aquisição de equipamentos e materiais, a Instituição a medida do possível, tem procurado adquirir produtos mais adequados a sustentabilidade, tais como: aparelhos com menor consumo de energia, baterias e pilhas recarregáveis, papéis recicláveis, veículos do tipo bicomustível, agrotóxicos e fertilizantes menos prejudicial ao meio ambiente, detergentes e produtos de limpeza biodegradáveis e outros.

Além disso, algumas ações de conscientização também são realizadas pelos Campi do IFMT, e também pelas Pró-Reitorias, ao incentivar a realização de projetos ligados à sustentabilidade ambiental, além da realização de simpósios, seminários e jornadas de pesquisa e extensão voltados para essa área da sustentabilidade.

Tabela CLXX. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Os critérios estão relacionados com a escolha do melhor produto e/ou serviço, que utilizam /ou possibilitam a reutilização ou o descarte consciente e adequados dos dejetos.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
	Esse quesito ainda é parcialmente aplicado. Em razão da dificuldade na obtenção das informações sobre os tipos de certificação ambiental, de forma, com que não haja possibilidade de futuras impugnações de editais e/ou frustração do caráter competitivo do certame.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
	O impacto visível é a diminuição nas despesas, bem como o uso consciente dos bens naturais. Todavia, não foi possível, mensurar em todas as unidades do IFMT, o impacto produzido, em razão, que nos últimos anos a Instituição tem ampliado a sua infraestrutura física, e o consumo de água e e energia elétrica tem aumentando. Porém nas obras e reformas do IFMT, já são realizadas com a concepção de se efetuar a redução dos gastos dos bens naturais.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				X	
	A Instituição tem ampliado a aquisição de bens/produtos reciclados e/ou que possibilitem o reaproveitamento/reabastecimento, tais como: papel, envelopes, pastas, embalagens, caixas e outros itens de papel e papelão recicláveis, canetas recarregáveis, pilhas e baterias recarregáveis, tonners e cartuchos e outros.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 				X	
	Sim (x)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X	
	Por meio da escolha/definição de produtos que possibilitem a reutilização, reciclagem ou reabastecimento. Essa definição é geralmente realizada, durante a especificação e detalhamento do material.				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
	Foram realizadas algumas ações isoladas sobre a racionalização de recursos. Porém com a criação dos comitês e comissões de sustentabilidade, e ainda, do plano estratégico de ações sustentáveis, espera-se aumentar o número de campanhas realizadas.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
	Foram realizadas algumas ações isoladas sobre a racionalização de recursos. Porém com a criação dos comitês e comissões de sustentabilidade, e ainda, do plano estratégico de ações sustentáveis, espera-se aumentar o número de campanhas realizadas.				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Campi e PROAD

12.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não participa de nenhum Programa Governamental de Sustentabilidade, no entanto, em âmbito interno foi instituído o IFMT Sustentável.

No que tange ao consumo de papel, energia elétrica e água, apresentamos a seguir o montante consumido pela Reitoria e pelos campi e núcleos avançados. Porém cabe-se destacar que algumas informações não puderam ser obtidas, em razão que o sistema SIGA-ADM está em fase de implantação. Da mesma forma, vários consumos dos Campi em implantação estão registrados na Reitoria:

Tabela CLXXI. Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa				Ano de Adesão	Resultados	
O IFMT não participa de nenhum Programa Governamental de Sustentabilidade.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resmas)						
Campus Barra do Garças	348	0	0	0	0	0
Campus Bela Vista	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
Campus Cáceres	1.088	439	758	10.427,53	5.140,40	8.763,06
Campus Campo Novo do Parecis	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
Campus Confresa	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informado
Campus Cuiabá	1.700	1.600	1.800	20.230,00	16.800,00	18.360,00
Campus Juína	348	180	119	2.992,80	2.240,00	1.547,00
Campus Pontes e Lacerda	420	304	0	Não informou	Não informado	0
Campus Rondonópolis	303	53	0	2.830,02	495,02	0
Campus São Vicente	50	343	Não informou	4.300,00	2.949,80	Não informado
Campus Sorriso	Não informou	Não informou	Não informado	0	0	0
Reitoria	1.525	784	530	13.317,64	6.803,70	5.072,10
Água (m³)						
Campus Barra do Garças	3.589	0	0	25.747,27	0	0
Campus Bela Vista	Não informou	Não informou	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Cáceres	0	0	0	0	0	0
Campus Campo Novo do Parecis	Não informou	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Confresa	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Cuiabá	24.200	17.800	16.300	153.354,05	112.744,35	90.184,79
Campus Juína	0	0	0	0	0	0
Campus Pontes e Lacerda	Não informado	Não informado	0	14.150,18	12.328,42	4.026,66
Campus Rondonópolis	1.729	791	0	12.297,39	Não informado	0
Campus São Vicente	0	0	0	0	0	0
Campus Sorriso	0	0	0	0	0	0
Reitoria	786,30	678,38	536,86	3.960,96	2.980,38	2.555,70
Energia Elétrica (Kwh)						
Campus Barra do Garças	62.536	0	0	37.521,31	0	0
Campus Bela Vista	Não informou	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Cáceres	804.112	557.328	507.220	580.000,00	424.498,50	312.580,90
Campus Campo Novo do Parecis	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Confresa	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Campus Cuiabá	Não informado	Não informado	Não informado	682.962,32	592.424,34	722.970,27
Campus Juína	Não informado	Não informado	Não informado	140.274,55	95.280,70	31.768,61
Campus Pontes e Lacerda	Não informado	Não informado	0	117.545,46	106.215,44	42.133,25
Campus Rondonópolis	110.849	37.793	0	86.635,52	Não informado	0
Campus São Vicente	1.073.294	Não informado	Não informado	554.395,10	499.162,03	Não informado
Campus Sorriso		0	0		0	0
Reitoria	122.296	93.566	94.084	82.480,86	65.696,31	57.719,86

Fonte: Campi e PROAD

13 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

13.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Tabela CLXXII. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1º	TC 015.403/2009-4	1.626/2012 – 1ª Câmara	9.4	RE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – IFMT					100916
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso acerca:</p> <p>9.4.2 da conveniência de elaborar normativo interno para disciplinar prerrogativas da auditoria interna, incluindo a atenção a ser dada pelas unidades administrativas quanto ao atendimento de suas recomendações, dado que os trabalhos da CGU constataram falta de observância, pela área administrativa do Cefet/MT, das orientações feitas pela referida unidade;</p> <p>9.4.3 da necessidade de estabelecimento de rotinas de trabalho no setor de contabilidade, de forma a evitar utilização de restos a pagar sem efetiva prestação de serviço ou entrega de bens, prática esta questionada no item 1.1.2.1 do relatório de auditoria 224769 do controle interno;</p> <p>9.4.4 da necessidade de estabelecimento de rotinas de atualização da movimentação patrimonial na entidade, bem como de mecanismos de controle interno para acompanhamento e avaliação da eficácia do sistema de gestão patrimonial, em vista do exposto no item 1.1.3.1 do relatório de auditoria;</p> <p>9.4.5 da pendência de esclarecimentos e de análise conclusiva de casos, indicados em 2008 pela CGU, de servidores que poderiam estar exercendo ilegalmente gerência de empresas privadas, bem como os apurados no cruzamento SIAPE x CNPJ de fevereiro de 2009, conforme indicou o item 1.1.6.1 do relatório de auditoria;</p> <p>9.4.6 da necessidade de atenção ao art. 30, § 2º, da Lei 8.666/1993, que estabelece que as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo devem ser definidas no instrumento convocatório, visto que a inobservância desse dispositivo foi constatada pelo controle interno em vários procedimentos licitatórios, mencionados no item 1.1.6.2 do relatório de auditoria;</p> <p>9.4.7 da necessidade de estar devidamente documentada, nos processos administrativos relativos a licitações, a comprovação da origem dos custos unitários utilizados nas planilhas orçamentárias que servirão de base para as contratações;</p> <p>9.4.8 da obrigatoriedade de que as propostas de licitantes apresentem a composição de custos unitários, o detalhamento do BDI e a composição dos encargos sociais adotada</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
<p>9.4.2. Recomendação atendida, com a publicação do Regimento Interno.</p> <p>9.4.3. Tal inconsistência é decorrente da ex-autarquia (Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET/MT), atual Campus Cuiabá. No entanto, informamos que o IFMT, a fim de auxiliar o Campus Cuiabá na regularização dessa inconsistência e ainda, com o objetivo de atuar de forma preventiva e corretiva aos demais Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, têm realizado diversas ações para sanear essas inconsistências, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 2009, o IFMT promoveu o cancelamento de todos os Restos a Pagar dos exercícios de 2005 e 2006, e os empenhos do exercício de 2007 foram reavaliados quanto a identificação daqueles que consistia em obrigações, ou seja, serviços e/ou entrega de materiais em andamento, e após avaliação foi efetuado a regularização desses restos a pagar. • Desde 2009, não é registrado nenhum auto-empenho como restos a pagar e não é efetuado 					

nenhum empenho para as fundações de apoio.

- Anualmente a Pró-Reitoria de Administração, efetua o controle de todos os auto-empenhos emitidos pelas unidades gestoras (Campi) do IFMT, efetuando os devidos cancelamentos em tempo hábil, para que não seja efetuada a inscrição em restos a pagar.
- Todas as unidades gestoras receberam a orientação quanto a necessidade da conferência dos serviços e/ou materiais entregues, e o não pagamento de qualquer prestação de serviço ou entrega de materiais sem a efetiva concretização dos serviços e conformidade com a contratação. Desde então, não registramos qualquer ocorrência desse tipo de inconsistência.
- Os bens materiais recebidos são devidamente registrados no sistema SIGA-ADM, módulo de almoxarifado, após conferência e ateste nas notas fiscais. E somente após esse procedimento, é realizado o pagamento por parte do setor de contabilidade.
- Os restos a pagar de 2012 somente foram inscritos após aprovação do ordenador de despesa no SIAFI, evitando assim, qualquer registro automático.

9.4.4. Recomendação atendida, por meio das seguintes ações:

- Em 2011 foi contratado o serviço de levantamento patrimonial e tombamento de todos os bens do ex-CEFET/MT;
- Em 2012 foi implantado o sistema SIGA-ADM, módulo patrimônio, e todos os bens do ex-CEFET/MT foram devidamente migrados para o novo sistema;
- Em 2012, o sistema SIGA-ADM, módulo patrimônio, foi implantado nos Campi Cuiabá e Sorriso e na Reitoria do IFMT;
- Os termos de responsabilidade dos bens patrimoniais foram atualizados;
- Foi efetuado treinamento aos Campi do IFMT, quanto a utilização do sistema de patrimônio;
- Está em fase de implantação o sistema SIGA-ADM, módulo patrimônio, aos demais Campi do IFMT, com previsão de conclusão em 31.12.2013.
- Foi efetuado capacitação dos responsáveis pelo patrimônio, quanto a gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis da Instituição.

9.4.5 Foi constituída comissão para avaliar os casos de acúmulo, e as providências sugeridas pela comissão foram adotadas.

9.4.6. Recomendação atendida, por meio da execução das seguintes ações:

- Promoveu a revisão dos editais de licitação, para adequação as exigências;
- Os processos licitatórios e os editais são submetidos à apreciação da área jurídica e área técnica (Departamento de Obras e Engenharia), para correção, apontamentos e recomendações;
- Desde 2009 a Pró-Reitoria tem realizado diversos cursos de capacitação aos servidores que atuam na área administrativa, e especificamente, na área de aquisições e contratações foram realizados os seguintes cursos:
 - Curso Básico de Licitação;
 - Curso sobre contratações na modalidade dispensa e inexigibilidade;
 - Curso Prático de Planejamento, Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública;
 - Treinamento de gestão de compras, licitação e contratos;
 - Curso de capacitação do Sistema Integrado de Capacitação e Serviços Gerais – SIASG.
- Nos últimos editais de licitação de obras e serviços de engenharia, foram inseridos ainda, as novas recomendações dos órgãos de controles (TCU e CGU), e principalmente as emendas pelo Núcleo de Assessoria Jurídica/ NAJ/SP da Controladoria-Geral da União (Regional São Paulo), destacando inclusive os itens de maior relevância.

9.4.7. Recomendação atendida por meio das seguintes ações:

- Foi criado em 2012, o Departamento de Obras e Engenharia do IFMT, que estão responsáveis pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia, bem como, pelo planejamento, monitoramento, fiscalização e definição de diretrizes construtivas;
- Os processos licitatórios e os editais são submetidos à apreciação da área jurídica e área técnica (Departamento de Obras e Engenharia), para correção, apontamentos e recomendações;
- Desde 2011, as planilhas de custos dos processos que envolvem serviços de engenharia são elaboradas com base na Tabela SINAPI e/ou PINI, e/ou ainda, por meio da composição de custos, realizados por meio de pesquisa de mercado, cálculo dos insumos, encargos sociais e etc;
- As planilhas de custos são submetidas à avaliação pela área técnica e nenhum processo licitatório é autorizado a prosseguir, sem que todas as pendências constatadas sejam regularizadas;
- Tal exigência encontra-se também no Manual do Mapa de Processos. Esse documento, foi elaborado pela Unidade de Auditoria Interna do IFMT, em parceria com a Pró-Reitoria de Administração, como meio de disseminar o conhecimento e uniformizar a formação dos processos de contratação;

<ul style="list-style-type: none"> • Desde 2009 a Pró-Reitoria tem realizado diversos cursos de capacitação aos servidores que atuam na área administrativa, e especificamente, na área de licitações foram realizados os seguintes cursos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Curso Básico de Licitação; ○ Curso Prático de Planejamento, Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública; <p>9.4.8. Recomendação atendida por meio das ações citadas no item 9.4.7. E ainda, é exigido no edital a apresentação de toda a planilha de composição de custos detalhada, e do BDI e encargos sociais, a não apresentação correta da proposta de preços é motivo de desclassificação do certame.</p>
Síntese dos resultados obtidos
As ações desenvolvidas possibilitaram a melhoria nos processos e no monitoramento das ações.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Falta de pessoal; Movimento grevista; Atrasos nos cronogramas de execução; Dificuldade na obtenção das informações.

DE: Determinação RE: Recomendação
Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2º	TC-008.407/2004-2	2.534/2012 – 1ª Câmara	9	RE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
9.4. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso da necessidade de apresentação, por parte da contratada, da planilha de formação de custos por ocasião da realização de reajustes contratuais					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
9.4. A planilha de formação de custos é item obrigatório nas licitações do IFMT e os processos constituídos pela Instituição estão de acordo com a recomendação do órgão de controle. Para isso foram expedidas diversas normativas e comunicações sobre a observância aos requisitos básicos para a composição dos processos licitatórios, bem como investiu-se na capacitação dos servidores para que tais inconsistências não venham a ocorrer.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

DE: Determinação RE: Recomendação
Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3º	TC-011.112/2012-3	3.750/2012 – 2ª Câmara	1.6	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso que:					
1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s);					
1.6.2. Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
1.6. Os processos foram analisados e encaminhados a Controladoria Geral da União em Mato Grosso para análise e encaminhamento ao TCU para julgamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Falta de pessoal; Acúmulo de atividades; Grande volume de processos a serem cadastrados no SISAC.					
DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4º	TC-006.436/2010-2	4.846/2012 – 2ª Câmara	9.4 9.5	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes providências:					
9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a José Martins Costa e faça juntar a estes autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação;					
9.4.2. suspenda o pagamento decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;					

9.5. orientar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso sobre a possibilidade de a presente concessão vir a prosperar, mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade detectada;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	100916
Síntese da providência adotada:	
9.4. De acordo com o de aposentadoria do servidor Matrícula SIAPE nº 0700358, verificamos que foram realizados os cálculos para aposentadoria do servidor com base na média aritmética simples das maiores remunerações e de acordo com os autos a média foi maior do que o valor da remuneração do servidor na época de sua aposentadoria e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 40 da Constituição Federal foi solicitado ao TCU uma reanálise da aposentadoria do referido servidor.	
Síntese dos resultados obtidos	
Alcançado	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5º	TC-005.051/2012-6	1.602/2012 – 2ª Câmara	1.6	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso que:					
1.6.1. providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo ato de concessão para a interessada constante do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no ato concessório; e					
1.6.2. observe o correto preenchimento dos formulários de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
1.6. Os processos foram analisados e encaminhados a Controladoria Geral da União em Mato Grosso para análise e encaminhamento ao TCU para julgamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alcançado					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Falta de pessoal; Acúmulo de atividades; Grande volume de processos a serem cadastrados no SISAC.					

DE: Determinação RE: Recomendação

Fonte: IFMT

13.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Tabela CLXXIII. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1º	TC 032.096/2010-0	6.016/2012 – TCU – 2ª Câmara	1.8	RE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
<p>1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.8.1. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) sobre as seguintes impropriedades:</p> <p>1.8.1.1. os acréscimos ao preço inicial da obra de construção do auditório e da biblioteca superaram o limite de 25%, contrariando o disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993 e a Jurisprudência do TCU (<u>Acórdãos 87/2008</u> e 2.342/2009, todos do Plenário);</p> <p>1.8.1.2. a contratação da empresa LJ Construções e Comércio Ltda., por meio dos Processos de Dispensa de Licitação 33/2008 e 72/2008, como forma de adicionar serviços ao contrato de edificação do auditório e da biblioteca, sob a alegação de situação emergencial, foi ilegal, pois a situação não se enquadrou no disposto no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e contrariou a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 627/1999, 667/2005 e 2.387/2007, todos do Plenário);</p> <p>1.8.1.3. as alterações no Contrato 29/2007, celebrado pelo então Cefet Cuiabá e a empresa LJ Construções e Comércio Ltda., foram realizadas sem a especificação detalhada dos serviços e não foram formalizados os respectivos aditivos contratuais, contrariando o disposto no art. 60 da Lei 8.666/1993 e a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 195/2005, 1.489/2004, todos do Plenário, e 3.908/2008-2ª Câmara); e</p> <p>1.8.1.4. a obra de construção do auditório e da biblioteca, objeto do Contrato 29/2007, foi executada com o prazo de vigência contratual expirado, afrontando o disposto no art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e a Jurisprudência do TCU (<u>Acórdãos 1.727/2004-Plenário</u>, <u>100/2008-Plenário</u> e 523/2010-Primeira Câmara);</p> <p>1.8.1.5. o pagamento antecipado de 35% dos serviços de levantamento planialtimétrico de todas as edificações e dos arruamentos, desenhos, cálculos e georreferenciamento ao Sr. Sebastião Luiz Viana, objeto do Processo de Inexigibilidade de Licitação 9/2008, configurou afronta ao processo regular de liquidação da despesa pública, previsto nos arts. 62 da Lei 4.320/1964 e 42 do Decreto 93.872/1986; e</p> <p>1.8.1.6. as contratações realizadas por meio dos Processos de Inexigibilidade de Licitação 9/2008 e 10/2008 não possuíam objetos singulares e não foi demonstrada a inviabilidade de competição, tendo ocasionado afronta aos princípios da licitação inseridos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e à Jurisprudência do TCU (Acórdãos 127/2007, 827/2007 e 933/2008, todos do Plenário).</p> <p>1.8.2. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e à representante, Controladoria-Regional da União no Estado de Mato Grosso (CGU/MT), do teor da presente deliberação.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Síntese da providência adotada:					
<p>O IFMT tomou ciência do acórdão e tem aprimorado as suas ações de controle e monitoramento, de forma a evitar a ocorrência de tais inconsistências.</p> <p>E a representação conforme acórdão do TCU, foi arquivada, <i>in verbis</i>:</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169, 235 c/c o art. 237 do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, em acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Ademir José Conte e Reinaldo Silva Barbosa, e em <u>arquivar o presente processo</u>, sem prejuízo das determinações abaixo consignadas.</p>					

Justificativa para o seu não cumprimento
Não há
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Dificuldade na implementação das ações em razão da falta de pessoal e da mudança no corpo diretivo e a extinção da ex-autarquia (CEFET-Cuiabá).

Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2º	TC – 011.726/2002-0	936/2012 – 2ª Camara	9.3	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá					104911
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso - IFMT que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe as providências adotadas em relação às seguintes ocorrências, apontadas no relatório de auditoria operacional 20/2000 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ainda pendentes de comprovação de sua regularização:</p> <p>9.3.1 ressarcimento de valores pagos a maior ao servidor José Ribamar Santos, matrícula 2114143, em virtude do fato de sua nomeação para exercer função gratificada FG-4 ter ocorrido com efeito retroativo a 16/6/2000;</p> <p>9.3.2. saneamento das impropriedades encontradas no que tange à incorporação de quintos/décimos pelos servidores constantes do anexo 1 do relatório de auditoria operacional 20/2000;</p> <p>9.3.3. concessão de quintos/décimos sem amparo documental aos servidores inativos listados a seguir: Matrícula Inativo Valor da vantagem (R\$) 0272105 Adriel Infantino 87,78 0272122 Bernadeth Campos de Paula 340,48 0272123 Deoscaride Sílvio Teixeira 119,70 0272381 Eny de Figueiredo 38,70 0272129 Glória Catharina Esteves Monteiro 404,34 0272134 Janeth Pereira Salim 154,28 0272138 José Bonifácio Correa 404,34 0272404 Konrad Wimmer 119,70 0272142 Maurício da Rocha 87,78 0272148 Sebastião da Costa Ribeiro 119,7</p> <p>9.3.4. levantamento dos valores pagos a maior a título de ATS, GAE, Insalubridade e Periculosidade aos 78 docentes agraciados com progressão funcional para a classe de Professor Titular do Ensino de 1º e 2º graus, por meio da Portaria 44/1999, em desacordo com a legislação vigente, bem como se foi efetuado ressarcimento ao erário de valores pagos a maior aos beneficiários da ocorrência, indicados no anexo 2 do relatório de auditoria operacional 20/2000;</p> <p>9.3.5. ressarcimento ao erário de valores pagos indevidamente a título de adicionais de insalubridade ou periculosidade por ocasião do afastamento dos seguintes servidores para participação em cursos de pós-graduação: Matr. Servidor Período Pericul. Insal. Total 0272319 Juzélia Santos da Costa 11/3/97 a 11/2/2000 - 84,19 5.641,65 0272419 Pedro Antônio Strobel 11/3/98 a 11/3/2001 57,78+ 69,65 - 3.472,26 6272403 Waltherley Araújo Moura 12/3/98 a 12/3/2001 69,65 - 4.546,15 TOTAL PAGO 13.660,06</p> <p>9.3.6. identificação dos servidores que obtiveram progressão funcional em desacordo com dispositivos legais e ressarcimento ao erário de valores pagos indevidamente aos servidores Alfredo Pedro de Alcântara Junior, Junia Patrícia Dias da Silva e Dalete Cristiane Silva Heitor, que deveriam estar na Classe D, Padrão V, e estavam, respectivamente, na Classe, Padrão VI, Classe B, Padrão I e Classe B, Padrão I;</p> <p>9.3.7. ressarcimento de valores indevidamente recebidos pelos servidores a seguir arrolados a título de auxílio-transporte, tendo em vista que estavam afastados para capacitação em 2001, contrariando o Decreto 2.880/1998:</p>					

Servidor Valor (R\$) Clodoaldo Nunes 142,40 Erika Bussiki Figueredo 243,77 Henrique Antônio Mielli Camargo 972,60 Juzélia Santos da Costa 285,75 Mirian Nogueira Seraphim 479,22 Gilson Francisco de Lima 356,58 Eiji Harima 399,79 Carlos Alberto Saldanha 160,18 Ruy de Oliveira 213,77 Walterley Araújo Moira 3.600,43 Willian de Souza Pereira 233,45 Adriano Breunig 255,61 9.3.8. ressarcimento de valores recebidos indevidamente por vários servidores pela rubrica 15880 - Devolução do Imposto de Renda Judicial, totalizando o montante de R\$126.105,48 no período de agosto a dezembro de 2001, de acordo com o noticiado pelo controle interno na letra e do item 9.3.1.1 do relatório de auditoria 087856 (fls. 64 e 65). 9.4. determinar à Secex/MT o monitoramento das determinações contidas neste acórdão."	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá	104911
Síntese da providência adotada:	
Foram levantadas todas as informações e documentos comprobatórios do atendimento do Acórdão nº 2874/2011, conforme cópia do Memorando nº. 1008/2011/DSGP/IFMT, anexo I, encaminhado a CGU.	
Justificativa para o seu não cumprimento	
Foi possível confirmar que mais de 50% das constatações foram sanadas	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por serem situações que ocorreram no ano de 2000 foi muito difícil encontrar	
DE: Determinação RE: Recomendação	
Fonte: IFMT	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3º	TC 015.403/2009-4	1.626/2012 – 1ª Câmara	9.4	RE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – IFMT					100916
Descrição da Deliberação:					
9.4. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso acerca: 9.4.1 da possibilidade de adotar ação de natureza judicial, se necessária, com o fim de obter ressarcimento dos valores referentes à cessão dos servidores Carlos Carlão Pereira do Nascimento e Edivá Pereira Alves à Prefeitura Municipal de Cuiabá, uma vez que as medidas adotadas foram infrutíferas, de acordo com a resposta à diligência formulada nos autos;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
9.4.1. Ação não executada no exercício de 2012.					
Justificativa para o seu não cumprimento					
A negociação com a Prefeitura não obteve êxito e estão sendo tomadas as providências, quanto a cobrança judicial.					

Porém tal ação não pode ser concluída no exercício de 2012.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Falta de pessoal; Movimento grevista; Atrasos nos cronogramas de execução; Dificuldade na obtenção das informações; Dificuldade nas negociações com a Prefeitura Municipal de Cuiabá.
DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4º	TC 015.036/2011-1	2.315/2012 – Plenário	9.9	DE	Não recebido
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – IFMT					100916
Descrição da Deliberação:					
9.9 determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambucano, IFPI, IFRJ, IFFluminense, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC), IFSP, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que: 9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva; 9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada; 9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90; 9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso					100916
Síntese da providência adotada:					
9.4.1. Nenhuma ação foi executada.					
Justificativa para o seu não cumprimento					
9.4.1. Ação não executada no exercício de 2012, em razão que o IFMT não recebeu qualquer comunicação por parte do TCU e/ou Ministério da Educação, sobre o teor do referido acórdão. E o IFMT somente tomou ciência desse acórdão no exercício de 2013, por meio de pesquisa na internet. As providências relativas a esse acórdão serão tomadas no exercício de 2013.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve comunicação por parte do TCU ou MEC sobre o teor do referido acórdão.					
DE: Determinação RE: Recomendação Fonte: IFMT					

13.3 RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Tabela CLXXIV. Cumprimento das deliberações da CGU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203355	1.2.1.1	Ofício
2		2.1.2.5	
3		2.1.2.6	
4		2.1.2.7	
5		2.1.5.3	
6		2.1.10.1	
7		2.1.12.1	
8		2.1.12.5	
9		2.1.12.6	
10		2.1.12.7	
11		2.1.12.8	
12		2.1.13.1	
13		2.2.3.1	
14		2.2.3.2	
15		2.2.3.3	
16		2.2.4.1	
17		2.2.4.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi			100916
Descrição da Recomendação:			
<p>1.2.1.1. Ausência de informação no relatório de gestão sobre atividades em conjunto com a fundação de apoio.</p> <p>2.1.2.5. Mensurabilidade do indicador de relação entre número de técnicos administrativos e docentes prejudicadas ante a imprecisão dos números utilizados.</p> <p>2.1.2.6. Fragilidade nos controles relativos à área de licitação, comprometendo sua integridade.</p> <p>2.1.2.7. Fragilidade nos controles relativos aos registros e pagamentos de pessoal, comprometendo a sua integridade.</p> <p>2.1.5.3. Ausência de informações acerca de homologação da Política de Segurança da Informação (PSI) proposta pela área técnica.</p> <p>2.1.10.1. Falta de cadastramento de pessoal no SISAC, conforme preceitua o art. 7º da IN 55/2007;</p> <p>2.1.12.1. Não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens/serviços/obras.</p> <p>2.1.12.5. Simulação de cotação de preços para montagem do termo de referência da TP n. 01/2009 – Campus Cuiabá, tendo como consequência um orçamento superestimado.</p> <p>2.1.12.6. Orçamento sem composição de custos unitários. Ausência de previsão de edital de exigência de inclusão na proposta de preços de composições de preços unitários da TP n. 01/2009 – Campus Cuiabá.</p> <p>2.1.12.7. Inclusão indevida de custos de administração local na taxa de bonificação e despesas indiretas – BDI, TP n. 01/2009 – Campus Cuiabá.</p> <p>2.1.12.8. Ausência de licitação na modalidade concorrência, para aquisição de imóvel.</p> <p>2.1.13.1. Ausência de verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada.</p> <p>2.2.3.1. Orçamento sem composição de custos unitários. Concorrência n. 02/2009 – Campus Cuiabá.</p> <p>2.2.3.2. Inexistência de critérios de aceitabilidade de preços unitários no edital TP n. 04/2010 – Campus Cáceres.</p> <p>2.2.3.3. Memorial descritivo do projeto para construção do centro de orientação/sala de professores do Campus Cáceres.</p> <p>2.2.4.1. Ausência de cláusula de obrigatoriedade do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no</p>			

edital da Tomada de Preços nº 04/2010 - Campus Cáceres.

2.2.4.2. Cláusula indevida do Contrato nº 09/2011 (Tomada de Preços nº 04/2010 - Campus Cáceres) ao definir que os pagamentos serão proporcionais ao cronograma físico financeiro contratado.

PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi

100916

Síntese da providência adotada:

1.2.1.1. Apesar do IFMT ter informado à CGU sobre a inexistência de qualquer atividade com fundações de apoio. Não foi possível retificar o relatório de gestão, em razão que a constatação só foi apresentada após o prazo final para o envio do relatório. Até mesmo, porque o relatório já havia sido aprovado pelo Conselho Superior e enviado à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Informamos ainda, que não omitimos qualquer informação no Relatório de Gestão, porém como o IFMT não desenvolve nenhuma atividade com fundações de apoio, entendemos que não haveria necessidade de informa-lo, até mesmo porque na Decisão Normativa TCU n. 108/2011, Parte C, item 7, solicitava que fosse relacionado os projetos desenvolvidos com fundações.

Além disso, conforme Portaria n. 123/2011 – TCU, tal item não constava no rol de informações a serem inseridas no relatório de gestão, mas sim no processo de contas. Informação essa que foi prestada ao órgão de controle quando da composição e análise da prestação de contas do IFMT. Todavia, de modo pacificar o assunto, o IFMT comprometeu-se a apresentar tais informações no próximo relatório de gestão. Cabe destacar que para a confecção do relatório de gestão do exercício de 2012 o próprio TCU, incluiu esse item no rol de informações obrigatórias (Portaria TCU n. 150/2012).

2.1.2.5. Apesar do órgão de controle entender que a Instituição ao incluir na fórmula de cálculo os professores substitutos e que tal inclusão causa prejuízo na análise na mensurabilidade do indicador 15, a Instituição posiciona-se contrário ao entendimento do órgão de controle, haja vista, que os técnico-administrativos desempenham suas atividades atreladas ao número de discentes e docentes, independente se é efetivo ou substituto.

Quanto maior o número de alunos e docentes (substitutos e temporários), maior o volume de trabalho para os técnico-administrativos, haja vista, que, por exemplo: a cada docente efetivo que entra de licença médica, licença gestacional, afastamento para capacitação e outros faz-se necessário a contratação de professores substitutos. E para que isso ocorra os técnico-administrativos, necessitam dispender todos os esforços necessários para acompanhamento e regularização da vida funcional do servidor efetivo afastado ou em licença, bem como também de todos os procedimentos necessários para a contratação e acompanhamento da vida funcional dos professores substitutos e temporários.

A Instituição precisa ainda, realizar todos os cadastramentos nos sistemas de informação, como: SIAPE, SISAC, SIAFI e outros, bem como necessita promover ações de capacitação e treinamento para esses docentes substitutos e temporários, seja de forma direta ou indireta. E grande parte dessas atividades é realizada pelos técnico-administrativos. Sendo assim, conforme informamos no Relatório de Gestão, o referido indicador demonstra que no exercício de 2011 houve diminuição na relação entre técnico-administrativo e professor, evidenciando a fragilidade na Instituição e as dificuldades que esse indicador representa para a área administrativa, conforme exposição de motivos apresentada no Relatório de Gestão.

Informamos ainda, que o reduzido número de técnico-administrativos, causa reflexos na área educacional, pois sem os técnico-administrativos, não há condições de realizar todos os trabalhos estruturais, organizacionais e administrativos que o ensino exige, tais como: aquisição de materiais didáticos, laboratoriais, manutenção da infraestrutura e dos equipamentos audiovisuais, tecnológicos e pedagógicos, funcionamento da biblioteca, do refeitório e outros.

São os técnico-administrativos que zelam e oferece condições para que o professor utilize os laboratórios, os equipamentos, a biblioteca e outros. Além disso, não podemos esquecer que para os *Campi* que oferecem cursos na área da agroindústria, alimentos, pecuária, laticínios, meio ambiente e outros, necessitam ainda mais da força de trabalho dos técnico-administrativos, pois os mesmos tem que zelar pelo cuidado da terra e dos animais.

Portanto, a alteração na fórmula de cálculo, conforme sugere essa Controladoria, fará com que o referido indicador não demonstre a efetiva realidade da Instituição, e isso sim prejudicará a mensurabilidade do indicador.

Todavia, de modo pacificar o assunto, o IFMT comprometeu-se a apresentar tais informações no próximo relatório de gestão, deixando de forma mais explícita a composição do indicador.

2.1.2.6. Com o intuito de uniformizar procedimentos e melhorar os controles e a gestão pública, a Pró-Reitoria de Administração constantemente, tem realizado diversos cursos de capacitação para os servidores que atuam na área administrativa.

E por meio dessas capacitações, a Instituição tem conseguido minimizar a ocorrência de problemas, bem como implantar novas rotinas, procedimentos e mecanismos de controle. Prova disso, foram normatizados diversos procedimentos, os quais podemos citar como exemplo:

- a) Portaria n. 87, de 20/01/2012: relativo a aquisição de bens e serviços na área de TI;
- b) Portaria n. 20, de 10/01/2012: relativo a utilização do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA);
- c) Portaria n. 391, de 10/04/2012: relativo ao planejamento, contratação, fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia;
- d) Portaria n. 665, de 11/06/2012: relativo a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP;

- e) Portaria n. 1.481, de 23/11/2011: relativo aos serviços de natureza contínua;
- f) Portaria n. 1.497, de 25/11/2011: relativo ao uso de veículos oficiais, alugados, cedidos ou emprestados pertencentes à frota do IFMT;
- g) Portaria n. 741, de 04/08/10: relativo a transferência de imóveis;
- h) Portaria n. 182, de 23/02/11: relativo a celebração de convênios e termos de cooperação técnica;
- i) Portaria n. 261, de 16/03/11: relativo a concessão de diárias e/ou passagens;
- j) Portaria n. 324, de 30/03/11: relativo a concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos;

Foram elaborados e disponibilizados aos servidores da Instituição os seguintes manuais:

- Manual de Compras Públicas e Boas Práticas Sustentáveis do IFMT;
- Manual de Placas de Obras do IFMT;
- Mapa para contratação de bens e serviços;
- Manual do Servidor (Ajuda de Custo);

Foram emitidos diversos documentos internos, orientando determinadas atividades tais como:

- Memo Circular n. 007/2012 – PROAD/IFMT, de 18/01/2012, alertando aos Campi sobre possíveis presenças de licitantes “coelhos” e/ou ocorrência de fraudes e conluio, bem como procedimentos para evitar tais ocorrências;
- Memo Circular n. 008/2012 – PROAD/IFMT, de 19/01/2012, referente aos contratos de terceirização;
- Memo Circular n. 009/2012 – PROAD/IFMT, de 20/01/2012, referente a instrução de processos de concessão de suprimentos de fundos;
- Memo Circular n. 010/2012 – PROAD/IFMT, de 20/01/2012, referente a exigência do parecer jurídico nos processos licitatórios e nos aditivos contratuais;
- Memo Circular n. 051/2012 – PROAD/IFMT, de 14/06/2012, referente aos procedimentos quanto a observância as regularidades fiscal, trabalhista e administrativa dos fornecedores a serem contratados e/ou contratados;

Além disso, a Pró-Reitoria de Administração institucionalizou no âmbito do IFMT, o FORPLAD (Fórum de Discussões da Área de Planejamento e Administração do IFMT) e o FORCONT (Fórum de Contabilidade do IFMT). Tais fóruns visam trocar conhecimentos, experiências, e divulgação de informações, novos procedimentos, acordãos do TCU, notas técnicas do MPOG, MEC, STN e outros, com todos os servidores envolvidos na área de competência.

A Pró-Reitoria de Administração acompanha também, periodicamente, os novos acordãos e súmulas do Tribunal de Contas da União, as legislações federais (Decretos e Leis), e promove a divulgação interna por meio dos Fóruns do IFMT. Da mesma forma, contamos com o auxílio da Procuradoria e da Assessoria Jurídica, bem como da Auditoria Interna, na implementação de novas rotinas e procedimentos.

E periodicamente, são realizadas reuniões conjuntas com todos os diretores-gerais, chefes de departamento de administração e planejamento, responsáveis pela contabilidade e licitação dos Campi, para discussão e propositura de novas ações de melhoria e solução de problemas.

No que tange aos processos licitatórios da Reitoria, informamos que os servidores foram devidamente capacitados e estão instruídos quanto a necessidade de se observar toda a documentação apresentada pelos licitantes, bem como, constatado qualquer inconsistência que efetuassem a diligência necessária para esclarecimento da dúvida, e/ou ainda, comprovado a fraude e/ou conluio, que informasse diretamente à administração e os órgãos de controle ou com poder de polícia, para aplicação da sanção ou apuração devida.

Sendo assim, informamos que a Pró-Reitoria de Administração tem realizado diversas ações para aprimoramento de suas ações, e que dentre os processos analisados por esse órgão de controle, somente 3 foram executados pela Reitoria (itens e, f, q), e todos eles já foram solucionados ou estão em fase de conclusão. E dos processos analisados no exercício de 2012, somente 2 processos resultaram em solicitação de auditoria, cujas explicações e informações foram devidamente encaminhados para esse órgão de controle, e a qual entendemos que não houveram impropriedades.

2.1.2.7. Foi investido em capacitação dos servidores que atuam na área de gestão de pessoas, com o intuito de aprimorar as ações.

2.1.5.3. Tal recomendação foi implementada.

2.1.10.1. Em 2012, o IFMT realizou um esforço coletivo para o cadastramento dos processos no SISAC. Tal atraso se deve ao volume de entrada e saídas ocorridas nos últimos anos. Porém, o levantamento de processos a serem cadastrados foi realizado, e dados nos sistemas foram atualizados.

2.1.12.1. Os novos processos licitatórios elaborados em 2012, pela Reitoria e pelos Campi já estão sendo observados os critérios de sustentabilidade.

2.1.12.5. e 2.1.12.6. A Instituição tem aprimorado a constituição dos processos licitatórios, inserindo todos os elementos necessários, demonstrando todos os custos e composições dos preços estimados.

2.1.12.8. O imóvel foi adquirido com o fundamento no art. 24, X da Lei n. 8.666/93. No entanto, ante as recomendações da CGU, a compra foi cancelada.

2.1.13.1. Os documentos e a comprovação da regularidade trabalhista está sendo realizada.

2.2.3.1., 2.2.3.2. e 2.2.3.3. A Instituição tem aprimorado a constituição dos processos licitatórios, inserindo todos os

elementos necessários no projeto básico e edital. Da mesma forma, nos processos tem-se demonstrando claramente todos os custos e composições dos preços estimados.

2.2.4.1. As obrigações estão sendo verificadas.

2.2.4.2. O entendimento estabelecido no contrato foi corrigido e os pagamentos estão sendo realizados conforme medição.

Síntese dos resultados obtidos

Os resultados obtidos puderam melhorar a gestão da Instituição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A greve dos servidores contribuiu para o atraso das atividades que deveriam ter sido completadas.

O processo de integração de sistemas oriundos das autarquias que formaram o IFMT é complexo. Estas atividades demandam muito tempo e pessoal qualificado, porém, existe esforço para obter êxito nesta atividade.

Falta de pessoal para atender as recomendações;

DE: Determinação

RE: Recomendação

Fonte: IFMT

13.4 RECOMENDAÇÕES DA CGU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Tabela CLXXV. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			100916
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203355	2.1.6.1.	Ofício
2		2.1.6.2	
3		2.1.9.1	
4		2.1.10.2	
5		2.1.11.1	
6		2.1.11.2	
7		2.1.12.2	
8		2.1.12.3	
9		2.1.12.4	
10		2.1.13.2	
11		2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi			100916
Descrição da Recomendação:			
2.1.6.1. Falta de apresentação e de divulgação das prestações de contas mensais dos recursos financeiros movimentados pela Cooperativa de Alunos do Campus São Vicente.			
2.1.6.2. Falta de acompanhamento regular da comissão responsável pela avaliação do convênio n. 03/2009.			
2.1.9.1. Fragilidades nos controles internos de gestão de bens de uso especial da união.			
2.1.10.2. Ausência de informação no relatório de gestão quanto à implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho.			
2.1.11.1. Deficiência nos controles internos quanto à organização dos processo de concessão de abono de permanência.			
2.1.11.2. Ausência de laudos periciais atualizados que amparam os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade no âmbito do IFMT.			

2.1.12.2. Falhas na elaboração do Projeto Básico – Pregão Eletrônico n. 07/2010 – Campus Bela Vista.
 2.1.12.3. Inconsistências em itens de planilha de custo e formação de preços e consequente oneração do contrato. Pregão Eletrônico n. 07/2010 – Campus Bela Vista.
 2.1.12.4. Ausência de pareceres jurídicos na celebração de contratos e seus respectivos termos aditivos.
 2.1.13.2. Execução do contrato n. 05/2010, como valor acima do acréscimo permitido.
 2.2.2.1. Atraso na execução da obra. Concorrência n. 02/2009 – Campus Cuiabá.

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e seus Campi	100916

Síntese da providência adotada:

2.1.6.1. A prestação de contas foi apresentada, porém com impropriedades. Dessa feita, estão sendo tomadas as providências cabíveis quanto a notificação e correção. O não atendimento ensejará na abertura de Tomadas de Contas Especial.

2.1.6.2. A apuração da responsabilidade dos membros da comissão responsável pela avaliação do convênio n. 03/2009 não foi realizada no exercício de 2012, em razão das dificuldades operacionais e administrativas.

2.1.9.1. Desde 2010, a Instituição tem realizado diversas ações para regularização dos bens imóveis, porém muitas das ações dependem de terceiros (Cartórios, Governo do Estado, INCRA, Caixa Econômica Federal, FNDE e outros) e isso dificulta a concretização das ações do IFMT. Além disso, o IFMT conta com uma estrutura muito pequena e com poucos servidores que possam auxiliar os trabalhos.

Além disso, até a pouco tempo, o IFMT não possuía um Departamento de Engenharia que pudesse auxiliar nos trabalhos de gerenciamento dos bens imóveis, porém com a realização do último concurso público, a Instituição conseguiu nomear um servidor na área de engenharia elétrica e outro como arquiteto no início do 2º semestre/12, e com remoção de mais alguns servidores, criar o Departamento de Engenharia do IFMT. E estão previstas, para no final de 2012 a abertura de mais 3 vagas na área de engenharia, de forma a fortalecer o Departamento de Engenharia e com isso, possibilitar o acompanhamento mais efetivo das obras, reformas, manutenções, avaliações e atualizações imobiliárias e outros.

Informamos também que em todos os Campi há setores responsáveis pela manutenção dos imóveis e que periodicamente tais atividades são realizadas, mediante disponibilidade orçamentária.

No entanto, em razão, que ainda existem Campus com problemas no registro, tal constatação não foi sanada totalmente no exercício de 2012.

2.1.10.2. A CGU considerou que as informações apresentadas no relatório de gestão 2011 eram insuficientes e/ou poderiam ser aprimoradas. Tal recomendação não pode ser inserida no relatório daquele ano, em razão que o mesmo já havia sido finalizado e aprovado pelo CONSUP. Sendo assim, essa recomendação será implementada nos próximos relatórios de gestão.

2.1.11.1. As pastas funcionais e as concessões de abono de permanência estão sendo organizados, no entanto, as atividades não foram concluídas.

2.1.11.2. Foram solicitados providências ao MPOG, bem como tentou-se firmar parcerias com outros órgãos e/ou instituições públicas. No entanto, nenhuma das ações realizadas, obtiveram o resultado esperado e tal ação não pode ser realizada.

2.1.12.2. e 2.1.12.3. Foi elaborado novo projeto básico e o mesmo será licitado. Todavia, em razão da falta de servidores e a greve, houve atraso no andamento das atividades programadas e não foi possível concluí-lo até o final do exercício de 2012.

2.1.12.4. e 2.1.13.2. O presente processo trata-se de contrato oriundo de uma adesão a ata de registro de preços. O mesmo foi constituído corretamente, todavia, houve um erro formal em uma das cláusulas, sendo necessário a sua retificação. Todavia, para que não haja problemas o IFMT está realizando novo processo licitatório para contratação dos serviços. No entanto, em razão da falta de pessoal e dos atrasos nos cronogramas de atividades, principalmente em decorrência do movimento grevista, a conclusão do processo foi adiado.

2.2.2.1. Ação pendente.

Justificativa para o seu não cumprimento:

Falta de pessoal para o atendimento de todas as demandas;
 Falta de conhecimento e capacitação para os pontos indicados pelo controle exteno;
 A greve dos servidores;
 Atraso no andamento das atividades programadas;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Idem aos pontos elencados acima.

DE: Determinação RE: Recomendação
 Fonte: IFMT

13.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, aprovado Resolução CONSUP nº 1, de 01 de setembro de 2009 e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP n. 05, de 23 de abril de 2012, a Unidade de Auditoria Interna, compõe a estrutura organizacional da Instituição:

- I. Deliberativo e Consultivo máximo:
 - a) Conselho Superior.
- II. Consultivo:
 - a) Colégio de Dirigentes.
- III. Consultivos Especializados:
 - a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão e Cultura; e
 - b) Conselho de Planejamento e Administração;
- IV. Planejamento e Executivo:
 - a) Reitoria;
 - b) Diretorias-Gerais dos *Campi*
- V. Controle:
 - a) Auditoria Interna.
- VI. Assessoramento:
 - a) Assessoria Jurídica;
 - b) Procuradoria Federal;
 - c) Ouvidoria;
 - d) Comissão de Ética;
 - e) CPPD e NPPD; e
 - f) CIS.

A Unidade de Auditoria Interna está em fase de implantação e fortalecimento, sendo suas atividades realizadas conforme Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT). Este plano representa o planejamento da Auditoria Interna, no que tange as ações de acompanhamento, monitoramento e fiscalização das ações realizadas pela Reitoria e seus *Campi*, as quais são realizadas via sistemas próprio e específico (SIAFI Gerencial, SIAPE, SIMEC e outros) e também por meio de visitas *in loco*.

No exercício de 2012, houveram algumas dificuldades para o cumprimento do cronograma de trabalho estabelecido no PAINT 2012, em razão do movimento grevista e a redução da força de trabalho em razão de licenças para tratamento de saúde, redistribuição de servidores e pedidos de exoneração, chegando a Unidade de Auditoria Interna a contar com apenas um servidor em determinados momentos.

Apesar da Instituição ter ampliado a força de trabalho na Unidade de Auditoria Interna, a rotatividade (*turnover*) e o absenteísmo, tem prejudicado o desenvolvimento das ações de controle. Dessa forma, dos acompanhamentos realizados é elaborado relatório preliminares de auditoria interna e que posteriormente são encaminhados ao gestor responsável para manifestação da recomendação e aprimoramento dos procedimentos administrativos.

Após essa fase, é elaborado o plano de providências permanente. No entanto, em razão dos problemas operacionais, tal plano ainda não foi finalizado, para manifestação e acompanhamento da alta gestão.

No anexo deste relatório de gestão, apresentaremos o parecer/relatório da Unidade de Auditoria Interna, contendo a descrição detalhada dos trabalhos realizados e as principais constatações.

13.6 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Tabela CLXXVI. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	382	-	-
	Entregaram a DBR	381	-	-
	Não cumpriram a obrigação	1	-	-

Fonte: Coordenação de Registro e Cadastro de Pessoal/ DSGP

No primeiro semestre de cada ano, o IFMT por meio da Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, comunica aos servidores que exercem cargos de confiança e função gratificada da obrigatoriedade da entrega da DBR ou da autorização ao Controle Interno de acesso as informações referente a DBR e no segundo semestre analisa se todos os servidores entregaram-na, se não, a DSGP solicita aos Campi que notifiquem o servidor e acompanha a entrega da DBR.

No entanto, tal procedimento é realizado de forma manual, haja vista, que a Instituição e/ou a Receita Federal não dispõe de um sistema automatizado que possibilite a verificação automática. Situação essa que demanda tempo e pessoal disponível para verificação do cumprimento do dispositivo legal. Porém ressaltamos, que o arquivo da DBR é de responsabilidade da DSGP e seu acesso é restrito, pois, somente os servidores que realizam o controle da entrega da DBR tem acesso a mesma.

14 DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação Completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso			26414
<p>Com base nas declarações responsáveis pelos contratos e convênios das Unidades Gestoras vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, declaro para os devidos fins que as informações referentes a contratos firmados, encontram-se parcialmente disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reitoria: informações disponíveis e atualizadas; b) Campus Cuiabá: informações disponíveis e atualizadas; c) Campus Barra do Garças: informações disponíveis e atualizadas; d) Campus Bela Vista: não apresentou a declaração; e) Campus Campo Novo do Parecis: não apresentou a declaração; f) Campus Juína: informações disponíveis e atualizadas; g) Campus Rondonópolis: informações disponíveis e atualizadas; h) Campus Confresa: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; i) Campus Pontes e Lacerda: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; j) Campus São Vicente: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; k) Campus Cáceres: informações parcialmente disponíveis e atualizadas; l) Campus Sorriso: informações disponíveis e atualizadas; <p>Ressalto que as informações parciais, se deve, ao fato as inconsistências e problemas operacionais/técnicos apresentadas pelo sistema SIASG em relação aos contratos sub-rogados das ex-autarquias para o IFMT.</p> <p>Não obstante, informo ainda que não constam nos registros desta Coordenação, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, firmados pela Instituição, passíveis de registro e atualização no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.</p> <p>Informo ainda, que cada Campus (Unidade Gestora) é responsável pela inserção e atualização dos dados constantes no SIASG e SICONV.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá - MT	Data	28/02/2013
Responsável nos Campi	Campus Cuiabá: José Vinicius da Costa Filho; Campus Barra do Garças: Mariane Waldow Cotrim Campus Pontes e Lacerda: Valdivino Antônio da Costa Araújo Campus Juína: Elaine Neris Campus Confresa: Evertom Almeida da Silva Campus Cáceres: Rayonara Parente de Lima Campus São Vicente: Jonatas Rodrigues Japassu dos Santos Campus Rondonópolis: Jorge Almeida dos Anjos Campus Sorriso: Emmanuel Fabiano Sabino Silvestre		
Responsável	Josias do Espírito Santo Coringa Pró-Reitor de Administração		

(Original assinado)

15 CONTRATOS DE GESTÃO

A Instituição não celebrou nenhum contrato de gestão no exercício de 2012.

16 TERMOS DE PARCERIA

A Instituição não celebrou nenhum termo de parceria no exercício de 2012.

17 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

17.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Os procedimentos realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso são realizados conforme as normativas legais, tais como Lei n.º 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pela Setorial Contábil do Ministério da Educação.

Todo e qualquer registro contábil são realizados por meio de sistemas próprio, tais como Sistema de Administração Financeira – SIAFI, Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASGO, Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET e também por meio dos sistemas e controles do Instituto Federal de Mato Grosso.

17.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos

Os critérios, métodos e procedimentos adotados para reconhecimento e mensuração da Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos do órgão Instituto Federal de Mato Grosso, são os estabelecidos pela pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, bem como a Macrofunção “020330 - Reavaliação, Redução A Valor Recuperável, Depreciação, Amortização E Exaustão Na Administração Direta da União, Autárquica e Fundacional”.

A da Depreciação, Amortização, Exaustão é reconhecida e o cálculo adotado é o Método das Quotas Constantes ou lienar. Os valores, o método e as alteração são divulgadas nas Demonstrações Contábeis do órgão, bem como em Nota Explicativa.

A Mensuração de Ativos e Passivos obedece os critérios estabelecidos na NBC T 16.10, e em especial aos Estoques, método adotado é custo de aquisição.

No que tange a Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, o órgão esta buscando alternativas para os bens adquiridos antes de 2010, conforme orienta a Macrofunção SIAFI “020330 - Reavaliação, Redução A Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autárquica e Fundacional”.

17.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT		26414	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, consolidado das Unidades Gestoras do IFMT (158144/Reitoria, 158333/<i>Campus</i> Cuiabá, 158334/<i>Campus</i> Cáceres, 158335/<i>Campus</i> São Vicente, 158492/<i>Campus</i> Campo Novo dos Parecis, 158493/<i>Campus</i> Juína, 158494/<i>Campus</i> Bela Vista, 158495/<i>Campus</i> Pontes e Lacerda, 158496/<i>Campus</i> Confresa, 158497/<i>Campus</i> Barra do Garças, 158498/<i>Campus</i> Rondonópolis) refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) <u>Ativo Não Financeiro – estoques</u>: os saldos da conta Estoques, subgrupo Bens em Circulação, grupo Ativo Não Financeiro não refletem corretamente a situação patrimonial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidades Gestoras 158492 e 158494 em fase implantação do sistema de controle de almoxarifado e/ou ausência de servidores responsáveis nas referidas unidades. • Demais unidades gestoras: falta e/ou atraso no envio do Relatório Mensal de Almoxarifado por parte dos responsáveis e respectiva baixa no SIAFI. <p>b) <u>Ativo Permanente – bens móveis e imóveis</u>: os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não foi realizada a Reavaliação e Redução ao valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010 – ausência de comissão instituída para tal fim; • Unidades Gestoras 158144/158333/158335/158492/158494/158496 - em processo de transferência de bens móveis entre as unidades gestoras; • Unidades Gestoras 158493/158495/158496/158497 – possui bens imóveis e/ou em fase de regularização junto aos órgão doadores/Cartório de Registro e/ou no Sistema de Controle Patrimonial da União – SpiuNet. <p>c) <u>Depreciação, Amortização e Exaustão</u>: Os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro não reflete a adequadamente a situação patrimonial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • não há uma evolução mensal do ativo imobilizado – fase de implantação de sistema de controle patrimonial e de depreciação de ativos. • Falta e/ou desatualização do Inventário de bens móveis. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá-MT	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Túlio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo	CRC nº	MT 012489-O

(Original assinado)

17.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

BALANCO ORCAMENTARIO - ANO 2012 (ENCERRADO)

RECEITAS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO/INSUF. DE ARRECAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	1.803.917,00	1.803.917,00	1.818.024,78	-14.107,78
RECEITAS PATRIMONIAIS	409.844,00	409.844,00	717.475,40	-307.631,40
RECEITAS AGROPECUARIAS	99.336,00	99.336,00	64.646,85	34.689,15
RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	445,00	-445,00
RECEITAS DE SERVICOS	1.290.486,00	1.290.486,00	1.006.607,38	283.878,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.251,00	4.251,00	28.850,15	-24.599,15
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	19.698,00	-19.698,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	19.698,00	-19.698,00
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	615.411,00	0,00	615.411,00
TOTAL	1.803.917,00	2.419.328,00	1.837.722,78	581.605,22
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	198.034.731,96	-198.034.731,96
TOTAL GERAL	1.803.917,00	2.419.328,00	199.872.454,74	-197.453.126,74

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	EXCESSO/INSUF. DE ARRECAÇÃO
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	167.146.565,00	215.974.151,33	199.872.454,74	16.101.696,59
DESPESAS CORRENTES	136.503.765,00	173.796.476,78	162.298.700,01	11.497.776,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.383.452,00	121.767.014,00	116.759.455,72	5.007.558,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.120.313,00	52.029.462,78	45.539.244,29	6.490.218,49
DESPESAS DE CAPITAL	30.642.800,00	42.177.674,55	37.573.754,73	4.603.919,82
INVESTIMENTOS	30.642.800,00	42.177.674,55	37.573.754,73	4.603.919,82
CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	10.668.938,00	0,00	10.668.938,00
SUBTOTAL I	167.146.565,00	226.643.089,33	199.872.454,74	26.770.634,59
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.668.938,00	0,00	10.668.938,00
INVESTIMENTOS	0,00	10.668.938,00	0,00	10.668.938,00
TOTAL	167.146.565,00	226.643.089,33	199.872.454,74	26.770.634,59
TOTAL GERAL	167.146.565,00	226.643.089,33	199.872.454,74	26.770.634,59

Fonte: SIAFI

Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANCO FINANCEIRO - ANO 2012 (ENCERRADO)

INGRESSOS	EXERCICIO	EXERCICIO
	2012	2011
INGRESSO	530.970.589,11	446.350.217,76
RECEITAS CORRENTES	1.820.280,78	1.132.639,01
RECEITA PATRIMONIAL	717.475,40	357.036,30
RECEITA AGROPECUARIA	64.646,85	45.888,13
RECEITA INDUSTRIAL	445,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.002.318,38	639.218,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.850,15	90.495,82
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	6.545,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	19.698,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	19.698,00	0,00
REITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.256,00	-7.459,06
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	183.138.189,40	169.107.330,51
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	183.138.188,40	169.041.232,95
REPASSE RECEBIDO	151.436.885,72	131.016.834,68
SUB-REPASSE RECEBIDO	27.383.132,07	33.551.414,93
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	27.383.132,07	33.551.414,93
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.318.170,61	4.472.983,34
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1,00	66.097,56
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1,00	66.097,56
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1,00	66.097,56
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	344.819.951,52	274.922.598,26
VALORES EM CIRCULAÇÃO	90.765.054,48	47.476.556,19
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.727.903,62	47.434.824,52
CREDITOS TRIBUTARIOS	33.397,20	37.978,01
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	3.753,66
OUTROS CREDITOS	3.753,66	3.753,66
VALORES EM CIRCULAÇÃO	13.217.239,77	14.714.984,96
VALORES DIFERIDOS	13.217.239,77	14.714.984,96
DEPOSITOS	220.907,49	246.394,43

CONSIGNACOES	81.798,76	44.807,60
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	54.662,21	46.068,87
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	84.446,52	155.517,96
OBRIGAÇÕES EM CIRCULACAO	102.508.539,17	88.829.354,62
FORNECEDORES	1.573.207,54	2.026.967,61
DO EXERCICIO	1.149.076,73	1.816.254,32
DE EXERCICIOS ANTERIORES	424.130,81	210.713,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	81.868,32	678,86
RESTOS A PAGAR	65.134.588,37	49.067.809,25
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	56.426.135,23	46.958.999,50
CANCELADO	8.708.453,14	2.108.809,75
VALORES EM TRANSITO	2.971,66	4.314,13
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	610.000,00	610.000,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	35.014.557,31	37.056.467,15
OUTROS DEBITOS	91.345,97	11.060,00
OUTRAS OBRIGACOES	0,00	52.057,62
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	138.108.210,61	123.655.308,06
INCORPORACAO DE DIREITOS	99.024.996,62	90.078.493,12
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	99.024.996,62	90.078.493,12
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	30.238.702,19	22.991.274,91
EXERCICIOS ANTERIORES	108.959,79	222.074,04
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	30.129.742,40	22.769.200,87
AJUSTES DE CREDITOS	8.844.511,80	10.585.540,03
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	8.844.511,80	10.585.540,03
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	1.174.725,41	1.195.109,04
CONTA UNICA DO TESOIRO NACIONAL	736.529,70	756.913,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7,77	7,77
OUTRAS DISPONIBILIDADES	438.187,94	438.187,94

Fonte: SIAFI

Balço Patrimonial

O Balço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

BALANÇO FINANCEIRO - ANO 2012 (ENCERRADO)

INGRESSOS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	2012	2011
INGRESSO	530.970.589,11	446.350.217,76
RECEITAS CORRENTES	1.820.280,78	1.132.639,01
RECEITA PATRIMONIAL	717.475,40	357.036,30
RECEITA AGROPECUARIA	64.646,85	45.888,13
RECEITA INDUSTRIAL	445,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.002.318,38	639.218,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.850,15	90.495,82
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	6.545,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	19.698,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	19.698,00	0,00
REITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.256,00	-7.459,06
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	183.138.189,40	169.107.330,51
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	183.138.188,40	169.041.232,95
REPASSE RECEBIDO	151.436.885,72	131.016.834,68
SUB-REPASSE RECEBIDO	27.383.132,07	33.551.414,93
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	27.383.132,07	33.551.414,93
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.318.170,61	4.472.983,34
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1,00	66.097,56
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1,00	66.097,56
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1,00	66.097,56
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	344.819.951,52	274.922.598,26
VALORES EM CIRCULAÇÃO	90.765.054,48	47.476.556,19
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.727.903,62	47.434.824,52
CREDITOS TRIBUTARIOS	33.397,20	37.978,01
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	3.753,66
OUTROS CREDITOS	3.753,66	3.753,66
VALORES EM CIRCULAÇÃO	13.217.239,77	14.714.984,96
VALORES DIFERIDOS	13.217.239,77	14.714.984,96
DEPOSITOS	220.907,49	246.394,43

CONSIGNACOES	81.798,76	44.807,60
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	54.662,21	46.068,87
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	84.446,52	155.517,96
OBRIGAÇÕES EM CIRCULACAO	102.508.539,17	88.829.354,62
FORNECEDORES	1.573.207,54	2.026.967,61
DO EXERCICIO	1.149.076,73	1.816.254,32
DE EXERCICIOS ANTERIORES	424.130,81	210.713,29
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	81.868,32	678,86
RESTOS A PAGAR	65.134.588,37	49.067.809,25
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	56.426.135,23	46.958.999,50
CANCELADO	8.708.453,14	2.108.809,75
VALORES EM TRANSITO	2.971,66	4.314,13
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	610.000,00	610.000,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	35.014.557,31	37.056.467,15
OUTROS DEBITOS	91.345,97	11.060,00
OUTRAS OBRIGACOES	0,00	52.057,62
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	138.108.210,61	123.655.308,06
INCORPORACAO DE DIREITOS	99.024.996,62	90.078.493,12
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	99.024.996,62	90.078.493,12
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	30.238.702,19	22.991.274,91
EXERCICIOS ANTERIORES	108.959,79	222.074,04
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	30.129.742,40	22.769.200,87
AJUSTES DE CREDITOS	8.844.511,80	10.585.540,03
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	8.844.511,80	10.585.540,03
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	1.174.725,41	1.195.109,04
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	736.529,70	756.913,33
APLICACOES FINANCEIRAS	7,77	7,77
OUTRAS DISPONIBILIDADES	438.187,94	438.187,94
INGRESSOS	530.970.589,11	446.350.217,76

DISPENDIOS	EXERCICIO	EXERCICIO
	2.012,00	2.011,00
DISPENDIOS	530.970.589,11	446.350.217,76
DESPESAS CORRENTES	162.298.700,01	136.922.881,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.961.100,23	84.384.523,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.315.626,68	37.957.987,64
OUTRAS DESPESAS	45.315.626,68	37.957.987,64

DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	14.580.369,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	14.177.885,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	402.484,46
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	15.021.973,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	37.573.754,73	37.899.680,73
INVESTIMENTOS	37.572.674,73	31.778.140,73
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.121.000,00
DEESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	540,00
INVESTIMENTOS	0,00	540,00
DESPESAS CAPITAL ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.080,00	0,00
TRASFERENCIAS CONCEDIDAS	37.128.029,44	43.371.249,75
TRASFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	36.840.778,90	42.440.926,73
REPASSE CONCEDIDO	713.390,40	45.000,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	27.383.132,07	33.551.414,93
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	27.383.132,07	33.551.414,93
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	8.744.256,43	8.844.511,80
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	287.250,54	930.323,02
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	274.179,70	873.714,32
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	274.179,70	873.714,32
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	13.070,84	56.608,70
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	292.762.474,51	226.981.680,82
VALORES EM CIRCULACAO	105.427.659,31	90.765.054,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	105.377.646,79	90.727.903,62
CREDITOS TRIBUTARIOS	46.258,86	33.397,20
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.753,66	3.753,66
OUTROS CREDITOS	3.753,66	3.753,66
VAIORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.162.682,41	15.058.523,37
VALORES DIFERIDOS	13.162.682,41	15.058.523,37
DEPOSITOS	246.394,43	238.700,59

CONSIGNACOES	44.807,60	9.279,05
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	46.068,87	46.068,87
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	155.517,96	183.352,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	86.720.544,87	43.553.327,48
FORNECEDORES	2.026.967,61	1.748.027,15
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.026.967,61	1.748.027,15
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	678,86	0,00
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	46.958.999,50	22.713.988,37
VALORES EM TRANSITO	4.314,13	2.302,51
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	610.000,00	0,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	37.056.467,15	18.926.616,45
OUTROS DEBITOS	11.060,00	148.275,96
OUTRAS OBRIGACOES	52.057,62	14.117,04
AJUSTES TES DE DIREITOS E OBRIGACOES	87.205.193,49	77.366.074,90
BAIXA DE DIREITOS	30.888.087,84	30.837.964,38
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	30.888.087,84	30.837.964,38
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	51.844.122,31	40.624.286,85
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	51.844.122,31	40.624.286,85
AJUSTES DE OBRIGACOES	4.472.983,34	5.903.823,67
AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	4.472.983,34	5.903.823,67
DISPONIIBILIDADE P/O PERIODO SE	1.207.630,42	1.174.725,41
CONTA A UNICA DO TESOIRO NACIONAL	769.434,71	736.529,70
APLICACOES FINANCEIRAS	7,77	7,77
OUTRAAS DISPONIBILIDADES	438.187,94	438.187,94
DISPENDIOS	530.970.589,11	446.350.217,76

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas, decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANO 2012 (ENCERRADO)		
VARIACOES ATIVAS	EXERCICIO	EXERCICIO
	2012	2011
VARIACOES ATIVAS	528.300.557,26	438.193.976,40
ORÇAMENTÁRIAS	239.582.131,85	224.892.947,37
RECEITAS CORRENTES	1.820.280,78	1.132.639,01
RECEITA PATRIMONIAL	717.475,40	357.036,30
RECEITA AGROPECUARIA	64.646,85	45.888,13
RECEITA INDUSTRIAL	445,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	1.002.318,38	639.218,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.850,15	90.495,82
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	6.545,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	19.698,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	19.698,00	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	-2.256,00	-7.459,06
INTERFERENCIAS ATIVAS	183.138.188,40	169.041.232,95
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	183.138.188,40	169.041.232,95
REPASSE RECEBIDO	151.436.885,72	131.016.834,68
SUB-REPASSE RECEBIDO	27.383.132,07	33.551.414,93
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.318.170,61	4.472.983,34
MUTACOES ATIVAS	54.606.220,67	54.726.534,47
INCORPORACOES DE ATIVOS	7.377.696,65	12.342.302,92
AQUISICOES DE BENS	5.477.105,85	9.456.933,48
INCORPORACAO DE CREDITOS	1.900.590,80	2.885.369,44
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	47.228.524,02	42.384.231,55
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	288.718.425,41	213.301.029,03
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.347.140,74	280.291,58
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.347.139,74	214.194,02
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1,00	66.097,56
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	287.371.284,67	213.020.737,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	167.912.571,12	140.278.645,59
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	8.871.592,31	19.386.594,14
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	14.330.929,23	8.459.485,83
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	12.900,00	0,00

INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	76,95	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	144.697.072,63	112.432.565,62
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	36.652.489,11	0,00
REAVALIACOES DE BENS	36.651.299,87	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	1.189,24	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	73.961.712,64	62.156.551,81
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.844.511,80	10.585.540,05
AJUSTES FINANCEIROS	8.844.511,80	10.585.540,03
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	0,02
DEFICIT	0,00	0,00
VARIACOES ATIVAS	528.300.557,26	438.193.976,40
VARIACOES PASSIVAS		
	EXERCICIO	EXERCICIO
	2.012,00	2.011,00
VARIACOES ATIVAS	528.300.557,26	438.193.976,40
ORCAMENTARIAS	236.771.577,22	217.316.257,48
DESPEAS CORRENTESE	162.298.700,01	136.922.881,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.961.100,23	84.384.523,42
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	45.315.626,68	37.957.987,64
DESPEAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	14.580.369,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	14.177.885,53
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	0,00	402.484,46
DESPEAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	15.021.973,10	0,00
DESPEAS DE CAPITAL	37.573.754,73	37.899.680,73
INVESTIMENTOS	37.572.674,73	31.778.140,73
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.121.000,00
DESPEAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	540,00
INVESTIMENTOS	0,00	540,00
DESPEAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS	1.080,00	0,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	36.840.778,90	42.440.926,73
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	36.840.778,90	42.440.926,73
REPASSE CONCEDIDO	713.390,40	45.000,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	27.383.132,07	33.551.414,93
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	8.744.256,43	8.844.511,80
MUTACOES PASSIVAS	58.343,58	52.768,97
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	58.343,58	52.768,97
LIQUIDACAO DE CREDITOS	58.343,58	52.768,97
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	241.078.436,76	195.577.418,30
INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.634.390,28	1.144.517,04
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.347.139,74	214.194,02
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	274.179,70	873.714,32
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	13.070,84	56.608,70
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	239.444.046,48	194.432.901,26
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	127.729.496,49	128.548.890,71

BAIXA DE BENS IMOVEIS	4.359.052,83	10.057.533,40
BAIXA DE BENS MOVEIS	6.358.826,61	3.616.906,11
BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	14.323,03	0,00
BAIXA DE TITULOS E VALORES	76,95	0,00
BAIXA DE DIREITOS	116.997.217,07	114.874.451,20
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	17.636.056,05	1.203.752,34
DESVALORIZACAO DE BENS	16.154.799,23	0,00
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.481.256,82	1.203.752,34
INCORPORACAO DE PASSIVOS	89.605.510,60	58.763.507,27
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.472.983,34	5.916.750,94
AJUSTES FINANCEIROS	4.472.983,34	5.903.823,67
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	12.927,27
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	50.450.543,28	25.300.300,62
SUPERAVIT	50.450.543,28	25.300.300,62
VARIACOES ATIVAS	528.300.557,26	438.193.976,40

Fonte: SIAFI

17.4 NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2012.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT é uma instituição educacional, na forma jurídica de autarquia pública federal vinculada a Secretaria Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação – MEC. Nasceu da integração das antigas autarquias: Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Cuiabá, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

Atualmente o IFMT é composto por Unidades Gestoras Executadas, denominadas Campi, além de uma Unidade Gestora Executora principal, conforme relacionado abaixo:

Unidade Gestora - Executora com movimentação:

- 158144 Reitoria do IFMT – Unidade principal,
- 158333 *Campus* Cuiabá;
- 158334 *Campus* Cáceres;
- 158335 *Campus* São Vicente;
- 158492 *Campus* Campo Novo dos Parecis;
- 158493 *Campus* Juína;
- 158494 *Campus* Bela Vista;
- 158495 *Campus* Pontes Lacerda;
- 158496 *Campus* Confresa;
- 158498 *Campus* Rondonópolis.
- 158497 *Campus* Barra do Garças.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas conforme dispõe a Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial a NBC T 16, editadas conforme a Portaria n.º 184/08, do Ministério da Fazenda, que dispõe a cerca das diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.1 - Metodologia

As análises aqui presentes consolidou as informações de todos os *Campi*, incluindo a Reitoria do IFMT, como Órgão, ou ainda Unidade Jurisdicionada. Utilizamos basicamente o conjunto de Balanços Públicos da Administração Direta: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações, condizentes com a Lei n.º 4.320/64 e seus Anexos.

Para extração dos demonstrativos contábeis foi utilizada a transação BALANSINT (Balanço Sintético Por Órgão) do Sistema de Administração Financeira do Poder Executivo Federal – SIAFI, exercício de 2012.

O intuito não é fazer uma análise minuciosa de todas os atos e fatos praticados na contabilidade da Unidade Jurisdicionada IFMT, e sim evidenciar as principais práticas e

movimentação de saldos ocorridas no exercício financeiro de 2011, bem como confrontá-los quando for o caso, com exercícios anteriores.

3. BALANÇO PATRIMONIAL

3.1 - Ativo não financeiro, bens e valorem em circulação, estoques

Para avaliação dos estoques foi adotado em todas as Unidades Gestoras o preço médio ponderado das compras. As entradas e saídas de almoxarifado é operacionalizada pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SIGA-ADM. Porém, este sistema ainda não foi implantado em todas as unidades.

Os saldos da conta Estoques não refletem corretamente a situação patrimonial de algumas unidades. Nas Unidades Gestoras 158492/Campus Campo Novo dos Parecis e 158494/Campus Bela Vista o sistema de sistema de controle de almoxarifado esta ainda em fase de implantação, pois não há servidores responsáveis para controle e acompanhamento. Nas demais unidades gestoras, há a falta e/ou atraso no envio do Relatório Mensal de Almoxarifado por parte dos responsáveis, conforme orienta a Macrofunção Siafi 021101 – Relatório de Movimentação de Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

3.2 - Ativo não financeiro, permanente, imobilizado, bem móveis e imóveis

Para o calculo da depreciação, é adotado a o método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, cujas taxas estão conforme legislação pertinente, em especial a NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC nº1.136/08.

Os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis não refletem a adequadamente a situação patrimonial do órgão, poia não foi realizada a Reavaliação e Redução ao valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010 – ausência de comissão instituída para tal fim, conforme orienta a Macrofunção Siafi “020330 - Reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na administração Direta da união, autárquica e fundacional”;

Já Unidades Gestoras 158333/158335/158492/158494/158496 estão e processo de transferência de bens móveis entre as unidades. Ao que tange a Unidade Gestora 158144, Reitoria do IFMT, discorremos o seguinte:

- Itens patrimoniais sob responsabilidade da Reitoria do IFMT não estão registrados no SIAFI. Motivo: na época de sua implantação a Reitoria não dispunha de Unidade Gestora e alguns itens patrimoniais foram adquiridos pelo antigo CEFET Mato Grosso, atual IFMT/Campus Cuiabá, UG 153014, e até o momento não transferidos contabilmente via SIAFI para a UG 158144;
- Itens patrimoniais contabilizadas na Reitoria do IFMT pertencentes a outros Campi. Motivo: a Unidade Gestora da Reitoria do IFMT por ser gerenciadora de todas as demais, registrou em seu ativo bens de outros Campi que na época de sua implantação não possuíam Unidade Gestora Executora no SIAFI, tais Unidades foram Campus Barra do Garças, Campus Rondonópolis, Campus Pontes e Lacerda, Campus Juína, Campus Campo Novo dos Parecis, Campus Confresa e recentemente o Campus Sorriso. A medida que esta sendo efetuados o levantamento destes bens, os mesmos serão transferidos às unidades a que pertencem. Com exceção do Campus Sorriso, este ainda aguardando criação institucional por parte do Ministério da Educação para criação de Unidade Gestora junto ao SIAFI, prevemos que até o final do mês de fevereiro de 2013 os trabalhos de transferências patrimoniais estejam concluídos.
- Falta de meios tecnológicos para um controle eficaz, gerencial e planejado do

patrimônio da Instituição. Motivo: o sistema até então adotado de IFMT, Sistema Integrado de Gestão Acadêmica SIGA-ADM, módulo Patrimônio, não atendeu as expectativas destas demandas, conforme mencionado no Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis 2012..

Nas Unidades Gestoras 158493/158495/158496/158497 os bens imóveis embora registrados no Sistema de Controle Patrimonial da União – SpiuNet, possuem valores não enviados ao SIAFI (registro). Ambos estão com em fase de regularização junto aos órgão doadores/Cartório de Registro de Imóveis e ou no Sistema de Controle Patrimonial da União – SpiuNet.

4. CONCLUSÃO

As Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), exigidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, corresponde a todos os atos e fatos contábeis praticados no órgão Instituto Federal de Mato Grosso, ressalvados os principais itens acima mencionados, e que os demais não representam modificações significativas no patrimônio da entidade

TÚLIO MARCEL RUFINO DE VASCONCELOS FIGUEIREDO
Chefe do Departamento de Contabilidade e Finanças do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(Original assinado)

18 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO (SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS)

Sobre a apuração de irregularidades temos as seguintes informações:

Tabela CLXXVII. Falhas e/ou Irregularidades (Estrutura padrão para descrição de irregularidades verificadas, com ou sem dano apurado, e consequente caracterização da responsabilidade dos gestores envolvidos).

Nº	Descrição	Port.	Data da instauração	Data da conclusão	Resultado
41.	Apurar a participação de empresa de servidora do quadro de pessoal em Licitação.	1.383, de 31/10/11	09.12.2011	28.03.2012	A servidora foi advertida pela inobservância e infração aos deveres funcionais previstos no art. 116, incisos III e IX da Lei nº. 8.112/90.
42.	Apurar responsabilidade pela autorização de professores em regime de Dedicção Exclusiva, vinculados ao antigo CEFET-MT, a participar em atividades da FUNDETEC.	22, de 11.01.12	03.02.2012	14.03.2012	A comissão concluiu pelo arquivamento.
43.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1453217.	64, de 16.01.12	23.02.2012	15.06.2012	A comissão sugeriu, com fulcro nos arts. 116 da Lei nº. 8.112/90, a aplicação da sanção de demissão.
44.	Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1459791.	236, de 05.03.12	20.03.2012	04.07.2012	O servidor foi advertido, através da Portaria nº 1168, de 29.08.2012, pela inobservância e infração dos deveres funcionais previstos no artigo 116, incisos III e IX da Lei nº. 8.112/90.
45.	Apurar e identificar os fatos relacionados às irregularidades na execução do Contrato nº. 034/2008, bem como seus responsáveis.	252, de 06.03.12	16.03.12	-	A comissão não concluiu os trabalhos
46.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 1659617.	389, de 09.04.12	02.05.12	14.08.12	Declarado nulidade total do processo, e por meio da Portaria nº. 123, de 30.01.2013, foi designada nova comissão.
47.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelos servidores Matrícula SIAPE nº 1216577, 2141988, 1453217, 1755965 e 1756840.	413, de 10.04.12	-	-	A comissão concluiu os trabalhos.
48.	Apurar o abandono de cargo no período de 16.02.2011 a 29.04.2011, atribuído ao servidor Matrícula SIAPE nº. 17557186.	544, de 08.05.12	25.05.12	03.09.12	Arquivamento do Processo, por não se tratar de abandono de cargo, e recomendado o encaminhamento do servidor para tratamento médico.
49.	Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Matrícula SIAPE nº 0272238.	1.274, de 25.09.12	01.11.12	-	A comissão não concluiu os trabalhos.
50.	Apurar o acidente automobilístico	1.275, de 25.09.12	-	-	A comissão não concluiu os trabalhos.

Fonte: Gabinete da Reitoria

19 FUNDAÇÕES DE APOIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso não possui nenhuma fundação de apoio e nem estabeleceu qualquer sistema de parceria com fundações de apoio.

20 CONCLUSÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso possui 11 Campi, núcleos avançados e polos de educação a distância distribuídos nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso e encontra-se em franco processo de expansão, com a implantação de mais três campi (Alta Floresta, Primavera do Leste e Várzea Grande).

No exercício de 2012 foram inúmeros obstáculos e dificuldades encontradas pela gestão do IFMT, porém sentimos gratificados ao atingir mais um ano, com a obtenção de resultados altamente significativos na área acadêmica, iniciação científica, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Pois com o objetivo de atender satisfatoriamente a comunidade e promover condições para o desenvolvimento dos trabalhos, a Instituição tem aumentado os investimentos na área da infraestrutura, por meio da realização de reformas, construções, ampliações, aquisição de equipamentos e mobiliários, e tecnologia.

Na área da gestão de pessoas, o IFMT registrou também alguns avanços, com a abertura de concursos públicos para os cargos de carreira (docentes e técnicos administrativos), processos seletivos simplificados para contratação de temporários e substitutos, e de remoções. Tais ações visaram melhorar e ampliar a força de trabalho na Instituição, contribuindo para a realização das atividades acadêmicas e administrativas, suprimindo parcialmente as demandas de recursos humanos. Todavia, infelizmente nem todas as vagas puderam ser preenchidas em razão que as liberações disponibilizadas pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Educação foram insuficientes para atender o IFMT.

Outro fator de destaque, foi o saneamento das pendências e problemas das antigas ex-autarquias, e a melhoria nos procedimentos e sistemas de controle e monitoramento realizado pelas Pró-Reitorias, Diretorias e Campi. Com isso, conseguiu-se tem se conseguido melhorar a gestão administrativa da Instituição, saneando os erros e evitando possíveis problemas com os órgãos de controle. Da mesma forma, em 2012, continuou-se o processo de capacitação da sua equipe técnica, ofertando vários cursos para os servidores do IFMT, nas áreas de licitações, obras, gestão de pessoas, gestão de documentos, gestão acadêmica, tecnologia da informação e outros.

Na área da acadêmica, tem-se o destaque da abertura de novas vagas e cursos nas mais diversas modalidade de educação (presencial e a distância), as quais destacamos principalmente a oferta de vagas para cursos de mestrado.

Na pesquisa aplicada, registramos também a ampliação da aplicação de recursos para o incentivo a iniciação científica e o desenvolvimento de projetos e práticas extensionistas. E ainda, a realização de diversas atividades e eventos de integração e fortalecimento acadêmico, tais como jornadas científicas, seminário de educação a distância, jogos estudantis e outros.

Da mesma forma, há se destacar a participação do IFMT nos programas governamentais, tais como Mulheres Mil, Profucionário, Rede CERTIFIC e PRONATEC, participação essa que visa ofertas novas formas de profissionalização e qualificação aos cidadãos mato-grossenses.

JOSÉ BISPO BARBOSA
Reitor “Pro Tempore” do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
(Original assinado)

21 ANEXOS

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE – 2012/2013

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
<p>Relatório nº 01/2012</p>	<p>Diretoria de Recursos Humanos - Campi Cáceres, São Vicente, Cuiabá e Bela Vista.</p>	<p>6. Campus Cáceres - Servidor Matrícula SIAPE nº 1097243 Foi constatado que o servidor, lotado em Cáceres/MT, continuou recebendo adicional de insalubridade após ter assumido função de confiança de Pró-Reitor de Extensão, código CD-02 (Cargo de Direção), com exercício na Reitoria em Cuiabá/MT, no período de 02/2009 a 12/2009. Sustentou que cumpriu “carga horária lecionando disciplina técnicas no IFMT - Campus Cáceres nos cursos Técnicos de Agroindústria subsequente e Técnico em Agroindústria modalidade PROEJA”. No entanto, o exercício de Cargo de Direção (40 horas) exige dedicação integral à jornada de trabalho relativa a tal cargo, conforme artigo 1º, II, do Decreto nº 1.590/95, impossibilitando assim o exercício habitual da jornada de trabalho em laboratório.</p> <p>7. Campus São Vicente Servidor Matrícula SIAPE nº 1097093 Em análise da ficha financeira constatamos que o servidor realmente exerceu substituição nos meses de março e agosto/2010, mas a partir de setembro/2010 desempenhou função gratificada – FG-5, cuja designação não foi esclarecida. Servidor Matrícula SIAPE nº 1552340 Chefe do Departamento de Recursos Humanos do campus São Vicente se comprometeu com o cancelamento do pagamento a partir da folha de pagamento de junho/2010. A DSRH entendeu que o mesmo faz jus ao adicional de insalubridade. No entanto, consta da atual ficha financeira do servidor que exerceu, em 2010, Cargo de Direção CD-4 (40 horas), com regime de dedicação integral. Dessa forma, fica impossibilitado de exercer 50% da jornada de trabalho em laboratório, nos termos da orientação normativa MPOG/SRH nº 02/2010. 8. Campus Cuiabá Servidores Matrículas SIAPE nº 2462618, nº 272242, nº 272241 Em análise das Tabelas de Encargos Didáticos dos Professores verificou-se que o servidor SIAPE nº 272241 não atuou no Laboratório no primeiro semestre de 2010 (fls. 140) e o servidor SIAPE nº 2462618 também não esteve no Laboratório no segundo semestre do ano de 2010 (fls.148). Servidores Matrículas SIAPE nº 1555380 (Cuiabá) e 1541476 (Bela Vista). Trata-se de servidoras que ficaram gestantes durante o ano de 2009 e 2010, exercendo atividades em local avaliado como insalubre. Após análise das fichas financeiras das servidoras, constatamos o exercício contínuo em local insalubre durante a gravidez, em</p>	<p>10.1 – Seja mantida a recomendação de suspensão de pagamento e devolução ao erário dos valores recebidos pelo servidor SIAPE nº 1097243 em razão do exercício de Cargo de Direção, com regime de dedicação integral; 10.2 – Seja mantida a recomendação de suspensão de pagamento e devolução ao erário dos valores recebidos pelo servidor SIAPE nº 1552340 em razão do exercício de Cargo de Direção, com regime de dedicação integral, impossibilitando o exercício em laboratório por período superior a 50% da jornada de trabalho; 10.3 – Sejam notificados os servidores de matrículas SIAPE nº 272241 e nº 2462618, para que procedam à devolução dos valores que receberam indevidamente a título de adicional de insalubridade, respectivamente, durante o 1º semestre de 2010 (janeiro a julho) e 2º semestre/2010 (agosto a dezembro); 10.4 – Estender a apuração a todos os servidores do Departamento da Área de Construção Civil (DACC), que, embora lotados, não exerceram o percentual de 50% de sua carga horária em atividades em Laboratórios, conforme documentos anexos; 10.5 – Proceder ao levantamento dos docentes com jornada de 40 horas, ocupantes de cargo de direção (CD) e função gratificada (FG) que recebem adicionais insalubridade/periculosidade desde a publicação da orientação normativa MPOG/SRH nº 02/2010 de 19/02/2010 e notificá-los da necessidade de devolução ao erário, devido: a) Ao cargo de direção e a função gratificada exigirem a dedicação integral às atribuições administrativas, correspondente a 40 horas semanais, b) À impossibilidade desses professores desenvolverem 50% do total de sua jornada semanal de 40 horas de trabalho em ambientes insalubres/ perigosos. 10.6 – Afastamento imediato de todas as servidoras gestantes dos locais insalubres onde estão lotadas, suspendendo-se o pagamento do referido adicional nesse período gestacional, por não estar em efetivo exercício no local de risco, apurando-se a responsabilidade caso tal providência não seja adotada. 10.7 – Conceder o adicional de insalubridade apenas quando configurada a efetiva exposição direta do servidor à situação de insalubridade, independentemente do setor de lotação. 10.8 - Suspender e abster de conceder o referido adicional diante da ausência de Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade nos campi.</p>	<p>A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Em andamento</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		confronto com a lei, causando riscos.				
Relatório nº 02/2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus Cáceres	<p>1= Ausência de assinatura de autorização pelo Ordenador de Despesas na solicitação de fls. 10.</p> <p>2= Registro incorreto da despesa na conta contábil 339037 (locação de mão-de-obra, serviço de apoio), conforme NE900217, quando deveria ter sido registrada na conta contábil 339034 (outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização).</p> <p>3= Inclusão de cláusula 12ª no contrato nº 06/2010, constando que “A contratada apresenta, neste ato, garantia de execução contratual” (fls. 310). Todavia, o instrumento de garantia só foi entregue dia 08/06/2010 (fls. 313).</p> <p>4= Impropriedades na formalização dos pagamentos, conforme segue:</p> <p>a) Ausência das Notas de Ordens Bancárias aos autos.</p> <p>b) Ausência de cópia do protocolo mensal de envio de arquivos emitidos pela Conectividade Social (GFIP), da Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE), do comprovante de declaração à Previdência e da relação de tomadores, em desacordo com a Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, item XX, do contrato nº 06/2010. Constam dos autos apenas os arquivos referentes aos meses de novembro/dezembro/2010, janeiro/fevereiro/abril/maio/junho/2011.</p> <p>c) Ausência de folha de ponto mensal dos funcionários contratados, em desacordo com a Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, item XII, do contrato nº 06/2010.</p> <p>5) Consta dos autos o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2010 (fls. 606/607), de 12/04/2011, que prorrogou a vigência do contrato até 30/04/2012. Todavia, não consta dos autos a solicitação, parecer que comprovem a observância do artigo 30-A, § 1º, da IN MPOG nº 02/2008. Assim, recomendamos que seja observado o artigo 30-A, § 1º, da IN MPOG nº 02/2008 quando das prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua.</p>	<p>6.3. Abstenha-se de incluir nos instrumentos contratuais e demais documentos cláusulas nas quais conste o cumprimento de obrigações que efetivamente não foram cumpridas.</p> <p>6.4. Aprimore os controles internos de análise e registro da conformidade de suporte documental:</p> <p>a) Anexar as Notas de Empenho, Notas de Ordem Bancária e demais comprovantes de pagamento de previdência social e retenção de tributos aos autos.</p> <p>b) Anexar as cópias do protocolo mensal de envio de arquivos emitidos pela Conectividade Social (GFIP), da Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE), do comprovante de declaração à Previdência e da relação de tomadores.</p> <p>c) Anexar cópia das folhas de ponto mensal dos funcionários contratados.</p> <p>6.5. Observar o artigo 30-A, § 1º, da IN MPOG nº 02/2008 quando das prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>Recomendação 6.3 Observamos que houve excesso na redação da Cláusula Décima Segunda, ao exigir da contratada a apresentação da garantia no ato da assinatura do contrato. Estaremos atentos a essas questões nas futuras contratações.</p> <p>Recomendação 6.4 Sobre a alínea a: Visando a economicidade nos atos administrativos, não adotávamos a prática de imprimir os comprovantes de pagamentos para constar nos processos, uma vez que as consultas podem ser feitas diretamente no SIAFI. Entretanto, atendendo a orientação da UNAI, fizemos a impressão dos mesmos e colocamos nos autos do processo, constando nas páginas 1060 à 1089 do volume nº 05. Sobre a alínea b: Os arquivos citados foram solicitados à empresa e já se encontram nos autos do processo nas páginas 899 à 931 (referente ao exercício de 2010) e nas páginas 957 à 998 (referente ao exercício de 2011).</p> <p>Sobre a alínea c: As folhas de pontos foram solicitadas à empresa e já se encontram nos autos do processo nas páginas 932 à 956 (referente ao exercício de 2010) e nas páginas 999 à 1.059 (referente ao exercício de 2011). A empresa não localizou algumas folhas de pontos referentes à 2010, justificou mudanças internas na administração da empresa. Alertaremos os fiscais de contratos para estarem cobrando tais documentos oportunamente.</p> <p>Recomendação 6.5 A pesquisa de preços foi solicitada por telefone mas não houve retorno, tem sido muito difícil obter essas pesquisas tendo em vista a falta de interesse das empresas em fornecer os orçamentos.</p>	<p>6.3 Recomendação alterada para que passe a constar: “Abstenha-se de incluir nos instrumentos contratuais e demais documentos cláusulas nas quais conste o cumprimento de obrigações que efetivamente não foram cumpridas. Recomendamos que seja substituído o teor de tais cláusulas, passando a constar prazo para encaminhamento de documentação.”</p> <p>6.4 Recomendações atendidas. As recomendações serão mantidas para fins de monitoramento. Registramos também que foram verificadas inconsistências nos pagamentos efetuados à contratada, com pagamentos feitos a maior e a menor. As inconsistências ocorridas durante o exercício de 2010 foram verificadas pelo campus e realizadas as correções, conforme fls. 432 a 442. No exercício de 2011 foi verificado, novamente, o pagamento de Nota Fiscal com valor superior ao contratado, tendo sido descontada tal diferença no pagamento seguinte. Tais ocorrências, somadas a outras constatações feitas por meio de outros relatórios e pareceres emitidos por essa Unidade de Auditoria Interna, somadas ao risco inerente à atividade de gestão de contratos terceirizados, demonstram a existência de fragilidade neste setor. Ante o exposto, recomendamos a realização de capacitações aos servidores que atuam em tais áreas, bem como implementação de rotinas e check lists, a fim de possibilitar maior segurança na fiscalização e gestão de contratos.</p> <p>6.5 Recomendação mantida. Sugerimos a realização de pesquisas de mercado por meio do sistema Comprasnet.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 03/2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Cáceres	<p>5.1. Ausência de:</p> <p>a) Especificação da Natureza da despesa, no momento da solicitação de licitação;</p> <p>b) Dotação orçamentária e financeira, no momento da solicitação de licitação, contrariando o disposto no caput do artigo 38;</p> <p>c) data de abertura e sem identificação da numeração do Edital, no aviso de licitação, publicado no DOU de 15/12/2010 (fls 03);</p> <p>d) termo de adjudicação da licitação;</p> <p>e) documento de solicitação do primeiro aditivo ao contrato 09/2011;</p> <p>f) parecer do fiscal de contrato quanto a necessidade de efetuar o primeiro aditivo;</p> <p>g) minuta do primeiro aditivo ao contrato;</p> <p>h) extrato de publicação em DOU do primeiro aditivo;</p> <p>i) documento de solicitação (carta 050/2011) do segundo aditivo ao contrato;</p> <p>j) parecer do fiscal de contrato quanto a necessidade de efetuar o segundo aditivo;</p> <p>k) cópias dos comprovantes (guia de recolhimento) de “garantia” exigidos no contrato e no aditivo de valor, conforme estabelece a cláusula décima alínea “a”;</p> <p>l) identificação do mês de referência das tabelas Sinapi, PINI, Sinfra outras na planilha orçamentária.</p> <p>5.2. “espelho” de GPS estranho ao processo (fls 567);</p> <p>5.3. Ausência de indicação de recursos para a despesa que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, tanto no edital quanto no contrato, contrariando o disposto do inciso III do § 2º do art. 7º, arts. 14 e 38 da lei nº 8.666/93; 5.4. Ausência de parecer jurídico, contrariando o disposto do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93;</p> <p>5.5. Ausência das seguintes cláusulas, contrariando o disposto do art. 55 da Lei 8.666/93:</p> <p>a) o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa,</p> <p>b) a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos,</p> <p>c) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação,</p> <p>5.6. Ausência do projeto básico, devidamente assinado e identificado pelo autor, apesar de citado no escopo do edital de tomada de preço (fls 57), contrariando o disposto no inciso IX do art.6º e art. 40, §2º da lei nº 8.666/93;</p>	<p>6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1. “d, e, f, g, h, i, j, k”, bem como enviar cópia desses documentos para a auditoria interna do IFMT.</p> <p>6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - utilizar, na abertura dos processos licitatórios, requisição padrão (modelo fornecido pela PROAD), para aquisição de serviço e materiais; - incluir especificação da Natureza da despesa e Dotação orçamentária e financeira, no momento da requisição do serviço ou material; - incluir data de abertura e identificação da numeração do Edital, no aviso de licitação, publicado no DOU; - incluir na planilha orçamentária a informação do mês de referência das tabelas utilizadas para composição de preços; - visar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc.) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; <p>6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.2; 5.3; 5.4; 5.6; 5.7; 5.8; 5.9; 5.10; 5.11; 5.12 e 5.13.</p>	Não houve Manifestação	Não houve Manifestação	Recomendação mantida

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>5.7. Ausência de assinatura do autor no memorial descritivo e na planilha orçamentária (fls 17/45), contrariando o disposto no §1º do art.22 da Lei nº 9.784/99 e §1º do art.40 da lei nº 8.666/93;</p> <p>5.8. Ausência de especificação no edital sobre a forma de como deve ser entregue o envelope n. 1 de documentos de habilitação; 5.9. Ausência de descrição sobre o recebimento provisório do serviço, no teor do contrato;</p> <p>5.10. Ausência de rubrica/identificação da contratada e da comissão de obras nos boletins de medições.</p> <p>5.11. Acumulação de função pelo Diretor de Administração e Planejamento com a função de membro da comissão de fiscalização de obras, caracterizando a falta de segregação de função até 29/11/2011;</p> <p>5.12. Ausência no SIMEC de: informações do projeto (tipo, forma de elaboração, fases, data...), detalhamento orçamentário e arquivos digitais dos projetos.</p> <p>5.13. Reincidência de constatações de impropriedades, com exceção dos itens 5.1 e 5.2. As constatações de impropriedades encontradas em junho/2010, conforme Relatório 03-2010/EJN enviado ao campus Cáceres no dia 28/07/2010, se repetiram no processo 23191.000584/2010-07 protocolado em 14/12/2010.</p>				
Relatório nº 04/2012	Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos – IFMT. Diretoria de Recursos Humanos – campus Pontes e Lacerda.	<p>5.1. Ausência em todas as pastas funcionais das solicitações do auxílio pré-escolar, como determina o Decreto nº 977/1993.</p> <p>5.2. Ausência na pasta da servidora SIAPE nº 1658103 a Certidão de Nascimento que comprova existência de filho, que enseje o pagamento do benefício pré-escolar;</p> <p>5.3. O valor do auxílio pré-escolar pago em Mato Grosso é de R\$74,00 por dependente, correspondente ao fixado pelo Ministério das Comunicações. Vem sendo descontado em folha de pagamento 5% (cinco por cento) do valor correspondente ao auxílio pré-escolar, como quota-parte pré-escolar, no entanto, não foi encontrada nas pastas dos servidores da amostra a autorização para esse desconto, conforme determina o parágrafo único do art. 3º, do Decreto 977/1993.</p>	<p>6.1. Para fins da solicitação de auxílio pré-escolar adotar formulário padrão, que poderá inclusive ser apresentado após confirmada a entrada em exercício, constando o seguinte:</p> <p>a) dados do servidor;</p> <p>b) dados do dependente, acompanhado da certidão de nascimento;</p> <p>c) relação de dependência (filho, enteado, guarda etc);</p> <p>d) declaração que o outro cônjuge/responsável pelo dependente, se servidor público federal, não percebe o referido benefício;</p> <p>e) laudo médico em caso de dependente comprovando ser excepcional com idade mental menor/igual a 6 anos;</p> <p>f) autorização para desconto em folha da quota-parte pré-escolar.</p> <p>6.2. Juntar nas pastas dos servidores seus processos de solicitação do auxílio pré-escolar (5.1);</p> <p>6.3. Anexar à pasta funcional da servidora matrícula SIAPE nº 1658103 o comprovante de idade de filho menor de 06 anos (item 5.2);</p> <p>6.4. Anexar às pastas funcionais dos servidores que já recebem o auxílio pré-escolar as autorizações para desconto em folha de pagamento (item 5.3).</p>	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 05/2012	Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos Diretoria de Recursos Humanos – Campus Pontes e Lacerda	<p>6.1. Ausência dos processos de concessão dos incentivos nas pastas funcionais dos servidores. No entanto, existem cópias dos certificados autenticados e respectivas portarias de concessão (itens 1 e 3 da tabela);</p> <p>6.2. Solicitação instruída com declaração de aprovação em curso e Ata de Defesa Pública, mas não constam destes documentos todas as informações exigidas, conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, tal como relacionar os professores e suas qualificações e conhecimento (disciplinas) adquirido no curso. Após concessão foi juntado Certificado (item 3 da Tabela);</p> <p>6.3. Ausência de solicitação da concessão do incentivo à qualificação e de Certificado de conclusão de curso lato sensu que ensejou o benefício ao servidor 1661976 (item 2 da tabela). A concessão foi deferida a partir de 22/03/2011 em 27%, conforme Portaria nº 591, de 23/05/2011.</p>	<p>7.1. Incluir nas pastas funcionais os processos de concessão de Incentivo à Qualificação e as respectivas solicitações, portarias e publicações que autorizam o pagamento do Incentivo à Qualificação (6.1);</p> <p>7.2. Conceder o incentivo à qualificação mediante comprovação da graduação formal em nível superior ao exigido para o cargo, através de cópias de diploma ou certificado de conclusão autenticadas, conforme constatações 6.2;</p> <p>7.3. Observar os requisitos de validade dos Diplomas e Certificados, descritos no § 1º do art. 7º da Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 (6.2);</p> <p>7.4. Comprovar formalização da concessão do incentivo à qualificação do servidor 1661976, apresentando a solicitação instruída de diploma ou certificado de conclusão de curso lato sensu com no mínimo 360 h que ensejaram o benefício de 27% a partir de 22/03/11 (item 6.3).</p>	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 06-2012	Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos Diretoria de Recursos Humanos – Campus Pontes e Lacerda/MT	<p>6.1. Substituto Matrícula SIAPE nº 1669271. Emissão de Portaria Nº 132, 11/02/11, com efeitos retroativos à data da sua publicação (02/02/11).</p> <p>6.2. Substituto Matrícula SIAPE nº 1761212 Neste caso, ocorreram dois pagamentos por substituição nos meses de março e de agosto/2011, no entanto não foram encontrados na pasta funcional o processo de substituição e pagamento.</p>	<p>7.2. Proceder substituição somente quando houver servidor previamente designado a substituir (6.1 e 6.2);</p> <p>7.3. Abster-se de proceder à designação de substitutos de cargos e função comissionados com data de validade retroativa (6.1, 6.2).</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>7.1. Através do expediente de 20/04/2012, processo 23188.000148/2012-41 a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas informou que:</p> <p>- 7.2 e 7.3 =Serão acatados por esta diretoria.</p>	Recomendação - 7.2 e 7.3. = Recomendações mantidas para fins de monitoramento.

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 07-2012	Diretoria de Administração e Planejamento - Campus Cáceres/MT.	<p>5.1. Encaminhamento da proposta de concessão de diárias e passagens com prazo inferior a 10 dias antes da realização da viagem, ou em data após a realização do evento, além da ausência de justificativas e comprovação da inviabilidade no cumprimento do prazo ou com justificativas genéricas 5.2. Ausência de verificação da cotação de preço de passagem no mercado e percurso de menor duração. 5.3. Ausência de indicação da pertinência entre a função do cargo do proposto com o objeto da viagem. 5.4. Prestação de contas de viagem apresentada após o prazo de cinco dias. 5.5. Ausência de juntada de cópia de certificado de participação em evento, de atestado, de declaração de visita. 5.6. Ausência de formulário de solicitação da diária, folder, justificativa da presença no evento; autorização da concessão de diária deferida e lançada no sistema SCDP após realização do evento; ausência de informação sobre qual curso, turma e alunos foram acompanhados na aula multidisciplinar. 5.7. Ausência de documento comprobatório que justifique o pedido de concessões de diárias e passagens demonstrando o período de realização do evento e ocorrência de autorização de concessão de diárias após três meses do fato em desacordo com o que determina art. 9º e parágrafo único da Portaria MEC 403/2009. 5.8. Pagamento das diárias no percentual de 50% do valor devido, não se enquadrando nas hipóteses previstas nos art. 23. 5.9. Processo de concessão de diárias e passagens nº 23191.000006/2012-24, datado de 12/01/2012, consta o seguinte: formulário PCDP, datado de 19/04/2011, com viagem prevista para 22/08/12 a 27/08/12, sem a assinatura do solicitante e desacompanhado da comprovação do evento a ser realizado e justificativa; extrato OB do SIAFI, de 18/08/11 no sistema SCDP lançado pelo próprio beneficiado/solicitante, com pagamento das diárias em 19/08/2011; autorização das diárias posterior à viagem, feita por meio do Memorando GAB/Campus Cáceres/nº 003/2011, de 12 de janeiro de 2012;</p> <p>5.10. Ausência de justificativa para a solicitação de diárias para apresentação de tese de doutorado em desacordo com a Lei 8.112/90. Ausência de assinatura do proposto e de cópias de defesa de tese do doutorado, a fim de comprovar o evento, na prestação de contas. Prestação de Contas realizada fora do prazo legal.</p>	<p>6.1. Abster-se de conceder diárias e passagens sem a prévia solicitação, no prazo legal de 10 dias de antecedência (portaria MEC nº 403/2009), mediante formulário de proposta de concessão de diárias e passagens, devidamente datado, assinado e carimbado (utilizar modelo sugerido pela PROAD/IFMT), acompanhado de documentos que justifiquem a concessão (item 5.1 e 5.7);</p> <p>6.2. Indicar a pertinência entre a função/cargo do proposto com o objeto da viagem, sob pena de restituição ao erário do valor das diárias e passagens (item 5.3); 6.3. Solicitar a apresentação da prestação de contas de viagem no prazo máximo de cinco dias após o retorno, anexando as passagens e documentos comprobatórios da participação no evento. Recomendamos utilizar modelo sugerido pela PROAD/IFMT, constando alerta sobre o prazo para apresentação de prestação de contas e a penalidade.</p> <p>6.4. Indeferir solicitação de novas diárias e passagens a servidor com pendência de regularização. 6.5. Anexar os documentos ausentes (Item 5.4 e 5.5); 6.6. Abster-se de efetuar pagamentos de diárias na ausência dos documentos obrigatórios, aplicando o artigo 14 da Portaria nº 403/2009; 6.7. Anexar nas concessões de diárias e passagens cópia do projeto de visita técnica, sugerindo conter: dados da viagem, nome completo/CPF de cada aluno, turma, curso, nomes completos dos professores que participarão do evento, justificativa da viagem, trajeto e demais informações inerentes (5.6); 6.8. Apresentar justificativa legal da concessão de diárias no percentual de 50%, uma vez que os motivos não se enquadram nos casos previstos no art. 2º, § 1º, I, do Decreto nº 5.992/2003 (item 5.8); 6.9. Realizar previamente cotação de menor preço e menor trecho da viagem (5.2); 6.10. Justificar de pagamento (OB) de diárias e passagem pelo próprio solicitante/beneficiário antes da autorização da sua chefia e de cabal formalização de solicitação (item 5.9); 6.11. Abster-se de efetuar o pagamento de diárias e passagem pelo próprio solicitante/beneficiário e de realizar o pagamento sem autorização prévia da chefia e da formalização da solicitação; 6.12. Justificar concessão de diárias a servidor para Defesa de tese (se se trata de curso institucional) e apresentar Ata de Defesa de tese na época, como parte integrante do relatório de prestação de contas (Item 5.10).</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>Através do Memorando n.83/2012-GAB/IFMT de 05/03/2012, o campus Cáceres informou que:</p> <p>-6.1. = Estamos cientes dos prazos dos 10 dias de antecedência de acordo com a Portaria MEC nº403/2009, mas devido a casos urgentes e pedidos em cima da hora visto a falta de pessoal para que possa cumprir os prazos. Em alguns casos torna-se difícil, pois a disponibilidade de professores para a ocasião complica ainda mais o cumprimento desses prazos, diante dos fatos constatados nas concessões a Instituição vai tomar as devidas providências para que não ocorra mais essas impropriedades nas próximas concessões onde já estamos colocando em prática o modelo sugerido pela PROAD/IFMT e com todos os documentos pertinentes para o bom andamento dos processos de acordo com as legislações vigentes.</p> <p>-6.4 = Campus Cáceres não libera e nem liberou nenhuma diárias a servidores com pendências de prestação de contas, visto total desacordo com a legislação vigente.</p> <p>-6.9 = As viagens com passagens aérea e terrestre, este IFMT campus Cáceres possui contrato com a agência de turismo e viagem, empresa localizada em Cuiabá na qual a Reitoria também tem o mesmo contrato e antes de marcar qualquer viagem pedimos a cotação para que possamos escolher a de menor preço e menor trecho da viagem, tudo feito previamente, apenas não anexamos nos processos e que nas próximas concessões vamos fazer conter nos autos dos processos deste IFMT campus Cáceres porque sempre prezamos o princípio da economicidade nas despesas feitas no âmbito deste Instituto.</p> <p>-6.2.= Todas as concessões ref. ao item 5.3 estão pertinentes entre cargo/função do proposto com o objetivo da viagem, a falta é a ausência da justificativa da relação do proposto com o objetivo da viagem que nas próximas Concessões esta Unidade vai atender para esse detalhe e fazer cumprir de acordo com o artigo 9º, inciso IV, da Portaria MEC nº 403/2009.-6.5= Foi anexado o certificado do servidor de participação do evento onde na época não havia sido expedido e foi juntado ao processo (5.5) item 05, PCDP 117.Quanto ao item 12, PCDP</p>	<p>Recomendação -</p> <p>6.1 e 6.4 =As constatações denotam falhas na formalização dos processos e atendimento aos prazos. Serão verificadas as providências nas próximas auditorias.</p> <p>6.9= As constatações denotam falhas na formalização dos processos e atendimento aos prazos. Serão verificadas as providências nas próximas auditorias.</p> <p>6.2= As constatações denotam falhas na formalização dos processos e atendimento aos prazos. Serão verificadas as providências nas próximas auditorias.</p> <p>6.5 e 6.3 = Recomendação 6.3 será acompanhada nas próximas auditorias. Recomendação 6.5: encaminhar cópia do certificado (PCDP 831) à Auditoria Interna até 25/09/2012.</p> <p>6.6. e 6.7 = Prazo para encaminhamento dos documentos até 25/09/2012. Alertamos ainda para a necessidade de que sejam anexados tais documentos aos processos de solicitação de diárias e passagens.</p> <p>6.8= Solicitamos o encaminhamento de cópia de documento que comprove o alegado até 25/09/2012, que deverá ser juntado aos autos, a fim de evitar posterior solicitação de pagamento da diferença ao servidor. Alertamos, ainda, sobre a necessidade de que seja juntada aos autos a comprovação da justificativa, quando houver pagamento de 50% do valor das diárias.</p> <p>5.10 e 6.11.= Justificativa acatada. Todavia, alertamos para a necessidade de que seja observado o princípio da segregação das funções.</p> <p>6.12= Encaminhar cópia do documento à Auditoria Interna até 25/09/2012.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>831, o servidor justificou a não expedição do certificado e estamos anexando no processo a justificativa.</p> <p>-6.3= Recomendação acatada. Todas as providências possíveis vão ser tomadas, para que as prestações de contas não ultrapasse o prazo máximo de 05 dias após o retorno e fazer o solicitante apresentar todos os documentos e materiais que comprove a participação nos referidos eventos.</p> <p>-6.6 = Será exigido a apresentação de todos os documentos obrigatórios para o pagamento das diárias evitando assim a aplicação da referida Portaria nº 403/2009 no seu artigo 14.</p> <p>-6.7 = Foi solicitado a coordenação do servidor todos os documentos que comprove a sua saída de acordo com o pedido de providências da folha 06 do processo de relatório nº 07.</p> <p>-5.8 = O IFMT campus Cáceres possui um núcleo avançado na cidade de Poconé na qual o servidor foi designado a fazer o serviço naquela localidade e de acordo com a Portaria nº 261 de 16 de março de 2011, considerando o disposto nos decretos nº 5592 e nº 7446 que regulamentou os deslocamentos no âmbito do IFMT no seu artigo 3º, S 1º, “d”, “quando o servidor ficar hospedado em imóvel pertencente a União ou seja sob administração do Governo Brasileiro o servidor fará jus somente a metade do valor da diária”, e o servidor na ocasião ficou hospedado no Núcleo deste IFMT campus Cáceres. Fazendo então jus a metade das diárias e cumprindo o que determina a Portaria.</p> <p>-5.10 = O campus possui um número de servidores limitado na área administrativa e capacitado para essa função e visto isso tem situações que nos obriga a segregar funções caso contrário as atividades tornam-se prejudicadas e as atividades normais paralisadas, no caso em questão fizemos essa liberação da OB sem qualquer tipo de má-fé e prejuízo ao erário onde o servidor foi capacitado trazendo benefícios ao IFMT campus Cáceres e no que diz respeito a autorização, a sua chefia imediata que na ocasião foi o Diretor Geral Olegário Baldo e que estava ciente da viagem para capacitação onde foi assinada a proposta de concessão de</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>diárias e passagens no formulário próprio onde o mesmo assinou a proposta antecipadamente da liberação da OB e fato como esse esta Instituição tomará as devidas providências para evitar essa situação em desconformidade com a Legislação nas Concessões futuras.</p> <p>-6.11 = Será tomada todas as precauções, evitando assim realizar concessões de diárias com o próprio solicitante liberando OB e com referência a liberação esta Instituição não paga diárias sem a prévia autorização das chefias imediatas pois é um ato ilícito e esta Instituição sempre preza pelos atos legais das despesas públicas realizadas, pode ser que um lapso o solicitante tenha praticado erro de digitação na qual também vamos tomar as devidas precauções na ocasião das concessões.</p> <p>-6.12 = Devido a necessidade de incentivo a qualificação do quadro de docente do Instituto e visto o cumprimento das ações contidas no PDI deste campus como criação de cursos que para ser autorizados necessita de profissionais qualificados e sem essa qualidade dos profissionais torna-se difícil essa expansão e crescimento, diante dessas propostas futuras a Instituição preza valorizar e incentivar na qualificação dos profissionais nas áreas afins e com isso libera e concede diárias com essa finalidade apenas visando a qualidade do ensino.</p> <p>Quanto a Ata de Defesa do servidor, estamos anexando no processo e a assinatura que no ato da prestação não estava assinada o servidor assinou pois no momento passou despercebido pois ambas as partes e que nas futuras vamos tomar as precauções de não mais acontecer.</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 08-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Cáceres	5.1.1., 5.2.1, 5.3.1, Ausência de: a) Justificativa pela apresentação de Mapa de apuração com orçamento de apenas dois fornecedores (fls 07/08);b) Assinatura do fornecedor ;c) Despacho da DAP com a Fundamentação legal para aquisição, no ato da solicitação;d) Informações, no ato da solicitação da aquisição como saldo orçamentário, elemento de despesa, contrariando o disposto do inciso III do § 2º do art. 7º, art. 14 e 38 da lei nº 8.666/93;e) Parecer jurídico, contrariando o disposto do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93;f) Comprovante de publicação em DOU de aviso de licitação;g) Comprovante de publicação em DOU de extratos de contratos com os fornecedores; h) Nota Fiscal , “espelho” da OB e dos documentos obrigatórios de regularidade fiscal; i) Assinatura e rubricas no Edital original e seus anexos (75/124);j) Carimbo com identificação clara do recebimento do serviço no verso das Notas Fiscais. Nas notas fiscais constam apenas assinatura e data (fls 984, 1690, 1693, 1696, 1838,1841,1844,1982, 1986, 2177, 2179, 2182, 2488,2491, 2494, 2846, 2849); k) Numeração correta no verso das folhas, colocando numeração nova ao invés de mesma numeração ; l) Referência no objeto do edital ao serviço de motorista para veículos de passageiros;m) Referência no projeto básico sobre pagamento de diárias a motoristas – prestadores de serviço; 5.3.2. Objeto no termo de referência (fls 93) distinto do item 2 alínea “f” relativo à serviço de motorista;5.3.3. Adicional penosidade: 5.3.3.1. Inclusão do adicional penosidade ao motorista na planilha de composição de custo após 05 (cinco) meses da contratação do fornecedor. 5.3.3.2. O adicional penosidade foi incluído no primeiro aditivo do contrato (fls 1278), firmado em 17/11/2010, sendo que tal aditivo refere-se apenas a acréscimo de 01 (um) auxiliar rural, conforme cláusula primeira desse aditivo, gerando um acréscimo indevido no valor mensal do contrato de R\$ 1.642,62. E ainda a forma como foi incluído o adicional está equivocada, uma vez que consta na relação de postos de trabalhos, como se fosse um posto de trabalho. 5.3.3.3. No terceiro aditivo do contrato 05/2010 de repactuação foi apresentado pelo fornecedor planilha de composição de custo do adicional penosidade, em separado da planilha de composição de custo do motorista. Cabe aqui ressaltar que a repactuação serve apenas para promover correção com base nos índices de inflação, não sendo permitido o acréscimo de itens ou de postos de trabalho, conforme estabelece o item 18.2	6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1. “a,b,f,g”; 5.2.1 “d,e,f”; 5.3.1. “c,d,i,j”; 5.3.7.; 5.4.1. “d”; 5.5.1. “c,d”; 5.6.1. “c,d”; 5.7.1. “d,e”; 5.8.1. “c”; 5.9.1. “c”; 5.10.2 “a,b,c,d,e,g”. 6.2. Em processos futuros proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1. “c,d”; 5.2.1. “a,b”; 5.3.1. “a,b,e,f”; 5.4.1. “a,b”; 5.5.1. “a,b”; 5.6.1. “a,b”; 5.7.1.1 “a,b”; 5.8.1. “a,b”; 5.9.1. “a,b”. E ainda em processos futuros tomar as providências a seguir: - utilizar, na abertura dos processos licitatórios, requisição padrão (modelo fornecido pela PROAD), para aquisição de serviços e materiais; - incluir especificação da Natureza da despesa e Dotação orçamentária e financeira, no momento da requisição do serviço ou material; - vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc.) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; 6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.1.1. “e”; 5.2.1. “c”; 5.3.1. “g,h”; 5.3.2.; 5.3.3.1; 5.3.3.2.; 5.3.3.3.; 5.3.4; 5.3.5 “a,b,c”; 5.3.6.; 5.3.8.; 5.4.1. “c”; 5.6.2.; 5.6.3.; 5.7.1. “c”; 5.7.2.; 5.10.3.; 5.10.4.; 5.11.1. 6.4. Elaborar proposta de regulamentação interna de execução e acompanhamento de projetos de pesquisas, e posteriormente enviar ao Reitor do IFMT para apreciação (constatação 5.10.2. “f”).	Houve Manifestação do Gestor	Através do Memo n. 120/2012/GAB/IFMT de 23/03/2012, foi informado que: Item 5.1.1. “a” = incluído no volume 03 do processo na fls 434, “b” = páginas já assinadas (fls 163/164), “f” incluso no volume 03 do processo, fls 432. Item 5.2.1 “d” = incluído no processo, volume V, fls. 982, “e” = está sendo providenciado. Será enviado posteriormente, “f” = consta no volume V, fls 832 a 836. Item 5.3.1. “c” = incluso no volume xx, fls. 4.800, “d” = providenciado, “j” = os comprovantes referente 01/05 a 30/11/2010, estão arquivados no volume VII, fls 1280 a 1307, e os comprovantes referente 01/12/2010 a 22/03/2012 encontram-se arquivados no volume XX na fls.4.717 a 4.799. “j” = as folhas já estão devidamente arquivado no volume IX, sendo que a fl. 1677 é a 3ª folha e a fls 1678 é a 2ª folha. Este volume teve suas paginas alteradas pela procuradoria como pode ser verificado pelos carimbos de paginação. Item 5.3.7 = em relação às recomendações do setor de contabilidade informamos que constam do processo – fls. 644 responde a letra ‘c’, - fls. 460 a 486, responde ao inciso XIX, - fls. 648 e 656/657, responde ao inciso XXI. Item 5.4.1. “d” = anexadas ao processo nas fls. 44 a 48. Item 5.5.1. “c,e” = anexado no final do processo. Item 5.6.1. “c” = anexados ao processo fls. 04 e 05, “d” = anexados ao processo nas fls. 24 a 30. Item 5.7.1. “d” = anexada ao processo fls.14, “e”= anexados ao processo fls.15 a 17. Item 5.8.1. “c” = anexado ao processo na fls.19. Item 5.9.1. “c” = anexado no final do processo. Item 5.10.2 “a,b,c,d,e” = os documentos referentes estão anexados ao processo nas folhas 83 a 119. g= documento anexado ao processo fls 82. Recomendação6.2. Através do Memo n. 120/2012/GAB/IFMT de 23/03/2012, foi informado que no processo 23191.000287/2011-34, fls. 09, consta a informação do SEOF que o saldo existente no elemento de despesa 333.90.39, comporta	Recomendação - 6.1. =Recomendações atendidas, exceto: - a constatação 5.6.1. “c” que não demonstrou ter havido pesquisa de preço. Consta às fls 04/05 apenas um orçamento da empresa contratada; - a constatação 5.10.2. “e” fica pendente a prestação de contas do projeto sobre desenvolvimento de nuggets e hamburgueres a ser apresentado até o mês de Julho/2012, de acordo com justificativa do Coordenador do Projeto (fls 83). 6.2. = A manifestação da UG justifica, porém recomenda-se que o campus Cáceres adote formulário de requisição padrão para constar na abertura de qualquer processo de aquisição de bens/serviços, afim de que a informação do saldo e elemento de despesa seja apresentado logo no início do processo, para decisão do gestor. Nos processos futuros serão verificados se as recomendações foram acatadas. 6.3. = Justificativas aceitas, exceto: - as constatações 5.1.1 “e”/ 5.2.1. “c” uma vez que é possível o planejamento antecipado de um pregão de gêneros alimentícios, prevendo o prazo para análise da assessoria jurídica. A reincidência dessa constatação acarretará apuração dos responsáveis. No caso de aquisição de gêneros alimentícios, onde não é possível precisar com exatidão a quantidade a ser consumida ao longo do ano letivo, recomenda-se realizar Pregão no Sistema de Registro de Preço. - constatação 5.3.1. “g,h” uma vez que o objeto do contrato não condiz com a contratação de motorista para passageiros. O objeto define manutenção dos imóveis, jardinagem e atividade agropecuária conflitando com o termo de referência que define um motorista para transporte de passageiros com habilitação para micro-ônibus e ônibus. Para atender o objeto seria necessário profissionais específicos para manutenção, como por exemplo tratorista, motorista de caminhão, condutor de empilhadeira, etc. A contratação de motorista para condução de passageiros deve ter licitação com objeto específico para tal. Recomendamos que efetuem rescisão do contrato em relação ao item motorista, e solicitem da empresa planilha nova com tal exclusão, sob pena de apuração de responsabilidade. E ainda que procedam a abertura de processo licitatório específico para prestação de serviço continuado de motoristas de passageiros e carga. - constatações 5.3.3.1.; 5.3.3.2.; 5.3.3.3. = Recomendamos que o gestor requisite nova planilha de formação de custos com levantamento dos

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>do edital do pregão 01/2010 (fls 24). 5.3.4. Projeto Básico agrupado por funções distintas (tratorista, auxiliar de cozinha, motorista,...) (fls 100) e realizado licitação por Menor preço Global. A opção Menor preço por item seria o mais adequado. 5.3.5. No Contrato 05/2010 consta: a) Assinatura da “minuta” de contrato e sem a definição do objeto (fls 299). b) ausência de referência de pagamento de diárias ao fornecedor, com base na convenção coletiva vigente; c) ausência de definição do quantitativo/descrição dos postos de trabalho contratados; 5.3.6. Repactuação do contrato n. 05/2010 após prorrogação de prazo. 5.3.7. Constatações e recomendações do setor de contabilidade do campus Cáceres (fsl 645/647) sem uma resposta anexa ao processo quanto ao atendimento. 5.3.8. Ordens Bancárias 800491 e 800581 com referência ao mesmo período de execução dos serviços (01.06 à 30.06.2010), conforme consulta ao SIAFI; 5.4.1., 5.5.1, 5.6.1, 5.7.1, 5.8.1., 5.9.1., Ausência de: a) Informações no ato da solicitação da aquisição como saldo orçamentário, elemento de despesa, contrariando o disposto do inciso III do § 2º do art. 7º, art. 14 e 38 da lei nº 8.666/93; b) Despacho da DAP com a Fundamentação legal para aquisição, no ato da solicitação; c) pesquisa de mercado e mapa de apuração, bem como de justificativa de apresentar orçamento de apenas um fornecedor; d) “espelho” de Ordem Bancária e DARF; 5.6.2. Solicitação de aquisição de insumos (fl 01) não condizentes com especificação dos materiais adquiridos (cadeados, correntes, etc..), conforme detalhamento da Nota de Empenho (fls 10/16). 5.6.3. Numeração de folhas repetidas, constando dois documentos distintos com numeração iguais (fls 06);5.7.1. c) justificativa quanto a exclusividade do fornecedor para oferecimento dos cursos 455 Linux Essentials EAD, 456 Linux System Adm EAD, 457 Linux Network serves EAD; d) “espelhos” de Nota de Empenho; e) cópias de certificados dos participantes; 5.7.2. não consta pagamento do serviço e nem anulação do empenho. 5.10.2. Ausência de: a) relatório final, inclusive com prestação de contas da instrutora dos cursos de capacitação (diário de classe ou equivalente, cronograma das aulas, conteúdo das aulas, lista de presença, quantidade de alunos concluintes, fotos, etc..), conforme estabelecido no projeto de curtimento de pele de peixe; b) resultado da análise sensorial dos nuggets produzidos, inclusive do hambúrguer, conforme estabelecido no projeto de curtimento de pele de peixe; c)</p>			<p>a despesa. Recomendação6.3. 5.1.1. “e”= a justificativa do parecer foi anexada ao processo, volume 03, fls. 433. 5.2.1. “c” = anexada justificativa ao processo, volume 05, fls.983, alegando urgência na aquisição de produtos alimentícios. 5.3.1. “g,h” = no objeto do edital , fls75,especifica que a execução dos serviços será na forma e exigências contidas neste edital e conforme especificações constantes do anexo I – Termo de Referência e , na letra”f” do item 2.1,inciso I, do termo de referência diz que o serviço de motorista “dirigir veículos automotores de propriedade da contratada para transporte de passageiros e cargas”. Portanto entendemos que atende a exigência. Além disso, no Memorando/Gab/IFMT – Campus Cáceres/n. 166/2012 de 10/05/2012 justificou que os motoristas atendem transporte de passageiros e de cargas simples. 5.6.3 = o número repetido na paginação se deu por falta de atenção da servidora, entretanto afirmaram que os dois documentos estão juntados corretamente ao processo. 5.7.2 = o pagamento do serviço ainda não tinha sido pago, pois não tinha terminado o curso. Já concluído, NF, OB E DARF, foi anexado ao processo nas fls. 18 a 23. 5.10.3. = Através do Memorando 168/2012 de 11/05/2012 informou que houve um pequeno descuido ao enviar a versão preliminar sem as devidas correções e que o cronograma do projeto foi regularizado diversas vezes, e que em virtude destes inconvenientes não houve qualquer pagamento adicional em relação ao cronograma final; 5.10.4. = Através do Memorando 168/2012 de 11/05/2012 informou que “consultando a legislação sobre a jornada de trabalho dos servidores públicos, mais especificamente o Decreto 1590/95 e Ofício 043/2010/DPEPT/SETEC/MEC, estes não vedam essas atividades. Entendemos ainda, que um profissional que dispõe-se a realizar pesquisas visando o engrandecimento do seu órgão, sua região, seu estado e do propósito país, “smj”, não pode impedido de tornar real</p>	<p>valores pagos a maior ou indevidamente para posterior abatimento. A contratada deve tomar conhecimento e se manifestar;</p> <p>- constatação 5.3.4.= A opção do menor preço global restringe a participação de fornecedores de serviços especializados, dificultando a garantia do princípio da economicidade sendo que a opção Menor preço por item nesses casos é o mais adequado. Recomendamos utilizar a opção menor preço por item nos processos futuros de licitação quando houver funções distintas.</p> <p>- constatação 5.3.5. “a,b,c”= O contrato não pode conter o termo “minuta”, e deve incluir a referência do pagamento de diárias e definir o quantitativo/descrição dos postos de trabalho. Recomendamos que sejam observadas tais constatações para evitar reincidência nos próximos contratos.</p> <p>- constatação 5.3.6. = Nesse caso houve a preclusão com a assinatura da prorrogação contratual. Recomendamos efetuar aditivo supressivo e o abatimento dos valores pagos a maior nos próximos pagamentos à contratada.</p> <p>- constatação 5.3.8. = Recomendamos maior atenção quanto ao preenchimento correto do campo “observações” das ordens bancárias no SIAFI, referente ao período da prestação do serviço que está sendo pago.</p> <p>- constatação 5.4.1. “c” = o setor de compras deve realizar pesquisa de mercado para aquisição de produtos hortifrutigranjeiros, e/ou justificar quando houver menos de três orçamentos. A reincidência dessa constatação acarretará em apuração de responsabilidade.</p> <p>- constatação 5.6.2. = o setor de compras deve adquirir apenas o especificado no objeto aprovado pelo gestor, evitando aquisição de itens divergentes. A reincidência dessa constatação acarretará em apuração de responsabilidade;</p> <p>- constatação 5.7.1. “c” = Em todos os processos de inexigibilidade deve obrigatoriamente constar despacho do responsável justificando a exclusividade do fornecedor. Recomendação mantida para os processos futuros.</p> <p>- constatação 5.10.3. = o setor responsável em acompanhar pesquisas e solicitar pagamento das bolsas deve conferir se o projeto realmente iniciou antes de realizar o pagamento. Como o projeto foi realizado e não houve prejuízo ao erário, esta</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>comprovação de promoção de mostra de produtos advindos dos trabalhos sociais e de participação no 3º Festival internacional de Pesca de Cáceres, conforme estabelecido no projeto sobre curtimento de pele de peixe; d) documentos de avaliação das atividades, conforme estabelecidos no projeto sobre curtimento de pele de peixe; e) relatório final, inclusive com prestação de contas, conforme estabelecido no projeto sobre desenvolvimento de hambúrguer e nuggets; f) regulamentação interna do IFMT sobre carga horária de pesquisa, critérios de seleção de bolsista pesquisador e acompanhamento dos projetos de pesquisa, sejam eles provenientes de recursos do IFMT ou descentralizados; g) “espelho” de ordem Bancária da aluna bolsista CPF 043.470.631-05; 5.10.3. Distinção entre a data de início do projeto. Nos cronogramas dos projetos os inícios são Agosto/2010 e Setembro/2010 respectivamente, porém os pagamentos das bolsas ocorreram desde julho/2010 (fls 36); 5.10.4. Servidores em cargos de dedicação integral lotados na Reitoria/Cuiabá, com atividades de pesquisas executadas no campus Cáceres. Quando nomeados para o exercício de funções gratificadas (chefias, direção, assessoramento), exige-se do servidor dedicação exclusiva e tempo integral, conforme estabelece o Inciso II do 1º Art. do Decreto 1.590/95. 5.11. Limite da Dispensa de Licitação: 5.11.1. Houve extrapolação do limite quanto ao inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 nas contas.</p>			<p>sua vontade de descobrir algo em um universo tão promissor. Assim, estamos diante de problema que devemos analisar com muito carinho e principalmente levando-se em consideração a regulamentação do trabalho docente e até mesmo promover a atualização das normas vigentes, que serão capazes de sanar quaisquer dúvidas nesta dimensão.”</p> <p>Não houve manifestação do Gestor em relação as constatações/itens 5.3.3.1.; 5.3.3.2.; 5.3.3.3.; 5.3.4.; 5.3.5. “a,b,c”; 5.3.6.; 5.3.8.; 5.4.1. “c”; 5.6.2.; 5.11.1.</p> <p>Recomendação 6.4. Não houve manifestação.</p>	<p>recomendação será averiguada em processos futuros;</p> <p>- constatação 5.10.4.= servidor em cargo de direção ou assessoramento deve ter dedicação exclusiva ao seu cargo, inviabilizando participação em projetos de pesquisas que exijam inclusive a presença em outro município. Nesse sentido, é de bom alvitre que o docente exerça a função gratificada para a qual for nomeado, afastando-se de qualquer outra atividade, mesmo que permitida em lei.</p> <p>- constatação 5.11.1. = a contratação direta é uma exceção e somente é permitida quando não contraria o art. 24 da Lei 8.666/93. Com isso, a dispensa pelos incisos I e II deve ser efetivamente controlada para evitar extrapolação de limite. A reincidência dessa constatação acarretará apuração de responsabilidade.</p> <p>6.4. = Recomendação mantida.</p>
Relatório nº 09-2012	Diretoria de Recursos Humanos – Campus Pontes e Lacerda/MT	<p>6.1. Ausência de controle de frequência com registro de horas de prestação de serviço em cada dia.</p> <p>6.2. Como os horários e dias de aula são orientados pelo Quadro de Distribuição de Aulas, foram encontradas inconsistências quanto aos valores pagos nas folhas de pagamento e os valores apurados sobre os minutos realizados em cada mês, conforme apontados na tabela acima.</p>	<p>7.1 Providenciar a regularidade formal do controle de frequência com registro horário de entrada e saída, inclusive a intrajornada, assinatura do chefe imediato, cargo e função do servidor (Item 6.1);</p> <p>7.2 Justificar os valores pagos a título de adicional noturno em desacordo tanto com as horas trabalhadas quanto a jornada exercida constante do quadro de distribuição de aulas (item 6.2);</p>	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 10-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Cáceres	5.1.1. Ausência de: a) Termo de referência; b) Pesquisa de mercado; c) Publicação de extrato de despesa em DOU; d) Ordem de Serviço; 5.2.1. e) Ausência de cópia da publicação de aviso de licitação no D.O.U. 5.2.2. Numeração de folhas duplicada (fls 81); 5.2.3. Aviso de licitação assinado pelo Diretor Geral, sem assinatura do Presidente da Comissão Permanente de Licitação (fls 338); 5.2.4. Os valores unitários dos itens da planilha orçamentária elaborada pela empresa contratada Elite Engenharia (fls 27/93) não coincidem com a Tabela SINAPI do mês de setembro/2011 (mês este informado no cabeçalho da planilha). 5.2.5. A especificação do item I_7524 na Tabela do SINAPI (Tomada 3P+ T 30A) é diferente da Planilha orçamentária elaborada pela empresa contratada (Tomada 2P+T 20A) (fls 32); 5.2.6. Os itens, descritos a seguir, foram informados na planilha orçamentária elaborada pela empresa contratada Elite Engenharia, porém não consta a composição de custos unitários e nem foram localizados na Tabela do SINAPI: 74915-1 / 26330-2 (fls 93); 5.3.1. Ausência de rubrica e assinatura do responsável pela elaboração do Edital e Termo de Referência (fls 128/167). 5.3.2. Cópia da publicação, em D.O.U. e Jornal local, do aviso de licitação; 5.3.3. “espelho” de Ordens Bancárias e DARFs, referentes aos pagamentos efetuados;	6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1. “c”; 5.2.1.; 5.3.1.; 5.3.2.; 5.3.3.; 6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir: - incluir cópia de publicação em D.O.U. e Jornal local dos avisos de licitações, constando o resumo do edital e devidamente assinado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou Pregoeiro, conforme exigências legais (constatação 5.2.3.). Sugerimos usar os modelos de avisos apresentados ao final desta recomendação; - Maior atenção quanto à numeração de folhas do processo, afim de evitar numeração duplicada (constatação 5.2.2.); - utilizar, na abertura dos processos licitatórios, requisição padrão (modelo fornecido pela PROAD), para aquisição de serviços e materiais; - incluir especificação da Natureza da despesa e Dotação orçamentária e financeira, no momento da requisição do serviço ou material; - vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; 6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.1.1. “a,b,c”; 5.2.4.; 5.2.5.; 5.2.6.;	Houve Manifestação do Gestor	Recomendação 6.1. Através do Memorando/Gab/IFMT- Campus Cáceres/n.168/2012 de 11/05/2012 foi informado que foram juntados e regularizados os documentos. 6.2. Sem necessidade de manifestação. 6.3. - constatação 5.1.1. a= “já encontra-se anexado ao processo”; b= “não fora realizado pesquisa, pois entendem que não seria necessário já que os valores eram remanescentes de uma Ata de SRP”; c= “foram juntados a publicação no D.O.U. o aviso e o resultado da licitação”. - constatação 5.2.4., 5.2.5., 5.2.6. = “... realmente existem tais diferenças e as mesmas serão corrigidas imediatamente e as medições realizadas com base na planilha corrigida, uma vez que ainda não foi efetuada nenhuma medição, não gerando assim nenhum prejuízo ao erário público. As demais observações também serão corrigidas no mesmo processo”.	Recomendação 6.1.= Recomendação acatada. 6.2 = Sem necessidade de manifestação. 6.3.= A pesquisa de mercado antecipada é exigência para adesão ao SRP, para demonstrar a vantagem em aderir ao pregão de um outro órgão, conforme Decreto n. 3931/01 Art. 8º, recomendamos a observância da legislação nos processos futuros para evitar reincidência na impropriedade. Quanto as correções da planilha orçamentária, deve ser providenciada e anexada ao processo uma planilha demonstrando as supressões de itens ou alterações de valores, bem como a diferença a maior ou a menor em relação ao valor do serviço contratado, com cópia a esta AUDIN para arquivo junto aos papéis de trabalho. As providências adotadas em relação a constatação 5.1.1. serão verificadas numa próxima visita desta AUDIN ao campus.
Relatório nº 11-2012	Coordenadoria de Gestão de Pessoas – Campus Cáceres/IFMT	a) Requisição de Documentos nº 01/2012, encaminhada no dia 06/01/2012 e dia 11/01/2012, via e-mail. Os documentos deveriam ser entregues em cinco dias úteis do seu recebimento; b) Requisição de Documentos nº 07/2012, enviada por e-mail no dia 08/02/2012, reiterando a Requisição nº 01/2012, com data prevista de atendimento até o dia 16/02/2012; 6. No entanto, até a presente data o campus auditado não encaminhou os documentos requisitados, restando prejudicado assim o cumprimento do plano de trabalho da Auditoria Interna.	7. Diante dos fatos constatados e tendo em vista o disposto na legislação aplicável, recomendamos ao Reitor que adote medidas quanto aos fatos relatados, para que esta unidade de Auditoria interna possa cumprir as atribuições estabelecidas no artigo 15 e parágrafos da Lei nº 3.591/2000 e Capítulo X da IN/SFC nº 01/2000.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 12-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Cuiabá	5.1.1. Ausência de ateste no verso das Notas Fiscais 003668/1 e 003637/1 5.2.1. folha anexa referente a objeto distinto ao processo (fls 07). 5.3.1. Parecer de conferência com valor utilizado - R\$ 981,41 (fls 28) divergente do valor real utilizado – R\$ 932,41 (fls 07), porém sem prejuízo ao erário. 5.4.1. Orçamentos recebidos através de e-mail e impressos,	6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1.; 5.5.1. “a,b”; 5.8.1. “a,b”; 5.10.1; 5.13.1.; 5.15.1. “a,b”; 5.16.1.; 5.17.1.; 5.18.1.; 5.19.1.; 5.22.1. “b,c”; 5.23.1. “b”; 5.25.1. “a,b”; 5.26.1.; 5.29. “1,2,3,4,5”; 6.2. Em processos futuros tomar as providências a	Houve Manifestação do Gestor	Recomendação 6.1. Através do Memorando n. 068/2012-DAP de 03/04/2012, o campus Cuiabá informou que: -5.1.1. = “deve ser observado que as notas fiscais estão coladas à uma folha de papel A4, juntamente com o comprovante (2ª via) da utilização do cartão de pagamento do	5.1.1. = o cuidado com a forma de anexar a nota fiscal e o extrato de pagamento ao processo é importante e demonstra o zelo do responsável com os procedimentos de execução da despesa, entretanto o carimbo de ateste deve constar na própria Nota Fiscal, garantindo a impossibilidade de eventual

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>sem visto e data do recebedor (fls 03/08); 5.4.2. Ausência de saldo orçamentário (Controle de verba), conforme mapas de processos disponibilizados pela PROAD/IFMT. O valor descrito no campo é referente ao valor estimado do objeto; 5.5.1. Ausência de: a) numeração das folhas anexas ao processo (fls 05/25); A15:K32 b) cópia do certificado de participação do servidor; 5.6.1. Ausência de comprovante da consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada – NF 033 (fls 142). A Unidade de Auditoria Interna/IFMT efetuou consulta e confirmou a opção de Optante SIMPLES; 5.6.2. Numeração nova no verso da folha 138 (fls 139), sendo que o recomendado é utilizar o mesmo número da folha acrescido da letra “v” (Ex. 138v). 5.7.1. Ausência de documento da empresa E-Tag, segunda classificada na Tomada de Preço 003/2008, aceitando as mesmas condições da primeira classificada, conforme inciso XI, do Art. 24; 5.8.1. Ausência de: a) cópia do certificado de conclusão do curso, uma vez que a contratada informou que a conclusão do curso foi 30/08/2011 (fls 02); b) numeração das folhas anexas ao processo; 5.9.1. Ausência de: a) mapa de apuração referente à pesquisa de mercado realizada; b) comprovante da consulta quanto à situação de Optante SIMPLES da contratada. 5.9.2. Vínculo familiar entre a proprietária da empresa e o Diretor de Sede/Vice-Diretor Geral do Campus Cuiabá, conforme cruzamento de informações SICAF X SIAFI (ROL de responsáveis) X SIAPE, havendo necessidade de esclarecimento, uma vez que o § 3º, Art. 3º do Decreto n. 7.203 de 04.07.2010 e o caput do art. 37 da Constituição Federal. No SIAFI o servidor também consta como ordenador de despesa - substituto; 5.10.1. Ausência de comprovante de matrícula do servidor; 5.11.1. Despacho do ordenador de despesas não está definido qual é a sua decisão (aprovado, cancelado, reprovado) (fls 01). Cabe ressaltar que esse procedimento ocorre em outros processos; 5.11.2. Ausência de comprovante da consulta de que a empresa é Optante SIMPLES, não constando tal informação nem na Nota Fiscal e nem em documento avulso; 5.12.1. Ausência de mapa de apuração referente à pesquisa de mercado; 5.12.2. Cotação de preços realizada com 03 fornecedores, onde duas empresas possuem o mesmo endereço. 5.12.3. Ausência de comprovante da consulta quanto à situação de Optante SIMPLES pela contratada; 5.13.1. Ausência de programação da semana pedagógica 2011, constando datas e atividades que justifiquem a locação; 5.14.1. O</p>	<p>seguir: - Incluir comprovante de consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada, quando não constar tal informação na Nota Fiscal ou não estiver anexo declaração - modelo constante da IN 381 SRF/2003 (constatações 5.6.1.; 5.9.1. “b”, 5.11.2.; 5.12.3.); - Maior atenção quanto à numeração de folhas do processo, afim de evitar numeração nova na mesma folha (constatação 5.6.2.); - Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo (constatações 5.4.1.; 5.22.1. a”; 5.23.1. “a”); - Inclusão de informação do saldo orçamentário (Controle de Verba), no ato da requisição do serviço/material, conforme definido nos Mapas de processos disponibilizados pela PROAD (constatação 5.4.2.); - No despacho inicial do ordenador de despesa deixar explícita a decisão (aprovado, cancelado, reprovado) quanto ao prosseguimento do processo (constatação 5.11.1.); - Nos planejamentos de palestras abertas ao público, os gestores devem informar a Assessoria de Comunicação Social, ligada à Reitoria do IFMT, a fim de promover ampla divulgação (constatação 5.28.1.); 6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.2.1.; 5.7.1.; 5.9.1. “a”; 5.9.2.; 5.12.1.; 5.12.2.; 5.14.1.; 5.18.2.; 5.20.1.; 5.21.1.; 5.24.1.; 5.27.1.; 6.4. Elaborar e aprovar manual de normas sobre solenidades e eventos do IFMT, e em se mantendo a Beca (traje de formatura) como acessório regular/obrigatório nas colações de grau do IFMT e ainda se ficar estabelecido que é responsabilidade da Instituição em oferecer tal traje, providenciar pregão na forma de registro de preço para locações eventuais desse e de outros acessórios usados regularmente em solenidades oficiais do IFMT (capelo,etc.). A solenidade de colação de grau é uma ação rotineira dentro dos campi do IFMT. Considerando que o campus Cuiabá já possui uma coordenação de eventos com experiência em solenidades, sugerimos que esta elabore e apresente proposta desse manual. Enquanto não houver tal normativa, recomenda-se deixar na responsabilidade da comissão de formatura a locação de becas.</p>		<p>governo federal, visto que tais documentos são de tamanho reduzido e material frágil, de modo que necessitava-se maior proteção aos mesmos. Assim, os carimbos com os devidos atestes estão presentes no verso das folhas 12 e 13, com ateste ocorrido em 03 de junho de 2011 pelo suprido. Acreditamos não haver a falta apontada. - 5.5.1. = “houve a devida numeração dos autos, e foi anexada declaração de participação e conclusão do curso, o que certifica sua participação. -5.8.1. = “o certificado encontra-se em expedição pela instituição promotora do curso, e a cópia do mesmo será anexada aos autos até o fim do mês de abril/2012, prazo solicitado pela instituição para fornecimento do certificado. Informamos que houve a devida numeração das paginas. -5.10.1.= “houve a solicitação ao servidor para apresentar o comprovante da realização da matrícula e até o fim do mês de abril/2012, será anexada aos autos a cópia do referido comprovante. -5.13.1. = “por se tratar de um assunto interno, organizado e promovido pela própria instituição, informamos que a solicitação e justificativa do solicitante são suficientes para a comprovação da realização do evento”. -5.15.1. = “... foi colhida a devida assinatura e encontra-se em tramitação interna, a solicitação de recebimento provisório da obra, restando apenas a manifestação da fiscalização do contrato para formalização do mesmo. -5.16.1. = foi “solicitada a lista à DPPG para ser anexada aos autos. -5.17.1. = foi “anexado aos autos”. -5.18.1. = foi “anexado aos autos”. -5.19.1.= “houve a participação de dezenas de servidores, com várias listas de presença, de modo que as mesmas estão presentes no processo geral do evento”. - 5.22.1. “b” e “c” = “... que foram anexados aos autos, comprovantes das OBS... e que consta a concordância da empresa às folhas 09”. -5.23.1. “b” = “... foi incluída nos autos a comprovação de publicação no DOU...”. -5.25.1. = “encaminhamos a empresa um ofício solicitando cópia dos documentos”.</p>	<p>substituição do documento. Recomendação mantida. - 5.5.1. = Recomendação acatada. - 5.8.1.; 5.10.1. = Recomendação acatada. As providências serão verificadas em uma próxima visita ao campus Cuiabá. - 5.13.1. = Eventos em que o campus necessita efetuar locação de som, faz-se necessário, além da solicitação do setor requerente, anexar a programação do evento, com o intuito de confirmar que possíveis equipamentos patrimoniais no campus (caixa acústica, microfones, etc..) não atendem tais necessidades. Recomendação mantida. - 5.15.1. = Recomendação mantida para anexar os termos de recebimento provisório e definitivo da obra, e enviar cópia desses documentos para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN. Recomendamos ainda que em processos futuros observe o prazo para emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo. - 5.16.1. = Recomendação mantida para anexar a lista de presença do curso, e envia cópia do documento para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN. - 5.17.1 e 5.18.1. = Recomendação acatada. - 5.19.1. = Todas as contratações de capacitação devem constar certificado do participante ou, quando não houver emissão de certificado, anexar lista de presença dos participantes como forma de prestação de contas. Recomendação mantida para anexar cópia da lista de presença da palestra específica no processo, e enviar cópia do documento para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN. - 5.22.1. “b” e “c” = Recomendação acatada. - 5.23.1. “b” = Recomendação acatada. - 5.25.1. = Recomendação mantida para anexar comprovante de recolhimento ISSQN e cópia das folhas de frequência, bem como enviar cópia desses documentos para constar nos papéis de trabalho. - 5.26.1. = Recomendação acatada. - 5.29.1. Item 1 e 2 = Justificativa aceita, uma vez que não caracterizou participação em evento (congresso, curso, etc.), mas viagem a trabalho (visita a alunos e organização de cerimonial). Item 3 “a” = Recomendação acatada, “b” = Quando o evento for referente a curso/seminário/congresso/encontro exigir do preposto que entregue certificado de participação, conforme definido no §1º Art. 15 da Portaria n. 261 de 16/03/2011, dessa forma somente fotos do evento não substitui certificado de participação.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>contrato teve vigência até agosto/2011, conforme segundo termo aditivo do contrato n. 05/2011 (fls 05), e no exercício 2011 consta pagamento apenas de R\$ 240.100,19 no mês de agosto/2011, valor inferior ao do contrato, sem justificativa quanto à conclusão ou inter rompimento dos serviços; 5.15.1. Ausência de: a) assinatura do Presidente da Comissão Permanente de Licitação no despacho encaminhado ao ordenador de despesas (fls 1548); b) recebimento provisório e/ou definitivo, uma vez que a vigência do contrato encerrou-se em 09/01/2012, conforme determina a cláusula oitava, parágrafo sexto do contrato (fls 1557v); 5.16.1. Ausência de lista de presença dos participantes; 5.17.1. Ausência de “espelho” da DARF; 5.18.1. Ausência de “espelho” da ordem bancária; 5.18.2. A fatura consta com vencimento em 25/01/2011 (fls 03) e o pagamento foi efetuado em 17/03/2011 conforme OB 800167. 5.19.1. Ausência de lista de presença dos participantes; 5.20.1. Classificação equivocada no sub-elemento de despesa 339039.48 – Seleção e Treinamento, sendo que deveria ser classificada como 339039.92 – Serviço de Publicidade Institucional. 5.21.1. Ausência de manifestação quanto ao relatório de reclamação dos serviços de manutenção dos veículos, pelo fiscal do contrato, ou se o fiscal desconsiderou as reclamações registradas pelo fiscal anterior (fls 62); 5.22.1. e 5.23.1. Ausência de: a) data e visto nos orçamentos enviados por e-mail ou retirados via internet, do responsável pela pesquisa de mercado; b) “espelho” das Ordens Bancárias; c) documento de concordância da empresa em fornecer o material; c) comprovante de publicação em D.O.U.; 5.24.1. Na manifestação do fiscal de contrato (fls 07) constam 22 (vinte e dois) postos de trabalho que trabalharam no mês de fevereiro/2011, no entanto o processo n. 23194.004355/2011-12 referente a pagamento do mês de maio/2011 constam 23 (vinte e três) postos, sendo que as duas faturas possuem o mesmo valor (R\$ 28.807,71). 5.25.1. Ausência de: a) comprovante de recolhimento ISSQN, conforme notificação 041/2011 (fls 38); b) cópia de folha de frequência dos funcionários – mês de janeiro/2011, devidamente assinado pelo chefe imediato; 5.26.1. Ausência de certificado de participação da servidora; 5.27.1. Ausência de regulamentação interna para pagamento de bolsa extensão a servidores do IFMT. 5.28.1. Ausência de maior divulgação de palestras direcionadas a servidores do IFMT, gerando quantidade reduzida de participantes (de 160 participantes previstos no projeto, apenas 36</p>			<p>-5.26.1. = foi “anexada a cópia do certificado nos autos”.</p> <p>-5.29.1. =(item 1 e 2) “trata-se de um evento interno, e organizado pelo setor de lotação do servidor, de modo que o mesmo estava programando e realizando o evento.</p> <p>Item. 3 “a”= consta o convite às folhas 02.</p> <p>”b”= no relatório do servidor encontra-se fotos comprovando a participação no evento, o que dispensa certificado. ”c” = o evento findou-se em 09/04 e como houve o transporte por veículo da instituição, a chegada em Cuiabá foi em 10/04/2011, e ao proceder tal informação no SCDP há a geração automática de reembolso de diárias. ”d”=houve utilização de certificação digital no SCDP, o que dispensa a assinatura, conforme disposto na lei.</p> <p>Item. 4. = “consta a aceitação do trabalho às folhas 02”.</p> <p>Item. 5. = “o processo trata-se somente de concessão de diárias, sendo que o projeto da visita técnica encontra-se em processo distinto analisado e aprovado pela DREC, conforme dispõe regulamento interno”.</p> <p>Recomendação6.2. Manifestação da UG: Através do Memorando n. 068/2012-DAP de 03/04/2012, o campus Cuiabá informou que:</p> <p>-6.2. = “foram acatadas as sugestões”.</p> <p>-5.6.1 = “foi anexado aos autos, o comprovante da consulta”.</p> <p>-5.9.1 = “houve a inserção do comprovante de consulta de optante do SIMPLES”.</p> <p>-5.11.2 e 5.12.3= “houve a inclusão do comprovante solicitado”.</p> <p>-5.6.2 = “houve a correção do erro formal”.</p> <p>-5.4.1 = “não se tratam de orçamentos recebidos via e-mail, e sim orçamentos recebidos por fax, dois quais foram tiradas cópias. Ademais deve-se verificar que os orçamentos constam o nome do emissor e todas as informações sobre empresas: nome, CNPJ, telefone, e-mail e endereço, de modo que todos os aspectos legais foram seguidos.</p> <p>-5.22.1 = “os orçamentos constam o nome do emissor e todas as informações sobre as empresas, de modo que todos os aspectos legais foram seguidos. Informamos ainda que foram anexados autos, comprovantes da obs. Por fim informamos que consta a concordância da empresa às folhas 09.</p>	<p>Recomendação mantida para anexar cópia do certificado de participação no processo, bem como enviar cópia para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN,</p> <p>”c” = O Preponente antes de proceder a informação no SCDP, de que o retorno ocorreu um dia após, deve requisitar do preposto justificativa a ser anexada ao processo. Também em consulta ao SCDP n. 000143 verificou-se que não há nenhuma anotação no campo “histórico de prorrogação/Complementação da viagem”, e no campo “justificativa para alteração da viagem” foi anotado apenas “cadastramento de trecho” e no campo “observação” da OB800300 não consta informação de que se refere a complementação de diárias. Recomendação mantida para anexar justificativa do preposto, bem como enviar cópia para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN, “d” = Justificativa aceita.</p> <p>Item 4 = Justificativa aceita, entretanto recomendamos para que nos processos futuros sejam anexados o documento de aceitação dos trabalhos e a programação do evento, para subsidiar a decisão do gestor quanto a real necessidade de afastamento do servidor em todos os dias do evento,</p> <p>Item 5 = Para requisitar a concessão de diárias o servidor deve apresentar documentos que comprovem o seu deslocamento. No caso de acompanhamento de visita técnica, deve apresentar cópia do projeto de visita técnica constando seu nome. Recomendação mantida para anexar cópia do projeto de visita técnica conforme definido no §1º Art. 15 da Portaria n. 261 de 16/03/2011 e no mapa de processo divulgado pela PROAD, incluir como anexo no SCDP.</p> <p>Recomendação</p> <p>6.2-As recomendações emitidas aqui foram para procedimentos futuros, especialmente nos casos de recebimento de documentação via e-mail ou fax-símile, em substituição ao documento original. Recomendação mantida para os processos futuros.</p> <p>Recomendação</p> <p>6.3- 5.2.1. Justificativa aceita.</p> <p>5.7.1. Nos papéis de trabalho desta AUDIN não consta a concordância da empresa E-Tag aceitando a licitação nas mesmas condições. Recomendação mantida para que seja enviada a esta AUDIN o comprovante de aceitação anexo ao processo.</p> <p>5.9.1. Justificativa aceita com a inclusão do mapa de apuração no processo.</p> <p>5.9.2. Justificativa aceita quanto a não haver erro do campus na consulta ao SICAF, entretanto o</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>estiverem presentes – fls 25). 5.29. Diárias (55 a 68): Ausência de programação do evento (convite, ofício, programação ou outro), conforme orientação em Mapas de Processos disponibilizados pela PROAD; certificado quando refere-se a participação em seminários e eventos similares, anexo a prestação de contas do servidor; justificativa/comprovante para pagamento de uma diária acrescida (reembolso); assinatura do proponente quanto a autorização do reembolso; Ausência de projeto de viagem técnica e relação dos alunos participantes (programação de eventos).</p>			<p>-5.23.1= “foi incluído nos autos a comprovação de publicação no DOU e quanto aos orçamentos, informamos que cumprimentos com todos os aspectos que a lei exige”.</p> <p>-5.4.2= “conforme relatado Poe este campus em todos os relatórios de auditoria do ano de 2011, o campo é preenchido com o disponível naquele momento de acordo com as necessidades, planejamento interno e disponibilidades na natureza de despesas e PI da contratação/aquisição, por isso não há o que se falar em ausência do saldo orçamentário, visto que o mesmo está devidamente informado nos autos.</p> <p>-5.11.1= “o ordenador de despesas registrou sua decisão a folha 01, porém informamos também já constava a decisão do ordenador de despesas às folhas 07”.</p> <p>-5.28.1= “informamos que o evento foi amplamente divulgado através de e-mails, notícia no site e murais da instituição. Nos próximos eventos, a divulgação será ampliada, nos meios possíveis.</p> <p>Recomendação 6.3. -6.3 = “atendido conforme manifestação em cada item”.</p> <p>-5.2.1 = “a folha distinta foi retirada, com renumeração dos autos”.</p> <p>-5.7.1 = “tal documento, assim como todos os demais referente à obra, constam no processo de Tomada de Preços nº 003/2008, que resultou no contrato nº 004/2009.</p> <p>-5.9.1 = “houve a inserção, aos autos, do mapa de apuração de preços”.</p> <p>-5.9.2 = “conforme consta às folhas 12 dos autos , em 10 de novembro de 2011, às 15h24 foi realizado a consulta ao sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF, e não houve a constatação de vínculo com o serviço público. Diante do apontamento da auditoria, que não apresentou documentos sobre o possível vínculo, informamos que iremos averiguar a situação, e no caso de comprovação do vínculo, excluiríamos tal empresa da lista de fornecedores aptos a contratar com esta instituição.</p> <p>Assim, frisamos que todas as ações legais previstas foram tomadas, e que se realmente há o vínculo, houve um erro do SICAF e não deste campus.</p> <p>-5.12.1 = “houve a inclusão do mapa de</p>	<p>ordenador de despesas é responsável por contratações dos serviços/aquisições, tendo conhecimento do vínculo com a empresa, devendo ter comunicado à Instituição no ato de sua nomeação. Com relação a documentação para o apontamento (certidão de casamento, comprovante de cadastro de pessoa jurídica, consulta fornecedor do comprasnet), esta fica arquivada nos papéis de trabalho desta AUDIN. Recomendamos a apuração de responsabilidade do servidor com vínculo familiar.</p> <p>5.12.1. Recomendação acatada.</p> <p>5.12.2. Além da coincidência de endereço entre duas empresas do mesmo ramo, consta no rodapé da SS Formaturas (fls 11) email coincidindo com o nome da empresa Castro&Rigoti Ltda ME (fls 10), bem como consta no certificado de regularidade do FGTS – CRF (fls 15) o nome das duas empresas sendo uma como nome fantasia (SS Formaturas) e outra como razão social (Castro&Rigoti Ltda ME). Também as três propostas da pesquisa de mercado constam sem nenhuma identificação dos responsáveis que a elaboraram, apenas constam assinaturas (fls 10/12). Na contratação direta a legislação é clara quanto a apresentação de no mínimo 03 orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão 1355/2004/Plenário). Cabe ainda ressaltar que a participação de duas ou mais empresas com sócios em comum em um mesmo item do pregão pode caracterizar indício de conluio com o propósito de fraudar o certame. Em situações semelhantes a essa, o TCU tem apontado como possibilidade de favorecimento mútuo entre as empresas envolvidas, em razão da existência de sócios em comum de empresas que disputam o mesmo item de um mesmo certame, havendo evidente prejuízo à isonomia e à competitividade da licitação (Acórdão nº 1793/2011-TCU Plenário). Ademais, a prática de conluio entre licitantes tem sido amplamente condenada pelo Tribunal, a exemplo dos julgados consignados nos Acórdãos 2.143/2007-TCU-Plenário e 1.433/2010-TCU-Plenário, que declararam a inidoneidade das empresas envolvidas e aplicaram multas aos gestores coniventes com a situação. Sendo assim, a Justificativa não foi acatada, recomendamos que sejam apurados os fatos e que nos processos futuros haja maior atenção quanto aos dados cadastrais dos fornecedores (endereço, proprietário, cnpj) para garantir maior transparência nas pesquisas de mercado para contratação direta.</p> <p>5.14.1. O recebimento dos serviços deve ocorrer</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>apuração nos autos”.</p> <p>-5.12.2 = “acreditamos que possam ser empresas que estão localizadas em um mesmo imóvel, porém em salas distintas, o que ocorre rotineiramente no Brasil.</p> <p>-5.14.1 = “encontrava-se em tramitação solicitação de recebimento da obra, mas devidos e questionamentos pelo fiscal do contrato, o mesmo ainda não havia procedido ao recebimento. Apenas no mês de março/2012 houve a resolução do processo que tramitava internamente para o recebimento e com isso a efetivação do recebimento para pagamento do saldo”.</p> <p>-5.18.2 = “houve atrasos no repasse de recursos financeiros por parte do MEC ao campus, sendo que o repasse só foi efetuado em março/2011.</p> <p>-5.20.1 = “informamos que a classificação está correta, sendo que serviço de publicidade institucional não se encaixa no serviço contratado. Informamos ainda que a classificação seguiu a descrição contida no SIAFI> conconta.</p> <p>-5.21.1= “o novo fiscal do contrato não se manifestou, e desconsiderou as reclamações”.</p> <p>-5.24.1 = “a fiscal do contrato indagada a respeito disse não se recordar dos fatos”.</p> <p>-5.27.1 = “informamos que houve a regulamentação em 09/02/2012, através da Portaria nº13”. Encaminhamos o regulamento em anexo.</p> <p>Recomendação 6.4 , 6.5 e 6.6=</p> <p>6.4 = “discordamos do posicionamento da auditoria, ao passo que a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.666/93, estabelece que as contratações necessárias ao funcionamento dos órgãos devem seguir o disposto em tais legislações. Assim, foram seguidos os aspectos da Lei nº8.666/93 para atendimento de uma necessidade deste campus.</p> <p>-6.5. = “informamos que o campus Cuiabá já pratica essa rotina desde 2009”.</p> <p>-6.6. = “não cabe a esse campus tal nomeação, a auditoria deve sugerir internamente na própria reitoria e não a este campus”.</p>	<p>dentro do prazo de vigência do contrato, devendo o fiscal do contrato aplicar as penalidades contratuais previstas em casos de atrasos. Não consta dos autos nenhum comprovante de aplicação de penalidade a contratada. Como não houve prejuízo ao erário, uma vez que o pagamento total ocorreu somente após as correções exigidas pelo fiscal de contrato, recomendamos que seja dada maior atenção ao recebimento de obras/serviços de engenharia dentro da vigência dos contratos, uma vez que a reincidência da irregularidade acarretará apuração de responsabilidade.</p> <p>5.18.2. Justificativa aceita. Orientamos que o setor de contabilidade realize previsão no final do exercício para as despesas fixas de custeio do início do exercício seguinte (Janeiro e Fevereiro).</p> <p>5.20.1 O sub-elemento “seleção e treinamento” deve ser usado apenas para despesas com capacitação, tendo como contratado a pessoa física ou jurídica que irá oferecer o treinamento. O sub-elemento “serviço de publicação institucional” deve ser usado para publicações de pesquisas de interesse da Instituição. Recomendamos maior atenção nos processos futuros quanto a classificação do sub-elemento.</p> <p>5.21.1 Recomendamos que o fiscal de contrato anexe ao processo parecer com justificativa válida sobre a desconsideração das reclamações do fiscal anterior, bem como nos envie cópia do parecer para constar nos papéis de trabalho desta AUDIN.</p> <p>5.24.1 Havendo redução de postos de trabalho, deve haver a redução na fatura a ser paga.</p> <p>Recomendamos levantar os meses em que houve apenas 22 postos de trabalho, e efetuar o abatimento do valor nos pagamentos futuros.</p> <p>5.27.1 A regulamentação foi emitida após a concessão de bolsa ao servidor (31/10/2011 OB800778). Recomendamos que nos processos futuros sejam evitados concessões de bolsas ou auxílios a servidores e alunos que não estejam amparados de normativas da Instituição.</p> <p>Recomendação</p> <p>6.4. A atividade fim do IFMT é ministrar aulas em diversos cursos à sociedade, não sendo prioridade as cerimônias/rituais de colação de grau aos formandos. Sendo assim, não cabe justificar como contratações necessárias ao funcionamento do órgão.</p> <p>Recomendação mantida, afim de evitar contratações diretas nesses casos.</p> <p>6.5. Recomendação acatada.</p> <p>6.6. Recomendação mantida, para conhecimento da Reitoria.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 13-2012	DSGP – Campus São Vicente	Através deste Relatório Nº 13 /2012 , foi constatado regularidade em relação às amostras do adicional de tempo de serviço (ATS).		A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 14-2012	Diretoria de Recursos Humanos – Campus São Vicente	5.1. Servidor SIAPE nº 1510567. Vem sendo descontado em folha de pagamento 5% (cinco por cento) do valor correspondente ao auxílio pré-escolar, como quota-parte pré-escolar, no entanto, não foram encontradas na pasta do servidor as autorizações para esse desconto, conforme determina o parágrafo único do art. 3º, do Decreto 977/1993. No assento funcional deste servidor está registrado que seu dependente/filho tem situação em “condição: 15 - excepcional ID mental =< 7 anos”. Na pasta funcional não foi encontrado Laudo Médico que ateste o referido fato. Saliente-se que, para efeito de manutenção da percepção do auxílio pré-escolar, na ocasião em que completar 6 anos é necessária solicitação, acompanhada de laudo médico que ateste a necessidade especial, com ID mental =< 6 anos de idade - e não como registrado no cadastro do SIAPE =< 7 anos- como condição para fazer jus ao benefício.	6.1. Para fins da solicitação de auxílio pré-escolar adotar formulário padrão, que inclusive poderá ser apresentado após confirmada a entrada em exercício, constando o seguinte: a) dados do servidor; b) dados do dependente, acompanhado da certidão de nascimento; c) relação de dependência (filho, enteado, guarda etc) d) declaração que o outro cônjuge/responsável pelo dependente, se servidor público federal, não percebe o referido benefício; e) laudo médico em caso de dependente comprovando ser excepcional com idade mental menor/igual a 6 anos; f) autorização para desconto em folha da quota-parte pré-escolar. 6.2. Para fins de registro no SIAPE e continuidade da percepção da assistência pré-escolar após completados 6 anos de idade, notificar o servidor SIAPE 1510567 para apresentar laudo médico atestando a condição de excepcional com ID mental =<6 anos; 6.3. Juntar nas pastas dos servidores o processo de solicitação do auxílio pré-escolar; 6.4. Convocar servidores que já percebem o auxílio pré-escolar para autorizar o desconto em folha de pagamento, mediante notificação, regularizando-os.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 15-2012	Diretoria de Recursos Humanos – Campus São Vicente/IFMT	6.1. Substituto de Matrícula SIAPE nº 6053980 Nas fichas financeiras/2011 do SIAPE ocorreram pagamentos por substituição do titular do cargo em comissão de Diretor de Produção e Pesquisa em janeiro (30 dias), em abril (3 dias), em junho (5 dias ref. Mai/11) e em agosto (15 dias). Ausente processo de pagamento de substituição referente aos meses de janeiro e de agosto/2011. 6.2. Substituto de Matrícula SIAPE nº 1651124 Consta das fichas financeiras SIAPE de 2011, o pagamento de substituição em janeiro (ausente processo) e em agosto (15 dias Julho/11). Através do processo nº 23197.001085/2011-50 nota-se que a servidora substituiu o titular do cargo em comissão de Chefe de Gabinete (CD-03) - no período de 18/07/2011 a 01/08/2011 (15 dias), por motivo de férias do titular, sob a Portaria de Designação nº 13 de 06/01/2011. Acontece que a referida Portaria designa a servidora para ser substituída do cargo de Assessora de Direção do campus (CD-03) a partir de 03/01/2011, e ao mesmo tempo revoga a Portaria 04, de 02/01/2009, a qual havia designado a servidora a substituir o cargo de Chefe de Gabinete do Campus (FG- 01). Além disso, a substituição da Chefia de Gabinete deveria ser paga no valor proporcional à FG-01. Todavia, recebeu R\$ 1.541,78, proporcional a 15 dias (CD-	7.1 Manter a regularidade formal dos processos de pagamento de substituição, que deverão ser mantidos nas pastas funcionais dos servidores, com os seguintes documentos: a) Formulário de solicitação; b) Cópia da Portaria de designação do substituto; c) Extrato do SIAPE, comprovando o motivo do afastamento do titular; d) Extrato do SIAPE que o substituto não se encontra afastado, licenciado ou de férias no período a substituir; e) Planilha de cálculo da remuneração devida (itens 6.1 e 6.2). 7.2 Proceder à designação prévia dos servidores para ocupação dos cargos e função de direção, de chefia ou de ocupantes de cargos de natureza especial, de modo atender ao Ofício-Circular nº 01/SRH/MP/2005 e art. 38 da lei 8.112/1990 (item 6.2); 7.3 Abster-se de proceder a substituição desprovida de designação prévia (item 6.2); 7.4 Proceder a notificação da servidora SIAPE nº 1651124 para devolução do valor recebido a maior de R\$ 1.368,13 (item 6.2).	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 16-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas	03). 6.1 Ausências de documentos declaração/autorização do imposto de renda em 145 itens, que representam mais de 50% do total de servidores que ocupam cargo ou exercem função na instituição, conforme tabela acima; 6.2 A informação apresentada no documento “Controle de Entrega de Declaração/Autorizações Imposto de Renda” não está conferindo com os documentos encontrados na pasta AZ, pois aquela informa entrega de declaração de Imposto de Renda ou autorização de acesso, no entanto, não estão arquivados na pasta AZ – conforme consta na Tabela acima como “Ausente documento”; 6.3 Apresentação das declarações de imposto de renda fora do prazo legal de 15 dias após data limite da entrega da Declaração na Receita Federal anualmente ou a permissão de acesso eletrônico mediante autorização do servidor; 6.4 Apresentação somente do recibo de entrega do imposto de renda, ausente a própria declaração completa e/ou a autorização de acesso eletrônico - Matrícula SIAPE nº 0049875;	7. Diante dos fatos constatados e tendo em vista o disposto na legislação aplicável, recomendamos: 8. Juntar na Pasta A-Z para fins de arquivo as declarações de imposto de renda e as autorizações de acesso já entregues a essa coordenação, requerendo nos casos de não apresentação, que os entreguem imediatamente, cumprindo com o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007; 9. Requer de todos os servidores ocupantes do cargo comissionado/função gratificada, para que apresentem a declaração do imposto de renda no prazo de legal de até 15 dias da data da entrega à Receita Federal, bem como nos momentos da posse e exercício de cargo e de função e nas respectivas datas que deixarem o mandato, cargo ou função (§ 2º do art. 1º e art. 4º da Portaria Int. MP/CGU/Nº 298/2007); 10. Formalizar os formulários de autorizações de acesso de acordo com o modelo do anexo1 da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007 e seus art. 2º e 3º.	Não houve Manifestação	Não houve manifestação	7. Diante dos fatos constatados e tendo em vista o disposto na legislação aplicável, recomendamos: 8. Juntar na Pasta A-Z para fins de arquivo as declarações de imposto de renda e as autorizações de acesso já entregues a essa coordenação, requerendo nos casos de não apresentação, que os entreguem imediatamente, cumprindo com o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007; 9. Requer de todos os servidores ocupantes do cargo comissionado/função gratificada, para que apresentem a declaração do imposto de renda no prazo de legal de até 15 dias da data da entrega à Receita Federal, bem como nos momentos da posse e exercício de cargo e de função e nas respectivas datas que deixarem o mandato, cargo ou função (§ 2º do art. 1º e art. 4º da Portaria Int. MP/CGU/Nº 298/2007); 10. Formalizar os formulários de autorizações de acesso de acordo com o modelo do anexo1 da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007 e seus art. 2º e 3º.
Relatório nº 17-2012	Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – Campus Cuiabá	5.1.1. Ausência de: a) Processo devidamente autuado e protocolado (constando edital, seleção, parecer de avaliação, relatório de acompanhamento, exclusão, autorização do gestor no acréscimo de bolsas após publicação de edital, etc.). Foram apresentados apenas documentos isolados e alguns sem assinaturas; b) Parecer da comissão de avaliação quanto a análise dos requerimentos e ao resultado da seleção; c) Documento de acompanhamento periódico da assiduidade dos alunos bolsistas e do usufruto das bolsas no restaurante. 5.2.1. Ausência: a) Processo devidamente autuado e protocolado (constando edital, seleção, parecer de avaliação, relatório de acompanhamento, exclusão, autorização do gestor no acréscimo de bolsas após publicação de edital, etc.). b) Identificação do valor da bolsa arte no edital 004/2011/DREC/IFMT-campus Cuiabá. c) Assinatura na listagem dos bolsistas selecionados; d) Parecer da comissão de avaliação quanto a análise dos requerimentos e ao resultado da seleção; 5.3.1. Ausência de: a) Processo devidamente autuado e protocolado (constando edital, seleção, parecer de avaliação, relatório de acompanhamento, exclusão, autorização do gestor no acréscimo de bolsas após publicação de edital, etc.). Foram apresentados apenas documentos isolados e alguns sem assinaturas; b) Parecer da banca examinadora quanto à seleção;	6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1.(a,b,c); 5.2.1. (a,c,d); 5.3.1. (a,b); 6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir: - Autuar devidamente os processos de bolsas, com assinaturas e numeração de folhas, bem como protocolar junto ao campus. Referem-se às constatações 5.2.1. (b); 5.4.1. (a,b); 5.5.1. (a,b,c); 5.6.1. (a,b,c,d); 5.7.1. (a,b,c,d,e); 5.8.1. (a,b,c,d); 5.9.1. (a,b,c,d,e); - Evitar inclusão de alunos de outras instituições na bolsa arte até que se aprove uma regulamentação para atendimento à comunidade externa, uma vez que a IN 01/2012 do IFMT permite concessão de bolsas apenas para alunos matriculados no IFMT; 6.3. Apresentar justificativa quanto ao item 5.4.2.; 6.4. Apresentar tabelas/quadros à Unidade de Auditoria Interna, constando o controle de acompanhamento dos alunos nos cursos Minter e Dinter.	Houve Manifestação do Gestor	Através dos Memorandos n. 146/2012-DREC de 02/05/2012 e 147-GD/12 de 25/05/2012, o campus Cuiabá informou que: -6.1 = “Tendo em vista os resultados apontados nos itens 5.1.; 5.2.; 5.3.; 5.4.... informamos que... está promovendo as inclusões/regularizações...” -6.2. = “... Informamos ainda que estamos elaborando uma nova regulamentação para a bolsa arte, visando atender à comunidade externa, e que também estaremos adotando as demais recomendações para os processos futuros”. -6.3. = Não houve manifestação do gestor. -6.4.= “Encaminhamos... as tabelas de acompanhamento dos alunos Minter e Dinter”. Atualizado 27/06/2012: Através do Memorando n.100/2012/DPPG/IFMT de 19/06/2012 foi informado que : - “O Minter em Engenharia Elétrica UnB/IFMT selecionou a princípio 20 candidatos, servidores do IFMT, mas com o início das aulas houve o desligamento de três servidores por motivos pessoais, entre eles o servidor ***. Em contato com o Coordenador Acadêmico do MINTER, ***, e em consulta aos servidores do IFMT para	6.1. Como não se concluiu as inclusões recomendadas, estes processos serão verificados em uma próxima visita desta AUDIN. 6.2. Recomendação acatada, estes procedimentos serão verificados numa próxima visita desta AUDIN. 6.3. Recomendamos readequar as monitoras citadas em atividades ligadas ao programa de monitoria – caso ainda estejam com contratos vigentes, bem como maior controle da DREC quanto as atividades desempenhadas por monitores dentro do campus, garantindo atividades ligadas ao curso do monitor, e não em atividades administrativas. 6.4. Recomendação acatada. Após comparação entre a tabela de acompanhamento e a relação dos selecionados, verificou-se que: - No MINTER Engenharia Elétrica UNB/IFMT = constam servidores que não passaram por processo de seleção ou não constavam na relação dos matriculados (***, ***, e ***), e constam na atual tabela de acompanhamento. Também o servidor *** constava na relação dos matriculados, conforme ata de 043/03/2009, da comissão selecionadora e não consta na atual tabela de acompanhamento. - No DINTER Psicologia Social constavam na relação dos selecionados os servidores *** e *** e não constam na atual tabela de acompanhamento. - No MINTER Ciência Política constava na relação

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>5.4.1. Ausência de: a) Processo devidamente autuado e protocolado (constando edital, seleção, parecer de avaliação, relatório de acompanhamento, exclusão, autorização do gestor no acréscimo de bolsas após publicação de edital, etc.); b) Folha de frequência nas pastas dos monitores Paula Fabiana, Kamilla Clausen da Silva; Bruno Campos Barbosa e Thales André M. Santos; 5.4.2. Constatou-se que as monitoras Paula Fabiana e Kamilla Clausen da Silva estão desempenhando atividades administrativas em setores do campus, contradizendo as atividades descritas em seus contratos e o que determina o capítulo III do regulamento de monitoria do campus Cuiabá; 5.5.1. Ausência de: a) comprovante da publicação do edital, conforme definido no projeto apresentado a CAPES; b) processo devidamente autuado e protocolado (constando projeto, edital, etapas de seleção; acompanhamento, prestação de contas, resultado de defesa de dissertação, e/ou outros); c) pastas ou controle de acompanhamento dos alunos; 5.6.1. Ausência de: a) parecer da comissão de seleção ou do avaliador; b) processo devidamente autuado e protocolado (constando projeto, edital, etapas de seleção; acompanhamento, prestação de contas, resultado de defesa de dissertação, ou outros); c) pastas ou controle de acompanhamento dos alunos; d) instrumento legal que designa a comissão de seleção; 5.7.1. e 5.9.1. Ausência de: a) parecer da comissão de seleção ou do avaliador, conforme Edital 2010.2 Dinter (fls 04); b) processo devidamente autuado e protocolado (constando projeto, edital, etapas de seleção; acompanhamento, controle de afastamento, prestação de contas, resultado de defesa de dissertação, ou outros); c) pastas ou controle de acompanhamento dos alunos; d) instrumento legal que designa a comissão de seleção ou do avaliador dos currículos; e) Termo de compromisso ou outro instrumento, quanto à permanência do servidor no curso, bem como a penalidade para desistência quando o servidor estiver afastado; 5.8.1. Ausência de: a) Edital, conforme definido no item 3.1 da proposta de Projeto Dinter (fls 11); b) processo devidamente autuado e protocolado (constando projeto, edital, forma de seleção; acompanhamento, controle de afastamento, prestação de contas, resultado de defesa de dissertação, ou outros); c) pastas ou controle de acompanhamento dos alunos; d) documento de autorização para acréscimo posterior de uma vaga, além do previsto em projeto;</p>			<p>levantamento dos interessados foram incluídos no programa MINTER os servidores *** e ***. Desta forma, não houve nenhum prejuízo para o programa, nem para o IFMT;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O servidor *** atualmente está matriculado no Programa de Pós-Graduação em Eng.Elétrica da FEIS/UNESP, continuando sua capacitação; - Os servidores *** e *** solicitaram o desligamento do Programa Dinter em Psicologia Social IFMT/UFPB por motivos pessoais, e por não terem recebido nenhuma bolsa de estudos referente ao programa não houve prejuízo para o programa, nem para o IFMT. - O servidor *** solicitou desligamento do Programa MINTER em Ciência Política IFMT/UFPE por motivos pessoais e por não terem recebido nenhuma bolsa de estudos referentes ao programa não houve nenhum prejuízo para o programa, nem para o IFMT. - O Senhor ***, servidor aposentado, compulsoriamente, consta como pós-graduando no DINTER em Geotecnia UNB por ter sido selecionado pelo programa de Pós- Graduação em Geotecnia UNB como um dos melhores candidatos, e também por haver excesso de vagas, assim, não foi excluído nenhum servidor ativo por sua causa. Ressaltamos que a seleção de alunos para o DINTER Geotecnia foi de inteira responsabilidade da UNB, e ainda que o doutoramento do referido servidor aposentado contribui para o crescimento científico do país na área de Geotécnica, onde há escassez de profissionais habilitados e capacitados”. 	<p>dos selecionados o servidor ***, e não constam na atual tabela de acompanhamento.</p> <p>A DPPG justificou os desligamentos que foi acatada por esta AUDIN, no entanto recomendamos que na formalização dos processos futuros de capacitação hajam critérios e termos de compromissos para a efetuação de desligamentos de servidores, uma vez que faz-se necessário maior transparência na execução dos programas do governo federal.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 18-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus Cáceres.	<p>1) Ausência de declaração do ordenador de despesas indicando a existência de previsão de recursos orçamentários suficientes para o pagamento, conforme artigo 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93. 2) Ausência de juntada aos autos de estudos técnicos preliminares e projeto básico, contendo justificativa e estudo das necessidades do órgão, em desacordo com o artigo 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93. 3) Ausência de parecer jurídico das minutas de edital, contrato e aditivo, em desacordo com o artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. 4) Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente assinada, bem como da rubrica do autor do Memorial Descritivo e Planilhas de Custos. 5) Ausência de informações sobre a adoção de critérios de sustentabilidade, em desacordo com a IN MPOG nº 01/2010. 6) Ausência de projeto prevenção e combate a incêndio. 7) Ausência de informações sobre as fontes utilizada para composição dos custos que não constam da tabela SINAPI, em desacordo com o artigo 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93 e Ofício Circular nº 33/2011/CGInf/DDR/SETEC/MEC. 8) Prazo de publicação do aviso de licitação inferior ao mínimo definido pelo artigo 21, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93. (fls. 148 e 177). 9) Parcelamento do objeto da licitação e utilização de modalidade licitatória incorreta. O valor estimado da Tomada de Preço nº 003/2010 era de R\$ 1.495.282,20, muito próximo do limite estabelecido pelo artigo 23, I, b, da Lei nº 8.666/93. Por outro lado, o campus realizou no mesmo período outra Tomada de Preços, cujo objeto é a construção do Centro de Orientação (Sala dos Professores), com valor estimado em R\$ 714.643,96 e valor contratado de R\$ 607.208,40, contratada CNPJ nº 12.111.458/0001-05, que, por sua vez, foi a única licitante a apresentar proposta na Tomada de Preços 03/2010 além da vencedora.</p>	<p>5.3. Encaminhe as minutas de editais, contratos e aditivos para análise e emissão de parecer jurídico. 5.4. Proceda à inclusão nos autos da rubrica do autor no Memorial Descritivo e Planilha de Custos, bem como Anotação de Responsabilidade Técnica. 5.5. Inclua, nos projetos de obras, critérios de sustentabilidade ambiental e projeto de prevenção e combate a incêndio. 5.6. Informe quais as fontes utilizadas para a composição de custos que não constam da tabela SINAPI. 5.7. Proceda às publicações na imprensa oficial nos prazos definidos pela legislação. 5.8. Justifique o parcelamento das obras de reforma e construção no campus Cáceres e a utilização de duas Tomadas de Preços para duas obras que possuem características semelhantes, ao invés de adotar um único processo licitatório na modalidade Concorrência. 5.9. Acompanhe e analise com cautela as solicitações de aditivo de valor, especialmente quando o valor da proposta for muito inferior ao valor estimado (embora não tecnicamente inexecutável). 5.10. Apresentar justificativa detalhada e clara para a realização do Aditivo nº 02, que aumentou o valor da obra, bem como alterações ao projeto inicial e outras informações pertinentes.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>Através do Memorando nº 17/2012/DAP/IFMT de 19/06/2012, o Campus Cáceres informou que:</p> <p>-5.3. = Nos próximos processos encaminharemos à procuradoria.</p> <p>-5.5. = O projeto de prevenção e combate à incêndio (ora constante do processo nº 23191.000439/2010-18, que trata da contratação de serviços para confecção de projetos de engenharia) e os critérios de sustentabilidade ambiental serão inclusos nos próximos projetos de obras, conforme indicado por essa UNAI.</p> <p>-5.6. = As fontes utilizadas para a composição de custos, que não estão presentes no SINAPI, são a tabela PINI, utilizando preços de insumos da tabela SINAPI ou quando não houver, preço de mercado e estão constantes do processo nº 23191.000439/2010-18, que trata da contratação de serviços para confecção de projetos de engenharia.</p> <p>-5.8 = Tendo em vista a descentralização de crédito orçamentário após o prazo limite para empenho e devido a intempestividade para abertura de processo licitatório na modalidade concorrência a licitação seguiu na modalidade Tomada de Preços. Salientamos que a opção que restava ao gestor era perder o recurso que se transformaria em benefícios para a educação federal, tão carente de investimentos de infraestrutura, ou proceder à licitação na modalidade Tomada de Preços, incorrendo no fracionamento de licitação. Em homenagem ao princípio constitucional da eficiência administrativa e afastando a frieza da estrita legalidade optou-se pela última alternativa.</p>	<p>Recomendação</p> <p>5.3. = Recomendação mantida.</p> <p>5.5 = Recomendação mantida.</p> <p>5.6. = Recomendação mantida, uma vez que as tabelas de referência devem constar do processo licitatório. 5.8.</p> <p>= Recomendação alterada, a fim de que passe a constar o seguinte: "Abstenha-se de realizar o fracionamento do objeto da licitação."</p> <p>5.9. = Recomendação mantida para fins de acompanhamento nas próximas auditorias.</p> <p>5.10. = Recomendação mantida, a fim de que sejam encaminhadas à Auditoria Interna as justificativas técnicas para realização do aditivo até 25/09/2012.</p> <p>5.11. = Recomendação mantida a fim de que seja feito o acompanhamento nas próximas auditorias.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>10) Detectamos o risco evidenciado pelos valores apresentados nas propostas das licitantes: O valor apresentado pela Licitante 1, vencedora do certame, é 68,4% inferior ao custo estimado da licitação. Apesar disso, as propostas não caracterizaram custo inexecutável nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.666/93. Todavia, recomendamos cautela na análise de pedidos de aditivos. 11) Ausência de justificativa pormenorizada e clara, bem como de juntada de alteração aos projetos originais e demais documentos e informações necessários, que justifiquem o Aditivo nº 02 (fls. 916/917), que acrescentou R\$ 59.407,28 ao valor do contrato. 12) Ausência de comprovante de pagamento de contribuição previdenciária e comprovantes de regularidade fiscal quando do pagamento referente à 1ª Medição, em desacordo com o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>5.11. Anexe aos autos, juntamente com a documentação referente aos pagamentos, os comprovantes de pagamento de contribuição previdenciária e de regularidade fiscal.</p>		<p>5.9= As solicitações de aditivo de valor são acompanhadas e analisadas com cautela pelo corpo técnico deste campus. O valor contratado de R\$1.021.537,85 não encontra-se muito abaixo do valor estimado que é de R\$ 1.178.284,61 (fls. 12 do processo 23191.000521/2010-42). 5.10 = O aditivo nº02 a que essa auditoria se refere foi elaborado tendo em vista as necessidades de alteração devido a existência neste processo de várias obras de reforma, que são passíveis de maiores mudanças. A própria Lei 8.666/93 prevê para obras de reforma um teto de 50% para aditivo, firmando o entendimento de que as obras de reforma são mais suscetíveis a aditivos do que obras de construção (cujo teto é de 25%). Ainda assim o valor total do aditivo nº02 ficou muito abaixo deste percentual, não chegando nem a 8% do custo total da obra.</p> <p>-5.11 = Os comprovantes de pagamento de contribuição previdenciária foram solicitados da empresa mediante ofício e serão anexados ao processo com a devida justificativa. Em referência à comprovação da regularidade fiscal, em todos os pagamentos foram feitas as consultas junto ao SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal – e devidamente anexados ao processo.</p>	
<p>Relatório nº 19-2012</p>	<p>Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Campo Novo do Parecis</p>	<p>5.1.1. Fatura com vencimento em 23/01/2012 com emissão de ordem bancária OB800082 em 01/02/2012, gerando multa, juros e correção monetária somando R\$ 295,44 inseridas na fatura referência 01/2012 (fls 14); 5.2.1., 5.3.1, 5.5.1, 5.6.1, 5.7.1, 5.8.1, 5.9.1, 5.10.1, 5.11.1, 5.12.1, 5.13.1. Ausência de: a) ateste; b) numeração de folhas; c) justificativa quanto à necessidade de prorrogação do contrato de locação d) Nota fiscal com o devido ateste; e) “espelho” de OB e DARF; f) pesquisa de mercado/mapa de apuração ou, na impossibilidade, de justificativa. g) comprovante de Optante SIMPLES, quando não houver retenção de tributos pelo campus; h) cópia de certificados dos servidores participantes; i) autorização do ordenador de despesa; j) assinaturas e data no quadro demonstrativo de despesas (relatório de prestação de contas) do suprido e do ordenador de despesa; k) Nota fiscal com o devido ateste; l) visto nas Notas Fiscais do suprido e ateste de</p>	<p>6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas. 6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir: - Incluir comprovante de consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada; - Maior atenção quanto à numeração de folhas do processo; - Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; - No despacho inicial do ordenador de despesa, constante do formulário de requisição, deixar explícita a decisão (aprovado, cancelado, reprovado) quanto ao prosseguimento do processo; 6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.1.1.; 5.5.2.; 5.15.1 “c”; 5.16.3.; 5.16.4.; 5.20.2.; 5.20.3.; 6.4. Emitir manifestação do Ordenador de Despesas (Gestor), quando não houver acatamento de alguma(s) sugestões constante do parecer jurídico.</p>	<p>Houve Manifestação do Gestor</p>	<p>Através do Memorando Nº 00091/2012/GAB-DIR/DAP/IFMT- de 13/07/2012, o Campus Campo Novo do Parecis informou que: -5.2.1. 'a' = Os atestes nos recibos foram efetuados; 'b' - a numeração das páginas foram efetuadas; 'c' -foi juntada a justificativa ao processo, complementando o constante do Termo aditivo de prazo, dado o fato de que em função da greve ocorrida no período de Setembro à Novembro de 2011, o ano letivo de 2011 não foi encerrado e para conclusão deste, tornou-se necessário a prorrogação do prazo até a conclusão do ano letivo de 2011 que deu-se em 20/03/12, conforme definição apresentada pelo Departamento de Ensino, e com a concordância do Diretor Geral do Campus. Justificativa: O documento de justificativa de prorrogação do prazo de vencimento do contrato de aluguel foi elaborado e</p>	<p>Recomendação 6.1. = Recomendações acatadas ou justificativas aceitas, com exceção de: - 5.6.1. “a” = a pesquisa de mercado deve ser realizada para as aquisições de serviços e bens, inclusive para contratações diretas. Recomendamos que os próximos processos sejam obedecidas as legislações referente a licitações. - 5.12.1. “b” = no serviço público a liquidação e pagamento somente são realizados após a entrega da Nota Fiscal e o seu devido ateste pelo requisitante, em observância ao Art. 63 parágrafo segunda inciso III da Lei 4.320/64.. Para a empresa apenas a Nota de Empenho deve ser suficiente para a prestação do serviço. Recomendamos que nos próximos processos sejam obedecidas a legislação, sob pena de apuração de responsabilidade. - 5.14.1. = Esta providência será verificada na próxima visita desta AUDIN. - 5.16.1. “d” = a publicação do extrato do contrato é uma exigência do Decreto 5.450/2005 Art. 30 Inc.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>outro servidor que tenha conhecimento das condições em que as despesas foram efetuadas; l) “espelhos” da NE (anulação), da NS – Nota de lançamento do sistema, da reclassificação; m) Aprovação ou reprovação expressa do ordenador de despesa. 5.4.1. Ausência de orçamentos de fornecedores durante a pesquisa de mercado, sendo informado apenas que a pesquisa foi realizada por telefone (fls 09/10); 5.5.1. Ausência de “espelho” de OB e DARF; 5.5.2. Despacho da DAP (fls 25) equivocado uma vez que cita concessionária de energia elétrica, porém a fundamentação está de acordo com o objeto do processo;</p> <p>5.14.1. Ausência de cópias dos comprovantes mensais de frequência dos funcionários devidamente assinados. 5.15.1. Ausência de: a) autorização do órgão gerenciador; b) comprovante de regularidade fiscal da receita federal; c) pesquisa de mercado. 5.16.1. Ausência de: a) comprovante de publicação em Jornal Local (fls 280); b) contrato firmado com a contratada devidamente assinado pelas partes. c) ata de registro de preço devidamente assinada. d) comprovante de publicação do extrato de contrato em D.O.U.; e) comprovante de garantia contratual de 5% do valor anual do contrato; f) assinatura no carimbo de ateste da Nota Fiscal n. 00070 (fls 355); g) cópia dos controles de frequência dos vigilantes para conferência do fiscal de contrato antes do pagamento. h) numeração das folhas do segundo volume do processo, após as fls n. 354; i) parecer jurídico quanto às minutas de editais e seus anexos; j) comprovante de consulta da situação de Optante Simples; k) “espelho” de Ordem Bancária; l) pesquisa de mercado; 5.16.2. Numeração nova no verso das folhas; 5.16.3. Termo de Referência e Edital não constam explicitamente no objeto tratar de “Registro de Preço para contratação de”; 5.16.4. Uso do sistema de registro de preço em objeto que tem definido a quantidade exata de empregados e de postos, a necessidade imediata de contratação desses postos e ser serviço continuado. Nesses casos a modalidade mais recomendada seria o Pregão Eletrônico sem necessidade de ser SRP.</p>			<p>devidamente assinado pelo gestor, logo após o término do processo de greve no exercício de 2011, tendo sido juntado ao pedido de solicitação de emissão de nota de empenho do contrato e indevidamente arquivado na pasta de correspondência.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foi realizada reunião administrativa com os servidores lotados nos setores administrativos e esclarecida a necessidade de instrução adequada dos processos, além de ter sido impressa e repassada uma cópia para cada coordenador de setor do Relatório Preliminar e do Manual de Confecção de processos elaborado pela AUDIN-IFMT, de forma à sanar as falhas formas detectadas pela equipe de auditoria.</p> <p>Prazo para conclusão: Os procedimentos de instrução processual continuarão sendo acompanhados ao longo do exercício de 2012, até que seja verificada a observância das instruções.</p> <p>-5.3.1. ‘a’= A numeração das páginas foram corrigidas; ‘b’ - a Nota Fiscal foi juntada ao processo juntamente com a cópia da OB800403.</p> <p>Justificativa: Trata-se de falha formal já devidamente observada pela Administração cuja orientação aos setores responsáveis pela instrução dos processos foi repassada de forma à eliminar tal ocorrência, ressaltando que a carência de servidores é fator complicador para a adequada formalização dos processos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foi realizada reunião administrativa com os servidores lotados nos setores administrativos e realizada orientação e esclarecida a necessidade de instrução adequada dos processos, além de ter sido impressa e repassada uma cópia para cada coordenador de setor do Relatório Preliminar e do Manual de Confecção de processos elaborado pela AUDIN-IFMT, de forma à</p>	<p>XII alínea “c” e deve ser providenciada logo após sua assinatura. Recomendamos que nos próximos processos seja obedecida a legislação.</p> <p>- 5.16.1. “g” = Recomendamos que nos próximos processos sejam requisitados as folhas de controle de frequência juntamente com a Nota Fiscal dos serviços prestados.</p> <p>- 5.18.1. “a” = Recomendamos que nos processos futuros sejam observadas a formalidade de identificação/assinatura nos orçamentos apresentados pelos fornecedores. Quando o recebimento for através de e-mail e houver identificação de quem enviou, sugerimos que o servidor responsável rubrique e date o documentno impresso.</p> <p>- 5.18.1. “e” = Recomendamos que nos próximos processos sejam requisitados as folhas de controle de frequência juntamente com a Nota Fiscal dos serviços prestados.</p> <p>- 5.19.1. “e” e “f” = O contrato e a garantia citados referem-se ao posto de agente de portaria, que não foi firmado, sendo o processo interrompido, uma vez que a Prefeitura Municipal fornecerá o profissional até o fim deste exercício de 2012. Esta informação foi ratificada pelo Diretor de Administração e Planejamento do campus, durante a sua presença nesta AUDIN. Justificativa aceita.</p> <p>- 5.20.1. “c” = a entrega da garantia por parte da empresa vencedora do certame deve ocorrer no ato da assinatura do contrato com a contratante, bem como cópia do comprovante de garantia deva ser anexado ao processo licitatório. Recomendamos que nos próximos contratos sejam observadas a legislação licitatória.</p> <p>- 5.20.1. “f” = os boletins de medição e os respectivos pareceres do fiscal de contrato devem constar do processo. Recomendação mantida, essa providência será verificada numa próxima visita desta AUDIN no campus.</p> <p>- 5.20.1. “h” = Os comprovantes de Optante do Simples ou do recolhimento dos tributos devem estar anexos ao processo, sempre que não constar a informação na Nota Fiscal. Recomendação mantida, essa providência será verificada na próxima visita</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>5.17.1. Ausência de comprovante de publicação do aviso de licitação em D.O.U. e Jornal de Grande Circulação Local; 5.18.1. Ausência de: a) assinatura nas propostas da pesquisa de mercado (fls 08/13); b) numeração das folhas 30/31; c) cópias dos comprovantes mensais de frequência dos funcionários devidamente assinados. No ato da apresentação da Nota Fiscal a contratada deve anexar comprovantes de recolhimento de encargos sociais e comprovante de frequência dos funcionários devidamente assinados por eles e pelo chefe imediato; 5.19.1. Ausência de: a) comprovante de publicação do aviso de licitação em D.O.U. e em jornal local (fls 173/174); b) comprovante de publicação dos extratos de contratos em D.O.U.; c) numeração de folhas após a folha 277, bem como folhas soltas no processo e sem numeração; d) assinatura do contratante no contrato 01/2012; e) contrato e comprovante de garantia com a empresa Realiza Ltda para agente de portaria; f) comprovante da garantia prevista na clausula décima primeira do contrato 001/2012; g) cópias dos comprovantes mensais de frequência dos funcionários devidamente assinados;</p> <p>5.20.1. Ausência de: a) comprovante de publicação do aviso de licitação em D.O.U. e em jornal local ; b) recibo de retirada do edital pelas empresas interessadas; c) comprovante de garantia contratual; d) cópia da portaria designando o fiscal de contrato e) aditivo contratual de valor para a execução de serviços adicionais; f) boletins de medição com parecer do fiscal de contrato; g) “espelho” de Ordens Bancárias ; h) comprovante de consulta da situação de Optante Simples do fornecedor, uma vez que não houve retenção de tributos (DARF); 5.20.2. Nos autos não constam registros dos esclarecimentos/respostas quanto a análise do processo pela comissão permanente de fiscalização e recebimento de obras (fls 379/381). Também não manifestou se houve acatamento das sugestões da assessoria jurídica (fls 382/392), e nem anexou edital original devidamente assinado; 5.20.3. Distinção a maior entre o valor estimado pela contratante de R\$ 753.785,29 (fl 01) e o valor da empresa vencedora do certame de R\$ 785.273,18 (fls 536). 5.21. Diárias (25 a 30): 1) Processo n. 23192.000098/2012-32 = Ausência do relatório de prestação de contas e dos tickets de embarques aéreo e terrestre; 4) Processo n. 23194.000077/2012-17 = Ausência do “espelho” de anulação da ordem bancária;</p>			<p>sanas as falhas formas detectadas pela equipe de auditoria. Prazo para conclusão: Os procedimentos de instrução processual, continuarão sendo acompanhados ao longo do exercício de 2012, até que seja verificada a observância das instruções. -5.4.1.= O orçamento via telefone foi efetuado conforme instrução contida no Manual de Compras elaborado pela PROAD, assim, o documento elaborado pela servidora que realizou a cotação de preços foi devidamente assinada, conforme processo. Justificativa: Trata-se de folha formal na instrução do processo. Para a realização da cerimônia de colação de grau dos formandos da 1a. Turma do Curso Técnico em Agropecuária do Campus e da cerimônia de inauguração da obra de construção das salas de aulas novas e da quadra de esportes e ainda da realização da aula Magna do ano letivo de 2012, cumprindo as formalidades legais, tornou-se necessária a contratação dos serviços de cerimonial, uma vez que o processo de pregão à ser realizado pela Reitoria para contratação de serviços de cerimonial do qual este Campus é participante, não havia sido e ainda não foi concluído. Aliado à isso, tem-se que no município não há empresa especializada na prestação desse serviço existindo apenas pessoas físicas com experiência em cerimonial que foram contratadas e selecionada a de menor preço para execução do serviço na data programada. Soluções implementadas ou a Implementar: Foi repassada orientação aos setores para que ao elaborarem orçamentos via telefone, seja utilizado o formulário disponibilizado pela PROAD e devidamente assinado pelo servidor responsável. Prazo para conclusão: A solução final deverá acontecer somente após a conclusão pela Reitoria, do processo licitatório para contratação dos serviços, provavelmente no 2o. Semestre de 2012. -5.5.1.= O espelho da OB800561 foi juntado ao processo. Não foi efetuada a retenção de IRRF da NF; Justificativa: A não retenção do IRRF da NF deve-se ao fato de falha no procedimento de liquidação da NF por desatenção do servidor</p>	<p>desta AUDIN no campus. - 5.21.4. = Recomendação mantida até o envio de cópia da GRU recolhida, e essa providência será verificada na próxima visita desta AUDIN no campus. 6.2. = Não há necessidade de manifestação. 6.3. = Recomendações acatadas ou justificativas aceitas, com exceção de: - 5.1.1. = Recomendamos que seja providenciado o ressarcimento ao erário dos valores referente a multa por atrasos. - 5.15.1. “c” = A pesquisa de mercado deve constar de mínimo 03 orçamentos distintos, devidamente identificados/assinados. Em casos que não for possível esse mínimo, o Gestor deve apresentar justificativa anexa ao mapa de apuração. Recomendamos que nos próximos processos sejam anexos um mínimo de 03 orçamentos, caso contrário apresente justificativa. - 5.16.3 e 5.16.4. = Já há entendimento da CGU quanto a possibilidade de utilizar Sistema de Registro de Preço para contratação de serviço continuado. Desconsiderar a constatação.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>responsável, tendo sido orientado à observância rigorosa das normas tributárias afetas ao setor público.</p> <p>Soluções Implementadas ou à Implementar: Foi repassada ao setor de execução orçamentária e financeira para observância rigorosa das normas tributárias afetas ao setor público. Foi orientado encaminhar correspondência ao fornecedor para apresentar o comprovante de declaração de renda ao final do exercício de 2012. Foi repassada orientação à coordenação de compras para atentar ao procedimento de instrução processual de forma a elidir esse tipo de constatação.</p> <p>Prazo para conclusão: Os procedimentos de instrução processual continuará sendo acompanhado ao longo do exercício de 2012, até que seja verificada a observância das instruções.</p> <p>-5.6.1.'a'=O mapa de pesquisa de mercado não foi juntado ao processo pelo fato de não ter sido realizada pesquisa de mercado apenas a contratação direta da empresa de transporte coletivo para atender aos alunos até que o transporte escolar oferecido pela Prefeitura Municipal fosse retomado, ao término do recesso escolar da Secretaria Municipal de Educação; 'b'-foi juntado ao processo o comprovante de que a empresa é optante pelo Simples, muito embora à pg 12 do processo (NF), conste na Razão Social da empresa o termo ME, sendo esta optante pelo Simples desde 01/07/07, conforme comprovante anexo, que poderá ser constatado por consulta ao CNJ da empresa no SIAFI e RFB.</p> <p>Justificativa: Dada a greve dos servidores públicos federais entre o período de Setembro à Novembro/2011, o período letivo de 2011 foi alterado tendo sido estendido até 26/03/12. O serviço de transporte escolar é realizado pela Prefeitura Municipal e, conforme orientação da Direção Geral do Campus, este seria realizado normalmente durante os meses de Janeiro e Fevereiro/2012. Durante as festas de final de ano houve recesso, tendo sido retomada as aulas em 16/01/12. Nessa data foi-nos comunicado que o transporte escolar não seria realizado no período de 02/01/12 à 02/02/12 pelo fato de que o Município</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>decretou recesso aos servidores da Secretaria Municipal de Educação e que este seria retomado somente após o dia 02/02/12. Durante o período de 18/01/12 à 23/01/12, o transporte dos alunos foi realizado pelos veículos da Instituição, entretanto, não foi possível continuar uma vez que a capacidade de lotação dos ônibus é de 75 pessoas obrigando a realização de 03 viagens pela manhã e 03 à tarde para atender os discentes, provocando atrasos no início das aulas, prejudicando os discentes. Assim, de forma à não haver prejuízo aos discentes, uma vez que o Campus esta localizado à 12km do núcleo urbano do município que não é servido adequadamente por sistema de transporte coletivo, a Administração, após consulta à PROAD, decidiu pela contratação do serviço de transporte coletivo à preço reduzido por se tratar de transporte de alunos sanando o problema e evitando maiores prejuízos ao processo de ensino/aprendizagem dos discentes.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: O calendário escolar/2012, contempla o período de recesso, caso haja, dos servidores do município. No 2o. Semestre, será realizada consulta junto à Secretaria Municipal de Educação para verificar se ocorrerá ou não o recesso dos servidores para que seja tomada providência de contratação de transporte pelas vias licitatórias adequadas.</p> <p>Prazo para conclusão: 31/12/12</p> <p>-5.7.1. 'a' =Foram juntadas ao processo os espelhos de OB800199, 800606 e 800729, também espelho dos DARF'S – DF800041, 800091 e 800112; 'b' - a numeração das páginas foram efetuadas, concluídas com o no. final 17;</p> <p>Justificativa: A numeração de OB's e DARF's emitidos são anotadas nas capas dos processos como forma de economia processual, entretanto, seguindo orientação da UNAI, foi repassada instrução ao setor de execução orçamentária e financeira para, além da anotação na capa, juntar aos processos as cópias das OB's e DARF's emitidos;</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foram repassadas instruções ao setor de execução orçamentária e financeira para</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>instruir os processos com cópias das ob's e darf's emitidos. Foi identificado que o DARF 800112 foi recolhido com valor superior ao devido, tendo sido repassada instrução ao servidor responsável para verificar junto à RFB ou o fornecedor para a devida compensação dos valores. Prazo para conclusão: 31/12/12</p> <p>-5.8.1.'a'=Foram juntadas ao processo os espelhos da OB800560, também espelho do DARF – DF800080; 'b'-foram juntadas cópias dos certificados emitidos. Justificativa: No período de realização da Auditoria, os servidores estavam em viagem para realização de outro curso de 27/02/12 à 02/03/12, assim, ficou impossibilitado de ser juntado ao processo os certificados uma vez que os mesmos não haviam sido emitidos. Quando do retorno dos servidores, as cópias foram devidamente juntadas ao processo e à pasta do servidor.</p> <p>Soluções implementadas ou à implementar: Todos os servidores do Campus tem a orientação expressa de que devem juntar ao processo e à pasta funcional cópia dos certificados de participação em eventos de cdo extrato do referido contrato. 'c'= a numeração após a folha 277 foi efetuada, conforme orientado. 'd'= a assinatura da contratante foi efetuada. 'e'= o contrato não foi efetuada, uma vez que a contratação não ocorreu dado o fato de que a Prefeitura do Município oferecerá os serviços até 12/12. 'f'= o comprovante de garantia foi solicitado à contratante, entretanto, dado o fato da rescisão contratual por inexecução ter sido efetuada em 11/04/12, a contratada não apresentou o mesmo. 'g'= os comprovantes de frequência dos empregados terceirizados foram juntados ao processo; Justificativa: A falta de servidores, a sobrecarga de trabalho, provoca a ocorrência de falhas formais dos processos, para suprir a necessidade foi requisitado à Reitoria do IFMT a contratação de novos servidores e estagiários de forma à minimizar os problemas enfrentados pela Administração na execução de suas atividades, entretanto até o momento não fomos atendidos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Em reunião com os setores responsáveis, foram repassadas orientações no sentido de</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>observarem as orientações constantes dos manuais elaborados pela PROAD/UNAI de forma a minimizar as falhas formais observadas nos processos. Aliado à isso, agora em Julho/12, retornou de licença maternidade uma servidora que foi designada para responder pelo Setor de Contratos e Convênios de forma à elidir as constatações de falhas na gestão e fiscalização de contratos da Administração.</p> <p>Prazo para conclusão: Será acompanhado no decorrer do exercício até que sejam elididas as falhas.</p> <p>-5.20.1. 'a' = O aviso de licitação foi publicado no D.O.U. em 25/10/11 (seção 3, pg. 45) e em jornal Diário de Cuiabá (Classidário fl 07) no dia 25/10/11, cujas cópias foram juntadas ao processo às pg. 436 a 438. Esclarece-se que quando da publicação no D.O.U. a página não foi impressa e juntada ao processo bem como o Jornal não havia sido junto em função de que à data de encerramento do processo, o exemplar ainda não havia sido 'b' = no item 2 do edital, o edital e anexos foram disponibilizados aos licitantes no sitio : comprasnet.gov.br, na página do IFMT Campus Campo Novo do Parecis e ainda, caso o licitante quisesse, poderia obtê-lo junto à CPL do Campus, pelo e-mail cpl@cnp.ifmt.edu.br ou no endereço do Campus, conforme o citado item do edital, como não houve solicitação formal ao Campus por parte dos licitantes interessados, não foram emitidos recibos de retirada de edital do certame. 'c' = foi determinado à Comissão de Fiscalização que requeresse à contratada o instrumento de Garantia. 'd' = a portaria de designação da comissão de fiscalização No. 002 foi editada em 12/01/12, porém constava apenas do processo de fiscalização da obra, foi juntada ao processo original, à pg. 439. 'e' = o Termo Aditivo foi firmado em 23/03/12, conforme processo No. 23192.000264/2012-09, devidamente registrado no SIASG. 'f' = a 1a. medição foi apresentada pela contratada em 07/03/12, a comissão de fiscalização analisou a mesma e emitiu parecer em 18/03/12, a NF No. 3 foi emitida em 20/03/12; A 2a. medição foi apresentada pela contratada em 18/04/12, a comissão de fiscalização analisou a mesma e</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>emitiu parecer em 25/04/12, a NF No. 9 foi emitida em 26/04/12, ambas de acordo com o item 22.2 do Edital que diz "Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida à medição dos serviços. Emitido atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, as notas fiscais correspondentes à medição que será encaminhada à Coordenação competente após ser devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização da obra." 'g' = os espelhos das OB800413 e 800457, foram juntadas ao processo, embora conste da capa do mesmo a anotação. 'h' = quando do início da obra a contratada ainda era optante do SIMPLES, hoje ela não goza mais dessa prerrogativa, assim, foi solicitada à mesma o encaminhando dos documentos comprobatórios de até quando era optante do simples para que possamos efetuar as retenções na próxima medição ou que comprove o recolhimento dos tributos para serem juntados ao processo;</p> <p>Justificativa: A falta de servidores, a sobrecarga de trabalho, provoca a ocorrência de falhas formais dos processos, para suprir a necessidade foi requisitado à Reitoria do IFMT a contratação de novos servidores e estagiários de forma à minimizar os problemas enfrentados pela Administração na execução de suas atividades, porém até o momento ainda não fomos atendidos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Em reunião com os setores responsáveis, foram repassadas orientações no sentido de observarem as orientações constantes dos manuais elaborados pela PROAD/UNAI de forma a minimizar as falhas formais observadas nos processos. Aliado à isso, com o retorno de uma servidora que encontrava-se em licença maternidade, esta foi designada para a função de Responsável por Contratos e Convênios de forma à tornar mais efetiva as atividades de publicação de contratos bem como prestar orientação aos fiscais de contrato sobre as ações que devem ser efetuadas na fiscalização. Foi determinado ao Setor de Execução Orçamentária e Financeira o encaminhamento de solicitação formal à contratada para apresentar os documentos</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>comprobatórios de qual o período em que esta era optante do simples e os comprovantes de recolhimento dos tributos para serem juntados ao processo, caso não existam, que seja efetuada a retenção dos tributos federais de todas as medições na próxima.</p> <p>Prazo para conclusão: Será acompanhado no decorrer do exercício até que sejam elididas as falhas.</p> <p>-5.21.1= A solicitação do PCDP – 000278/12, foi solicitado em 27/01/12 para a viagem ser realizada em 17/03/12. Quando da solicitação do processo 000098/2012-32 a viagem ainda não havia ocorrido, logo, a prestação de contas não poderia ainda ser efetuada. Esta foi efetuada quando do retorno do servidor com todos os documentos que a compõe, conforme consta no sistema SCDP;</p> <p>-5.21.4= O processo foi cancelado, porém a OB já havia sido encaminhada ao banco para pagamento, não tendo tempo hábil para cancelamento da mesma. Foi gerada GRU para devolução do valor pelo beneficiário, entretanto esta não foi recolhida. Nesta data foi gerada nova GRU para recolhimento que será encaminhada a essa UNAI quando do seu recolhimento.</p> <p>apacitação.</p> <p>Prazo para conclusão: O monitoramento é realizado pelo SRH.</p> <p>-5.9.1.=Foram juntadas ao processo os espelhos das OB800389/390/604/605/726/727, também espelho dos DARF's – DF800058/64/90/92/117/118;</p> <p>Justificativa: A numeração de OB's e DARF's emitidos são anotadas nas capas dos processos como forma de economia processual, entretanto, seguindo orientação da UNAI, foi repassada instrução ao setor de execução orçamentária e financeira para, além da anotação na capa, juntar aos processos as cópias das OB's e DARF's emitidos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foram repassadas instruções ao setor de execução orçamentária e financeira para instruir os processos com cópias das ob's e darf's emitidos.</p> <p>Prazo para conclusão: 31/12/12</p> <p>-5.10.1.'a'= O atestado na NF foi</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>providenciado. 'b' =foi acrescentada a numeração das fls. do processo terminado no número 20;</p> <p>Justificativa: Falha formal na instrução processual, uma vez que no verso da NF foi anotado a data de liquidação da mesma, tendo sido executado o serviço uma vez que consta do processo cópia do certificado de participação da servidora;</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foram repassadas instruções ao setor de execução orçamentária e financeira para conferir as formalidades exigidas para liquidação das NF's e instruir os processos com cópias das ob's e darf's emitidos.</p> <p>Prazo para conclusão: 31/12/12</p> <p>-5.11.1.= Foi juntado ao processo quando da entrega do produto o Recibo emitido pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, tendo sido o pagamento efetuado via GRU intra-siafi por se tratar de Instituição Pública;</p> <p>Justificativa: O Instituto Brasileiro de Informações Foram juntadas cópias dos certificados emitidos. em Ciência e Tecnologia, vinculado à Fundação Biblioteca nacional, fornecedor exclusivo do Manual de Sistema de Cadastro Universal, essencial para catalogação do material bibliográfico adquirido pelo Campus, não fornece Nota Fiscal, sendo os pagamentos efetuados via GRU intra-siafi, que quando da remessa do produto é juntado ao mesmo, RECIBO da Instituição comprovando o pagamento, conforme cópia anexa;</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foram repassadas instruções à Coordenação de Biblioteca para que, caso ocorra novas aquisições específicas de material de uso da biblioteca que seja juntado ao processo de solicitação a informação de que a entidade não emite NF.</p> <p>Prazo para conclusão: No decorrer do exercício serão observados os procedimentos para elidir a constatação.</p> <p>-5.12.1. 'a' = Foram juntadas cópias dos certificados emitidos. 'b' = foi solicitada à empresa o envio da NF.</p> <p>Justificativa: A servidora foi inscrita no curso para que obtivesse conhecimento suficiente para execução dos procedimentos</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>de retenção e recolhimento de tributos, conforme legislação vigente. O pagamento foi efetuado antes da emissão da NF por ser condição para a participação no curso, cuja NF seria encaminhada quando do término do curso, ocorre que a servidora, ao término do curso, não conseguiu retirar o documento junto à empresa dado o horário de encerramento do curso e o de vôo de retorno;</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foi solicitado à empresa o envio da NF comprovando a prestação do serviço que será juntada ao processo.</p> <p>Prazo para conclusão: 30/09/12</p> <p>-5.13.1. 'a'= Foi complementada a numeração das folhas. 'b'= foi impresso e assinado o formulário de Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos pelo Ordenador de Despesas. 'c'=o demonstrativo da execução da despesa foi devidamente assinado. 'd'=As NF's foram devidamente vistas pelo suprido e atestada pelo servidor responsável. 'e'=a NF foi localizada pelo suprido e juntada ao processo. 'f'=foram juntados aos processos as NE's de anulação e as NS de reclassificação;</p> <p>Justificativa: No exercício de 2011, os procedimentos de concessão de SF e respectiva prestação de contas foi realizado de forma precária dada a inexperiência dos servidores para atender aos procedimentos corretos para atendimento da legislação.</p> <p>Ainda assim, seguindo orientações constantes do Manual de Concessão de SF elaborado pela PROAD e às recomendações da UNAI, foram sanadas as falhas constatadas. Esta constatação foi também efetuada pela CGU na Auditoria de Gestão, tendo sido respondida tempestivamente.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: No exercício de 2012 a administração esta se abstendo de conceder SF, contudo, o que foi ou vier à ser concedido, seguirá todos os procedimentos vigentes de forma à não haver mais esta constatação</p> <p>Prazo para conclusão: 31/12/12</p> <p>-5.14.1= Foi solicitada à empresa a apresentação de cópia dos comprovantes de frequência;</p> <p>Justificativa: O controle de frequência dos contratados é realizado diariamente com a presença destes no Campus para</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>desenvolvimento das atividades, verificada pelo fiscal do contrato.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foi determinado à Coordenação de Serviços de Apoio desde o mês 03/2012 a elaboração de planilha de frequência dos prestadores de serviço para controle da Instituição.</p> <p>Prazo para conclusão: durante a vigência do contrato</p> <p>-5.15.1= 'a' A autorização foi juntada ao processo, anexo; 'b' Foi juntada Certidão Positiva com efetivo de Negativa – RFB ao processo com vencimento em 10/09/12 bem como documento do SICAF – CRC e Declaração de cadastro com validade para 13/10/12.</p> <p>Justificativa: A autorização do órgão gerenciador foi solicitada à época da adesão e encaminha scaneado via e-mail para esta instituição, porém à época, por falha formal na instrução processual, não foi impressa e juntada ao processo.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Foram repassadas Coordenação de Compras a estrita observância das formalidade exigidas para a instrução processual quando da realização de pesquisa de mercado via telefone.</p> <p>-5.16.1. 'a'= O processo foi publicado no Jornal Diário de Cuiabá em 14/11/2011, porém não foi juntado ao processo pois naquela data o exemplar não havia sido encaminhado para o Campus. 'b'= a Ata contrato foi firmado e consta do processo às fls. 355 à 375. 'c'=a Ata contrato foi firmado e consta do processo às fls. 355 à 375. 'd'=foi verificado junto à CPL e o extrato não foi publicado. Foi providenciada, ainda que fora do prazo, a publicação do referido extrato. 'e'=foi verificado e a contratada não apresentou o Termo de Garantia. Foi encaminhado Ofício à mesma, solicitando a apresentação do Termo de Garantia que será entregue até 30/06/12. 'f'=assinatura foi realizada no documento. 'g'= foi encaminhado Ofício à contratada para apresentação de cópia de todos as fichas de controle de frequência bem como determinado ao Fiscal do Contrato e à Coordenação de Serviços de Apoio o controle efetivo e tempestivo da frequência dos prestadores de serviços, muito embora</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>diariamente é verificada a presença dos empregados terceirizados. 'h' = a numeração das fls. foram realizadas fechando com o número 375. 'i' = consta o parecer jurídico às fls. 162 à 168 do 1o. Vol. do processo. 'j' = conforme consta dos documentos cadastrais da contratada às fls. 394 à 309, a empresa é optante do SIMPLES e consultado o cadastro da contratada no Sistema SIAFI, constata-se que a mesma é optante do sistema SIMPLES. 'k' = embora, por economia processual, seja anotado na capa do processo os nos. das Ob's, GP'S e DARF'S, foi juntada ao mesmo, cópia da OB800467 e GP800025, conforme orientação da UNAI. 'l' = consta às fls. 04 à 10, 03 (três) planilhas de pesquisa de mercado bem como o demonstrativo da média de preços;</p> <p>Justificativa: A falta de servidores, a sobrecarga de trabalho, provoca a ocorrência de falhas formais dos processos, para suprir a necessidade foi requisitado à Reitoria do IFMT a contratação de novos servidores e estagiários de forma à minimizar os problemas enfrentados pela Administração na execução de suas atividades, entretanto até o momento não fomos atendidos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Em reunião com os setores responsáveis, foram repassadas orientações no sentido de observarem as orientações constantes dos manuais elaborados pela PROAD/UNAI de forma a minimizar as falhas formais observadas nos processos. Agora em Julho/12, retornou de licença maternidade uma servidora que foi designada para responder pelo Setor de Contratos e Convênios de forma à elidir as constatações de falhas na gestão e fiscalização de contratos da Administração.</p> <p>Prazo para conclusão: Será acompanhado no decorrer do exercício até que sejam elididas as falhas.</p> <p>-5.17.1= O processo foi publicado no D.O.U. Em 21/11/11 seção 3, pg. 61, contudo por falha não foi impresso e juntado ao processo, tendo sido juntado nesta data. O processo foi publicado no Jornal Diário de Cuiabá em 21/11/2011, porém não foi juntado ao processo, pois naquela data o exemplar não havia sido encaminhado para o Campus.</p> <p>Justificativa: A falta de servidores, a</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>sobrecarga de trabalho, provoca a ocorrência de falhas formais dos processos, para suprir a necessidade foi requisitado à Reitoria do IFMT a contratação de novos servidores e estagiários de forma à minimizar os problemas enfrentados pela Administração na execução de suas atividades, entretanto até o momento não fomos atendidos.</p> <p>Soluções implementadas ou à Implementar: Em reunião com os setores responsáveis, foram repassadas orientações no sentido de observarem as orientações constantes dos manuais elaborados pela PROAD/UNAI de forma a minimizar as falhas formais observadas nos processos. Agora em Julho/12, retornou de licença maternidade uma servidora que foi designada para responder pelo Setor de Contratos e Convênios de forma à elidir as constatações de falhas na gestão e fiscalização de contratos da Administração.</p> <p>Prazo para conclusão: Será acompanhado no decorrer do exercício até que sejam elididas as falhas.</p> <p>-5.18.1. 'a' = Conforme consta do processo às fls. 03 à 09, por se tratar do primeiro processo de contratação de serviços terceirizados, a administração encaminhou ofícios às empresas prestadoras de serviços para a elaboração de pesquisa de mercado, assim, estas responderam, fls. 08 e 13 via e-mail, tendo sido os documentos impressos e juntados ao processo mesmo sem a assinatura dos mesmos, assim foi juntado ao processo, página do e-mail comprovando os contatos e a resposta aos ofícios encaminhados. 'b' = a numeração das folhas 30 e 31 foram efetuadas. 'c' = foi encaminhado Ofício à contratada para apresentação de cópia de todos as fichas de controle de frequência bem como determinado ao Fiscal do Contrato e à Coordenação de Serviços de Apoio o controle efetivo e tempestivo da frequência dos prestadores de serviços, muito embora diariamente é verificada a presença dos empregados terceirizados;</p> <p>Justificativa: A falta de servidores, a sobrecarga de trabalho, provoca a ocorrência de falhas formais dos processos, para suprir a necessidade foi requisitado à Reitoria do IFMT a contratação de novos servidores e</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>estagiários de forma à minimizar os problemas enfrentados pela Administração na execução de suas atividades, entretanto até o momento não fomos atendidos. Soluções implementadas ou à Implementar: Em reunião com os setores responsáveis, foram repassadas orientações no sentido de observarem as orientações constantes dos manuais elaborados pela PROAD/UNAI de forma a minimizar as falhas formais observadas nos processos. Agora em Julho/12, retornou de licença maternidade uma servidora que foi designada para responder pelo Setor de Contratos e Convênios de forma à elidir as constatações de falhas na gestão e fiscalização de contratos da Administração. Prazo para conclusão: Será acompanhado no decorrer do exercício até que sejam elididas as falhas.</p> <p>-5.19.1. 'a' = O aviso de licitação foi publicado no D.O.U. (seção 3, pg. 59) e em jornal Diário de Cuiabá (Classidário fl. 8) no dia 08/12/11, cujas cópias foram juntadas ao processo às pg. 173/174. Esclarece-se que quando da publicação no D.O.U. a página não foi impressa e juntada ao processo bem como o Jornal não havia sido junto em função de que à data de encerramento do processo, o exemplar ainda não havia sido entregue no Campus. 'b' = foi verificado junto à Coordenação de Compras e constatado que o extrato não foi tempestivamente publicado, assim, ainda que fora do prazo, foi providenciada a publicação</p>	
Relatório nº 20-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas - Campus Cáceres	Em nossa análise, com fundamento no disposto no Decreto 95.247/1987 e Decreto 2.880/1998, constatamos ausência de atendimento aos requisitos de formalização de processo de solicitação do auxílio-transporte, conforme planilha.	1. Formalizar adequadamente as pastas funcionais com a documentação referente ao pagamento de auxílio-transporte, com: Ø Solicitação de auxílio-transporte. Ø Atualização cadastral dos servidores, com apresentação de cópia de comprovante de endereço residencial atualizado. 2. Abster-se de pagar auxílio-transporte aos que deixarem de proceder à atualização cadastral;	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 21-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Confresa	<p>5.1.1. Ausência de: a) identificação do autor do projeto básico, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, inclusive com o CREA; b) detalhamento da composição analítica do BDI da licitante, conforme Ofício circular 33/2011/CGInf/DDR/SETEC/MEC de 30/03/2011; c) parecer do fiscal do contrato quanto à solicitação da primeira medição e ao boletim de medição (fls 504/516); d) detalhamento, anexo à planilha orçamentária e financeira do IFMT, da composição de custo dos itens onde os códigos identificam “composição”; 5.1.2. Divergência entre valores da Tabela SINAPI com a planilha orçamentária e financeira (fls 292/320), conforme descrito : 5.1.3. Ausência no sistema SIMEC de arquivos digitais dos projetos arquitetônicos, estruturais e outros; 5.1.4. Execução da obra sem acompanhar o Cronograma físico-financeiro da contratada, conforme boletim de medição da contratada (fls 498/516); 5.2.1. Ausência de:</p> <p>a) assinatura e identificação do autor do projeto básico, bem como rubrica do autor em todas as folhas dos seus anexos (fls 175/202). Para análise de documentos processuais na Unidade de Auditoria Interna, consideramos sempre a última versão anexada do edital e seus anexos;</p> <p>b) assinatura do Presidente da Comissão Permanente de Licitação/IFMT, no convite às empresas (fls 162);</p> <p>c) assinatura no orçamento do fornecedor Minas Construções Ltda (fls 57);</p> <p>d) maior detalhamento/especificação dos itens constante da planilha de composição de custos, elaborada pelo campus Confresa (fls 139/139v);</p> <p>e) certidão negativa de débitos trabalhistas para o pagamento da primeira medição(R\$ 97.888,57 NF 202516) que ocorreu em 01/20/2012, conforme “espelho” de OB800061;</p> <p>f) termos aditivos ao contrato 005/2011, de acréscimo e supressão no valor , bem como comprovante de suas publicações em D.O.U, contrariando o Acórdão 250/2005 Plenário e acórdão 551/2008 Plenário. Constam nos autos apenas despacho do Diretor Geral, datado de 05/09/2011, quanto a concordância em efetuar acréscimo da rede adutora(fl 377) e proposta de encontro de contas pela comissão de fiscalização, datado de 03/04/2012 (fls 416);</p> <p>g) ausência de previsão de garantia no Edital e Contrato para a execução do objeto. Apesar do art. 56 da Lei 8.666/93 deixar a critério da autoridade competente a exigência ou não de</p>	<p>6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1. “a”, 5.1.3.; 5.2.1. “a,b”; 5.4.1.; 5.5.1.; 5.6.2.;</p> <p>6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir:</p> <p>- Incluir comprovante de consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada, quando não constar tal informação na Nota Fiscal ou não estiver anexo declaração - modelo constante da IN 381 SRF/2003;</p> <p>- Receber orçamentos devidamente assinados, detalhar melhor os itens das planilhas de composição de custos e exigir garantia especialmente quando se tratar de obras/serviços de engenharia (constatações 5.2.1. “c,d,g”);</p> <p>- Exigir Certidão negativa de débitos trabalhistas antes de efetuar pagamento de prestação de serviços (constatação 5.2.1. “e”);</p> <p>- Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo;</p> <p>- No despacho inicial do ordenador de despesa, constante do formulário de requisição, deixar explícita a decisão (aprovado, cancelado, reprovado) quanto ao prosseguimento do processo;</p> <p>- Incluir mapa de apuração quando efetuar pesquisa de mercado (constatação 5.3.1.);</p> <p>- A comissão permanente de licitação no momento de elaboração de edital deve observar se o período previsto da execução de obras nos campi coincidirá com épocas de chuvas em Mato Grosso, e propor a execução em outro período (constatação 5.6.1.);</p> <p>- Nos processos de adesão a SRP sempre anexar as atas de registro de preço.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>Através do Expediente de 16/08/2012, o Campus Confresa informou que:</p> <p>- 5.6.2. = foi corrigido, portanto o SIMEC está atualizado. Desatualizações podem ocorrer devido ao fato de o processo passar pela execução financeira e por final pela atualização do SIMEC.</p> <p>Quanto às constatações abaixo:</p> <p>- 5.1.1. “a” = não houve manifestação.</p> <p>- 5.1.3. = não houve manifestação.</p> <p>- 5.2.1. “a,b” = não houve manifestação.</p> <p>- 5.4.1. = não houve manifestação.</p> <p>- 5.5.1. = não houve manifestação.</p> <p>5.2.1. “c,d,e,g”, 5.3.1., 5.6.1.= Serão observados os dispostos nos processos futuros, inclusive com ciência a cada setor envolvido nas etapas as quais lhe dizem respeito. Afim de que seja cumprido fielmente as orientações constantes no item.</p> <p>-5.1.1. “b”= Não constava no processo, e que após constatação da ausência pela auditoria, o referido detalhamento já foi solicitado a empresa, e inserido ao processo, e com copia anexo as justificativas do relatório da auditoria.</p> <p>- “c” Quanto ao parecer do fiscal do contrato, este se encontra na folha 520 do referido processo, e segue copia em anexo.</p> <p>- “d” Como fora observado pela auditoria, a falta do detalhamento da composição dos custos, onde configura-se os itens “composição”, a justificativa pela ausência do detalhamento, é notada pela falta de experiência do responsável pela elaboração do projeto básico, que não tinha conhecimento da obrigatoriedade da inserção do detalhamento da composição dos itens no processo de licitação da obra, contudo após o apontamento, o mesmo foi inserido no processo e copia segue em anexo ao relatório.</p> <p>-5.1.2= Os questionamentos sobre os itens do bloco de sala de aula 2.1.3, 7.1.1, 7.2.2;e os itens do centro de convivência 7.2.1, 7.2.2, 7.2.4, os mesmos foram encaminhados a empresa que fora contratada para elaboração dos serviços de engenharia, conforme nota de empenhos 2010NE900112 e 2011NE800126, após a solicitação foram apresentadas as devidas justificativas, pela empresa de engenharia e segue em anexo.O</p>	<p>Recomendação</p> <p>6.1 = Recomendações mantidas, exceto a constatação 5.6.2. que foi acatada.</p> <p>6.2. =Não há necessidade de manifestação.</p> <p>6.3. = Justificativas aceitas, exceto:</p> <p>- 5.2.1. “f” = Apesar do Gestor informar que a publicação do aditivo de contrato existir, não foi verificado nos anexos enviados nem a publicação e nem o próprio termo aditivo, bem como não foi verificado o termo aditivo. Recomendação mantida.</p> <p>- 5.2.2. = A execução de serviços/obras após o término da vigência do contrato agride a legislação licitatória, mesmo não havendo prejuízo ao erário. Recomendamos maior atenção nos próximos processos, sob pena de apuração de responsabilidade.</p> <p>- 5.2.3. = A utilização da Tabela SINAPI nas licitações públicas é exigência estabelecida em acórdãos do TCU, mesmo não concordando com os preços. Quando não for encontrado o item, deve-se elaborar composição com itens da própria tabela ou da tabela SINAPI, com a devida justificativa. Recomendamos maior atenção nos próximos processos, sob pena de apuração de responsabilidade.</p> <p>6.1. = Justificativa acatada.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>garantia, no caso de obras/serviços de engenharia houve risco de não haver recebimento do objeto contratado.</p>			<p>subitem "22.1" consta na planilha SINAPI de junho de 2011, "22.2" o mesmo foi repassado a empresa de engenharia contratada para a elaboração do projeto, e esta apresentou a justificativa, que segue anexo; contudo vale ressaltar que o equívoco ocasionado pela empresa que elaborou a planilha orçamentária que motivou a tomada de preços 09/2011, não levou prejuízo ao erário, haja vista que o valor lançado na tabela fica abaixo do valor sugerido pela tabela SINAPI de junho de 2011.</p> <p>-5.1.4 =A constatação apontada neste item, já fora solucionada, e a obra encontra-se em estágio final de conclusão, sem haver prejuízos de tempo e orçamentário para a Administração do campus.</p> <p>-5.2.1. "P"= O termo aditivo de contrato que o relatório cita é referente a um aditivo de valor a maior referente ao Contrato 05/2011 originado pelo processo 23193.000114/2010-15, publicado extrato no DOU no dia 03 de Outubro de 2011. O feito deu-se a partir da necessidade de prolongar a rede adutora para atender as UEP's, haja vista que a produção de água do poço que atende esta localidade tem produção insuficiente, assim a motivação para prolongar a rede.Contudo, após o andamento da obra notou-se a substituição de alguns itens do processo(bomba submersa orçada de 11cv para uma bomba de 4 cv) e ainda de item que deixaram de ser executados em virtude do perfil geofísico do local (fornecimento e instalação de revestimento de filtro em aço galvanizado tipo NOLD, instalação de pré-filtro) verificou-se a possibilidade de realizar um encontro de contas onde seria possível estender a rede adutora sem acarretar custos adicionais ao IFMT campus Confresa, o que no final da obra, de fato, efetivou-se. Assim a publicação do referido aditivo de contrato existe, inclusive com empenho realizado, contudo não fora liquidado, e o saldo está a ser cancelado, conforme anexo.</p> <p>-5.2.2 = Mesmo considerando as cláusulas do edital, do contrato e ainda as recomendações do Acórdão 3667/2009, faz-se necessário lembrar que para a contratação da empresa para perfurar o poço em questão, fora preciso</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>5.2.2. Continuidade da execução dos serviços de construção do poço artesiano após vigência do contrato. 5.2.3. Composição de custo irregular. Utilizou-se de unidade “não convencional” (vb) para compor custos de itens; 5.2.4. Composição do LDI atingindo 30% (fls 331), acima do limite recomendado para obras, de acordo com a Orientação do MEC 33/2011; 5.2.5. Informações divergentes registradas no SIMEC; 5.3.1. Ausência de mapa de apuração de pesquisa de mercado, realizada no exercício 2010; 5.4.1. e 5.5.1. Ausência de cópia das atas de registro de preço devidamente assinada; 5.6.1. Ausência de planejamento de execução das obras, iniciando em época conhecidamente de chuvas na região, causando necessidade de prorrogação do prazo previsto no contrato; 5.6.2. SIMEC desatualizado quanto ao cronograma físico financeiro de execução da obra.</p>	<p>6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.1.1. “b,c,d”; 5.1.2., 5.1.4.; 5.2.1. “P”; 5.2.2.; 5.2.3.; 5.2.4.; 5.2.5.;</p>		<p>realizar três convocações para que fosse possível a realização do certame, haja vista a falta de empresas interessadas na execução do objeto, faz necessário ainda considerar que a água é um bem indispensável a vida, que temos no nosso campus alunos que vivem em regime de internato pleno, que a cidade a anos sofre com o problema da falta de água, dessa forma não poder-se-ia cancelar/extinguir o contrato, e assim adiar a perfuração de um poço para atender a demanda do nosso campus e que os custos com cancelamento/multa/sanções a empresa poderiam trazer custos financeiros e sociais para o campus, reforço que a decisão tomada pelos gestores do contrato e ainda pelo Diretor Geral, mesmo contrariando as recomendações jurídicas, sempre vislumbrou proporcionar o bem estar e a permanência da comunidade acadêmica neste campus sem que houvesse prejuízo ao erário.</p>	
	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Confresa Aditivo	<p>5.1.5. Proposta da única empresa licitante participante (fls. 392/460) com todos os preços coincidindo com a Planilha de custo unitário elaborada pelo campus Confresa (fls 292/308), numa licitação onde o critério é menor preço global e as empresas participantes buscam vencer ofertando um preço menor do que a apresentada pela Instituição.</p>	<p>6.1. Apresentar justificativa quanto à constatação 5.1.5.;</p>		<p>-5.2.3 = Alguns itens utilizados na construção do poço e da adutora, não foram encontrados na referida tabela, de tal forma que buscou encontrar no mercado cotações que trouxessem valores de referencia, como consta nas paginas (54 a 58); ainda a referida cotação fora avaliada pela comissão de engenharia do IFMT, o qual não apresentou objeções quanto a utilização do mesmo.</p> <p>Considerando que o item 19 (instalação de conjunto de moto bomba submersível de 11vc) fora encontrado na tabela SINAPI de 10/2010, o mesmo fora cotado por empresas especializadas na realização de serviço de perfuração de poços, deve-se ainda considerar que a tabela SINAPI utiliza como referencia a realização de serviços na região de Cuiabá o que extrapola as especificidades do IFMT campus Confresa, haja vista que estamos a 1.200km de distancia da capital.</p> <p>-5.2.4 = Quando da instauração do processo de licitação do poço, a comissão responsável pela elaboração do projeto básico e edital, não tinha conhecimento/posse/informação acerca do Ofício Circular 33/2011/CGInf/DDR/SETEC/MEC de 30/03/2011, haja vista que o processo para licitação do poço foi aberto em 06/09/2010; diante da necessidade de republicar o edital, houve neste período, a divulgação do</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>referido Ofício Circular 33/2011/CGInf/DDR/SETEC/MEC, sendo que a comissão de licitação não se atentou a redução dos limites do BDI, conforme informado pelo Ofício acima, haja vista que a data da realização do certamente ocorreu no dia 27/05/2011 e a publicação da orientação se deu no dia 30/03/2011.</p> <p>-5.2.5 = Informa-se que o SIMEC preenche as datas de maneira automática assim que são inseridos os dias aditivados. Portanto as datas correspondem ao que foi firmado com a empresa. No que diz respeito a data de entrega da obra, essa se deu após o término do aditivo uma vez que ocorreu um encontro de contas entre itens subtraídos e adicionados. Em que a data de 31/01/2012 foi a real data de entrega da obra.</p> <p>Recomendação 6.1 a) O edital foi publicado dentro do prazo legal e em todos os meios necessários (site do IFMT, comprasnet, jornal de circulação estadual e convites verbais as empresas da região);</p> <p>b) Temos histórico de pouca participação nos certames do campus, e ainda, em outros casos onde a sessão publica foi realizada na cidade de Cuiabá (a exemplo do processo de construção do poço artesiano) onde tivemos licitação deserta em duas tentativas, e ainda a exemplo de outros campi como Juína, que só conseguiu sucesso ao ser programado a sessão na própria cidade sede.</p> <p>c) Os valores licitados estão de acordo com a tabela SINAPI/PINI e composições, respeitando os regulamentos pertinentes á época, estando, portanto a proposta, apesar de único, apta e exequível.</p> <p>d) O campus tomou todas as providencias cabíveis para a divulgação do certame, mas que ainda assim a efetiva participação dependerá sempre do interesse dos particulares, de acordo com as suas próprias analises de risco empresarial, viabilidade econômica, custos com deslocamentos, mão de obra, dentre outros.</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 22-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Barra do Garças	5. Em nossa análise não foi constatada nenhuma impropriedade em relação aos procedimentos adotados.	Incluir, antes de efetuar pagamento, comprovante de consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada, quando não constar tal informação na Nota Fiscal ou não estiver anexo declaração - modelo constante da IN 381 SRF/2003; - Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; - No despacho inicial do ordenador de despesa, constante do formulário de requisição, deixar explícita a decisão (aprovado, cancelado, reprovado) quanto ao prosseguimento do processo;	Não se aplica	Não se aplica	Não houve recomendação
Relatório nº 23-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus Juína	2.1. Processo nº 23195.000072/2012-64 – Solicitação de aquisição de materiais de construção. 2.1.1. Ausência de especificação dos itens solicitados e justificativa para aquisição, indicando quais os serviços nos quais serão aplicados os materiais adquiridos, em desacordo com o artigo 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/93. 2.1.2. Existência de rasuras nos orçamentos de fls. 08 a 10, impossibilitando a verificação dos preços apresentados pelas empresas consultadas. 2.2. Processo nº 23195.000066/2012-15 – Solicitação de serviço de reprografia. 2.2.1. Ausência de justificativa para a contratação do serviço e escolha do contratado. 2.2.2. Ausência de juntada aos autos das requisições das cópias, contendo informações sobre qual o objeto das cópias, finalidade, a quem se destinam etc. 2.2.3. Ausência de identificação do servidor que atestou o recebimento dos serviços na Nota Fiscal nº 0538 (fls. 15). 2.3. Processo nº 23195.000115/2012-10 – Diárias ao aluno que participa do projeto “Mapeando a cor no IFMT”. 2.3.1. Ausência de prestação de contas e relatório do professor, em desacordo com o artigo 1º da Portaria nº 21, de 13/08/2010, do campus Juína. 2.4.1. Ausência de inclusão de itens no edital, em desacordo com o parecer jurídico de fls. 187/199: a) Saldo orçamentário para comprovação efetiva da disponibilidade de recursos que assegurem o pagamento das obrigações que serão assumidas, tendo em vista a transparência dos atos administrativos, em desacordo com os itens 4 e 10.1.2 do parecer jurídico). b) Item com critério de atualização financeira (item 10.2.2 do parecer jurídico).	3.2. Observe a Portaria nº 21, de 13/08/2010, do campus Juína, que trata dos projetos de extensão, juntando aos autos dos processos todos os documentos exigidos, especialmente os relatórios e prestações de contas.	Houve Manifestação do Gestor	2.4.3= Plausível a constatação, porém é notório porque a nossa maior ferramenta de planejamento o Orçamento Público é falho ao ponto que entre o aprovado e o executado dentro do exercício existe uma grande discrepância de valor, infelizmente é uma rotina na Administração Pública que em todo início de ano recebemos a notícia que terá contingenciamento de recursos e ao fim do mesmo ano acontece ao contrário, acabamos que a unidade recebe recursos extra orçamentários muito acima do previsto, isso contribui de forma íntima com mau planejamento e culminando diretamente nos contratos aditivados. Será incluída no processo a justificativa para realização de aditivos. 2.4.4 e 2.5.2= Reunimos com o setor de contrato advertindo quanto aos prazos limites para publicação dos extratos de contratos, ficando definido que nas próximas publicações serão atendidas. 2.2.3= Solicitação atendida. - 2.8.1= Solicitação atendida. 2.6.1= Aguardando a regularização pelo servidor junto a empresa de transporte para emissão de segunda via dos bilhetes de viagem. - 2.7.1= Inclusão no formulário de concessão de diárias e passagens pelo servidor solicitante e o gestor a justificativa pela solicitação e autorização de viagem com prazo inferior a 10 dias. - 2.7.2= Devido a solicitação ter sido feita	3.2. = Recomendação mantida, a fim de que sejam averiguados os processos nas próximas auditorias. 3.8. = Recomendação mantida a fim de que sejam verificadas as adequações nas próximas auditorias. 3.9. = Recomendação atendida. 3.10.= Recomendações mantidas a fim de que sejam monitoradas as adequações.

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>2.4.2. Valor dos empenhos insuficiente para o atendimento da despesa no exercício, em desacordo com o artigo 30, § 4º, da IN MPOG nº 02/2008, conforme Notas de empenho 2011NE800010 e 2012NE800029, no valor, respectivamente, de R\$ 22.800,00 e 47.763,88. 2.4.3. Ausência de justificativa para a realização dos aditivos nº 01 e 02 ao contrato, que acrescentaram 01 posto de trabalho pedreiro ao contrato. A realização do aditivo indica também a existência de falha no planejamento. 2.4.4. Publicação do extrato do termo aditivo ao contrato após o prazo definido no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. 2.4.5. recomendamos que, no caso de haver prorrogação contratual, no momento da negociação à qual se refere o artigo 30 da IN/MPOG nº 02/2008, seja negociada também a inclusão de cláusula que determine a comprovação de regularidade trabalhista pela contratada, durante a vigência do contrato. 2.4.6. Após consulta ao sistema SIAFI das Ordens Bancárias emitidas ao CNPJ da contratada, verificamos que a cada mês foi pago um valor diferente, sempre divergindo do valor do contrato. 2.5. Processo nº 23188.000096/2010-41 – Contratação de empresa de vigilância 2.5.1. Valor dos empenhos insuficiente para o atendimento da despesa no exercício, em desacordo com o artigo 30, § 4º, da IN MPOG nº 02/2008.</p>	<p>3.8. Proceda à integral observância ao princípio da publicidade, realizando a publicação dos contratos e termos aditivos nos prazos definidos em lei. 3.9. Proceda à identificação dos atos constantes dos processos, seja por meio de carimbo, impressão ou mesmo anotação do nome e, se possível, cargo e matrícula do servidor, a fim de poder identificar os responsáveis pelos atos administrativos. 3.10. Proceda ao integral controle dos processos de diárias e passagens, devendo ser observados os prazos legais, tanto de solicitação quanto de pagamento de diárias, evitando assim prejuízos ao servidor, bem como providenciar todos os documentos exigidos pelos normativos.</p>		com prazo inferior a 10 dias e atraso na aprovação, já orientamos os operadores do SCDP quanto a necessidade de se aprovação e pagamento antes da viagem.	
Relatório nº 24-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas.– Campus Cáceres	<p>SIAPÉ : 1782288, 1818604 – não foi juntado ao processo o certificado de conclusão de curso e histórico escolar, tendo em vista que o Atestado de conclusão é de caráter provisório. SIAPÉ: 1109704, 1097255, 1163530, – Não foi apresentado o processo. Processo não se encontra na pasta funcional. SIAPÉ : 0049876 - Recebeu à maior 11 dias no mês de março. SIAPÉ – 1103769 - Pasta não foi apresentada e nem o processo. SIAPÉ: – 1103801 Recebeu a maior referente 3 dias. SIAPÉ : 1761951 - A servidora solicitou incentivo a qualificação na data 01/02/11 sem documentos necessários , anexando os documentos posteriormente, onde seu parecer foi favorável em 20/06/11 com validade á partir de 01/03/11. Recebeu a maior R\$269,08. SIAPÉ: 1109698 – O valor deveria ter sido proporcional à apenas 18 dias. No entanto recebeu o valor integral no mês de julho de 2008. Recebendo a maior R\$259,62. SIAPÉ: 1104235 – Recebeu a maior R\$194,35</p>	<p>1. Incluir nas pastas funcionais os processos de concessão de Incentivo à Qualificação e as respectivas solicitações, portarias e publicações que autorizam o pagamento do Incentivo à Qualificação. 2. Juntar aos processos as cópias de diploma ou certificado de conclusão autenticados, uma vez que os atestados e declarações são provisórios. 3. Proceder à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente em razão do pagamento integral do mês da concessão, e não a partir da data da solicitação. 4. Proceder ao pagamento do Incentivo à qualificação referente ao mês em que foi solicitado o benefício pelo servidor SIAPÉ : 1782288 (Dezembro de 2010).</p>	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 25-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Rondonópolis	<p>5.1.1. Ausência de comprovante de regularidade fiscal da empresa; 5.2.1. Atrasos nos pagamentos das faturas, ocasionando cobrança de multa; 5.3.1. Ausência de informação, no despacho do gestor, quanto à localização de onde estão ocorrendo as atividades físicas com os alunos, uma vez que o campus Rondonópolis não possui tais espaços esportivos que justifique a urgência da aquisição dos materiais; 5.4.1. Ausência de informações no Termo de Referência quanto ao período de locação e a especificação dos stands; 5.5.1. Ausência de informação no Despacho do gestor quanto à situação de participante em pregão do IFMT; 5.6.1. Ausência de visto e data do recebedor de orçamentos por sistema eletrônico (e-mail ou fax); 5.7.1. Ausência de manifestação do campus quanto ao efetivo recebimento posterior dos 04 aparelhos de ar condicionados; 5.8.1. Ausência de numeração de folhas do processo após a folha n. 04;</p>	<p>6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1.; 5.8.1.; 6.2. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.2.1. “a,b,c”; 5.3.1.; 5.7.1.; 6.3. Providenciar em processos futuros: - Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc.) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo (constatação 5.6.1.); - Descrever no Termo de Referência, de forma detalhada, os itens que se quer adquirir ou locar (constatação 5.4.1.); - Incluir na manifestação/despacho do gestor a informação de que o campus foi participante de pregão do IFMT – PROAD (constatação 5.5.1.); - Melhorar o acompanhamento dos pagamentos das bolsas auxílios aos alunos, de forma que seja efetuado o pagamento das bolsas sempre no mês subsequente a frequência dos mesmos nas aulas, conforme relação de presença emitida pelo professor;</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>Através da manifestação nº 015/2012- DAP, o Campus Rondonópolis informou que:</p> <p>-5.1.1= Manifestação do Departamento de Administração e Planejamento no processo, em relação a recomendação da UNAI (folha 12) e inserção de comprovantes de regularidade fiscal da empresa líder seguradora, sendo, certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais (receita federal), certidão quanto à dívida ativa da União (procuradoria geral da fazenda nacional), certidão negativa de débito (INSS), certificado de regularidade do FGTS (caixa econômica federal), certidão negativa de débitos trabalhistas e declaração do SICAF. (folhas 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19).</p> <p>Justificativa= Por se tratar-se de taxa do Departamento de trânsito do Estado de Mato Grosso, o seguro-obrigatório (DPVAT) relativo ao ônibus rodoviário, placa NUB 5273, foi pago sem as devidas certidões de regularidade fiscal, pois, o entendimento da coordenação financeira à época do pagamento, era que por tratar-se de seguradora vinculada ao DETRAM, a emissão das certidões seriam desnecessárias, haja vista que o pagamento não poderia ser efetuado a outra empresa. Todavia, após a recomendação da UNAI, adotaremos este procedimento para todo e qualquer pagamento a ser realizado pelo Campus Rondonópolis.</p> <p>-5.8.1.= O Departamento de Administração e Planejamento procedeu a numeração das páginas do processo, perfazendo no total 103 páginas, até o momento da apuração do mesmo pela UNAI.</p> <p>Justificativa= Diante da recomendação da UNAI, faremos a correção da impropriedade e redobramos o cuidado com este procedimento.</p> <p>5.2.1. “a, b e c” = Manifestação do DAP em relação ao apontamento da UNAI (folha 51) e solicitação de providências à Direção Geral através do Memorando nº 27- DAP, de 25/07/2012 (folha 52).</p> <p>Justificativa= O Campus Rondonópolis efetuou os pagamentos de energia apontados pela UNAI através da Reitoria, visto que à época do ocorrido a equipe financeira do Campus ainda não realizava pagamentos. O</p>	<p>Recomendação</p> <p>6.1. = Recomendação acatada.</p> <p>6.2. = Justificativa aceita. Quanto as multas por atraso de pagamento, recomendamos maior atenção no pagamento futuros das faturas rotineiras, sob pena de apuração de responsabilidade e ressarcimento dos valores ao erário. 6.3.= Justificativas aceitas.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>DAP encaminhou, conforme os despachos constantes no processo em tempo hábil para solicitação de PF, liquidação e pagamento, restando ao Campus Rondonópolis tão somente acompanhamento dos pagamentos.</p> <p>-5.3.1= O Campus Rondonópolis não possui espaço físico apropriado para as aulas de educação física e que as mesmas estavam sendo realizadas na unidade da Universidade de Cuiabá, conforme o Acordo de cooperação nº 03/2011- IFMT/UNIC (folhas 39 A 42).</p> <p>Justificativa = Ao tempo da contratação o Campus Rondonópolis contava com aproximadamente 230 alunos em atividade de Educação Física e devido ao atraso na concepção do processo pelo Departamento de Ensino, a solicitação só aconteceu em 25/04/2012, data na qual o ano letivo já estava em curso há mais de 30 dias, tornando a contratação emergencial tendo em vista o prejuízo escolar dos alunos.</p> <p>-5.7.1.= Em relação à recomendação da UNAI, informamos que os 04 aparelhos de ar-condicionado foram devidamente instalados pelo fornecedor em 15/04/2012 acompanhada de fotos que comprovam a instalação (folhas 41 a 49).</p> <p>Justificativa = Informamos que os 04 aparelhos de ar condicionado citados no OFÍCIO 070/IFMT- Campus Rondonópolis (página 23) não foram instalados, pois, as salas destinadas à instalação não possuíam instalação elétrica apropriada a época da aquisição dos equipamentos. Assim, foi solicitado a empresa, um prazo para a correção do problema e a instalação no dia 15/04/2012.</p> <p>5.6.1.= Diante da recomendação, faremos a correção da impropriedade e adotaremos o procedimento da UNAI.</p> <p>-5.4.1.= Esclarecemos que a locação foi pelo período de 1 (um) dia (16/03/2012). Todavia, como o evento durou todo o dia, o fornecedor montou todos os equipamentos no dia anterior e os retirou após o término do evento.</p> <p>Sendo a forma de contratação, uma adesão e as atas de Registro de Preço constarem no processo, a solicitante não fez a especificação detalhada dos itens a serem contratados. Diante da recomendação da</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					UNAI, faremos a correção da impropriedade e adotaremos o procedimento. -5.5.1.- Inserção da declaração do IFMT que o Campus Rondonópolis foi participante do Pregão Eletrônico 0023/2011 (SRP) (folha 27).	
Relatório nº 26-2012	Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos. Campus Cáceres	<p>1. Ausência de formulário padronizado contendo a solicitação do auxílio.</p> <p>2. SIAPE: 4298409 - Entrada no processo com efeitos financeiros em 12/07/2007. Recebeu valor integral. Servidor possui 2 dependentes que não estão com solicitação formalizada.</p> <p>3. SIAPE: 2205216 - Entrada no processo com efeitos financeiros em 08/10/2004. Recebeu valor integral.</p>	<p>1. Adotar formulário padrão para fins da solicitação de auxílio pré-escolar, contendo: a) Dados do servidor; b) Certidão de nascimento; c) Relação de dependência (filho, enteado, guarda); d) Declaração de que o cônjuge não percebe benefício caso também seja servidor. e) Autorização para desconto em folha da quota-parte pré-escolar. 2. Juntar nas pastas dos servidores todos os processos de solicitação do auxílio pré-escolar caso tenha mais de 1 dependente, conforme o caso do SIAPE: 4298409. 3. Formalizar a autorização do desconto em folha, dos servidores que percebem o benefício, regularizando-o. 4. Verificar a data do efeito financeiro do pagamento do primeiro mês do auxílio. Para não pagar integral valores que deveriam ser proporcionais. 5. Providenciar a devolução ao erário dos valores pagos indevidamente.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>1= Já foi adotado formulário padrão para concessão de auxílio pré-escolar, conforme anexo bem como divulgado aos campi para utilização do mesmo.</p> <p>2= Os pedidos de solicitação de auxílio pré-escolar ficam arquivados na comanda financeira da coordenação de pagamento conforme solicitação mensal dos servidores, sendo arquivado nas pastas funcionais dos mesmos a certidão de nascimento de seus filhos.</p> <p>-3= O formulário adotado prevê a autorização do desconto da cota parte.</p> <p>4= O benefício é pago integralmente no respectivo mês automaticamente pelo sistema SIAPE independentemente do dia do requerimento do servidor.</p>	<p>Recomendação</p> <p>1= Recomendação acatada.</p> <p>2, e 3 = Justificativa acatada.</p> <p>4, e 5 = Recomendação acatada.</p>
Relatório nº 27-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus Rondonópolis.	<p>1) Emissão de empenho em data posterior à data de início de execução dos serviços.</p> <p>2) Impropriedades quanto à formalização dos processos, em desacordo com a Portaria Normativa MPOG/SLTI nº 05/2002, conforme segue: 2.1. Processos com volumes que excedem o limite de 200 folhas; 2.2. Autuação do procedimento em volumes separados por assunto; 2.3. Fls. 549 solta nos autos, causando risco de perda ou extravio. 3) Ausência de justificativa nos autos entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratada, referente à área externa, acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados, documentos comprobatórios, conforme dispõe o artigo 15, V, da IN MPOG nº 02/2008; 4.1. Inclusão indevida de item referente ao pagamento do valor integral das máquinas e equipamentos utilizados pela contratada na prestação dos serviços (Grupo “Insumos diversos”, Item B – “Máquinas e equipamentos”).</p> <p>4.2. Percentual referente aos itens “Despesas indiretas” e “Lucro” superior ao valor limite definido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), conforme consta do Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços (fls. 34);</p> <p>4.3. Os percentuais relativos aos seguintes itens são diferentes em cada planilha, conforme o tipo de serviço, sem justificativa para tanto: Uniformes;</p>	<p>1.) Abster-se de iniciar os serviços sem a emissão de prévio empenho.</p> <p>2.) Observar a regularidade da formalização dos processos nos termos do que estabelece a Portaria Normativa MPOG/SLTI nº 05/2002, procedendo à regularização das impropriedades detectadas no item 2. acima. 3.) Proceder à integral formalização do planejamento da contratação, trazendo aos autos a justificativa da demanda e a quantidade de serviços contratada, referente à área externa, acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados e documentos comprobatórios. 4.) Proceder à regularização da planilha de custos da licitante vencedora e da planilha de repactuação do contrato, revisando os cálculos dos valores mensais devidos, procedendo à elaboração de termo aditivo ao contrato com os novos valores e à glosa, nos próximos pagamentos, dos valores pagos indevidamente, conforme segue: a) Exclua do item “Máquinas e equipamentos” da planilha de custos do contrato e da repactuação, refazendo o cálculo do valor mensal devido e procedendo à adequação do valor mensal do contrato e glosa, nos próximos pagamentos, do valor indevidamente pago. b) Adeque o percentual da planilha de custos do contrato e da repactuação, referente aos itens “Despesas indiretas” e “Lucro” aos limites definidos no Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de</p>	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 25/02/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		Máquinas e equipamentos; Despesas Administrativas. 5) Ausência de juntada aos autos do Termo Aditivo ao contrato nº 06/2011 e da publicação do extrato na imprensa oficial, em desacordo com o artigo 38, incisos X, XI e XI da Lei nº 8.666/93. 6.1. Ausência de comprovantes de pagamento do ISSQN. 6.2. Ausência de ateste do fiscal nas Notas Fiscais nº 5568, 5569, 5578 e 5585.	Preços do MPOG (9,79%), procedendo à adequação do valor mensal do contrato e glosa, nos próximos pagamentos, do valor indevidamente pago. c) Justifique a inclusão de percentuais dos itens constantes do tópico 4.3. acima, com valores diferentes em cada planilha, conforme o tipo de serviço. 7) Proceda à verificação do suporte documental dos processos, juntando aos autos todos os documentos a eles referentes, especialmente o que consta no item 5. acima. 8) Proceda à regularização do suporte documental dos processos de pagamento, juntando aos autos os comprovantes de quitação do ISSQN. 9) Justifique o pagamento das notas fiscais que não foram atestadas pelos fiscais de contrato ou providencie o ateste, abstendo-se de efetuar pagamentos de notas sem o devido atestado.			
Relatório nº 28-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas - DSRH Campus Cáceres	2.1. Fragilidade na organização e formalização dos processos de solicitação do auxílio-transporte, em desacordo com o disposto no Decreto 95.247/1987 e nos artigos 1º e 4º do Decreto 2.880/1998, conforme tabela abaixo: 2.2. Pagamento de auxílio-transporte no período de férias, com exceção do servidor SIAPE 0698796. 2.3. Constatamos o pagamento de auxílio-transporte referente ao deslocamento em intervalo para repouso e alimentação, em desacordo com a Orientação Normativa/SRH-MP nº 3, de 15.03.2011.	1. Formalizar e organizar adequadamente a documentação nas pastas funcionais dos servidores que recebem auxílio-transporte, com o processo contendo a solicitação de auxílio-transporte, junto com documentação necessária para formalização. 2. Proceder à atualização de dados dos servidores que recebem auxílio-transporte. 3. Providenciar a restituição ao erário dos valores indevidamente pagos durante o período de férias. 4. Suspender o pagamento de auxílio-transporte referente ao deslocamento em intervalo para repouso e alimentação. 5. Providenciar a restituição ao erário dos valores indevidamente pagos, referente ao deslocamento em intervalo para repouso e alimentação.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 29-2012	Diretoria Sistêmica de Recursos Humanos Campus Cáceres	1. SIAPE – 1104100 - Ausência de processo de solicitação de recebimento por substituição. 2. SIAPE - 1609004 – Ausência de processo de solicitação de recebimento por substituição. 3.1 Servidor recebe substituição/interino desde agosto de 2009 até a data atual sem processo justificando o recebimento deste período. Além disso, foi dispensado desta função por meio da Portaria nº 924, de 13 de setembro de 2010, mas continua recebendo a rubrica Substituição/Interino. Constatamos ausência de formalização e justificativa para recebimento a partir desta data. 3.2 Servidor recebe Função Gratificada - FG cumulativamente com a Substituição/Interino desde setembro de 2010. Após 30 dias de substituição o servidor deixa de acumular as funções e passa a receber apenas pela função substituída, conforme Ofício Circular nº 01/2005 SRH/MP.	• Encaminhar todos os documentos e processos requisitados pela Unidade de Auditoria Interna, a fim de possibilitar a integral análise dos processos, conforme estabelecem os artigos 111 e 112 do Regimento Geral do IFMT. • Manter a regularidade formal dos processos de pagamento de substituição, que devem ser juntados às pastas funcionais, contendo: - formulário de solicitação; - cópia da Portaria de designação do substituto; - extrato do SIAPE comprovando o motivo do afastamento do titular; - extrato do SIAPE comprovando que o substituto não se encontra afastado, licenciado ou de férias no período a substituir; - planilha de cálculo da remuneração devida. • SIAPE 1609004 – Providenciar a correção das informações contidas na Portaria nº 354, identificando corretamente a matrícula SIAPE. Caso a incorreção esteja no nome do servidor, providenciar o cancelamento do pagamento da substituição ao SIAPE 1609004 e proceder ao pagamento ao servidor que a	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
			ele fizer jus. SIAPE – 11096993: - Justificar os pagamentos citados no item 3.1. - Cancelar o pagamento de Função Gratificada, em razão da acumulação indevida com o pagamento de Substituição. -Referente ao item 3.2, proceder à devolução ao erário dos valores indevidamente recebidos em razão do pagamento da Função Gratificada.			
Relatório nº 31-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP Campus Cáceres	2.1. Por meio das requisições de documentos nº 01/2012, 23/2012, 25/2012 e 27/2012, foram solicitadas as pastas funcionais para análise. Todavia, as mesmas não foram encaminhadas. Também foi constatada a ausência de documentos necessários para análises dos processos, impossibilitando assim a análise da regularidade e legalidade dos processos de concessão de adicional de insalubridade, em desacordo com o disposto nos artigos 111 e 112 do Regimento Geral do IFMT, aprovado por meio da Resolução nº 05/2012-CONSUP. 2.2. Ausência de processo contendo solicitação do adicional, cópia do laudo pericial, portaria de localização ou exercício e portaria de concessão, em desacordo com o Decreto nº 97.458/1989: Matrículas SIAPE nº: 0049898, 1782288, 1109698 e 4298409. 2.3. Ausência de processo contendo solicitação do adicional, cópia do laudo pericial, e portaria de localização ou exercício, em desacordo com o decreto nº 97.458/1989: Matrículas SIAPE nº: 1103801 e 1163533. 2.4. Ausência de processo contendo solicitação do adicional, cópia do laudo pericial, em desacordo com o decreto nº 97.458/1989: Matrícula SIAPE nº 0049847.	a) Sejam atendidas as solicitações de informações e requisições de documentos encaminhadas pela Unidade de Auditoria Interna; b) Sejam juntados às pastas funcionais dos servidores os processos referentes à concessão do adicional de insalubridade/periculosidade, contendo: •Solicitação de concessão do adicional; • Laudo pericial; • Portaria atualizada da lotação do servidor; • Portaria de concessão do adicional.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento
Relatório nº 32-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP. Campus Cáceres	SIAPE nº 1163533 – Foi verificado nos autos do Processo nº 23000.056140/2003-99 ausência da Certidão de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria para verificar direito à isenção da Contribuição Previdenciária.	Diante dos fatos constatados e do que determinam, pelo Art. 40 da Constituição Federal de 1988 e Emenda Constitucional nº 41/2003 e demais legislações aplicáveis, recomendamos sejam anexados aos processos de abono permanência toda a documentação necessária para análise dos requisitos necessários para concessão do referido benefício, especialmente a contagem de tempo de serviço, a fim de possibilitar a verificação da legalidade e regularidade dos processos.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 33-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus São Vicente.	<p>1. Verificamos, nos processos analisados, a ausência de solicitação de diárias e passagens, e também a ausência de inclusão no sistema dos documentos que comprovem a necessidade do deslocamento do servidor, tais como convites, programações ou “folders”, em desacordo com o artigo 9º, parágrafo único, da Portaria MEC nº 403/2009. 2. Pagamento de diárias em viagem, sem que haja comprovação da relação de pertinência entre a função ou cargo do proposto com o objeto da viagem, em desacordo com o artigo 9º, IV, da Portaria MEC nº 403/2009: 3. Ausência de comprovação da necessidade de participação de 04 servidores na viagem, sendo 02 motoristas, uma vez que o destino foi Cáceres, cuja distância do campus é de cerca de 300 km, em desacordo com o artigo 9º, V, da Portaria MEC nº 403/2009: 4. e 6. Ausência de comprovação da relevância da viagem, com juntada do planejamento das aulas ou da disciplina, em desacordo com o artigo 9º, V, da Portaria MEC nº 403/2009: 5. Ausência de justificativa para a participação de mais de 02 servidores no mesmo evento, em desacordo com o artigo 15 da Portaria MEC nº 403/2009: 7. Ausência de justificativa para não realização da viagem de ida no mesmo dia das aulas, mas no dia anterior, em desacordo com o artigo 10, II, da Portaria MEC 403/2009: 8. Ausência de justificativa para o retorno da viagem ocorrer apenas no dia seguinte ao encerramento do evento, em desacordo com o artigo 10, II, da Portaria MEC 403/2009: • PCDP nº 686/12. 9. Ausência de observância ao princípio da segregação de funções, tendo em vista que a viagem foi cadastrada no SCDP pelo próprio proposto: 10. Ausência de pagamento de diárias referentes aos dias 22 e 23/03: 11. Ausência de informação sobre o tipo de transporte utilizado em parte do trajeto (Campo Verde-Cuiabá/Cuiabá-Campo Verde): 12. Ausência de assinatura na declaração da empresa aérea, em desacordo com o artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009: 13. Ausência de bilhete de embarque referente à viagem de retorno, em desacordo com o artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009: 14. Ausência de justificativa para a data de retorno real ter ocorrido um dia após a data de retorno prevista: 15. Prestação de contas fora do prazo legal, em desacordo com o artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009 e artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009: 16. Prestação de contas constante do processo se refere a outro servidor e outra viagem: 17. Data constante do relatório de prestação de contas divergente da data de realização da viagem</p>	<p>1) Anexar a todos os processos no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) os formulários de solicitação de concessão de diárias e passagens, bem como os documentos que comprovem a necessidade do deslocamento do servidor, tais como convites, programações ou “folders”. 2) Comprovar a relação de pertinência entre a função ou cargo do proposto com o objeto da viagem, nos casos citados nos itens 2 e 4. 3) Anexar a prestação de contas correta ao PCDP 361/12. 4) Comprovar a necessidade de participação de 04 servidores na viagem citada no item 4 acima. 5) Comprovar a necessidade e relevância das viagens citadas nos itens 5 e 7 acima. 6) Justificar a participação de mais de 02 servidores no mesmo evento, citados no item 6 acima. 7) Justificar a realização da viagem no dia anterior às aulas, conforme consta do item 8 acima. 8) Observar o princípio da segregação de funções, abstendo-se de permitir o cadastro no SCDP pelo proposto. 9) Justificar a ausência de pagamento de diárias referentes aos dias 22 e 23/03 no item 10 acima. 10) Informar o tipo de transporte utilizado em parte do trajeto (Campo Verde-Cuiabá/Cuiabá-Campo Verde) no item 11 acima. 11) Anexar declaração da empresa aérea devidamente assinada, no item 12 acima. 12) Anexar bilhete de embarque referente à viagem de retorno no item 13 acima. 13) Justificar a data de retorno real ter ocorrido um dia após a data de retorno prevista no item 14 acima. 14) Providenciar o encaminhamento de prestação de contas no prazo determinado pelo artigo 4º da Portaria MPOG nº 505/2009 e artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009. 15) Proceder às correções necessárias quanto à data correta da viagem, conforme item 16 acima. 16) Anexar o relatório integral (item 17 acima). 17) Anexar o certificado ou documento comprobatório da participação nas atividades previstas.</p>	Análise da manifestação da Unidade Auditada pela AUDIN em andamento.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		constante do SCDP: 18. Ausência de parte do relatório de prestação de contas: 19. Ausência de certificado ou documento comprobatório da participação nas atividades previstas, em desacordo com o artigo 13 da Portaria MEC nº 403/2009;				
Relatório nº 34-2012	Diretoria de Administração – Planejamento – campus São Vicente.	1. Ausência de publicação do edital em jornal de circulação de grande circulação no Estado e no Município ou na região, em desacordo com o artigo 21, III, da Lei nº 8.666/93. 2. Ausência de análise jurídica da minuta do edital e do contrato, bem como dos termos aditivos que prorrogaram a vigência deste, salvo da solicitação de prorrogação. 3. Ausência de informação sobre qual a tabela de referência utilizada para a definição do valor do item 1.2 da planilha de custos e formação de preços (“Serviços topográficos/locação, terraplenagem, inclusive nota de serviços, acompanhamento de greide”). 4. Após análise da planilha de custos e formação de preços, verificou-se a existência de sobrepreço no item 2.3.2:5Constatamos ainda que referido item já foi totalmente executado e pago, e que o valor indevidamente pago em razão do sobrepreço é de R\$ 31.391,64 6. Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica referente à planilha e ao projeto do aditivo (Processo nº 23197.001318/2011-14, fls. 03/07). 7. Ausência de elementos no projeto básico, tendo em vista a ausência de estudos topográficos suficientes; 8. Ausência de identificação do servidor que assinou o despacho constante de fls. 04 ; 9. Com relação aos processos de pagamento das medições, verificamos as seguintes impropriedades: a) Ausência de comprovante de pagamento da ART de fls. 15 (Processo nº 23197.001311/2011-01). b) Ausência de comprovantes de pagamento de ISSQN. c) Ausência de juntada da GFIP/SEFIP comprovando o efetivo pagamento das contribuições previdenciárias e depósitos FGTS referentes aos funcionários da obra. d) Ausência das certidões de regularidade fiscal, com exceção dos pagamentos feitos por meio das Ordens Bancárias nº 2011OB800915, 2011OB801641 e 2012OB800057. 10. Contrato com vigência expirada antes de concluída a obra, ocasionando o recebimento provisório em 26/04/2012 sem que tenha havido a efetiva conclusão da obra, conforme consta do documento de fls. 33/34 dos autos do Processo nº 23197.000782/2012-74.	11.1. Proceder à publicação dos editais na forma determinada pela Lei nº 8.666/93. 11.2. Encaminhar as minutas de editais e de contratos para análise jurídica prévia. 11.5. Anexar aos autos a comprovação de pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica referente à planilha e ao projeto do aditivo (Processo nº 23197.001318/2011-14, fls. 03/07). 11.6. Justificar a ausência de elementos no projeto básico, tendo em vista a ausência de estudos topográficos suficientes, o que deu causa à elaboração de aditivo contratual. 11.8. Proceder à integral verificação da manutenção da regularidade da habilitação dos contratados quando da realização de pagamentos, juntando aos autos dos processos toda a documentação comprobatória. 11.9. Observar o prazo de vigência dos contratos, abstendo-se de executar obras e efetuar pagamentos referentes a contratos cuja vigência já tenha se extinguido.	Houve Manifestação do Gestor	Recomendação 11.1 e 11.21 Através do Memo. nº 005/2012/ASS.DIR./IFMT de 20/09/2012 o Campus São Vicente informou que: 11.1= Embora tenha ocorrido este fato, informamos que o campus têm envidado esforços para evitar que tal constatação volte a ocorrer, conforme cópia das publicações e pareceres anexos. Recomendação 11.5= Informamos que os itens aditivados referem-se a itens já planilhados no processo licitatório original. Nesse sentido, houve apenas um aumento quantitativo de alguns destes serviços em virtude de uma mudança de eixo de 20º da locação original, visando aproveitar melhor a área de construção da pista de atletismo. Para tanto, deslocou-se a posição inicial da pista de salto – que estava locada na parte interna da pista - para sua lateral externa. O que possibilitou a criação de uma entrada em sua encosta para o tráfego de veículos de pequeno porte. Por todo o exposto, não há que se falar em alterações no projeto original da pista. Posto que apenas houve um melhor aproveitamento da área já definida. Sendo assim, não se faz necessário um novo registro de ART, pois não ocorreu mudança de objeto e nem de escopo. Recomendação 11.6= O período de planejamento e entrega do projeto para a realização da licitação foi exíguo. Desta forma a equipe técnica não reuniu tempo desejável para providenciar uma avaliação mais detalhada do levantamento topográfico da área. Na medida que se verificou, posteriormente, ser necessário uma limpeza geral da superfície do local. Principalmente onde havia certa mansa densa. O que, certamente, veio a desfavorecer a obtenção de dados mais precisos para um correto planejamento da obra. Então, para não perder o prazo e conseguir licitar de acordo com as	Recomendação 11.1 e 11.2= Recomendação mantida para verificação nas próximas auditorias. 11.5= As justificativas não elidem a constatação, uma vez que houve alteração do projeto original, ensejando a necessidade de emissão de ART complementar para fins de registro da responsabilidade pelas alterações, nos termos do artigo 1º, § 1º, da Resolução nº 425/1998 do CONFEA. Recomendação mantida . 11.6= As justificativas não elidem a constatação. Recomenda-se seja feito o levantamento e planejamento das necessidades do campus, que norteará a elaboração de projetos de engenharia, que deverão conter os elementos necessários, tudo previamente à captação de recursos orçamentários, de forma a minimizar o risco de falhas nos projetos. 11.8= Recomendação mantida para fins de verificação em futuras auditorias. 11.9= As justificativas não elidem a constatação. Registre-se, contudo, que a sra. Fiscal buscou minimizar os riscos acarretados pelo encerramento do contrato sem a finalização dos serviços, com a realização de reunião, devidamente registrada, com o estabelecimento de responsabilidades e de novo cronograma. O cronograma anexo à ata da reunião para recebimento provisório da obra, realizada um dia antes da finalização do prazo de vigência do contrato, demonstra que ainda restavam outros serviços a serem realizados, além da troca da brita pelo pó de brita. Recomendação mantida.

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>normatividades internas, realizou-se um levantamento sumário da área. Ocorre que, somente após o início das atividades da empresa vencedora do certame – momento em que se realizou a limpeza geral do terreno – é que se identificou a real necessidade de se realizar o aditivo ao processo.</p> <p>Recomendação 11.8= Quanto ao item “d”, informamos que as referidas certidões foram anexadas aos processos citados. Ao passo que quanto aos itens “a”, “b” e “c”, temos a informar que o campus, por meio do Ofício nº 062/2012/GAB.DIR./IFMT – Campus São Vicente, acionou a empresa contratada para que providencie a documentação mencionada a de fim de juntá-los aos outros. Não obstante, o campus envidará esforços para evitar que tal constatação volte a ocorrer.</p> <p>Recomendação 11.9= A empreiteira executou os serviços conforme estava planejado. No entanto, a fiscal de Obras, juntamente com a empresa solicitou o aditivo de prazo – sem custo adicional para a instituição – para atender à solicitação de Presidente da Comissão Estadual de Atletismo para que o campeonato Estadual de Atletismo (ocorreria em julho de 2012) fosse realizado nas instalações deste campus, nesta nova pista de atletismo. Para tanto, era necessário retirar a brita e deixar somente o pó de brita, visando atender as novas exigências da Confederação Nacional de Atletismo. Todavia, em virtude do não atendimento do pleito de aditivo de prazo solicitado, é que se realizou o recebimento provisório da obra, exatamente na forma como foi contratada e não de forma inacabada (como afirmado na presente constatação).</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
<p>Relatório nº 35-2012</p>	<p>Diretoria de Administração e Planejamento – Campus São Vicente da Serra</p>	<p>5.1.1. Ausência de: a) identificação de fundamentação da aquisição (inciso, legislação) na Nota de Empenho (fls 03); b) despacho da DAP quanto a fundamentação legal para contratação dos produtos; c) pesquisa de mercado; d) autorização do ordenador de despesa para continuidade do processo; e) termo de referência para aquisição na modalidade Pregão; f) portaria de nomeação do pregoeiro; g) minuta da ata do pregão; h) parecer jurídico; i) edital; j) comprovante de publicação do aviso de licitação; k) ata de realização do pregão eletrônico; l) documentos de habilitação da empresa vencedora do certame; m) contrato ou ata de registro de preço; n) adjudicação e homologação;</p> <p>Nesse processo constam apenas pagamentos de aquisições. Os processos na modalidade pregão, devem constar todos os documentos referente à licitação até os pagamentos efetuados, podendo ser desmembrados desde que permaneçam anexos e com o mesmo número, evitando contrariar os Acórdãos 1300/2003 e 93/2008, e ainda a Lei 8.666/93 Art. 38. 5.2.1. Ausência de: a) identificação de fundamentação da aquisição (inciso, legislação) na Nota de Empenho (fls 08); b) despacho da DAP quanto a fundamentação legal para contratação dos produtos; c) pesquisa de mercado; d) portaria de nomeação do pregoeiro; e) minuta da ata do pregão; f) parecer jurídico; g) edital; h) comprovante de publicação do aviso de licitação; i) ata de realização do pregão eletrônico; j) documentos de habilitação da empresa vencedora do certame; k) contrato ou ata de registro de preço; l) adjudicação e homologação; Nesse processo constam apenas pagamentos de aquisições. Os processos na modalidade pregão, devem constar todos os documentos referente à licitação até os pagamentos efetuados, podendo ser desmembrados desde que permaneçam anexos e com o mesmo número, evitando contrariar os Acórdãos 1300/2003 e 93/2008, e ainda a Lei 8.666/93 Art. 38. 5.3.1. Ausência de: a) identificação de fundamentação da aquisição (inciso, legislação) na Nota de Empenho (fls 02/05); b) despacho da DAP quanto a fundamentação legal para contratação dos produtos; c) pesquisa de mercado; d) autorização do ordenador de despesa para continuidade do processo; e) termo de referência para aquisição na modalidade Pregão; f) portaria de nomeação do pregoeiro; g) minuta da ata do pregão; h) parecer jurídico; i) edital; j) comprovante de</p>	<p>6.1. Proceder as inclusões/regularizações constatadas nos itens 5.1.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n”; 5.2.1. “a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l”; 5.3.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n”; 5.4.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m”; 5.5.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m”; 5.6.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l”; 5.7.1. “b,c,d,e”; 5.8.1. “b,c,d,e,f,g,h,i,j”; 5.9.1. “b,c,d,e”; 5.11.1. “b,c,d,e,f”; 5.12.1. “b,c,d,e,f”; 5.13.1. “b,c”; 5.15.1. “b,c,d,e”; 5.16.1. “b,c,d,e”;</p> <p>6.2. Em processos futuros tomar as providências a seguir: -Incluir comprovante de consulta quanto à situação de Optante do SIMPLES da contratada, quando não constar tal informação na Nota Fiscal ou não estiver anexo declaração - modelo constante da IN 381 SRF/2003;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vistar e datar os documentos impressos (orçamentos, carta de concordância, etc..) recebidos por e-mail, antes de anexar ao processo; - Incluir mapa de apuração quando efetuar pesquisa de mercado; - A comissão permanente de licitação no momento de elaboração de edital deve observar se o período previsto da execução de obras nos campi coincidirá com épocas de chuvas em Mato Grosso, e propor a execução em outro período; - Nos processos de adesão a SRP sempre anexar as atas de registro de preço. - Anexar, aos processos de pagamento de cursos para servidores, expediente do chefe imediata manifestando concordância e a relevância do curso para a melhoria dos serviços prestados daquele setor; - Identificar a fundamentação da aquisição preenchendo os campos “inciso” e “amparo” nas Notas de Empenho, no SIAFI (constatação 5.11.1 “a”; 5.2.1. “a”; 5.3.1. “a”; 5.4.1. “a”; 5.5.1. “a”; 5.6.1. “a”; 5.7.1. “a”; 5.8.1. “a”; 5.9.1. “a”; 5.10.1. “a”; 5.11.1. “a”; 5.12.1. “a”; 5.13.1. “a”; 5.15.1. “a”; 5.16.1. “a”. 6.3. Apresentar justificativa quanto aos itens 5.9.2.; 5.10.2.; 5.10.3.; 5.12.2.; 5.12.3.; 5.14.1.; 5.15.2. ; 5.15.3.; 5.17.1.; 5.18.1.; 5.19.1.; 6.4. Apresentar justificativa pelo não encaminhamento dos processos n. 23000.096624/2010-89, 23197000471/2011-24, 23197000469/2011-55, 23197002577/2010-81, 23197000161/2011-18, 23197000470/2011-8023197000160/2011-65, 23194006714/2011-68, 23197001003/2011-77, 67423002634/2010-69, 64320000443/2010-41, solicitados para análise da Unidade de Auditoria Interna do IFMT. 	<p>Análise da manifestação da Unidade Auditada em andamento.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Em andamento</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>publicação do aviso de licitação; k) ata de realização do pregão eletrônico; l) documentos de habilitação da empresa vencedora do certame; m) contrato ou ata de registro de preço; n) adjudicação e homologação; Nesse processo constam apenas pagamentos de aquisições. Os processos na modalidade pregão, devem constar todos os documentos referente à licitação até os pagamentos efetuados, podendo ser desmembrados desde que permaneçam anexos e com o mesmo número, evitando contrariar os Acórdãos 1300/2003 e 93/2008, e ainda a Lei 8.666/93 Art. 38.</p> <p>5.4.1. Ausência de: a) identificação de fundamentação da aquisição (inciso, legislação) na Nota de Empenho (fls 02); b) pesquisa de mercado; c) autorização do ordenador de despesa para continuidade do processo; d) termo de referência para aquisição na modalidade Pregão; e) portaria de nomeação do pregoeiro; f) minuta da ata do pregão; g) parecer jurídico; h) edital;</p>				
<p>Relatório nº 36-2012</p>	<p>Diretoria de Administração e Planejamento – campus Rondonópolis.</p>	<p>1. Processo 23188.000137/2011-80 – Construção da guarita, alambrados e calçadas do campus. 1. Ausência de previsão de recursos orçamentários correspondente ao valor integral estimado, em desacordo com o artigo 7º, § 2º, III, e artigo 38, ambos da Lei nº 8.666/93, bem como pareceres jurídicos de fls. 86/88 e 94/100. 2. Ausência de análise nos autos sobre o atestado de capacidade técnica da empresa vencedora (fls. 308/311), comprovando que a atividade constante do documento é pertinente e compatível com o objeto da licitação, uma vez que os serviços especificados são distintos. 2. Processo 23188.000868/2011-25 – Adequações do Pavilhão I 1. Ausência de inclusão expressa, na planilha de custos e formação de preços, da certificação do cabeamento estruturado, apesar de constar tal item no memorial descritivo do projeto. 2. Falhas no planejamento e na fase interna da licitação: 2.1. Ausência de previsão, no projeto básico, de entrega de as built pela contratada de todos os itens contidos na licitação. 2.2. Ausência de realização de melhor avaliação da infraestrutura elétrica, conforme recomendação da Coordenação de Tecnologia da Informação (fls. 281). 2.3. Ausência de parcelamento do objeto em tantas parcelas quantas fossem técnica e economicamente viáveis, em desacordo com o disposto no artigo 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e acórdãos TCU nº 3.155/2011-P e 2.006/2012-P. 2.4. a realização do cabeamento estruturado pode ser caracterizado como serviço técnico especializado, e</p>	<p>1.1. Processo de construção da guarita, alambrados e calçadas do campus. 1.1.1. Abstenha-se de realizar processos licitatórios sem a devida previsão de recursos orçamentários correspondente ao valor integral estimado. 1.1.2. Proceda à integral análise da documentação apresentada pelas licitantes.1.2. Processo de adequações do Pavilhão I 1.2.1. Aprimorar o processo de planejamento das obras, a fim de incrementar a elaboração, revisão, adequação e aprovação dos projetos com todos os itens necessários, minimizando, assim, a necessidade de realização de aditivos para saneamento de falhas do projeto ou do planejamento. Sugerimos a criação de check lists com os itens obrigatórios para todos os projetos. 1.2.3. Anexe aos autos a aprovação do projeto de GLP e central predial de gás pelo Corpo de Bombeiros. 1.2.4. Justificar a ausência de observância à recomendação da equipe técnica quanto à necessidade de reavaliação do prazo. 1.2.5. Aperfeiçoar a fiscalização da obra e do contrato, procedendo à: a) Notificação da contratada em razão do atraso do cronograma; b) Verificação da conformidade e regularidade dos documentos que devem ser apresentados para a realização de cada um dos pagamentos.</p>	<p>Houve Manifestação do Gestor</p>	<p>Recomendação Através da Manifestação Nº 026/2012 - DAP, o Campus Rondonópolis informou que: 1.1= O Recurso orçamentário para realização do certame licitatório foi complementado pela reitoria do IFMT, pois ao assinar e autorizar a solicitação de serviço o reitor assumiu a complementação do saldo orçamentário para realização do certame licitatório, situação está comprovada pelas folhas n. 02, 92 e 102, e através do despacho n. 229/2011/GAB IFMT, onde é autorizada junto a PROAD a execução do processo licitatório no valor de R\$ 472.577,47. 1.2= O certame licitatório foi realizado pela comissão permanente de licitação do IFMT, designada através da portaria n. 12, de 07/01/2011, conforme folha 82 e 83 do processo, ressaltando que o momento oportuno para análise do atestado de capacidade técnica se exauriu com o fim do certame licitatório. Recomendação 1.2.1 3 O referido processo foi encaminhado para manifestação da coordenação de tecnologia de informação do campus Rondonópolis (folhas 278 a 289), o parecer do setor responsável foi assinado em conjunto pelo Diretor de Gestão da tecnologia de informação do IFMT, Sr. Ed Wilsom Tavares Ferreira. Através desta ação o</p>	<p>Recomendação 1.1., 1.1.1 e 1.1.2 = Recomendações mantidas, uma vez que a justificativa não elide a constatação. Recomendação mantida para que seja observada nos próximos processos licitatórios. 1.2.1.= Aprimorar o planejamento das licitações e análise de projetos e planilhas de custos. 1.2.3.= As justificativas não elidem a constatação. Recomenda-se aprimorar o planejamento das licitações e análise de projetos e planilhas de custos. 1.2.4.= As justificativas não elidem a constatação. Recomenda-se aprimorar o planejamento das licitações no que tange à análise do prazo necessário para realização das obras. Recomendação mantida, quanto à necessidade de se verificar, em caso de serviços técnicos especializados em percentual relevante, a conveniência de prever no edital a necessidade de comprovação de habilitação técnica. 1.2.5 = Recomendações mantidas, a fim de que seja monitorado o cumprimento do cronograma e dos pagamentos das contribuições previdenciárias, tendo em vista o disposto no artigo 72, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e na Súmula 331 do STF.</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>tendo em vista que o valor do item corresponde a aproximadamente 25,45% do total licitado, pode ser considerado como parcela relevante, justificando, assim, a exigência de comprovação de habilitação específica ou mesmo o parcelamento do objeto a fim de que fosse realizado processo licitatório específico. Ademais, a solução encontrada, qual seja, possibilitar a subcontratação (item 6.3 da manifestação de fls. 271/277), acarreta o aumento de custo, ainda mais quando se considera que o item corresponde a 25,45% do valor total. 2.5. Ausência de aprovação prévia do projeto de gás liquefeito de petróleo (GLP) e central predial de gás pelo Corpo de Bombeiros. 2.6. Ausência de atendimento à recomendação de reavaliação do prazo para realização da obra, conforme consta do despacho de fls. 160/161, no qual o sr. Gestor afirma que os prazos estabelecidos estão compatíveis com o objeto licitado, em desacordo com a recomendação da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras do IFMT (fls. 131/132). Todavia, consta dos processos de solicitação de pagamento que há atraso no cumprimento do cronograma em todas as medições. 3. Ausência de justificativa para o atraso no cumprimento do cronograma verificado em todas as medições. 4. Falhas no suporte documental dos pagamentos das medições, conforme segue: 4.1.) Ausência de comprovação das condições de habilitação e qualificação quando da realização de cada pagamento, em desacordo com o artigo 55, XIII, da Lei nº 8.666/93. 4.2.) Ausência de inclusão nos autos das guias GEFIP/SEFIP correspondentes à matrícula CEI da obra.</p>			<p>campus Rondonópolis submete para análise dos setores responsáveis eximindo-se, assim, da responsabilidade técnica, pois a contratação foi aprovada pelos servidores com capacidade técnica para tal fim. Recomendação 1.2.2 4 = Constam nos autos do processo a manifestação da comissão de fiscalização e recebimento de obras do IFMT devidamente solicitada pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, através do Despacho N. 269/20111 (folha 130). Documento este, respondido pela referida comissão nas folhas 131 e 132, nas quais não constam observações acerca do AS BULT, haja vista que a referida documentação compõe o memorial descritivo (item 7.4 – folha 216). Assim não havendo manifestação da comissão pela análise do projeto básico e memorial descritivo da obra em questão, a Administração considerou que todas as regularidades processuais foram cumpridas para a realização do certame licitatório. -5 = A manifestação da tecnologia de informação é clara no que tange à conclusão da avaliação da infraestrutura elétrica: "a rede de elétrica precisa ser melhor avaliada pelos órgãos competentes IFMT , em especial na sala de T.I de rede, mas nada que inviabilize a execução do serviço". Com fulcro no que tange a contratação no processo 23188.000868/2011-25, observa-se que o mesmo não contempla materiais e serviços elétricos, sendo obras estruturais. Constatação 2.4= 7 = A subcontratação é uma modalidade prevista na Lei Federal n. 8666/93, artigo 72, a norma que disciplina o emprego da subcontratação encontra-se no artigo 48, II c/c, parágrafo 2º da Lei complementar 123/06, na qual é estabelecido o percentual máximo de 30% do total licitado. Assim a contratação fora realizada otimizando os recursos da administração, pois, se realizada de forma diversa a administração teria de pagar pelo mesmo serviço mais de uma vez, visto que se os mesmos não fossem realizados de maneira simultânea comprometeriam o cronograma físico-financeiro da obra. Recomendação 1.2.3.= 8 = No momento da aprovação do projeto arquitetônico não foi apresentado ao Campus Rondonópolis, a solicitação de aprovação do</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					<p>projeto de gás liquefeito de petróleo – GLP e central predial de gás pelo corpo de bombeiros, sendo o que a PROAD na folha 130 solicitou através do despacho n. 269/2011 – PROAD analise e parecer da comissão de fiscalização e recebimento de obras do IFMT e na manifestação da comissão de fiscalização e recebimento de obras do IFMT nas folhas 131 e 132 em nenhum momento é feita qualquer observação acerca da aprovação prévia do projeto de gás liquefeito de petróleo – GLP e central predial de gás pelo corpo de bombeiro será convidado para fazer a vistoria e aprovar as instalações.</p> <p>Recomendação 1.2.4= 9 = Com a comissão da ordem de serviço pode-se constatar que o “item J” (folha 161), na qual o gestor afirma que os prazos estabelecidos foram averiguados e estão compatíveis com o objeto licitado. Todavia, essa afirmação não contempla a situação atual do canteiro de obras, pois a definição dos laboratórios atrasou de forma sistêmica as instalações hidrossanitárias, ocasionando um atraso sem qualquer responsabilidade para a contratada, todavia, foi solicitado para a comissão de Fiscalização de Obras, dois aditivos de prazo, prontamente atendidos, estamos com a entrega da realizada.</p> <p>Recomendação 1.2.5= 10 = Conforme cada autorização de pagamento, a contratada manteve, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Fato este que pode ser comprovado através das certidões anexas a cada pagamento.</p> <p>-11 = Conforme o parágrafo 6º do contrato (folha 718), a licitante vencedora fará jus ao pagamento, mediante apresentação da certidão negativa de débito ao INSS e do certificado regularidade fiscal junto ao FGTS, conforme parágrafo 7º do referido contrato a administração poderá verificar a regularidade por meio do SICAF, ação está realizada em todos os pagamentos. No projeto básico (item 8.1 – “obrigações da contratada: letra r- entregar a cópia da matrícula da obra à administração encaminhará o pedido (GEFIP/CEPIP) para a</p>	

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
					empresa contratada), porém as condições que habilitam o pagamento estão vinculadas a regularidade das certidões SICAF, condição essa, atendida pela contratada em todos os pagamentos.	
Relatório nº 37-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus São Vicente.	<p>3.1.1. Pagamentos referentes à aquisição de combustíveis por meio de suprimento de fundos, apesar de a Unidade ter aderido à Ata de Registro de Preços Pregão cujo objeto é a aquisição de combustível, Pregão Eletrônico nº 41/2011 do Ministério da Defesa. 3.1.2. Aquisição de produtos alimentícios para utilização durante aulas do curso de Tecnologia de Alimentos, pagos por meio de suprimento de fundos. Como a Unidade auditada possui curso de Tecnologia de Alimentos, que demanda aulas práticas, bem como um restaurante universitário, é recomendável que seja feito o levantamento prévio de todos os materiais, alimentos e produtos necessários e licitados por meio de pregão eletrônico, com ganhos de economia de escala e maior competitividade. 3.2.1. Pagamento de ajuda de custo a alunos com a finalidade de realização de inscrição de alunos em Congresso, quando o correto seria o pagamento da inscrição ao organizador, por meio de inexigibilidade de licitação, conforme artigo 26, II, da Lei nº 8.666/93: 3.2.2. Ausência de prestação de contas: 3.2.3. Concessão de ajuda de custo sem que haja nos autos comprovação da aceitação dos trabalhos no evento: 3.2.4. Ausência de assinatura do Requirente no formulário de fls. 08/09: 3.2.5. Pagamento de bolsa com valor de curso de graduação para aluno inscrito como aluno de curso técnico. 3.2.6. Ausência, nos autos, de levantamento sobre diferenças de valores pagos a título de bolsa aos alunos, uma vez que teriam sido pagos apenas parte dos valores devidos, referente ao período de 20/01 a 20/02/2012. Recomendamos sejam juntadas as relações individuais de todas as Ordens Bancárias emitidas em nome de cada um dos alunos.</p>	<p>4.1. Justificar a aquisição de combustíveis por meio de suprimento de fundos e dispensa de licitação, apesar da existência de adesão à Ata de Registro de Preços de combustíveis, conforme Processo nº 23197.000391/2012-50, inclusive com valor inferior: 4.2. Abster-se de proceder ao pagamento de ajuda de custo diretamente aos alunos, com a finalidade de realização de inscrição em congressos, realizando o pagamento de tais inscrições diretamente ao organizador, por meio de inexigibilidade de licitação, após comprovação da aceitação de trabalhos no evento, devendo os alunos participantes apresentar certificados a fim de comprovar a efetiva participação nos eventos. 4.3. Observe a regularidade da formalização dos processos, devendo todos os documentos relativos a cada procedimento licitatório constar dos autos e ser autuados em ordem cronológica em um único processo (solicitação, edital, pareceres, contratos, pagamentos etc), observando-se ainda a inserção e identificação de assinaturas em formulários, juntada de certidões de regularidade fiscal com prazo de validade ainda em vigor e comprovantes de pagamento de tributos. 4.4. Justifique a aquisição e pagamento de bens e serviços por meio de dispensas de licitação e suprimento de fundos, apesar da existência de adesão a atas de registro de preços com os mesmos produtos e serviços.</p>	Análise da manifestação da Unidade Auditada pela AUDIN em andamento.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>3.3.1. Falhas na formalização dos processos: a) Ausência de assinatura do Gestor do Contrato e do Departamento de Produção (fls. 09); b) Orçamentos recebidos através de e-mail e impressos, sem visto e data do recebedor; c) Ausência de comprovante de recolhimento do ISS; 3.3.2. Ausência de Projeto Básico contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, acompanhado de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, em desacordo com o artigo 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93. 3.3.3. Ausência de verificação da conformidade documental nos processos de pagamento, com certificado de Regularidade do FGTS-CRF vencido, em desatendimento ao artigo 29 da Lei nº 8.666/93; 3.3.4. Realização de aquisições e serviços por meio de dispensa de licitação, apesar de ter o campus aderido a atas de registro de preços, em desatendimento ao princípio da economicidade, conforme segue: a) Aquisição de combustível por dispensa de licitação (Processo nº 23197.000860/2012-31), apesar da existência de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão, conforme Processo nº 23197.000391/2012-50, cujo valor é inferior.</p> <p>b) Contratação de mão-de-obra para construção de área de lazer – quiosque (Processo nº 23197.000189/2012-12), apesar da existência de Processo de adesão a atas de registro de preços com o mesmo objeto, conforme Processos nº 23197.000735/2012-21 e 23197.001486/2011-18.</p> <p>3.3.5. Processo de contratação de seguro escolar (Processo nº 23197.0000050/2012-84) contendo apenas a Nota de empenho.</p>	<p>4.5. Aprimore o planejamento de aquisições de bens e serviços, com levantamento prévio de todas as necessidades e aquisição por meio de processo licitatório único, com ganho de escala e observância do princípio da economicidade. 4.6. Anexar aos autos dos processos de pagamento de bolsa auxílio dos alunos documentos que comprovem se o aluno está matriculado em curso técnico ou graduação, a fim de demonstrar a regularidade dos pagamentos. 4.7. Proceda ao ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos a aluno CPF ***221***.*** (Processo nº 23197.000865/2012-63). 4.8. Anexar as relações individuais de todas as Ordens Bancárias emitidas em nome de cada um dos alunos (Processo nº 23197.000584/2012-19). 4.9. Juntar aos autos do Processo nº 23197.000189/2012-28 o projeto básico contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, acompanhado de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários.</p>			
Relatório nº 38-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas -DSGP- Campus Pontes e Lacerda	<p>2.1 Certificados não possuem histórico escolar em anexo nos processos dos seguintes servidores: 1812313 /1658110 / 1837065 / 1861720 / 1837058 / 1933134.</p> <p>2.2 Não encontra anexado ao processo o certificado de conclusão somente o atestado na pasta do servidor 1837055.</p>	<p>3.1 Anexar, ao processo de incentivo a qualificação, o certificado de conclusão do curso do servidor do item 2.2</p> <p>3.2 Em processos futuros, exigir o certificado e histórico escolar, seja em um único documento ou em separado, com o intuito de evitar ocorrências como as do item 2.</p>	Houve Manifestação do Gestor	Através do expediente de 19/12/2012, a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas encaminhou em anexo ao Processo Nº 23188.003896/2012-85, a cópia do certificado de conclusão do curso do servidor, Alex Reginaldo Tolfo Tiburcio.	Recomendação 3.1 e 3.2 Referente item 2.1 recomendação mantida, data para atendimento 25/01/2013. Referente 2.2 – Recomendação Atendida.

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 40-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas -DSGP- Campus Pontes e Lacerda	2.1. Ausência de ficha de solicitação de pagamento substituição interino; 2.2. Ausência de relatório mensal de frequência após as 22h;	3.1. Atender as solicitações de informações e requisições de documentos encaminhadas pela Unidade de Auditoria Interna, de forma tempestiva; 3.2. Apresentar toda documentação do servidor, quando requisitados, referente aos assuntos auditados, inclusive os que estiverem arquivados fora da pasta funcional; 3.3. Manter arquivo atualizado (mês/ano) e separado por assunto quando não estiver na pasta funcional do servidor.	Houve Manifestação do Gestor	Constatação 1 Através do expediente de 10/10/2012, processo 23188.004155/2012-11 a Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas informou que: - 1 A solicitação de substituição dos servidores ficam arquivadas na coordenação de pagamento juntamente com a memória de cálculo mensal, devendo ser solicitada pela auditoria por nome ou matrícula SIAPE o requerimento de substituição que essa coordenação o disponibilizará. Constatação 2 1- A frequência dos servidores, com exceção da Reitoria, ficam arquivadas na Coordenação de Gestão de Pessoas de cada Campi, devendo ser solicitado a esta DSGP (com prazo hábil) para providências quanto a solicitação do documento ao campus.	Constatação 1= Recomendação mantida, uma vez que os documentos foram solicitados à Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, conforme Requisição de Documentos nº 32/2012 , 37/2012 e 40/2012. 2= Recomendação mantida, uma vez que os documentos foram solicitados à Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, conforme Requisição de Documentos nº 32/2012 , 36/2012 e 40/2012
Relatório nº 41-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP. Campus Pntes e Lacerda	6.1. Não foi encontrado contrato de seguro contra acidentes pessoais, junto com processo de contratação, bem como o número da apólice no Termo de Compromisso. 6.2. Ausência de Comunicado de férias em todas as pastas com estágios encerrados. Nos termos do art. 16, da ON/MPOG nº 7/2008. 6.3. Ausência de desconto proporcional do vale transporte no mês de férias, dos estágios encerrados. 6.4. Vale transporte pago integral no mês de encerramento do estágio, onde deveria ser proporcional aos dias trabalhados. SIAPE.: 1857888/ 1894283 / 1896573 / 1892614 / 1894701 / 1896650 6.5. Ausência de documentos referente estágio : 6.6. Declaração de Estagiários : 1894283 / 1938764 / 1939052 / 6.7. Escala de Recesso : 1938764 / 1939349 / 1939052 / 6.8. Plano de Estágio 1938764 / 1939349 / 1939052 /1894283 / 1994701 6.9. Relatórios de Atividades de desempenho : / 1938764 / 1939349 / 1939052 / 1894283 / 1892614 / 1894701 6.10. Apólice de Seguro : Ausência em todos os Processos.	7.1 Justificar ausência do contrato de seguro nos processos de contratação. 7.2 Apresentar comunicado de recesso ou Memorando do setor de atuação do estagiário, onde informa o prazo e usufruto do recesso, para o DSGP calcular o auxílio-transporte devido. 7.3 Manter regularidade formal dos processos de contratação de estagiários, constando os documentos determinados no edital, processo de seleção e documentação referente ao desenvolvimento do estágio. 7.4 Efetuar pagamento de vale transporte proporcional no ultimo mês vigente do estágio, observando o fato de que não haverá possibilidade de ressarcimento ao IFMT.	A Unidade Auditada solicitou prorrogação do prazo até 10/03/2013.	Em andamento	Em andamento

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 42-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Campus Pontes e Lacerda	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO E GUARITA DO CAMPUS</p> <p>“6.1.2. No processo n. 23198.000339/2010-21 incluir comprovante de publicação de extrato dos dois termos aditivos em D.O.U. e Termos de recebimento provisório e definitivo (constatação 5.5.1. “b,c”); 6.2.3. Ausência de acatamento das recomendações da Procuradoria Jurídica quanto as providências a serem tomadas antes de firmar o termo aditivo (fls 12v, 16 e 17 do proc. 23198.00157/2011-14) (constatação 5.5.1. “a”); 6.2.4. Encerramento do contrato sem a conclusão da obra e ausência de termo supressivo de valores (constatação 5.5.2.); 6.2.5. Pagamentos da 3ª e 4ª medições efetuados após encerramento do contrato (constatações 5.5.3. e 5.5.4.);”</p>	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO E GUARITA DO CAMPUS - Maior observância no controle de publicações dos extratos de contratos, aditivos, despesa e outros. Evitar execução de serviços de engenharia/obras, bem como efetuar pagamentos de medições e recebimento provisório/definitivo, após encerramento de contrato. A reincidência dessa ocorrência acarretará apuração de responsabilidade.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO E GUARITA DO CAMPUS</p> <p>“Item 6.1.2. Comprovante de publicação de 1(um) termo aditivo foi anexado aos autos. A outra não foi localizada. Item 6.2.3 / 6.2.4/ 6.2.5. – A justificativa está apresentada no documento elaborado pelo fiscal do contrato, engenheiro e servidor Ricardo Venâncio de Amorim. (anexo). “ Não há acatamento das recomendações da Procuradoria porque o termo aditivo não foi firmado, por decisão da Direção, que resolveu não executar os serviços previstos no aditivo, devido a falta de tempo necessário para providenciar os documentos recomendados pela procuradoria;Os serviços a que se refere o Diretor Geral (fls16) do proc. 23198.00157/2011-14 seria a construção de uma cobertura em estrutura metálica cobrindo o portão de entrada, a guarita e o portão de saída, não executado por decisão da Direção, pois produziria um novo aditivo; Os serviços previstos na planilha orçamentária e não executados foram aditivados negativamente; O pagamento da 3ª medição foi efetuado devido os serviços terem sido executados antes do encerramento do contrato; A 4ª medição ocorreu, porque mesmo com o encerramento do contrato a Empresa concluiu todos os serviços previstos; O termo de recebimento provisório da obra está sendo providenciado.”</p>	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO E GUARITA DO CAMPUS Na justificativa do gestor de contrato foi informado que o comprovante de publicação do segundo aditivo não foi localizado, demonstrando ausência de controle nos atos de publicação. Os serviços executados após o encerramento da vigência do contrato não acarretaram prejuízo ao erário ou ao patrimônio do campus, sendo assim não há motivos para promover a apuração de responsabilidade nessa primeira constatação. 5.1.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUIMICA Na justificativa do fiscal de contrato foi informado que os valores da planilha foram retirados da Tabela SINAPI de 09/01/2012, uma vez que ainda a Tabela da data de preço de Janeiro/2012 ainda não tinha sido emitida. A tabela utilizada foi de data de preço de Dezembro/2011. Entretanto, justificou também que houve em dois itens erro na digitação e no esquecimento de alteração. Como não houve prejuízo ao erário, uma vez que os valores constantes da planilha orçamentária, referentes aos dois itens, foram registrados a menor (1.2 = -0,40 e 6.5= -0,51), não há que se falar em apurar responsabilidade. 5.1.3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA Na justificativa do gestor foi informado que os documentos foram solicitados à empresa, porém até o dia 01/11/2012 não foram fornecidos. Nos contratos contínuos, antes de emitir ordem bancária a fiscalização deve exigir da contratante os comprovantes de regularidade com os pagamentos</p>

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>5.1.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUÍMICA “6.2.1. Divergência de valor unitário entre itens da planilha orçamentária elaborada pelo campus e a Tabela SINAPI de Janeiro/2012 (constatação 5.1.1.)”;</p> <p>5.1.3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA “6.1.3. No processo n. 23049.003016/2009-87 incluir folha de frequência do funcionário Célio Costa dos Santos, referente ao mês de abril/2012, comprovante de pagamento dos funcionários do mês de março/2011 e comprovantes de pagamentos de funcionários (devidamente assinados) dos meses de março, maio, junho, outubro, novembro/2011”.</p>	<p>5.1.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUÍMICA Maior observância na elaboração da planilha orçamentária pelo campus, bem como identificar na planilha orçamentário a data de preço, ao invés da data de emissão.</p> <p>5.1.3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA Reiterar que providencie folha de frequência do funcionário Célio Costa dos Santos, referente ao mês de abril/2012, comprovante de pagamento dos funcionários do mês de março/2011 e comprovantes de pagamentos de funcionários (devidamente assinados) dos meses de março, maio, junho, outubro, novembro/2011. Providenciar mensalmente os documentos comprobatórios de pagamentos dos funcionários antes de efetuar pagamento das faturas.</p>		O Contrato foi encerrado em 17/03/2012, porém a obra já se encontrava em fase final, razão pela qual a Direção optou pelo término da obra, mesmo com o encerramento do contrato, decisão acatada pelo fiscal de contrato;	dos funcionários. 5.1.4. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA Na justificativa do gestor foi informado que não houve ausência de ordem bancária, apenas um erro no campo de observação, devido a um lapso quando da nova alteração do último “pré-doc” no SIAFI.
		<p>5.1.4. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA “6.2.2. Ausência de emissão de ordem bancária referente à fatura 58169 (fls 212), apesar de haver retenção de tributos desta mesma fatura”.</p>	<p>5.1.4. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA Maior atenção nos registros no campo “observações” do sistema SIAFI.</p>			
Relatório nº43-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP Campus Cuiabá e Bela Vista	<p>Processo- 23049.000047/1995-10 Matricula nº272.118 Portaria nº 959 de 23/06/1994 - Não foi anexado ao processo declaração de não acumulação de cargos e aposentadorias. - As folhas do processo encontram-se soltas, sem sequência e numeração. Processo -210.107/71 - Matricula nº1.582667 Portaria Nº 650 BSB 29.10.71 Processos arquivados sem sequência de numeração, folhas soltas.</p>	<p>A. Anexar aos processos futuros de solicitação de aposentadoria todos os documentos exigidos. B. Observar os preceitos da Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Decreto nº 4.915, de 12 de Dezembro de 2003 e demais legislações referentes ao arquivamento de documentos e processos.</p>	Houve Manifestação do Gestor	<p>a)“o processo de aposentadoria encontra-se julgado e considerado legal pelo tribunal de contas da União, conforme publicado no DOU em 18 de Novembro de 1997, seção 1, pág. 26787 (cópia da publicação em anexo). Desta forma não há que se acrescentar aos autos novos ou declarações uma vez que o mesmo já se encontra concluso” e b)“Informamos que se trata de processo oriundo da ex-autarquia CEFET Cuiabá (São Vicente). Trata-se de processo originado no ano de 1971 e sofreu desgaste pela manipulação e trâmites constantes em âmbito interno e externo (a exemplo: São Vicente, ministério da educação, tribunal de contas da União, entre outros). Fora procedida ordenação, das páginas e nova capa processual para receber os atos constantes”.</p>	Justificativa acatada.

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 44-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP Campus Rondonópolis	1. Adicional Noturno: Período auditado Março/2012 a Julho/2012 A. Ausência de pagamento do Adicional Noturno aos servidores e período acima relacionados. B. Encontram-se arquivados na pasta do servidor SIAPE 1868313 os autos do Processo nº 23188.001119/2011-15 de Retribuição por Titulação e do Processo nº 23196.000004/2011-12 de Auxílio Creche, ambos de outro servidor (SIAPE 1862573). 3. Servidores com Regime de Dedicção Exclusiva Ausência do Processo de concessão da Dedicção Exclusiva e portaria de nomeação.	1. Adicional Noturno: Período auditado Março/2012 a Julho/2012 A. proceder à regularização dos pagamentos. B. Proceder à organização das pastas e processos funcionais. 3. Servidores com Regime de Dedicção Exclusiva Proceder à organização dos processos e pastas funcionais e encaminhar à Unidade de Auditoria Interna os documentos ausentes das pastas no prazo de 30 dias.	Os novos relatórios são emitidos após o encaminhamento da Nota de Auditoria e prazo para manifestação do gestor, para conhecimento e providências. As providências serão acompanhadas.	Não se aplica	Não se aplica
Relatório nº 45-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – campus Bela Vista.	3.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO PARA OS POSTOS DE RECEPCIONISTA, OFICIAL E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E COPEIRAGEM 3.1.1. Não constam dos autos comprovantes de realização das providências recomendadas no Relatório de Auditoria nº 201205003. 3.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSPETORIA 3.2.1. Ausência de realização das providências recomendadas por meio do Relatório nº 201114332. Também não foi realizado novo pregão para contratação do serviço ou elaborada nova planilha de custos para repactuação. 3.2.2. Inclusão de itens na planilha de custos e formação de preço que acompanhou o pedido de repactuação: ü Inclusão do item “Treinamento e Capacitação” na planilha de repactuação de preços apresentada pela contratada (Processo nº 23190.001840/2012-47), em desacordo com a orientação do TCU, uma vez que tais custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada, conforme Acórdãos TCU 64/2010-2ª Câmara, 6.992/2009-1ª Câmara e 630/2010-1ª Câmara. Referida solicitação ainda está em fase de análise, e tais apontamentos foram feitos por meio da Manifestação nº 015/2012-PROAD, mas fica registrado o alerta para que tais itens não sejam incluídos na repactuação de preços. ü Inclusão de item “Reserva Técnica” na planilha de repactuação de preços apresentada pela contratada (Processo nº 23190.001840/2012-47) sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item, em desacordo com o Acórdão TCU nº 631/2010-1ª Câmara. Referida solicitação ainda está em fase de análise, e tais apontamentos foram feitos por meio da Manifestação nº 015/2012-PROAD, mas fica registrado o alerta para que tais itens não sejam incluídos na repactuação de preços.	3.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO PARA OS POSTOS DE RECEPCIONISTA, OFICIAL E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E COPEIRAGEM Determinar sejam tomadas providências no sentido do atendimento às recomendações dos órgãos de controle, sob pena de apuração de responsabilidade. 3.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSPETORIA 3.2.1.3.2.2 Determinar sejam tomadas providências no sentido do atendimento às recomendações dos órgãos de controle, sob pena de apuração de responsabilidade. 3.2.5. providenciar a correta autuação do processo, observando também as normas de formalização em todos os processos administrativos. 3.2.6. Falha na formalização do processo, com ausência de informações sobre providências tomadas pelo gestor visando garantir a fiel execução do contrato. 3.2.7. determinar sejam tomadas providências no sentido do atendimento às recomendações dos órgãos de controle, sob pena de apuração de responsabilidade. 3.2.8. proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. 3.3. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO 3.3.1. determinar sejam tomadas providências no sentido do atendimento às recomendações dos órgãos de controle, sob pena de apuração de responsabilidade. 3.3.2. proceder à repactuação do contrato, para eliminação dos itens incluídos indevidamente ou que tiveram o valor aumentado sem justificativa nem comprovação, bem como restituição do valor pago indevidamente. Caso não seja possível a repactuação, proceder à rescisão do contrato em razão das falhas apontadas e realização de nova licitação. 3.3.6. proceder à correta formalização dos processos. 3.3.7. determinar sejam tomadas providências no	Os novos relatórios são emitidos após o encaminhamento da Nota de Auditoria e prazo para manifestação do gestor, para conhecimento e providências. As providências serão acompanhadas.	Não se aplica	Não se aplica

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>ü Inclusão de custos não renováveis em razão da amortização no primeiro ano do contrato, em desacordo com o artigo 30, § 1º, II, da IN MPOG nº 02/2008. Referida solicitação ainda está em fase de análise. Fica, portanto, registrado o alerta para que tais itens não sejam incluídos na repactuação de preços.</p> <p>3.3.2. Aumento de valores de custos e inclusão de itens nas planilhas de custos, conforme segue:</p> <p>ü Inclusão de item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem” na planilha de custos com o valor da repactuação de preços (Processo nº 23190.001079/2012-43), em desacordo com a orientação do TCU, uma vez que tais custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada, conforme Acórdãos TCU 64/2010-2ª Câmara, 6.992/2009-1ª Câmara e 630/2010-1ª Câmara. Trata-se de reincidência, uma vez que tal impropriedade foi apontada no Relatório de Auditoria nº 201114332, cuja principal recomendação, inclusive, foi a de rescindir o contrato e providenciar novo processo licitatório. Além de ter sido mantido o contrato, foi mantido também o item indevido e não foi excluído da planilha de custos da repactuação.</p> <p>ü Inclusão de item “Reserva Técnica” na planilha de repactuação de preços apresentada pela contratada sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item, em desacordo com o Acórdão TCU nº 631/2010-1ª Câmara.</p> <p>ü Inclusão, na planilha de repactuação, de custos não renováveis em razão da amortização no primeiro ano do contrato, em desacordo com o artigo 30, § 1º, II, da IN MPOG nº 02/2008.</p> <p>ü Aumento do valor do seguro de vida sem justificativa, em desacordo com o artigo 40, § 2º, da IN nº 02/2008.</p> <p>3.3.6. Falhas na formalização dos processos, em desacordo com a Portaria Conjunta nº 05/2002:</p> <p>a) Numeração de páginas fora de ordem;</p> <p>b) Cada Nota Fiscal emitida para pagamento da prestação de serviços foi autuada separadamente do processo referente à licitação e contratação. Todavia, não foi feita numeração dos processos relativos aos autos contendo tais notas e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em</p>	<p>sentido do atendimento às solicitações da Auditoria Interna, sob pena de apuração de responsabilidade, nos termos do artigo 112 do Regimento Geral do IFMT. 3.3.8. proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. 3.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA E DESARMADA</p> <p>3.4.2. aprimorar o processo de formalização, arquivamento e organização dos processos.3.4.3., 3.4.3.1. -aprimorar o processo de acompanhamento dos processos, com instituição de rotinas, roteiros e utilização de sistemas de acompanhamento do andamento e prazos dos processos.3.4.3.2. aprimorar o processo de acompanhamento dos processos, com instituição de rotinas, roteiros e utilização de sistemas de acompanhamento do andamento e prazos dos processos.3.4.3.3. proceder à repactuação do contrato, para eliminação dos itens incluídos indevidamente ou que tiveram o valor aumentado sem justificativa nem comprovação, bem como restituição do valor pago indevidamente. Caso não seja possível a repactuação, proceder à rescisão do contrato em razão das falhas apontadas e realização de nova licitação. 3.4.4. proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. 3.5. PROCESSOS DE ADEÇÃO A PREGÃO</p> <p>3.5.1. : proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. Sugerimos a utilização do Mapa de Processos para contratação de bens e serviços do IFMT.3.5.2.proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. Sugerimos a utilização do Mapa de Processos para contratação de bens e serviços do IFMT.3.5.4 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA</p> <p>3.5.4.1., 3.5.4.2.,3.5.4.3. ,3.5.4.4. - proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento. Sugerimos a utilização do Mapa de Processos para contratação de bens e serviços do IFMT.3.5.4.5. encaminhar a comprovação de existência de recursos orçamentários no prazo de 30 dias.3.5.4.6. providenciar a realização dos atestes da realização dos serviços pelos fiscais dos contratos. 3.5.4.7. proceder à correta formalização dos</p>			

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>seqüência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos.</p> <p>3.3.7. Ausência de encaminhamento de processos de pagamento referentes aos meses de Abril/2011 e Junho/2012, solicitados por meio da Requisição de Documentos nº 46/2012 e 50/2012, o que impossibilitou a análise dos mesmos.</p> <p>3.3.8. Constatamos as seguintes impropriedades quanto à fiscalização e pagamentos, em desacordo com o artigo 67 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008:</p> <p>a) As notas fiscais referentes à prestação dos serviços foram atestadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, e não pelo fiscal.</p> <p>b) Ausência de planilha-resumo do contrato administrativo contendo dados e informações dos empregados terceirizados conforme modelo Anexo IV, IN 02/2008 (SLTI)..</p> <p>c) Ausência de verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, uma vez que não constam as datas de pagamento nos comprovantes de pagamento de salários (holerites) dos funcionários da contratada, ou, em alguns casos, consta que o referido pagamento foi feito posteriormente à data estabelecida no artigo 459, § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (5º dia útil do mês seguinte), em desacordo com o o artigo 34, § 5º, I, da IN MPOG nº 02/2008 e Anexo IV da IN nº 02/2008;</p> <p>d) Falha no suporte documental dos processos, em razão da ausência de juntada aos autos dos relatórios do fiscal do contrato, Ordens Bancárias, DARF e GPS;</p> <p>e) Ausência de comprovantes de regularidade fiscal;</p> <p>f) Ausência de comprovação de desconto no pagamento em decorrência da ausência de posto de serviço, além das providências cabíveis (penalização), conforme fls. 460/461).</p> <p>g) Duplicidade de pagamento da Nota Fiscal nº 1090, conforme Ordens Bancárias nº 2011OB800158 e 2011OB800205.</p> <p>3.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA E DESARMADA</p> <p>3.4.2. Falhas na formalização do processo. Os pagamentos e as repactuações foram autuados em processos distintos do processo referente à licitação e contratação. Não foi feita numeração dos processos relativos aos autos</p>	<p>processos. 3.5.4.8. proceder ao lançamento de informações suficientes nos documentos constantes do SIAFI, tendo em vista os princípios da publicidade e da transparência.3.5.4.10. proceder à elaboração de check lists para verificação, pelo fiscal, dos documentos e informações que devem constar de cada processo de pagamento.</p>			

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>que contém as notas fiscais, e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos. Importante registrar a dificuldade de entendimento do histórico do contrato, uma vez que há diversos processos contendo solicitações de repactuação, inclusive contendo planilhas diferentes referentes ao mesmo período, sem que conste de qualquer deles a análise de tais planilhas pelo setor técnico competente, nem as providências ou decisões adotadas e termos aditivos de valor. Constam dois processos com solicitações distintas de repactuação de valor referente à Convenção Coletiva de Trabalho 2012, com valores diferentes, sendo que, inclusive, um dos processos não possui numeração (Processos nº 23190.001739/2012-96 e processo sem numeração contendo a solicitação encaminhada em 18/07/2012, também sem numeração de páginas). Não há informações sobre andamento de qualquer dos dois, termo aditivo etc. Também não constam do COMPRASNET as informações referentes ao aditivo de valor que fundamenta o pagamento de diferenças e do valor superior ao contratado a partir de Julho/2012.</p> <p>3.2.5. Falhas na formalização dos processos, em desacordo com a Portaria Conjunta nº 05/2012 e Orientação Normativa AGU nº 02/2009:</p> <p>a) As notas fiscais referentes à prestação dos serviços foram atestadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, e não pelo fiscal.</p> <p>b) Ausência de numeração de páginas e numeração fora de ordem;</p> <p>c) Cada Nota Fiscal emitida para pagamento da prestação de serviços foi autuada separadamente do processo referente à licitação e contratação. Todavia, não foi feita numeração dos processos relativos aos autos contendo tais notas e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos.</p> <p>3.2.6. Ausência de informações sobre as providências adotadas com relação à falha na prestação do serviço registrada pelo sr. Fiscal, conforme Memorando nº 72/20012/DAP-IFMT-Campus Bela Vista, juntado ao final do Volume II do Processo nº 23188.000135/2010-18, em desacordo com o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>3.2.7. Ausência de encaminhamento de processos de pagamento referentes aos meses de Abril/2011 e Junho/2012, solicitados por meio da Requisição de Documentos nº 46/2012 e 50/2012, o que impossibilitou a análise dos mesmos.</p> <p>3.2.8. Com relação aos pagamentos realizados à contratada em razão da prestação dos serviços, constatamos as seguintes impropriedades:</p> <p>a) Ausência dos holerites dos funcionários, nem comprovante de pagamento de auxílio-alimentação, em desacordo com o artigo 34, § 5º, I, da IN MPOG nº 02/2008, o que gera riscos de prejuízo à Administração Pública em razão da responsabilização pelo eventual descumprimento de tais obrigações.</p> <p>b) Falha no suporte documental dos processos, em razão da ausência de juntada aos autos dos controles de frequência dos funcionários, relatórios do fiscal do contrato, Ordens Bancárias, DARF e GPS.</p> <p>c) Ausência de planilha-resumo do contrato administrativo contendo dados e informações dos empregados terceirizados conforme modelo Anexo IV, IN 02/2008 SLTI).</p> <p>3.3. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO</p> <p>3.3.1. Ausência de rescisão do contrato e de realização de novo processo licitatório, em desacordo com a recomendação contida no Relatório nº 201114332.</p> <p>3.3.2. Aumento de valores de custos e inclusão de itens nas planilhas de custos, conforme segue:</p> <p>ü Inclusão de item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem” na planilha de custos com o valor da repactuação de preços (Processo nº 23190.001079/2012-43), em desacordo com a orientação do TCU, uma vez que tais custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada, conforme Acórdãos TCU 64/2010-2ª Câmara, 6.992/2009-1ª Câmara e 630/2010-1ª</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>Câmara. Trata-se de reincidência, uma vez que tal impropriedade foi apontada no Relatório de Auditoria nº 201114332, cuja principal recomendação, inclusive, foi a de rescindir o contrato e providenciar novo processo licitatório. Além de ter sido mantido o contrato, foi mantido também o item indevido e não foi excluído da planilha de custos da repactuação.</p> <p>ü Inclusão de item “Reserva Técnica” na planilha de repactuação de preços apresentada pela contratada sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item, em desacordo com o Acórdão TCU nº 631/2010-1ª Câmara.</p> <p>ü Inclusão, na planilha de repactuação, de custos não renováveis em razão da amortização no primeiro ano do contrato, em desacordo com o artigo 30, § 1º, II, da IN MPOG nº 02/2008.</p> <p>ü Aumento do valor do seguro de vida sem justificativa, em desacordo com o artigo 40, § 2º, da IN nº 02/2008.</p> <p>3.3.6. Falhas na formalização dos processos, em desacordo com a Portaria Conjunta nº 05/2002:</p> <p>a) Numeração de páginas fora de ordem;</p> <p>b) Cada Nota Fiscal emitida para pagamento da prestação de serviços foi autuada separadamente do processo referente à licitação e contratação. Todavia, não foi feita numeração dos processos relativos aos autos contendo tais notas e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos.</p> <p>3.3.7. Ausência de encaminhamento de processos de pagamento referentes aos meses de Abril/2011 e Junho/2012, solicitados por meio da Requisição de Documentos nº 46/2012 e 50/2012, o que impossibilitou a análise dos mesmos.</p> <p>3.3.8. Constatamos as seguintes impropriedades quanto à fiscalização e pagamentos, em desacordo com o artigo 67 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008:</p> <p>a) As notas fiscais referentes à prestação dos serviços foram atestadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, e não pelo fiscal.</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>b) Ausência de planilha-resumo do contrato administrativo contendo dados e informações dos empregados terceirizados conforme modelo Anexo IV, IN 02/2008 SLTI).</p> <p>c) Ausência de verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, uma vez que não constam as datas de pagamento nos comprovantes de pagamento de salários (holerites) dos funcionários da contratada, ou, em alguns casos, consta que o referido pagamento foi feito posteriormente à data estabelecida no artigo 459, § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (5º dia útil do mês seguinte), em desacordo com o o artigo 34, § 5º, I, da IN MPOG nº 02/2008 e Anexo IV da IN nº 02/2008;</p> <p>d) Falha no suporte documental dos processos, em razão da ausência de juntada aos autos dos relatórios do fiscal do contrato, Ordens Bancárias, DARF e GPS;</p> <p>e) Ausência de comprovantes de regularidade fiscal;</p> <p>f) Ausência de comprovação de desconto no pagamento em decorrência da ausência de posto de serviço, além das providências cabíveis (penalização), conforme fls. 460/461).</p> <p>g) Duplicidade de pagamento da Nota Fiscal nº 1090, conforme Ordens Bancárias nº 2011OB800158 e 2011OB800205.</p> <p>3.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA E DESARMADA</p> <p>3.4.2. Falhas na formalização do processo. Os pagamentos e as repactuações foram atuados em processos distintos do processo referente à licitação e contratação. Não foi feita numeração dos processos relativos aos autos que contém as notas fiscais, e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente atuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos. Importante registrar a dificuldade de entendimento do histórico do contrato, uma vez que há diversos processos contendo solicitações de repactuação, inclusive contendo planilhas diferentes referentes ao mesmo período, sem que conste de qualquer deles a análise de tais planilhas pelo setor técnico</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>competente, nem as providências ou decisões adotadas e termos aditivos de valor. Constatamos dois processos com solicitações distintas de repactuação de valor referente à Convenção Coletiva de Trabalho 2012, com valores diferentes, sendo que, inclusive, um dos processos não possui numeração (Processos nº 23190.001739/2012-96 e processo sem numeração contendo a solicitação encaminhada em 18/07/2012, também sem numeração de páginas). Não há informações sobre o andamento de qualquer dos dois, termo aditivo etc. Também não constam do COMPRASNET as informações referentes ao aditivo de valor que fundamenta o pagamento de diferenças e do valor superior ao contratado a partir de Julho/2012.</p> <p>3.4.3. Com relação à análise dos processos contendo as solicitações de repactuação de preços, constatamos as seguintes impropriedades:</p> <p>3.4.3.1. Atraso na análise das solicitações de repactuação referentes aos exercícios 2010 e 2011, que foram encaminhadas ao departamento jurídico apenas em 14/06/2012, juntamente com o pedido referente ao exercício 2012.</p> <p>3.4.3.2. Ausência de informações nos autos sobre o andamento dos processos de repactuação, especialmente do Processo nº 23190.001739/2012-96 após a emissão do Parecer nº 143/2012 da Assessoria Jurídica da Reitoria, que opinou pelo deferimento das solicitações. Não constam dos autos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ü informações sobre o acolhimento ou não do parecer; ü análise pelo setor técnico competente das planilhas de custos e formação de preços (2010, 2011 e 2012), bem como do valor das diferenças retroativas a serem pagas à contratada; ü termo aditivo ao contrato com novo valor mensal e com o valor da diferença a ser paga em razão do pagamento a menor no período de 2010 a 2012. Em consulta ao COMPRASNET, verificamos que não constam registros de aditivos ao Contrato nº 38/2009. Conforme informações SIAFI, não foi feito o pagamento das diferenças retroativas 2010 e 2011, cujo valor solicitado pela contratada foi de R\$40.158,60. <p>3.4.3.3. Com relação à análise das planilhas de formação de preços apresentadas pela contratada, verificamos o seguinte:</p> <p>Não localizamos a demonstração analítica da alteração dos custos referente à solicitação de repactuação em razão da nova CCT 2011 (Processo</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>nº 23190.003906/2011-52), no valor total de R\$ 14.643,68 mensais.</p> <p>A planilha de custos apresentada pela contratada com a solicitação de repactuação referente à CCT 2010 (Processo nº 23190.002301/2010-63) apresentava diversas inconsistências:</p> <p>a) Inclusão de itens não previstos na planilha original, em desacordo com o artigo 40, § 1º da IN MPOG 02/2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> ü Repouso remunerado sobre hora extra; ü Intrajornada; ü Repouso remunerado sobre intrajornada; ü Reserva técnica na remuneração e nos insumos; ü Incidência do Grupo A sobre item 16 do Grupo C; ü Hora noturna reduzida; ü Repouso remunerado sobre adicional noturno; ü Repouso remunerado sobre hora noturna reduzida. <p>c.2) Inclusão de itens indevidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ü IRPJ; ü CSLL. <p>b) Aumento de custos em relação à planilha original, sem comprovação, em desacordo com o artigo 40 da IN MPOG 02/2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> ü Aviso prévio indenizado; ü Indenização adicional; ü Indenização (rescisões s/ justa causa); ü Uniforme; ü Material/equipamento; ü Manutenção e depreciação de equipamentos; ü Treinamento e/ou reciclagem; ü Seguro de vida. <p>c) Manutenção dos itens “Reserva técnica” e “Treinamento e/ou Reciclagem”, em desacordo com a jurisprudência do TCU.</p> <p>d) Manutenção dos custos não renováveis na repactuação em razão da amortização no primeiro ano do contrato, em desacordo com o artigo 30, § 1º, II, da IN MPOG nº 02/2008.</p> <p>e) Soma do percentual total do item “Insumos” e “Taxa de Administração” com valores superiores ao da soma dos percentuais unitários dos itens que os compõem, tanto na planilha do posto noturno quanto do diurno.</p> <p>Tais impropriedades não geraram prejuízos à Administração, uma vez que a alteração de preços só foi efetivada em 2012, após apresentação de novas planilhas pela Contratada, conforme consta dos autos do Processo sem numeração encaminhado (Solicitação de repactuação encaminhada em 18/07/2012), na qual grande parte das inconsistências acima relatadas foram sanadas. Constatamos, porém, que as novas planilhas,</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>referentes às novas CCT de 2010/2011/2012, mantiveram indevidamente os itens “Reserva técnica” e “Treinamento e/ou reciclagem”, bem como os custos não renováveis, tudo em desacordo com a IN MPOG nº 02/2008 e a jurisprudência do TCU.</p> <p>Houve redução significativa da quantidade de impropriedades das planilhas de custos. Todavia, ainda constam das referidas planilhas alguns itens que não podem ser nela mantidos.</p> <p>Em consulta ao SIAFI e aos processos de pagamento encaminhados pela Unidade, verificamos que até o mês de julho/2012 foi pago mensalmente o valor bruto de R\$ 10.665,41. Em 08/08/2012 foi emitida a Ordem Bancária nº 800310, referente à Nota Fiscal nº 1215, constando que se refere à “Diferenças CCT”, no valor líquido de R\$20.505,99. Consta da referida Nota Fiscal que se refere à “diferença de preço repactuado, em razão da nova Convenção Coletiva de Trabalho-2012, dos meses de Janeiro de 2012 a Junho de 2012”. Após isso, foram encaminhadas e pagas as notas fiscais relativas aos meses de Julho/12, Ago/12 e Set/12 no valor bruto de R\$ 14.961,66, que coincide com a planilha constante do pedido de repactuação encaminhado em 18/07/2012, constante de Processo sem numeração. Todavia, mencionada planilha, no valor total de R\$ 14.961,66, manteve indevidamente os itens “Reserva técnica”, “Treinamento e/ou reciclagem” e custos não renováveis em razão da amortização.</p> <p>3.4.4. Constatamos as seguintes impropriedades quanto à fiscalização e pagamentos, em desacordo com o artigo 67 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008:</p> <p>a) As notas fiscais referentes à prestação dos serviços foram atestadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, e não pelo fiscal.</p> <p>b) Ausência de planilha-resumo do contrato administrativo contendo dados e informações dos empregados terceirizados conforme modelo Anexo IV, IN 02/2008 SLTI)..</p> <p>c) Pagamentos dos funcionários feitos posteriormente à data estabelecida no artigo 459, § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (5º dia útil do mês seguinte), em desacordo com o o artigo 34, § 5º, I, da IN MPOG nº 02/2008 e Anexo IV da IN nº 02/2008.</p> <p>d) Ausência de certificados de escolaridade dos funcionários da contratada.</p> <p>e) Duplicidade de pagamento da Nota Fiscal nº 954, conforme Ordens Bancárias nº 2012OB800085 e</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>2012OB800094.</p> <p>Registre-se que os processos de pagamentos estão organizados em ordem cronológica, todavia, sem numeração de processos nem numeração de páginas e rubrica.</p> <p>3.5. PROCESSOS DE ADESÃO A PREGÃO</p> <p>3.5.1. Falhas no planejamento da contratação:</p> <p>a) Ausência de Termo de Referência, em desacordo com o artigo 7º, I, §1º e § 2º, I, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>b) Ausência de pesquisa de preços e comprovação da vantagem na adesão à Ata de Registro de Preços, em desacordo com o artigo 8º do Decreto nº 3.931/2001.</p> <p>ü Processo nº 23190.001434/2012-84;</p> <p>ü Processo nº 23190.001009/2012-95.</p> <p>ü Processo nº 23190.001434/2012-84;</p> <p>ü Processo nº 23190.001009/2012-95.</p> <p>3.5.2. Falhas na formalização dos processos, com ausência dos seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração de adesão ao Simples Nacional:</p> <p>ü Processo nº 23190.001434/2012-84.</p> <p>b) Nota Fiscal:</p> <p>ü Processo nº 23190.001009/2012-95 (Nota Fiscal nº 011146).</p> <p>c) Espelho da Ordem Bancária:</p> <p>ü Processo nº 23190.001009/2012-95 (Ordem Bancária referente ao pagamento da Nota Fiscal nº 011366).</p> <p>d) DARF:</p> <p>ü Processo nº 23190.001009/2012-95.</p> <p>3.5.4 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA</p> <p>3.5.4.1. Ausência de Projeto Básico, em desacordo com o artigo 7º, I, §1º e § 2º, I, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>3.5.4.2. Ausência de pesquisa de preços e comprovação da vantagem na adesão à Ata de Registro de Preços, em desacordo com o artigo 8º do Decreto nº 3.931/2001.</p> <p>3.5.4.3. Ausência de consulta ou autorização do órgão gerenciador, em desacordo com o artigo 8º do Decreto nº 3.931/2001.</p> <p>3.5.4.4. Ausência de Portaria de designação do fiscal da execução do contrato, em desacordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e artigo 31 da IN nº 02/2008.</p> <p>3.5.4.5. O valor da prestação de serviço constante do contrato nº 02/2012 (R\$ 68.504,64) é superior ao valor estimado (R\$ 45.669,76), sem que conste dos autos a comprovação de existência de recursos orçamentários, em desacordo com o disposto no artigo 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>3.5.4.6. As notas fiscais referentes aos pagamentos de diárias dos motoristas, bem como à prestação dos</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
		<p>serviços, foram atestadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, e não pelo fiscal do contrato que deveria efetivamente acompanhar a execução e atestar a prestação dos serviços.</p> <p>3.5.4.7. Cada Nota Fiscal emitida para pagamento da prestação de serviços e das diárias foi autuada separadamente. Todavia, não foi feita numeração dos processos relativos aos autos contendo tais notas e as páginas não estão numeradas nem rubricadas. Além disso, a recomendação contida na Orientação Normativa nº 02/2009 da AGU é de que “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”, a fim de propiciar o devido acompanhamento e fiscalização, bem como minimizar o risco de extravio de documentos.</p> <p>3.5.4.8. Insuficiência de informações nas Ordens Bancárias lançadas no SIAFI, como nº do Contrato, objeto do pagamento etc.</p> <p>3.5.4.10. Com relação aos pagamentos realizados à contratada em razão da prestação dos serviços, constatamos a existência de falhas na fiscalização:</p> <p>a) Ausência de verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, uma vez que não constam as datas de pagamento nos comprovantes de pagamento de salários (holerites) dos funcionários da contratada, ou, em alguns casos, consta que o referido pagamento foi feito posteriormente à data estabelecida no artigo 459, § 1º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (5º dia útil do mês seguinte), em desacordo com o o artigo 34, § 5º, I, da IN MPOG nº 02/2008 e Anexo IV da IN nº 02/2008;</p> <p>b) Falha no suporte documental dos processos, em razão da ausência de juntada aos autos dos relatórios do fiscal do contrato, Ordens Bancárias, DARF e GPS;</p> <p>c) Ausência de certidões que comprovem a regularidade fiscal;</p> <p>d) Ausência de planilha-resumo do contrato administrativo contendo dados e informações dos empregados terceirizados conforme modelo Anexo IV, IN 02/2008 SLTI).</p>				

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
Relatório nº 46-2012	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DSGP - Campus Cuiabá e Bela Vista	<p>1. Auxílio Natalidade – Campus Cuiabá 1.1. Não se encontra na pasta do servidor SIAPE 1754943 o processo formalizado de auxílio natalidade.</p> <p>2. Auxílio Pré-Escolar – Campus Cuiabá 2.1. Os requerimentos dos servidores SIAPE 1546330 /1430870 / 1097093 não possuem autorização de desconto da Cota de participação. 2.2. Não foi verificado na pasta do servidor SIAPE 1546330 o requerimento de assistência pré-escolar.</p> <p>2.1 Auxílio Pré Escolar – Campus Bela Vista 2.1.1. Não se encontra em anexo a pasta do Servidor SIAPE 1837074 o processo de requerimento assistência pré-escolar. 2.1.2. Não foi verificado no processo do servidor SIAPE 1317126 autorização de desconto cota parte.</p>	<p>1. Auxílio Natalidade – Campus Cuiabá Proceder à organização das pastas e processos funcionais. 2.</p> <p>Auxílio Pré-Escolar – Campus Cuiabá Proceder à organização das pastas e processos funcionais.</p> <p>2.1 Auxílio Pré Escolar – Campus Bela Vista Proceder à organização das pastas e processos funcionais, com check lists para conferência de todos os documentos necessários nas pastas/processos.</p>	Os novos relatórios são emitidos após o encaminhamento da Nota de Auditoria e prazo para manifestação do gestor, para conhecimento e providências. As providências serão acompanhadas.	Não se aplica	<p>1. Auxílio Natalidade – Campus Cuiabá Proceder à organização das pastas e processos funcionais. 2.</p> <p>Auxílio Pré-Escolar – Campus Cuiabá Proceder à organização das pastas e processos funcionais.</p> <p>2.1 Auxílio Pré Escolar – Campus Bela Vista Proceder à organização das pastas e processos funcionais, com check lists para conferência de todos os documentos necessários nas pastas/processos.</p>
Relatório nº 47-2012	Diretoria de Administração e Planejamento – Cáceres	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇO 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA - INFORMAÇÃO “6.1.1. No processo n. 23198.000336/2012-66 incluir “espelho” da Ordem Bancária e DARF(referente as NF 1169/1170/1171, NF 00001227, NF 00001292, NF 00001370, NF 00001454,NF 00001667), assinatura no ateste da NF 1169/1170/1171 (fls 4223, 4226,4229), comprovantes de depósito referente a pagamentos dos funcionários (fls 4814), Contra-cheques dos funcionários referente à NF n. 1294, carimbo com identificação no ateste das notas fiscais (constatação 5.1.1.);”</p> <p>5.1.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA “6.1.9 No processo 23191.000005/2010 incluir a rubrica e assinatura do responsável no edital e anexos (fls 80/138). Também incluir as folhas ausente de n.º 548 e 566 e ainda cópias de Contra-cheque, folha de frequência, comprovação de pagamento de auxílio alimentação e auxílio transporte - de cada mês - dos funcionários da empresa contratada;”</p>	<p>5.1. CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 5.1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA Reiterar que providencie assinatura no ateste da NF 1169/1170/1171 (fls 4223, 4226,4229), comprovantes de depósito referente a pagamentos dos funcionários (fls 4814), Contra-cheques dos funcionários referente à NF n. 1294, carimbo com identificação no ateste das notas fiscais, folha de frequência do funcionário Célio Costa dos Santos, referente ao mês de abril/2012, comprovante de pagamento dos funcionários do mês de março/2011 e comprovantes de pagamentos de funcionários (devidamente assinados) dos meses de março, maio, junho, outubro, novembro/2011. Providenciar mensalmente os documentos comprobatórios de pagamentos dos funcionários antes de efetuar pagamento das faturas.</p> <p>5.1.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA Reiterar que providencie a rubrica e assinatura do responsável no edital e anexos (fls 80/138). E ainda que incluam as folhas ausente de n.º 548 e 566, cópias de Contra-cheque, folha de frequência, comprovação de pagamento de auxílio alimentação e auxílio transporte - de cada mês - dos funcionários da empresa contratada. 5.2. AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS/MATERIAIS 5.2.1. AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO, 5.2.2. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, 5.2.3. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, 5.2.4. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COLAÇÃO DE GRAU, 5.2.5. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, 5.2.6. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, 5.2.7. AQUISIÇÃO</p>	Os novos relatórios são emitidos após o encaminhamento da Nota de Auditoria e prazo para manifestação do gestor, para conhecimento e providências. As providências serão acompanhadas.	Não houve Manifestação	Recomendação mantida

Nº do Relatório AUDIN	Área Auditada	Constatação	Recomendação	Estágio de Implementação	Manifestação do Campus	Manifestação da AUDIN
			<p>DE COMBUSTÍVEL, 5.2.8. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL e 5.2.9. AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO Maior observância na solicitação de bens e serviços quanto a assinatura do responsável e na formalização de processos de pagamentos. Reiterar que providencie a inclusão da comprovação sobre situação de Optante Simples da empresa ao processo. Verificar o consumo anual do campus Cáceres e planejar a aquisição por meio de pregão e sistema de registro de preço. Providências, junto à Reitoria, quanto a não apresentação, tempestiva e obrigatória, de informações quando solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna, conforme artigo 111 do regimento geral do IFMT.</p> <p>5.3. CONCESSÃO DE DIÁRIA E AUXÍLIO ESTUDANTIL</p> <p>5.3.1. CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA CAPACITAÇÃO Reiterar que providencie a juntada de cópias dos certificados de participações dos servidores no processo. Evitar autorizações de participações de cursos externos com carga horária diária inferior a 08 horas.</p> <p>5.3.2. CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL - PROEJA Reiterar que os próximos pagamentos de auxílio estudantil ocorram após processo devidamente formalizado, sob pena de apuração de responsabilidade.</p> <p>5.4. DISPENSA DE LICITAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO</p> <p>5.4.1. EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE Reiterar que providencie a justificativa quanto a extrapolação do limite de dispensa de licitação. Providências, junto à Reitoria, quanto a não apresentação, tempestiva e obrigatória, de informações quando solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna, conforme artigo 111 do regimento geral do IFMT.</p>			

Fonte: Auditoria Interna